HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 2

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 021) 2519-5707 – Fax (55 021) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-Mail: bibliex@ism.com.br
Home-Page: http://www.bibliex.eb.br

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História — Tomo 2

Coordenador Regional – RJ e MG
Entrevistador
Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Assistente
Aurelio Cordeiro da Fonseca

Capa
Murillo Machado

Revisão
Solange d'Almeida Telles
Ivan Pedro César da Cunha

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-324-2 (t. 2)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil — Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

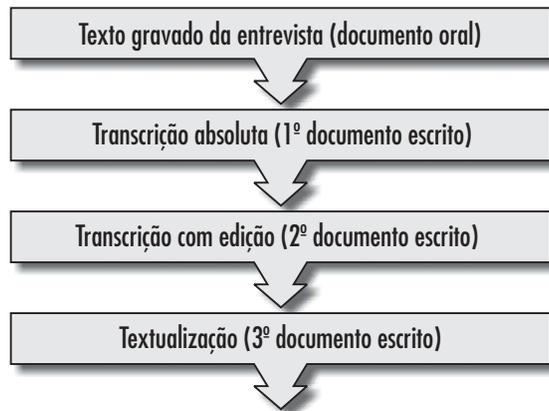
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

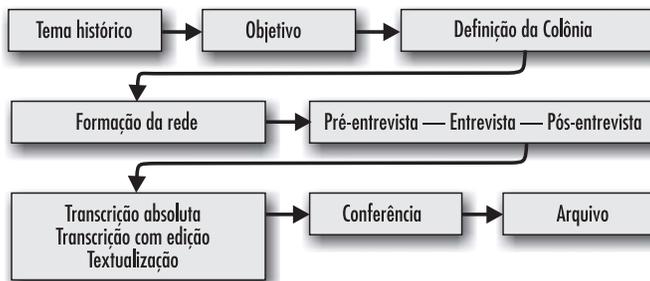
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Ivan de Souza Mendes

- Natural da Cidade de Cordeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Serviu no Gabinete Militar da Presidência da República nos Governos Jânio Quadros, Castello Branco e Ernesto Geisel. Comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Chefiou o Gabinete da Presidência da Petrobrás, na administração Ernesto Geisel.
- Foi Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército e Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Governo José Sarney.
- No exterior: Adido Militar, Naval e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil em Lima, Peru.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Tenente-Coronel. Nos meses de março e abril desse ano, exerceu o cargo de Prefeito Interino do Distrito Federal.

Entrevista realizada em 31 de outubro de 2000.

Participação pessoal no ciclo revolucionário, a partir de 31 de março de 1964

A minha participação foi muito pequena porque, nos 18 meses anteriores, encontrava-me em Aquidauana, cidade localizada, hoje, no Estado do Mato Grosso do Sul, no Comando do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, e esquecido naquelas paragens. Naquele tempo, as comunicações eram difíceis. Nós só chegávamos na localidade, de trem e não era fácil. Então, não estive muito ligado aos preparativos para a Revolução. Antes de ir para Mato Grosso, porque me preocupava com o destino do Brasil, mantinha contato com os companheiros no Rio de Janeiro, onde servira. Observava que as coisas não iam bem, mas quando assumi o Comando, fiquei esquecido mesmo, naquela região.

Quando regressei, transferido para o Rio de Janeiro, no início de 1964, procurei ligar-me com os companheiros que haviam permanecido no Rio, e a primeira pessoa com quem passei a manter contato foi o General Ernesto Geisel. Nós nos relacionávamos, desde antes que seguisse para comandar o Batalhão, em Aquidauana.

Ao chegar de Mato Grosso, portanto, procurei ligação com aqueles companheiros e fiquei à disposição do General Ernesto Geisel, militar que sempre apreciei muito, especialmente, pela postura correta e seriedade. Cooperei, levando-o a algumas reuniões que ele promoveu antes de 31 de março. Essa foi a minha participação nos pródromos da Revolução.

Por coincidência, no dia 31 de março, o General me chamou à tarde e fomos para um apartamento na Avenida Atlântica, onde se constituiu, mais ou menos, um grupo que estava em torno do General Castello. Eu não tivera nenhum contato com o General Castello, antes disso.

Assim, durante a eclosão do Movimento, participei de todos esses entendimentos. Durante a noite e a madrugada de 31 de março para 1º de abril, trocamos de apartamento, porque havia o receio de sermos localizados pelo pessoal do Governo da época. Mudamos de apartamento duas ou três vezes; após o que sentimos que era preciso ir para outro, porque os telefones não funcionavam bem no imóvel em que nos encontrávamos e não havia mais um disponível. Para qualquer outro mais conhecido, seríamos plotados. Então, ofereci o meu apartamento que foi aceito. Era a única solução, nas circunstâncias, e eu apenas pedi à minha mulher para tirar as crianças de casa e, assim, amanhecemos o dia no meu imóvel, em Copacabana. Essa foi a minha participação, bem simples, na eclosão da Revolução.

O Senhor estava com o General Ernesto Geisel, naquele momento. Lembra de mais outra pessoa que estivesse ali junto, também apoiando?

Sim, lembro, mas tenho receio de omitir alguém.

De quem mais o senhor lembra?

Do General Ariel Pacca da Fonseca e do Coronel Murilo Gomes Ferreira.

Raízes da Revolução de 31 de Março de 1964

A meu ver, devem ser identificadas na resistência dos militares às ameaças de ocupação do poder no Brasil, por grupos totalitários de inspiração comunista. Essa é, no meu ponto de vista, a causa fundamental da Revolução. Paralelamente a isso, a repulsa à corrupção na administração pública, que foi muito facilitada pela forma atabalhoada como ocorreu a construção de Brasília. A administração pública era muito confusa e tínhamos informações de que o Brasil estava caminhando para o caos. Estávamos assistindo a corrupção crescer e, também, a escalada da inflação, o que desorganizava, cada vez mais, a economia. Essas foram, a meu ver, as raízes principais da Revolução de 1964.

A influência da guerra fria

Penso que a guerra fria influiu e bastante; presenciávamos a situação mundial, entre a Rússia e os Estados Unidos, entre a democracia e o totalitarismo comunista, um quadro de tensa polarização, o que nos levou a reagir contra a possibilidade de ocupação do Poder, no Brasil, por grupos comunistas.

Panorama político do Brasil na conjuntura pré-revolucionária

Vivíamos um clima de inquietação generalizada. Greves por todo o lado e o pessoal de esquerda agindo com a maior desenvoltura. Testemunhávamos, pouco a pouco, formar-se um quadro de ingovernabilidade no País, o que nos preocupava muito. Era preciso interromper o processo de degradação, e tudo isso acabou confluindo para a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março.

Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart

Havia, sem dúvida. Os fatos mostravam claramente que o povo estava profundamente preocupado com o que poderia acontecer.

Exatamente. Até porque não se podia trabalhar, com tanta greve prejudicando a produção, além do constrangimento imposto aos cidadãos que se viam sem condições de se deslocar, em virtude das paralisações constantes nos transportes.

Agravando o ambiente de insatisfação.

Posição da Igreja

Sentíamos, pelas manifestações dos líderes religiosos, que a Igreja católica refletia a bipolarização da época, o que acabou dando origem ao que veio a ser denominado, posteriormente, de Clero Progressista. Havia os religiosos que seguiam a doutrina tradicional da Igreja, em oposição àqueles influenciados pela esquerda.

"Ligas Camponesas" e "grupo dos onze"

Não posso tecer comentários pessoais, porque nessa época estava em Mato Grosso e, depois que cheguei ao Rio, tudo mudou muito. O que teria a dizer não retrataria minha experiência pessoal.

Ambiente no meio militar, na fase pré-revolucionária: possibilidade de cisão entre oficiais e sargentos; desunião nas Forças Armadas

Não foi possível, na situação em que me encontrava, perceber esses fatos nitidamente. Mais tarde, constatei que existiam, mas, servindo em uma Unidade pequena, à beira do Pantanal, com poucos oficiais e sargentos e muito trabalho, tais acontecimentos não nos afetaram. Não identifiquei cisão, lá em Mato Grosso.

Principais acontecimentos detonadores da Revolução de 31 de Março

Inicialmente, aquele comício realizado em frente à Central do Brasil, no começo de março. Havia chegado ao Rio, naquele dia, vindo de Mato Grosso, e assisti, pela televisão. Depois, a indisciplina de marinheiros, que foi uma coisa muito séria. O discurso do Presidente João Goulart, no dia 30 de março, no Automóvel Clube, foi a "gota d'água". Quem tinha dúvida, a partir daí, não teria mais.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Foi a mais eloqüente manifestação de repúdio, partida da sociedade civil, àquele estado de anarquia que estava dominando o Brasil.

Forças Armadas, particularmente o Exército, intérpretes da vontade nacional, em 31 de março de 1964

Sem dúvida, interpretaram o sentimento do povo e a vontade nacional! Os fatos o demostraram. Realmente, a Nação repudiava a desordem e as Forças Armadas reagiram contra a grave situação existente. Com isso, interpretaram a vontade da Nação.

Revolução de cunho comunista, em andamento no Brasil

Os comunistas e seus aliados no Governo estavam preparando o golpe de esquerda, pois tudo o que pretendiam era empolgar o Poder no Brasil.

Atitude do Congresso Nacional, ao eclodir a Revolução de 31 de Março de 1964

As duas Casas do Congresso refletem as correntes que se digladiam e se manifestam politicamente no todo de sua atuação. As esquerdas, que desfrutavam de inteira liberdade de ação, anteriormente, sentiram o peso da mudança e insistiram em continuar influindo, o que levou o poder revolucionário, já se instalando, a expedir um ato jurídico para impedir aquele procedimento: o Ato Institucional do dia 9 de abril de 1964. O Congresso teve que ser contido, naquela ocasião.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março

Prefiro não citar nomes. Os líderes são bem conhecidos e não quero, no meu depoimento, errar pela omissão.

Eventual apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

Essa pergunta, hoje em dia, não é importante, porque está mais do que evidenciado que o Movimento foi espontâneo, dentro do Brasil. Os americanos, que queriam acompanhar os acontecimentos, "saber das coisas", não tiveram como.

Mesmo assim, ainda insistem em dizer que os americanos participaram, quando, na verdade, apenas acompanhavam, como observadores atentos e interessados. O General Meira Mattos esclareceu isso de forma muito segura; ele era amigo do Vernon Walters, Adido Militar dos EUA, em 1964, no Brasil, pois estiveram juntos na campanha da FEB, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Os americanos não tiveram qualquer ingerência. Há poucos dias, conversando com o General Meira Mattos, ele me citou um fato que indicava como o General Walters estava "por fora", naqueles últimos dias que antecederam o 31 de Março. Sobre isso, não há a menor dúvida.

"Esquema militar" do Governo João Goulart, quando se desencadeou a Revolução

Bem, a primeira causa do desmoronamento do propalado esquema foi a falta de apoio, às facções esquerdistas, pela opinião pública. Não havendo esse apoio, era difícil a mobilização. Em segundo lugar, vejo a falta de qualificação dos integrantes do Governo. Eles não estavam preparados, não tinham competência. Então, não podiam fazer uma revolução. Em contrapartida, os chefes militares brasileiros se opuseram à ameaça do golpe comunista, de forma competente e a Revolução democrática saiu, naturalmente, atendendo ao apelo do nosso povo.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964

Em tese, penso que, em casos extremos, pode-se "apelar" para os cadetes. É um recurso de última instância e deve ser utilizado, como realmente foi feito: logo que puder e não sendo mais necessária, a tropa de cadetes deve voltar às suas atividades normais.

O emprego dos cadetes tem que ser feito com muito equilíbrio.

Robustecimento da união e da coesão das Forças Armadas, após o 31 de Março de 1964

Sem dúvida ocorreu! Não só por ter acentuado o pendor democrático das Forças Armadas, como, também, pelo afastamento dos elementos de esquerda perturbadores que existiam. A coesão aumentou. O Corpo de oficiais ficou mais homogêneo.

Ideologia do Movimento de 31 de Março

O Movimento era baseado na democracia, na prevalência dos valores democráticos. Os militares brasileiros demonstraram que tinham índole eminentemente democrática.

Apoio da mídia ao Movimento

Penso que a mídia apoiou o Movimento. A imprensa, naquela ocasião, demonstrava insatisfação com a perspectiva de um quadro de desordem iminente. A imprensa era contrária a isso. Mostrou inconformidade com a situação.

Denominação do Movimento de 31 de Março

O termo Revolução é correto. Realmente, fizemos uma revolução nos costumes políticos do Brasil.

Revolução de 31 de Março de 1964: governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

É uma distinção pouco precisa, um tanto pueril. Na verdade, os governos foram presididos por militares. Não tivemos governo militar. Os ministros eram quase todos civis. Se compararmos com outros países, nossos vizinhos, veremos que a diferença sempre foi muito grande.

Os militares, realmente, empolgaram o Governo, em decorrência da intervenção, mas não predominavam.

Revolução de 31 de Março de 1964: benefícios e prejuízos para o País

A Revolução só acarretou vantagens para o Brasil, não tenho dúvida. A principal influência da Revolução, a meu ver, foi assegurar a continuidade democrática no País. Tivemos um hiato pequeno e não muito profundo, durante certo período de exceção.

Os militares não quiseram "tomar conta" ou permanecer como "donos do Poder". Tanto que o repartiram com lideranças civis. Quando chegou a oportunidade, retiraram-se do palco político, para que o Brasil retornasse à plenitude do regime democrático, com a prevalência do poder civil.

A segunda metade dos anos de 1960 e, principalmente, a década de 1970, segundo mestres renomados, como o Professor João Manuel, da UNICAMP, foram considerados os de maior desenvolvimento em toda a História do Brasil. Mas, hoje, não se fala de tais destaques, por isso é lícito estranhar a falta de divulgação dos fatos marcantes daquele período

Penso que divulgá-los perturbaria os objetivos e interesses do pessoal de esquerda, ora enquistado no Poder. A mídia esquerdista luta, até hoje, de todos os modos, contra a difusão daqueles elementos positivos. É conseqüência do "revanchismo", essa dificuldade que se tem hoje, de restabelecer e manter a verdade. O propósito da esquerda é mantê-la escondida.

Existe, então, o "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares?

Estou certo de que existe um inconformismo, nem sempre ligado ao "revanchismo". Eles não querem é perder e, então, sempre reagem à derrota que sofreram em 1964.

No meu ponto de vista, a derrota da esquerda, no Brasil, em 1964, foi a maior do comunismo, nas áreas em que procurou assumir o Poder, premeditadamente. Se os comunistas tivessem assumido o Poder no Brasil, a situação, em todo o mundo, iria ficar muito difícil. Daí, o grande papel que os militares brasileiros desempenharam em 1964, ao estabelecerem uma barreira contra o comunismo, em uma região bastante sensível, como a América Latina. Do Brasil, iria estender-se a outros países.

Erros cometidos pela Revolução.

Não digo que a Revolução não tenha cometido erros, pois todos somos passíveis de cometê-los. Quando você decide, tem a opção entre "A" e "B", e pode dar uma errada. Isso não significa que esteja indo na direção incorreta. A Revolução cometeu alguns erros, mas esses foram irrelevantes em relação aos seus acertos.

Principais acertos da Revolução

Creio que o principal acerto, o mais destacado foi manter a continuidade democrática, o resto não passou de detalhe. O Brasil poderia ter sido dominado por um grupo totalitário de esquerda comunista e isso a Revolução impediu. Então, esse acerto predominou sobre os demais, que não foram poucos.

A "batalha da comunicação social"

Muitos dizem que perdemos a "batalha da comunicação social". Não concordo com a assertiva, porque a batalha está em curso. Nós não iremos perder ou ganhar a "batalha" em momento algum. Nem eles. Na verdade, estamos cumprindo o nosso papel, nesse embate ideológico e cultural.

Por exemplo, houve cerceamento da liberdade de imprensa numa fase do processo e era indispensável. O pessoal de esquerda tinha uma maneira peculiar de ver as coisas, mistificando-as, com muita facilidade. Depois, a imprensa ficou totalmente liberada. Quando se encerrou o período revolucionário, em 1985, a liberdade de imprensa era total.

Ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis etc.) praticadas por extremistas

Eles queriam tomar o Poder de qualquer maneira. Foi o maior erro que cometeram. Se queriam o Poder, não deveriam seguir aquele caminho. O outro caminho, o democrático, eles não sabiam seguir. Perderam.

Nossa reação a essas ameaças mostrou a capacidade de adaptação dos militares brasileiros às circunstâncias adversas. Se fôssemos ficar perplexos, ou com medo, eles teriam dominado. Reagimos, firme e adequadamente, e soubemos nos adaptar às circunstâncias, o que acho muito importante.

Críticos da Revolução: a falta de diálogo provocou a decisão da esquerda de partir para a luta armada

Discordo, totalmente. Eles é que não queriam o diálogo. Queriam assumir o Poder de qualquer maneira, de modo que não havia muito sobre o que conversar.

Necessidade do AI-5

Penso que o AI-5 foi necessário. Poder-se-ia evitá-lo, se os acontecimentos, que mereciam uma condução melhor, não tivessem se agravado. No quadro de evolução política daqueles dias, como as coisas estavam acontecendo, foi preciso editá-lo, para completar a Revolução.

"Ditadura militar", "anos de chumbo" etc.

Essas expressões foram cunhadas, com muita competência, pelas esquerdas. São meros instrumentos de guerra psicológica. Elas criam essas expressões e, depois, ficam batendo, batendo, para que penetrem nas mentes das pessoas.

Por isso, é necessário ressaltarmos, permanentemente, a índole democrática do povo brasileiro e a preocupação inalterável das Forças Armadas com a preservação da democracia, no Brasil.

Permanência da Revolução

A Revolução poderia ter demorado menos tempo, tendo em vista o nosso propósito primeiro de corrigir o rumo dos acontecimentos, que estava se desvian-

do, perigosamente. Retomado o caminho certo, poder-se-ia deixar o País seguir o seu traçado original, normalmente. Mas, aconteceu que eles partiram para a luta armada, para derrubar o Governo, a qualquer preço, a qualquer custo. Não tivemos outra alternativa a não ser reagir, como fizemos.

O Presidente Geisel poderia, até, ter encerrado o ciclo revolucionário. No entanto, ele deve ter sentido que, ainda, era preciso manter os instrumentos da Revolução. Então, deixou para o seu sucessor, a tarefa de completá-lo.

Vantagens auferidas pelas Forças Armadas, durante o período revolucionário

Acho esta afirmação até risível, haja vista as carências que todos sofremos no plano pessoal e no plano familiar. Mesmo a Instituição Força Armada não obteve qualquer benefício. Não nos aproveitamos, afinal!

Avaliação dos 20 anos de governos da Revolução

Os governos da Revolução foram altamente benéficos para o desenvolvimento do País, sobretudo se analisarmos segundo uma perspectiva histórica. A democracia esteve seriamente ameaçada, antes de 1964, e a Revolução eclodiu para combater essa ameaça. Após algumas escaramuças, reconduziu o Brasil ao regime democrático que, a partir de 1985, vivemos na plenitude.

Influência da conjuntura internacional sobre a abertura política

De certo modo, a conjuntura política internacional influiu positivamente. Com a consolidação da democracia em outros países, sobretudo aqui, nos nossos vizinhos mais próximos, criou-se a expectativa para que déssemos a nossa contribuição de ordem democrática.

Avaliação da abertura política feita pelo Presidente Geisel

A orientação do Presidente Geisel estava fiel ao ideário que nos conduziu à Revolução de 1964. Era natural isso, até porque permanecia em consonância com os objetivos iniciais e que permaneceram os mesmos, até o término da fase revolucionária.

Desgaste da imagem da Revolução como conseqüência da atuação política e dos resultados econômicos do último governo dito militar

Acho que não ocorreu esse desgaste, quanto à Revolução. O Governo Figueiredo pode tê-lo sofrido, talvez, bem como as conseqüências, especialmente em termos de mídia, pela demora excessiva dos governos militares em encerrarem o ciclo. As crises econômicas, originadas dos chamados "choques do petróleo", de 1973 e 1979, atrapalharam muito a economia. Mas, é importante sempre acentuar, a Revolução não perdeu seu brilho, nem o objetivo, que era a preservação do regime democrático, no Brasil.

O radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, em face da queda do Muro de Berlim. Situação do comunismo na atual conjuntura

O comunismo realmente sofreu um sério revés na Rússia, onde se originou, mas o totalitarismo marxista permanece até hoje, e não podemos nos esquecer desse fato. O exemplo marcante é Cuba que, ali, junto dos Estados Unidos, continua a existir e a declarar-se um país comunista.

A imagem das Forças Armadas e seus elevados índices de aceitação junto à sociedade

Os índices elevados de aceitação das Forças Armadas, particularmente do Exército, em pesquisas de opinião, evidenciam o reconhecimento da sociedade à atuação das Forças Armadas, em 1964. Revela uma consonância, um encontro de ideais, entre a sociedade e as Forças Armadas brasileiras.

A opinião pública reconhece a sinceridade e a correção dos nossos propósitos.

Dificuldades enfrentadas para a implantação dos governos revolucionários. Como foram vencidas as pressões de políticos civis que ambicionavam o Poder

Os cargos que ocupei no Governo Federal, logo que se iniciou o período revolucionário, permitem-me falar sobre as dificuldades enfrentadas para a implantação daqueles governos e a superação das pressões dos políticos civis que ambicionavam o Poder. O político civil é muito maleável. Ele se adapta às circunstâncias para não perder as oportunidades de acesso ao Poder. Inicialmente, a escolha do General Castello para o exercício da Presidência teria contado com uma certa aquiescência desses líderes políticos. Ele não pensava em assumir o Poder. Foi escolhido o primeiro presidente revolucionário pelos próprios políticos, graças ao prestígio do seu nome, à correção com que sempre pautou suas atitudes e ao respaldo das Forças Armadas. Já era um nome conhecido.

Depois, houve uma certa dificuldade, com as ambições de alguns, por exemplo, o Governador Carlos Lacerda. As mesmas foram, de certo modo, contidas, devido ao próprio desenrolar da Revolução.

Como comentei acima, os civis têm certa facilidade em sentir isso. São políticos. Acostumaram-se a perceber a direção e o rumo das correntes de opinião. No início, houve uma certa disputa de Poder. Souberam se adaptar e nós militares soubemos preservar o sentido das coisas, sem que nos desviássemos para o totalitarismo, o domínio do Poder absoluto, ou deixar o País mergulhado na desordem. Procuramos o equilíbrio e chegamos ao fim. Cumprimos o objetivo de 31 de Março de 1964.

Importância do SNI

Após o término do período revolucionário, logo que puderam, os políticos investiram contra o Serviço Nacional de Informações (SNI), utilizando uma série de acusações e afirmações inverídicas, a respeito de sua finalidade e do desempenho de seus integrantes. Depois de sua extinção, foi criado um outro órgão, com os mesmos objetivos. Por minha experiência no SNI, entendo que o Serviço foi muito importante, em especial para a condução das relações com os outros países. Estou seguro que sim. Não há país que possa prescindir de um órgão de informações para orientar as ações de governo. Eu dizia aos meus companheiros do SNI: "A informação é a primeira barreira, a primeira linha de defesa da democracia contra o comunismo." Saber dos fatos antes que eles ocorram e, assim, poder adotar as contramedidas necessárias, só é possível pela informação.

O SNI se manteve dentro dessa linha. Assim, o encontrei. Como não trabalhara anteriormente em informações, fiquei agradavelmente surpreso, pois não esperava um órgão tão bem organizado e com quadros, igualmente, preparados, cumprindo a sua missão com toda a correção.

Evidentemente, ocorreram erros. Alguns fatos, eventualmente, poderiam ter sido tratados de maneira diferente.

Digo mais o seguinte, o órgão com o nome de SNI, o órgão de informações, nunca deixou de existir. Ele mudou de nome por duas razões. Uma, porque o Presidente Collor percebeu ser o SNI um órgão emblemático dos governos da Revolução e imaginou: "Vamos acabar com essas informações; assim, estaremos derrubando os militares." A outra, pelo interesse escuso daqueles que tinham muita coisa para esconder e guardavam receio da eficiência de um órgão de informações.

Mensagem final

O que posso dizer, à guisa de síntese final, é que as Forças Armadas sentiram o momento de agir, na defesa da democracia no Brasil, e o fizeram na medida adequada, não tenho dúvidas. Preservamos as nossas tradições democráticas, que vêm de longe, das raízes de nossa História. A ação das Forças Armadas evitou uma guerra civil em nosso País.

As correntes de esquerda não souberam compreender aquele momento histórico e partiram para a luta armada, a agressão. Abdicaram da grandeza da pacificação dos espíritos e de pugnar por suas idéias no campo da democracia. Nesse ponto, as esquerdas erraram. Não reconheceram a derrota e, muito menos, quiseram contribuir para a construção do futuro da Nação. Elas são sempre negativas. É uma pena.

General-de-Divisão Octávio Pereira da Costa

- Natural da Cidade de Maceió, AL.
- Último posto na carreira: General-de-Divisão.
- Participou da Campanha da Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944/45, como S/2 do I Batalhão do 11º RI – Regimento de São João Del Rei.
- Foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou o Grupamento de Elementos de Fronteira, na Amazônia, e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP) do Exército, no Rio de Janeiro, ambos como Coronel.
- Serviu, em 1961, no Gabinete do Ministro da Guerra, General Denys, e, em 1974, no Gabinete do Ministro Sylvio Frota.
- Foi Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), no Governo Médici.
- Como General, foi Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército (EME), Comandante da 6ª Região Militar, Secretário-Geral do Exército, Diretor de Especialização e Extensão e Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa.
- No exterior: Membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), da ESG.
- Em 1964, quando o Movimento eclodiu, estava na Escola de Estado-Maior, como instrutor.

Entrevista realizada no dia 22 de agosto de 2000.

Participo, com bastante satisfação, por meio desta entrevista, do Projeto de História Oral do Exército, sobre o Movimento militar de 1964. Tendo ido a ambientes civis, universitários, a fim de proferir conferências e palestras, e escrito artigos de jornal, depois da Revolução de 1964, esta é a primeira vez que falo à minha Instituição. Já tive até oportunidade de fazer depoimento deste tipo, ao projeto do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.

Temo que possa, por qualquer forma, frustrar as expectativas dos que me convidaram para o Projeto. Esse temor decorre do fato de que, há 18 anos fora da caserna, tenho, hoje, visão muito crítica de todos esses episódios de minha vida militar. Sou uma pessoa que, ao longo da carreira das armas, sempre soube combinar, com absoluta propriedade, os deveres do soldado com os deveres do cidadão. Sempre soube ser soldado, fui soldado até o último dia da minha vida militar, mas também profundamente cidadão.

Não sou formado pelo Colégio Militar. Fui aluno de colégio civil, o Pedro II. Fui para a carreira militar, portanto, com uma visão muito civil da vida. Ambientei-me, totalmente, à profissão militar. Jamais quis afastar-me dela, e a ela tenho sido fiel durante toda a existência. Posteriormente, ao passar para a reserva, cheguei a trabalhar na iniciativa privada, num grande grupo brasileiro, na área de mineração. Presenciei outras realidades, vi outras maneiras de proceder e possuo, hoje, uma visão muito crítica. É bem verdade que, antes, sempre tive as minhas próprias perplexidades, algumas vezes até as manifestei.

Considero apropriado dizer que presto esse depoimento, com absoluta honestidade de propósito e sinceridade, sobretudo, com total fidelidade à minha origem castrense, razão da minha vida, visceralmente militar. Disse uma frase, que se encontra em alguns quartéis de nossa Força, na qual afirmo que "a farda não é uma veste como outra qualquer, é uma outra pele que adere, irreversivelmente, para sempre, à nossa própria alma". É com essa visão do meu posicionamento militar, que dou este depoimento, dizendo exatamente aquilo que penso, quaisquer que sejam as frustrações que possa levantar.

Parece-me importante, preliminarmente, tecer algumas considerações genéricas sobre a vida militar, sobre a sociologia militar; antecedentes à explanação que faço, com nitidez e sem qualquer tipo de escapismo, até com veemência.

Primeiro, gostaria de dizer que a minha vida, até aqui, compreende 80 anos. Desses 80 anos, vivi 36, em períodos autoritários, fossem os de Vargas, fossem os de 1964; ou seja, 45% da minha vida. Por outro lado, a minha carreira militar, iniciada com o ingresso na Escola Militar do Realengo, em 1939, e terminada em 1982, na Vice-Chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa, durou 43

anos; desses 43 anos, vivi 24 anos em regime autoritário, ou seja 56% da minha vida militar foram passados nessas condições.

Feita esta consideração, importante para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro de uma corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. Digo, por exemplo, que é difícil a um jornalista, que vive dentro do seu jornal, compreender o que seja a vida no ambiente militar. Por outro lado, é muito difícil a um militar que vive a vida toda dentro da sua corporação, cujos amigos são militares e, às vezes, seus pais e sua família são militares, compreender o que se passa nas áreas universitárias, ou nas redações dos jornais. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas e, sobretudo, a corporação militar. A farda não é uma veste qualquer, é uma outra pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente.

Como decorrência de minhas leituras sobre sociologia militar, sintetizaria, num esquema, como podem ser as Forças Armadas de quaisquer países, em quaisquer épocas. As Forças Armadas, basicamente, podem ser profissionais. O que são Forças Armadas profissionais? São aquelas a serviço do estado de direito. Cumprem o que as instituições, no estado de direito organizado, lhes determinam. Exemplo clássico são as corporações armadas das nações desenvolvidas, das nações industriais, como os Estados Unidos da América do Norte.

O outro tipo de instituições armadas são as pretorianas. O que são Forças Armadas pretorianas? São aquelas que, vez por outra, intervêm na vida do país, participam dos acontecimentos políticos. Executam uma ação de intervenção e, mais adiante, se submetem ao Poder civil voluntariamente.

A terceira forma são as Forças Armadas cesaristas, ou seja, a serviço do césar – um exemplo claro tivemos durante o Governo Vargas. Vargas era o nosso césar, o nosso pequeno césar. Outro exemplo, a fujimorização. Há pouco tempo, as Forças Armadas peruanas estiveram a serviço de Fujimori (Alberto Fujimori, ex-Presidente do Peru). Há outros exemplos pela história afora, mas estes me parecem bastante ricos.

E, finalmente, a quarta forma: Forças Armadas no governo, ou seja, governos militares, regimes militares, forma última e acabada de intervenção militar.

Recapitulando: Forças Armadas profissionais, pretorianas, cesaristas e, finalmente, o militarismo. Ao longo da nossa História, seja no Império, seja na República, fomos, quase sempre, profissionais, majoritariamente pretorianos, um pouco cesaristas e, finalmente, chegamos a ser, algum tempo, militaristas. Essa é a esquematização que gostaria de fazer, para chegar até onde quero.

O autoritarismo militar foi plantado, em nosso País, pelo colonizador português. O capitão da Capitania Hereditária, ou o bandeirante, era, basicamente, um chefe militar, além de juiz, administrador e coordenador de todos os assuntos. Esse autoritarismo prosseguiu ao longo da nossa História. Gostaria de assinalar, para que sejam bem compreendidos os fatos que se passaram posteriormente, que a coisa mais terrível que afetou o Exército Brasileiro, ao longo de toda a História do Brasil, foi o decreto que instituiu a Guarda Nacional, em 1831, na Regência, preterindo o Exército.

A Guarda Nacional, a serviço das oligarquias rurais, decididamente a serviço das oligarquias rurais, tinha prioridade para o recrutamento militar. Os melhores eram levados para a Guarda Nacional, e restava, ao Exército regular, buscar os seus homens na plebe, nas massas populares. E isso que, realmente, foi um desprimor em relação ao Exército; por outro lado, resultou, afinal, extremamente favorável, no sentido de que, nas suas origens mais remotas, a Força Terrestre é eminentemente popular.

Foi com essa deficiência básica de recrutamento, de preparação, que o Exército enfrentou as revoluções do tempo regencial, e, depois, chegou às lutas externas e à nossa grande guerra externa, a Guerra da Tríplice Aliança, onde se viu em situação dificílima, ao enfrentar o inimigo organizado, no seu território, determinado, disposto a sofrer as últimas conseqüências.

O Duque de Caxias, o nosso Patrono, em determinado momento da campanha, interrompe as operações, e nesse interregno, realiza imenso esforço de reorganização, sem aceitar mercenários que lhe eram oferecidos. Incorpora negros, escravos, descendentes de escravos, e os submete à disciplina que ele sabia manter em suas fileiras. É aí, nesse momento fundamental, que Caxias prepara o Exército para a vitória, para o depois e para o sempre. Gostaria de ler, a esse respeito, um trecho de autor inteiramente neutro, pelo contrário, homem até de esquerda, San Tiago Dantas:

“Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos de classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar.”

San Tiago Dantas reconhece que foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou estabilidade e coesão internas, graças àquela grande reorganização de Caxias.

Outro autor, também de esquerda, grande pensador militar, a quem não damos o devido relevo, Nelson Werneck Sodré, afirma:

"O Exército que surge da Guerra do Paraguai é força nova na vida do País, não mais será relegado a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel secundário na vida do País."

E eu repito aqui o que já disse alhures, em conferência e artigo, porque isso se encaixa perfeitamente nesta sorte de considerações:

"Esse sopro de participação na vida vem de uma jovem oficialidade, originária de uma classe média urbana emergente, marcada pelo desafio de romper com os dogmas da aristocracia rural – aristocracia rural que queria a Guarda Nacional, que dava prioridade à Guarda Nacional."

"Constitui-se então, a partir daí, o Exército como um dos principais motores das grandes transformações político-sociais ocorridas no Brasil, no fim do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX – daí, a participação do Exército, ao influxo das idéias que promanam da Escola Militar, na Questão Religiosa, na Questão Militar, na Abolição, e afinal, na Proclamação da República."

Agora sou eu que escrevo: "Quando as oligarquias rurais, refeitas dos golpes sofridos com a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, retomam o primado do poder político, sob a forma da 'política de governadores', da política do 'café-com-leite', o Exército volta a ser o grande motor das transformações político-sociais, sob a forma legendária do tenentismo."

Gostaria de lembrar, então, que, a partir da Guerra do Paraguai, o Exército encarna um novo papel, o de substituir o próprio poder moderador do Imperador, já em pleno declínio. No momento mesmo em que emerge das transformações político-sociais do País, o Exército é essa força nova, já que a Marinha não é bem o caso, porque era uma instituição claramente monárquica. A força nova é o Exército, que tem sangue de negro também nas suas fileiras, um Exército diversificado, amálgama de tanta gente, de todas as origens. Quando o Exército surge com esse papel, investindo-se em uma nova figura de poder moderador, é a hora do declínio da monarquia, o seu fim. Basta ver que, depois da Guerra do Paraguai, irão decorrer apenas 19 anos até a sua queda.

Eis que coincide a emergência de um Exército renovado, popular, nitidamente representativo das classes médias urbanas, contrário às oligarquias rurais, com o momento em que a monarquia está em pleno ocaso. Daí, então, os militares proclamam a República, não propriamente por intermédio de uma revolução, e sim de um golpe de Estado que substitui o regime monárquico pelo regime republicano. Seguem-se as reações naturais, após todo golpe de Estado. Surgem as

figuras de dois militares, que não são governantes civis, mas, claramente, governantes militares: Deodoro e Floriano. Cabe a essa extraordinária figura de Floriano, que é o pai do nacionalismo brasileiro mais puro, e que se tornou o Consolidador da República, sufocar todas as reações saudosistas, dos pretensos defensores da monarquia, e outras quantas que surgiram, até mesmo as incompreensões dentro da outra Força Armada, a Marinha.

Floriano, "pulmão de ferro", exaure as suas energias, e só sai da cena política, praticamente inválido. Chega a dizer, quando os nacionalistas militares apelam para ele: "Sou um inválido da Pátria." E é, no momento em que esse grande soldado se considera um inválido da Pátria, que começa o poder civil, por meio de Prudente de Morais. Voltam as oligarquias rurais. Volta a política dos governadores. Volta o poder dos grandes estados da Federação.

De passagem, quero dizer que, na Constituição – a primeira constituição republicana, quando se define o papel das Forças Armadas – surge, também pela primeira vez, na história das nossas constituições, repetindo-se, a partir daí, em todas elas, até hoje, a expressão "Instituições Nacionais Permanentes". Por que permanentes? Era o velho complexo da Guarda Nacional, o velho receio de que chegasse o dia em que as oligarquias rurais quisessem extingui-las. As oligarquias voltariam a ter as milícias a seu comando, milícias inteiramente disponíveis para todos os seus propósitos, para todos os seus objetivos.

Foi, então, na Constituição de 1891, que apareceu, pela primeira vez, essa expressão irreversível – "Instituições Nacionais Permanentes". É aquela velha verdade: muitas vezes afirmamos para negar e negamos para afirmar. Assim, o legislador colocou essa expressão, e ela prosseguiu em outras Cartas e diplomas, tendo chegado, intacta, até hoje. Esse episódio da criação da Guarda Nacional, essa surda oposição das oligarquias rurais ao papel de uma Força Armada, como o Exército, eminentemente popular, eminentemente democrática, representativa do povo, no que ele tem de mais representativo. Tudo isso mostra como as oligarquias sempre viram no Exército uma ameaça. Representante lídimo das novas classes urbanas, das classes médias, dentro do incipiente processo de industrialização brasileira e de um processo de urbanização, que começou a ser feito a partir dos primeiros anos da República – o Exército viveu os dias da famosa República Velha, até 1930; sempre atento aos passos das oligarquias rurais e estaduais.

É contra essas oligarquias rurais e estaduais que se levanta, outra vez, a mocidade militar, num movimento pretoriano, investindo-se do papel de poder moderador, que julgava ter herdado do Império. O Exército se auto-intitulara um verdadeiro poder moderador, capacitado a realizar intervenções periódicas. Sen-

do profissional, esse poder moderador também era pretoriano, porque, vez por outra, sentia a necessidade de intervir, para melhor ordenar os rumos do País.

Nesse tempo, prosseguem os desmandos, os descaminhos, os desvios e as mazelas do tempo da Monarquia, sobretudo as de natureza econômica. Ocorrera a libertação dos escravos, mas o trabalho no Brasil era, praticamente, uma continuação do trabalho escravo. E havia problemas de toda natureza, como, por exemplo, os vícios da legislação eleitoral.

Isso tudo amadureceu um pensamento militar reformista, o pensamento dos famosos “tenentes” – o tenentismo brasileiro – que gerou várias vertentes. Desaguou na Coluna Prestes; desaguou no cesarismo de Vargas, mas se manteve fiel às suas origens. Por outro lado, vimos uma parte desse pensamento tenentista, decepcionado com os rumos da política brasileira, voltar-se até para a extrema direita, os tenentes que desaguaram no integralismo. A maioria dos tenentes, no entanto, ficou com Vargas e patrocinou a sua aventura cesarista. Uma outra parte enveredou por uma doutrina diferente, equivocadamente, lamentavelmente, desgraçadamente, com o surgimento da figura de Luís Carlos Prestes que, depois da sua legenda heróica de “Cavaleiro da Esperança”, embebeu-se de leituras de natureza marxista, e chegou à conclusão de que o Brasil deveria tomar rumos totalmente diferentes.

Com o maior espírito de compreensão, devemos entender todas as posições. Devemos negá-las, combatê-las, mas compreendê-las, sobretudo, compreender alguém como ele, e como outros, que deram a sua vida por uma idéia, por pior que fosse essa idéia. Sacrificaram-se por ela e, por isso, merecem o nosso respeito.

Outros tenentes acompanharam Vargas na sua aventura cesarista, inclusive Juarez, Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães. Vargas, com a sua sabedoria política, transformou esses tenentes em chefes de estado regionais. Dessa forma, criaram-se as dinastias militares. No Norte, no Pará, os Baratas. Na Bahia, os Magalhães, o Juracy. No Ceará, os Távoras. Em Mato Grosso, os Müller. Em Sergipe, os Maynard Gomes. E tantos outros por aí. Todos esses filhos do cesarismo, tudo isso veio do “barco” do tenentismo, que “ancorou no porto” do cesarismo varguista.

Outros, também, lamentavelmente, enveredaram pelo totalitarismo de direita. Temos bons exemplos: Severo Fournier, Newton Cavalcanti. O próprio Filinto Müller, foi cesarista, mas era muito à direita, extremamente à direita. O Freitas Rolim, grande figura humana, grande soldado, mas integralista, determinado em suas convicções. Tenho por todos o maior respeito, porque desejavam o bem do seu País, o bem do seu povo, mas trilharam caminhos equivocados.

Eis que chegamos à Revolução de 1930, ou melhor, ao golpe de Estado de 1930, posto que também não foi, não se pode dizer que tenha sido uma revolu-

ção. Vargas, com a sua sabedoria política, transforma os tenentes em governadores de Estado. Esses governadores criam suas próprias oligarquias. Até hoje existem remanescentes, como a dos Magalhães na Bahia. O Juracy está nos seus últimos dias de vida em Salvador, mas os seus filhos ainda estão aí. Seu neto ainda está no Congresso. Há outros casos de remanescentes dessas oligarquias.

Vive-se o período de Vargas, o qual faz alguma coisa próxima do que seria um propósito revolucionário, modifica a legislação eleitoral, modifica a legislação trabalhista. Surge um trabalhismo estatal, inteiramente vinculado às ordens do Chefe de Estado, mas, de qualquer maneira, a legislação trabalhista mudou muito, é a primeira grande coisa que se faz no período republicano, em favor das classes trabalhistas.

Finalmente, em 1937, Vargas, apoiado por muitos militares – dizem alguns autores que até encarnando a vontade de alguns militares mais radicais, que com ele se reuniram no dia 27 de setembro – dá o tal golpe de Estado de 1937, e cria o Estado Novo. O Estado Novo só não recolheu reações mais vivas, a não ser a do Movimento Integralista de 1938, porque, logo a seguir, começou a Grande Guerra Mundial, que, conseqüentemente empenhou o Brasil no esforço de guerra, inicialmente um esforço civil, depois um esforço militar. Em nome da guerra, nada se fez contra o Estado Novo de Vargas e, por isso, durou mais oito anos.

Com a volta da Força Expedicionária Brasileira e com a abertura que se seguiu a essa volta, os militares compreendem que é chegado o fim do período de Vargas, por eles deposto em 29 de outubro de 1945. Começa aí – é onde desejo chegar – um dos períodos mais marcantes da vida brasileira. A vida política brasileira estará dividida, a partir de então, em dois grandes grupamentos: varguistas e antivarguistas.

Primeiro, há uma solução de compromisso, uma coalizão para a eleição de Dutra, que vence Eduardo Gomes. Sobe ao Poder o General Dutra – que era um Ministro de Vargas, mas já não concordava com ele. Faz um governo, do ponto de vista constitucional, modelar. Expurga o Partido Comunista da legalidade. Começa, então, a disputa tremenda entre varguistas e antivarguistas.

A Constituição de 1946 foi feita sob o signo da coalizão; no entanto, a partir de então, a vida política brasileira prossegue sob o signo do confronto, o confronto entre varguistas e antivarguistas. O confronto continua até depois de morto Vargas. Quando, recentemente, o Presidente Fernando Henrique disse que era o fim da Era Vargas, realmente tinha alguma razão. Só muito recentemente findou a Era Vargas, porque, até então, remanesciam varguistas e antivarguistas.

O que se passa então? Primeiro, é preciso ver esta verdade: a grande e nefasta colheita de todo o regime autoritário é a safra de maus políticos que

permanecem mesmo após o seu término. Por quê? Porque os cortes das instituições e o desestímulo à formação de lideranças, fazem com que a safra de depois do regime autoritário seja da pior qualidade. Entenda-se, então, que o populismo brasileiro é filho do ocaso da ditadura de Vargas. Surge o populismo brasileiro com Goulart, com Brizola, com Hugo Borghi, com Jânio Quadros. Esse é o nosso populismo, nefasta safra que se segue ao regime autoritário. Maus políticos, sem compromisso com os verdadeiros interesses do povo e do País.

As pessoas estão, hoje, distantes desse tempo, mas lembraria que nas primeiras eleições, depois de Vargas, ele se elegeu por todo o País. A legislação permitia que um candidato representasse mais de um Estado. Elegeu-se deputado e senador por vários estados da federação, pelo Rio Grande do Sul, por São Paulo, pelo Rio, por Pernambuco, e, conseqüentemente, trouxe, atrás de si, por "enxurrada", os beneficiários de suas "sobras" eleitorais. Elegia-se com centenas de milhares de votos, que era a dimensão daquela época. Isso também decorria da tremenda propaganda do seu regime ditatorial, com o famoso DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

Lembro-me desse tempo, quando alguns verdadeiros cafajestes se elegiam com um cartaz, contendo um retrato ao lado de Vargas, dizendo: "Vote em fulano, disse Vargas." Isso é regime? Eram os varguistas voltando ao Poder, e foi o que se passou, logo depois, em 1950. Vargas volta ao Poder ressentido, envelhecido, e chega ao paroxismo o confronto entre varguistas e antivarguistas.

O Governo de Vargas já é mais próximo de nós, todos nos lembramos dele, do governo constitucional de Vargas: os desmandos; a situação econômica; o populismo desenfreado, sua guinada para a esquerda. Getúlio, que estivera à direita, amigo íntimo de Mussolini, agora estava à esquerda, profundamente antiamericanista, um nacionalismo jacobino, demagógico. Trazia algumas figuras novas, como esse verdadeiro filho "postiço", que era João Goulart. Vargas volta ressentido, vingativo, com grandes queixumes das Forças Armadas, particularmente, do Exército. Mas o seu Governo termina com aquele tiro terrível, aquele suicídio brutal, quando já era inteiramente impopular.

Recordo-me da corrida do Grande Prêmio Brasil de 1954, nos primeiros dias de agosto. Encontrava-me presente ao Hipódromo da Gávea, quando entrou Getúlio Vargas. Como sempre, vinha, demagogicamente, de carro aberto, pela pista, por onde cavalgavam os grandes parelheiros. A novidade é que Vargas passa debaixo da mais ensurdecedora vaia, que me lembro de ter ouvido, mesmo num campo desportivo. Não me esqueço dessa vaia terrível. Logo depois, precipitaram-se os acontecimentos, com aquele episódio do crime da rua Tonelero, envolvendo um personagem das

Forças Armadas, Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Veio, então, a instauração do inquérito, na Base Aérea do Galeão, a chamada "República do Galeão".

Nessa ocasião, professor da Escola de Estado-Maior, tinha as minhas perplexidades, via aquele movimento todo, estava solidário com os meus companheiros, mas perguntava, a mim mesmo, em que poderia dar tudo aquilo? Não poderia resultar em boa coisa.

Aquelas ruidosas assembléias dos clubes militares, a famosa "República do Galeão", afinal, tudo resultou num tiro derradeiro, no suicídio de Vargas, e na reversão brutal da história recente. Houve a reversão de todas as expectativas, a carta-testamento, a marcha sofrida e chorosa, pelas ruas da Cidade, pelo Flamengo, levando o corpo para a despedida final no aeroporto Santos Dumont, no rumo aos seus pagos, em São Borja.

Ressuscitam, então, todos os varguistas antes intimidados. Os antivarguistas procuram acobertar-se e silenciar, pois a avalanche varguista é tremenda. A bala do suicídio e a carta-testamento reverteram tudo. Alteraram, em poucos instantes, o curso da história, que parecia favorecer os correligionários da UDN, que eram os adversários de Vargas. Os antivarguistas perdiam a cartada final.

Seguem-se os episódios da interinidade de Café Filho, de Carlos Luz, de Nereu Ramos. Foram feitas todas as tentativas para evitar que o Poder, que chegara, pelo suicídio, às mãos de um antivarguista, que era Café filho – cercado, basicamente, de antivarguistas, entre eles o futuro Presidente Ernesto Geisel, os irmãos Geisel, e de tantas outras figuras extraordinárias da vida militar, todos antivarguistas – voltasse às mãos de um varguista. Houve um esforço imenso, mas infrutífero.

Veio Juscelino Kubitschek, eleito, basicamente, por todos os varguistas. Era em nome da carta-testamento que ele surgia, tendo a seu lado o herdeiro político de Vargas, João Goulart, como Vice-Presidente da República. Sobe, amparado pela mão firme de um grande chefe militar, quaisquer que sejam as restrições que possam ser feitas a ele. Henrique Lott, fiel às suas convicções e às suas posições – pessoalmente, eu não tinha por ele a menor simpatia, mas devo reconhecer que foi uma figura admirável, na defesa dos seus pontos de vista. Posicionou-se pelo que chamava de legalidade, deu posse a Juscelino. Mais tarde viriam algumas reações militares; em 1956 – Juscelino foi eleito em fins de 1955 – houve a revolta de Jacareacanga, desencadeada por oficiais da Aeronáutica, tentando impedir a posse de Juscelino, mas Lott assegurou-a, e se tornou o condestável da república varguista sob Juscelino Kubitschek.

E Juscelino, com a sua simpatia, com a sua moderação, com o seu gênio político, a sua maneira bem brasileira, bem mineira de ser, tentou, de todas as

formas, enterrar Vargas, sepultar de vez Vargas. Embora eleito por Vargas, tentou sepultá-lo.

Penso que conseguiu fazê-lo com um gesto de prestidigitação, o deslocamento da Capital do País, do Rio de Janeiro para Brasília. Era um fato novo, um grande momento de comunicação, um momento cultural extraordinário, a "capital no Planalto Central", a "marcha para o oeste". Penso que a real motivação de tudo isso era o "vamos esquecer Vargas". Uma nova liderança surgia, a de Juscelino Kubitschek, que, até hoje, fascina tantos políticos brasileiros, que fez um governo de moderação, equilibrado, voltado para o desenvolvimento e voltado para as classes empresariais, favorecendo-as de tal maneira, que se pode dizer ter nascido aí o grande empresariado brasileiro.

Nesse aspecto, é oportuno fazer uma pequena reflexão. O Poder é um quadrúpede, o Poder tem quatro patas: a "pata" política, a "pata" econômica, a "pata" social e a "pata" militar.

Normalmente, a sabedoria do governante está em ter uma "pata" firme, de sua predileção, na qual possa sustentar-se, e procurar equilibrar-se nas outras. Juscelino não tinha "pata militar", pelo contrário, ele sabia que tinha grandes dificuldades de conviver com a área militar, apesar de ter também os seus simpatizantes, mas não era a sustentação de sua predileção. O que ele fez então? Tinha sustentação política, porém não era uma figura popular como Vargas. Não podendo sensibilizar a área social, procurou criar uma sustentação econômica. E foi então, com os seus dois pólos de sustentação, o econômico e o político, que Juscelino conseguiu levar o seu Governo até o fim, e inserir-se na História do Brasil como um grande momento da vida brasileira.

Se a admiração por Juscelino cresce incessantemente, há quem o veja de forma diferente. Jacob Gorender, o marxista-leninista brasileiro mais lúcido que existe, tem um admirável livro, *O Combate nas Trevas,* sobre a luta armada, absolutamente imperdível, de sinceridade e isenção totais. Considera o Governo de Juscelino o pior de toda a história do País, por ter sido o mais entreguista que teria havido. Gorender tem suas razões, demonstradas no seu grande livro. No entanto, até hoje, permanece a legenda do Juscelino Kubitschek. Os atuais governantes procuram copiá-lo, gostariam de ser um novo Juscelino. Não chegam a ser, mas gostariam.

Seu imenso esforço nos campos da energia elétrica, das estradas, da mudança da capital, da implantação da indústria automobilística, exauriu economicamente o País. Diante de uma inflação brutal, sua sucessão passou a ser dificílima, e foi equacionada em termos de um chefe militar. Por que um chefe militar?

Por que Henrique Lott? Porque era a maneira de assegurar que o eleito tomaria posse. Um chefe militar respeitado, temido, tomaria posse.

Note-se que até para a sucessão de Juscelino houve reações militares. Quais? Quando Jânio Quadros, na suas marchas e contramarchas, nas suas idas e vindas, um dia anunciou que não era mais candidato, os militares antivarguistas, que tinham adotado a sua candidatura, porque queriam um antivarguista outra vez no Poder, partiram para a loucura de Aragarças, chefiados pelo meu colega de turma, o Burnier, recentemente falecido.

Foi Burnier quem levantou o foco subversivo de Aragarças, mas não obstante isso, logo depois, Jânio Quadros voltou a ser candidato, se elegeu, e os antivarguistas pensaram que estava tudo resolvido – que era a sua hora – que o Poder estava com os antivarguistas, que o populismo varguista estava inviabilizado.

Acontece que, em plena pregação de Lacerda – um dos maiores panfletários do País – contra os descaminhos e as tonteiras de Jânio Quadros, o Presidente surpreende a Nação com a sua renúncia, em agosto de 1961.

Considero a renúncia de Jânio Quadros – encontrava-me no Gabinete do Ministro da Guerra, General Denys, aqui, nesta casa (o entrevistado refere-se ao atual Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde, à época, funcionava o Ministério da Guerra, já em processo de transferência para Brasília) – o momento mais difícil da vida brasileira, que vivi. Estávamos, realmente, à beira da guerra civil, o Sul contra o resto do País – pior do que São Paulo, muito pior do que em 1932. Era uma situação dificílima, terrível. Por quê?

Porque, devido a uma legislação que permitia a eleição de um candidato a Presidente, por um partido, e um candidato a Vice-Presidente por outro, tinha ocorrido essa verdadeira loucura, um Presidente antivarguista e um Vice-Presidente varguista. Era esse o nosso quadro: um Vice-Presidente varguista, João Goulart, muito mais à esquerda do que Vargas, muito mais seduzido pelas pregações sindicalistas e ruralistas do que o próprio Vargas.

Quando da renúncia, esse Vice-Presidente estava visitando a China, que, até então, era um verdadeiro tabu, a China comunista, de Mao Tsé-Tung. Então, o General Denys e os outros ministros, tomaram aquela decisão, extremamente discutível e discutida. Castello Branco, que estava na Diretoria de Ensino, não concordava e se arrepiava com a decisão de vetar a posse de Goulart. Maior interferência na vida política é difícil de ocorrer. Um pretorianismo incrível. Outra vez o poder moderador exercido pelos militares, agora pelos militares antivarguistas contra os varguistas.

E Brizola, um demagogo, jovem, com uma dialética demagógica, "partiu para cima". Levanta o Sul do País, tentando resistir. Monta a "cadeia da legalidade".

Vivi aqui dias e noites de prontidão, neste Quartel-General. Dias tensos, inesquecíveis, absolutamente inesquecíveis. Era meu confidente, nos corredores, o pai do atual Ministro Dornelles, o então Coronel Mozart Dornelles, figura extraordinária, parente de Vargas, um homem equilibrado, isento. Um homem admirável.

Afinal, os ministros militares dão o veto e o País fica numa situação dificílima, a guerra civil iminente. Inventa-se aquele "parlamentarismo de ocasião", que permite a passagem das nuvens negras. Aceita-se a solução que, evidentemente, não poderia dar certo, era incoerente, não levava a nada.

Goulart volta, toma posse, e começa o Governo mais louco que se pode imaginar. Na área militar, as suas escolhas eram absolutamente estapafúrdias, ele não entendia nada de Forças Armadas, não sabia onde estava a verdadeira inteligência militar, onde estava a verdadeira cultura militar. Escolhia as pessoas das "baias" – sem qualquer referência aos meus queridos colegas de Cavalaria – as pessoas do curral das estâncias. Eram os piores. Havia um General que tinha o apelido de "faz-tudo". Ora, um oficial que chega a General, com o apelido de faz-tudo, é uma coisa muito séria, realmente. Havia os "osvinos". Havia generais inimagináveis.

O propósito de Goulart, desde o princípio, era acabar com o parlamentarismo. Realiza-o de forma brilhante, com a campanha publicitária mais rica que se desencadeou neste País. Foi aí que apareceu o seu contra-parente Macedo, grande empresário da área de comunicação, da MPM. Enriqueceu na campanha contra o parlamentarismo. Serviu, mais tarde, a todos os governos revolucionários. Era um profissional competente, conseguiu os seus objetivos. Terminado o parlamentarismo vinha o presidencialismo, e aquele revanchismo de varguistas contra antivarguistas continuava cada vez mais aceso.

Goulart, na sua total incompetência em matéria de assuntos militares, exila para as escolas as melhores figuras do estamento militar. A Escola Superior de Guerra nunca esteve tão feliz. Floresciam nela e na Escola de Estado-Maior as melhores inteligências da área militar. Enquanto isso, ele ficava com o que havia de pior na vida militar. Esse Secretário que está aí hoje – Chuay (Eduardo Chuay) era seu Ajudante-de-Ordens. É o homem do trânsito. Basta olhar para ele. Não se precisa dizer mais nada. O Assis Brasil foi instrutor comigo na Escola de Estado-Maior, era brilhante, mas bebia demasiadamente, vivia no "mundo da lua", era um homem interessantíssimo, mas superestimava as suas possibilidades. Era o Chefe do Gabinete Militar de Goulart.

Estamos tratando do período antes da Revolução. Todos esses fatos são os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964 e vão motivar os comentários que se seguem. Meu intuito era chegar até aqui para dizer, claramente, que tudo vem

de, muito longe, vem do poder moderador exercido pelos militares, auto-exercido pelos militares. Depois do tenentismo idealista, depois da ditadura de Vargas, depois das crises que se seguiram, dos erros da legislação eleitoral, da crise de 1961, da posse, a moldura é sempre a mesma – varguismo e antivarguismo.

E não interromperia essa longa exposição, sem citar um trecho da conferência que o então, recém-promovido General-de-Brigada, Humberto de Alencar Castello Branco – pelo qual tenho a maior admiração, embora nunca tenha feito parte do seu cortejo – Comandante da Escola de Estado-Maior, futuro Presidente da República, proferiu na Escola Superior de Guerra. São palavras inesquecíveis. Corria o ano de 1955 e estávamos longe da Revolução de 1964:

"Há aqueles que recomendam, como melhor caminho para participação dos militares na recuperação do País, intervir e assumir o controle do governo. Os mais sinceros dizem que isso é necessário, devido à incapacidade das instituições políticas, para resolver os problemas da Nação. As Forças Armadas não podem, se são fiéis a sua tradição, fazer do Brasil uma outra republiqueta sul-americana. Se nós adotarmos esse regime, entraremos nele pela força, haveremos de mantê-lo pela força e sairemos dele pela força."

Nove anos depois ele seria o primeiro Presidente de um ciclo militar. São palavras que devem ser pensadas, palavras absolutamente proféticas. Não saímos pela força, por várias razões: porque os militares, globalmente, têm o sentido do equilíbrio, apesar de tudo, apesar dos excessos; e, por outro lado, porque apareceu também um outro agente da transmissão. O mais difícil é sair do regime autoritário para o estado de direito.

Em 1945/1946, saímos graças ao gênio político de Otávio Mangabeira. Criou-se o Governo de coalizão que conseguiu escrever a Constituição, bastante razoável, de 1946, bastante equilibrada, e elegeu Dutra, apesar de ter colocado, em segundo plano, a figura inesquecível de Eduardo Gomes. Foi uma maneira de sair, saímos pelos caminhos da coalizão.

Mais tarde, quem seria o agente da mudança? Quais seriam os agentes da passagem? Vários pensadores, civis e militares, se debruçaram sobre isso: como sair do regime de 1964 para o novo estado de direito, para não confirmar a profecia de Castello Branco, de que teríamos de sair pela força, como se sai de qualquer regime autoritário.

Tivemos vários artífices. Primeiro, Cordeiro de Farias, um homem treinado em vários episódios, inclusive durante Vargas. Tinha sido varguista e, depois, antivarguista. Foi General durante 23 anos – general aos 39 anos – e quem acabou com isso – os políticos esquecem – foi um homem chamado Humberto de Alencar

Castello Branco, que limitou a permanência no último posto, que limitou a permanência nos vários postos de general, criando a exigência de que o indivíduo eleito para qualquer cargo político, encerre sua carreira militar. Com isso, acabaram as carreiras paralelas do tipo Juracy Magalhães, Juarez Távora e tantos outros, inclusive o próprio Cordeiro de Farias. Foi o primeiro Presidente da Revolução quem prestou esse serviço à Nação e ao Exército, de extinguir as carreiras paralelas de militares altamente politizados.

Quem fez as tentativas? Cordeiro de Faria fez várias e ajudou muito. Outro, que era o artífice da saída pelos caminhos da coalizão, era Petrônio Portela. Esperava ser o artífice e o beneficiário. Desgraçadamente, Petrônio Portela sucumbe, se exaure na sua militância política, morre antes da hora.

Surgiu então – chegou o momento – a figura de um político matreiro, um político muito hábil, com trânsito em todas as áreas, inclusive nas áreas militares, que queria, sonhava, com a passagem pelos caminhos da coalizão. Ele imaginava uma saída sem ser pela força, mas sim pela coalizão. Quem foi esse homem? Tancredo Neves.

Havia duas correntes expressivas: a ARENA, que partiu do Movimento de 1964, e o MDB – hoje, PMDB. Irreconciliáveis. Era um bipartidarismo absolutamente "louco", porque quando você faz bipartidarismo, está afirmando: quem está comigo, está comigo, e quem não está comigo, é meu inimigo, não tem para onde ir, não tem alternativa. Então, Tancredo criou o PP, o Partido Popular, e ficou se equilibrando, numa posição intermediária, tentando conviver com isso, para ver se ajudava a passagem. Diz-se até, e tenho fortes indícios de que seja verdade – fui amigo pessoal de Tancredo e de seu filho – que ele imaginava que Frota pudesse ser o novo Dutra. Estava inteiramente equivocado, não para minimizar as qualidades do Ministro Sylvio Frota, mas porque eram temperamentos completamente diferentes, Frota não era Dutra. Frota chegou a enganar-se, a incensar-se, achar que podia ter alguma possibilidade, e isso realmente ajudou a irritação que havia entre o Planalto e o Setor Militar Urbano. É outra história que eu conheço bem.

Afinal, acabam com o PP, a legislação volta a ser bipartidarista, e Tancredo refugia-se no MDB, numa posição intermediária, que ele intitulou MDB moderado. Era o antigo PP. Nesse MDB moderado, ele foi levando os fatos, e acabou sendo beneficiário dessa transição, a tal ponto que escolheu como seu Vice-Presidente, o antigo presidente da ARENA, o José Sarney, e que estava incompatibilizado com os governantes militares.

Quando Tancredo morre antes de assumir, o Vice-Presidente era o Sarney. No pós-Revolução, com a arrancada do MDB para o Poder, a longamente esperada

"avalanche" do MDB na marcha para o Poder, comandada por Ulysses Guimarães, quem sobe ao Poder no novo regime, na Nova República? José Sarney, velho político da UDN, antigo presidente da ARENA. É um paradoxo total. O que se passa então?

A transição sonhada por Tancredo Neves, num ambiente de coalizão, é substituída, outra vez, pela via do confronto. A luta entre Ulysses Guimarães, tríplice presidente: do Partido, do Senado e da Constituinte, contra Sarney. Nesse confronto, nesse pleno confronto, que não é somente dentro do Executivo, mas é confronto de poderes, de todas as ordens – ainda restam uns resquícios de varguismo e antivarguismo, já atenuados. Esse confronto escreve a Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 foi a mais casuística de todas as constituições, só não foi pior, porque Sarney teve o bom senso de convocar, para Ministro do Exército o General Leônidas Pires Gonçalves, homem de personalidade fortíssima, meu colega de turma, admirável figura de soldado, com todos os seus defeitos pessoais. Conhecendo-o profundamente, por quatro anos, meu colega na Escola Militar de Realengo e três anos, lado a lado, na Escola de Estado-Maior, posso dizer que o Leônidas foi a pessoa absolutamente certa, para aquele difícil momento. Não fosse a sua presença no Ministério do Exército, o pós-Revolução teria sido muito pior. Ele "segurou" muita coisa; falava com aquele seu jeito "mais eu" de falar, mas falava de igual para igual, com o Ulysses Guimarães, com o Mário Covas, com essa gente toda.

Lembro-me, por exemplo – coisas do Leônidas – tenho várias anedotas sobre ele, excelentes, e vou contar uma, a esse propósito. Mario Covas acabara de ser eleito Senador, se não me engano por São Paulo, com a maior votação de senador que já houvera, na República. Encontravam-se numa recepção do Itamaraty; ao lado de Covas, estava o Leônidas, fardado, Ministro do Exército, e alguém passou, quis agradar o Mário Covas e o felicitou pela extraordinária votação – a maior da história da República, batera Vargas, batera todo mundo, votação consagradora. E Covas ficou extremamente feliz, todo deslumbrado. Leônidas encarou-o e disse: "Não se esqueça, Senador, que Jânio Quadros também obteve, para Presidente da República, a maior votação de toda a história do País, não se iluda Senador." Só um homem de muita personalidade pode dizer uma coisa dessas. Acho que ele foi o homem certo na hora certa, principalmente do Exército para fora. Do Exército para dentro eu nem sei, porque já não estava nele.

Raízes do Movimento de 1964

Já mostrei as origens remotas, as origens menos remotas e as origens imediatas. Penso que o Movimento de 1964 é resultante do conflito entre varguistas

e antivarguistas, que chegou ao máximo no Governo Goulart, e é, também, uma certa "revanche" de 1961. Foi depois de 1961 que as coisas se aceleraram, foi depois da atitude dos três ministros militares, em 1961, que o problema se criou. Então, 1964 é a "revanche" de 1961.

Influência da guerra fria no Movimento de 31 de Março de 1964

Considero que a guerra fria teve influência no Movimento de 1964, e vou explicar o que se passou, depois da Segunda Guerra Mundial. O stalinismo soviético pensou ter chegado a hora de expandir-se pelo mundo, aproveitando os êxitos alcançados na guerra. O expansionismo da URSS foi muito grande, muito significativo. Ocorreu em toda parte, no Extremo Oriente, na Indochina Francesa – depois Vietnã – na Argélia, em Angola – a África começou a ter regimes marxistas. Conseguiu, até, plantar um bastião bem defronte da América, bem defronte da Flórida, em Cuba. Por outro lado, havia as nações ocidentais empenhadas em preservar as suas posições e conquistar outras. O mundo passou a ser um grande tabuleiro de xadrez, mas é óbvio que houve uma tentativa de avanço marxista por todos os continentes.

Depois de 1945, também, as idéias de esquerda proliferaram no território nacional, os admiradores da União Soviética fizeram-se mais presentes. A liberdade de pensamento proporcionou oportunidades para que eles se manifestassem, tornando o Brasil um campo aberto ao intercâmbio e confronto das idéias. Isso se passou principalmente nas áreas universitárias, nas áreas estudantis, nas áreas culturais.

A guerra fria influiu poderosamente, e é preciso ver uma coisa muito importante, que precisa ser caracterizada: as lições das guerras da Indochina, do Vietnã, de Angola e da Argélia fizeram com que surgisse toda uma literatura sobre a guerra subversiva, sobre a guerra insurrecional.

Lembro de um grande autor francês, Gabriel Bonnet, que escreveu um livro sobre guerras insurrecionais, interessantíssimo. Também existia um militar português, com grandes obras, todas desenvolviam essas idéias. Eis que surgiu, então, a doutrina da guerra revolucionária. Essa doutrina – as pessoas confundem um pouco – pois pensam que foi trazida da Escola das Américas e dos Estados Unidos. A Escola das Américas contribuiu muito, ajudou em outros aspectos, sobretudo nos ligados à repressão e ações policiais, mas esse clima da guerra revolucionária foi importado da Escola Superior de Guerra de Paris, que passou a desenvolver a teoria da guerra revolucionária. Recordo-me claramente, estava na Escola de Estado-Maior, como instrutor, e as conferências da Escola Superior de

Guerra versavam sobre guerra revolucionária. Havia aquelas famosas "cinco fases da Guerra Revolucionária".

Na primeira fase, ocorria "isso", na segunda estaria acontecendo "aquilo", a partir da terceira e da quarta dava-se a eclosão da guerra revolucionária, de cunho marxista-leninista, e, afinal, criava-se um foco; esse foco se expandia – era a "Teoria do Foco", de um francês, Regis Debray. O foco transformava-se e tomava conta da Nação. Dessa teoria – o foco foi Sierra Maestra – resultou o regime de Fidel Castro. Então os marxistas-leninistas, de todas as partes, imaginavam criar um foco. Xambioá era a tentativa de criação de um foco.

Essas idéias, desenvolvidas, primeiro, na Escola Superior de Guerra, passaram às escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas. As apostilas começaram a correr por todo o estamento militar. Mais tarde, sendo já Chefe do Estado-Maior o futuro Presidente Castello Branco, a doutrina da guerra revolucionária tomou conta do Exército, os currículos de todas as escolas militares estavam com um percentual enorme de guerra revolucionária, ninguém ensinava nada que não tivesse de 30 a 40% de guerra revolucionária.

Dessa forma, a cabeça dos militares brasileiros foi preparada dentro da idéia de que estaríamos vivendo aqui o que tinha ocorrido na Indochina, ou na Argélia, ou em Angola, que estávamos já na terceira ou quarta fase, e que era hora de reagir. A cabeça foi feita pela doutrinação da Escola Superior de Guerra, e isso é uma demonstração clara de que a guerra fria contribuiu, imensamente, para o Movimento de 1964. Ele foi praticamente criado dentro das idéias dessa doutrina. Tínhamos o dever de nos opor às guerras revolucionárias ou insurrecionais.

Mais tarde, na fase de desaceleração do regime militar, acabamos com o AI-5, iniciamos a abertura, fizemos a anistia, penso termos cometido um dos erros mais graves: deixamos de realizar um trabalho para esvaziar a doutrinação de guerra revolucionária. Era preciso que as escolas voltassem a trabalhar nas suas elocubrações normais, esquecendo este tipo de conflito que já havia terminado. Ao contrário, a doutrinação de guerra revolucionária continuou, anacronicamente, a circular pelas nossas escolas.

Se alguma restrição faço ao Presidente Geisel, ela se encontra na seleção de pessoas em períodos críticos. Penso que ele fez a abertura no momento certo, teve a visão, percebeu, que o Exército havia ocupado o País e que era preciso tirar o Exército de ocupante do País, para colocá-lo nas atividades normais, mas ele – que não era bom de conhecimento das pessoas, que não era um bom conhecedor das almas humanas – não escolheu as figuras apropriadas para realizar, executar essa diretriz estratégica. Não selecionou o ministro adequado para fazê-lo, não

classificou, nas nossas escolas militares, pessoas afinadas com esse pensamento. Então, o esforço foi muito mais árduo, lento, e isso vai explicar as reações que depois ocorreram.

Clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, entre 1961 e 1964

Gostaria de caracterizar que não sou das pessoas que adotam pensamento monolítico, não sou dono da verdade. Exponho a minha opinião, qualquer que ela seja, aceita ou não aceita, e não repudio as verdades dos outros. Convivo com elas; sou homem de diálogo.

Não gosto de dizer que havia um clima de insatisfação contra o Governo Goulart. Se me perguntarem se havia um clima de insatisfação na área militar, contra o Governo Goulart, não tenho a menor dúvida, havia. Estou certo de que era a maioria, não a unanimidade, porque há sempre alguém que pode pensar de maneira diferente. Você está em plena Revolução e não acredita que possa haver um Lamarca. Você está em pleno tenentismo e não pode ignorar a existência de um Luís Carlos Prestes.

Dizer que havia um clima geral de total insatisfação contra o Governo Goulart, é um pouco monolítico, e preconceituoso. Evidentemente, havia grandes áreas insatisfeitas com o Governo Goulart, como a militar e a área empresarial. Não diria a mesma coisa das áreas estudantis, das áreas populares, das áreas de massa, muito menos das áreas sindicais. É obvio que a área sindical estava satisfeitíssima. De uma maneira geral, havia uma grande insatisfação contra o Governo Goulart, principalmente na área militar e nas áreas empresariais.

Posição da maioria da Igreja

Na Igreja, a mesma coisa se passava: existiam áreas favoráveis e contrárias a Revolução. Recentemente, há um ano atrás, fiz uma palestra na Escola Superior de Guerra, sobre a teoria dos conflitos e sobre os centros de poder. Os centros de poder internos têm variado imensamente ao longo da história do Brasil; na Proclamação da República eram uns, hoje são completamente diferentes.

Quais eram os centros de poder no fim da Monarquia e princípio da República? As Forças Armadas – Exército e Marinha – a Igreja, a tradicional, que vinha de ser desatrelada do Estado – tradicionalíssima, quase estatal – e as oligarquias rurais. Eram esses os grandes centros de poder. Mais tarde isso se modifica. Quais são os centros de poder durante a Revolução de 31 de Março de 1964? São outros,

completamente outros. Já aparece o Sistema Nacional de Informações, que foi um centro de poder de presença marcante, durante o período do Movimento militar.

Em nossos dias, diferentemente, as Forças Armadas declinam e as igrejas, não apenas a católica, crescem como centros de poder – com o Poder muito mais à esquerda. Surgem novos: a mídia – a imprensa; depois da liberdade de imprensa, ela cresceu extraordinariamente – e outros, inteiramente inusitados. A Polícia Federal, hoje, é algo, totalmente diferente do que era antes, no tempo do Moacyr Coelho. É um centro de poder que se opõe até às Forças Armadas.

Outro centro de poder, terrível, é o MST; a "bandidagem", também. Há o poder clandestino das máfias do contrabando, dos tóxicos, na periferia das cidades. Representam um poder eleitoral, semelhante ao dos "coronéis" do tempo da República das Oligarquias. Elegem governadores, elegem bancadas.

A própria Igreja diversificou-se. Existe o poder das igrejas evangélicas e suas muitas ramificações. O poder do Judiciário, que, em decorrência da Constituição de 1988, com independência, se "multifacetou", nos juízes singulares, na Justiça Federal, no Ministério Público, nos tribunais de contas. E dizer-se que, de acordo com a Constituição, o Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão assessor da Câmara dos Deputados, do Poder Legislativo... E no entanto, na prática, é um tremendo poder, que se ramifica – como o SNI se ramificou – por todo o território nacional. O TCU, os tribunais de contas estaduais e municipais não bastam, possuem sedes em várias capitais do País; em Salvador, em Recife, em Fortaleza, em Belém do Pará, em Belo Horizonte, em toda parte. É uma "malha" de tribunais de contas. É um outro poder.

Voltando à posição da Igreja, entendo que a Igreja tradicional, conservadora, originariamente estatal, estava de acordo com os objetivos do Movimento de 1964. Havia, porém, uma nova Igreja surgindo da CNBB, revolucionária, da Teologia da Libertação do Leonardo Boff. Os livros dele estão todos aí, a gente sabe quem é o Leonardo Boff. Essa Igreja foi uma oposição permanente, ao longo de todo o período de 1964 a 1985, inclusive criando os maiores problemas para a repressão. Diria, então, que a Igreja conservadora estava a favor, e que a nova Igreja, a progressista, entre aspas, repetimos a toda hora como se eles fossem os progressistas – estava contra.

As "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze": a participação desses grupos na pré- Revolução

Penso que esses grupos exerceram uma ação muito importante, sobretudo de intimidação; a vida rural ficou extremamente agitada com a presença das "Li-

gas Camponesas" e dos "grupos dos onze". Era um vetor revolucionário preocupante, mas gostaria de dizer que – me perdoe quem não aceitar a minha verdade – comparado com o MST, as "Ligas Camponesas" eram uma "brincadeira de criança". Suas ações e ameaças assustaram as oligarquias e os empresários rurais e, conseqüentemente, ajudaram a deflagrar a Revolução.

O meio militar. Possível cisão dentro do Exército

Insisto em que não sou monolítico. Acho que as Forças Armadas são um todo bastante homogêneo, mas não tão homogêneo quanto se possa imaginar. As Forças Armadas têm todo tipo de pensamento. Esse pensamento se faz silenciosamente, você nunca sabe exatamente o que dele vai sair.

A expressiva maioria estava de acordo com o Movimento militar de 1964, mas é preciso não minimizar, nem subestimar, as posições dos outros. Se amanhã, se no dia seguinte, em vez do Movimento militar de 1964, aparecesse uma república sindicalista, surgiriam os militares que a apoiariam, não tenhamos a menor dúvida. E iríamos ficar estarrecidos, totalmente surpreendidos por essas pessoas.

Não posso me esquecer da figura utópica do meu amigo Antônio Lepiane – um oficial da mais alta categoria – que comandava o 4º RI em Quitaúna. Servia, na sua Unidade, a figura de um jovem Tenente, depois Capitão, Carlos Lamarca. Lepiane tinha por esse oficial a maior admiração. Fez por ele tudo o que se poderia fazer por alguém a quem se estima, dando-lhe toda liberdade, de forma até ingênua. Pois bem, o Capitão Lamarca, de um dia para o outro, bandeou-se de lado, traiçoeiramente, realizando o inimaginável. Resultado: Antônio Lepiane, que seria promovido a General-de-Brigada dentro de alguns meses, passou para reserva, preterido. Logo depois, veio a falecer amargurado.

Lamarca virou herói nacional, entre aspas, até hoje é louvado, com farta literatura que circula por aí, principalmente nos meios universitários. Se verificarmos, vamos constatar que todas as leis que vieram consideraram Lamarca potencialmente, chegando a General. Acredito que os seus herdeiros estejam mais bem assistidos do que os de Antônio Lepiane, que terminou a carreira como Coronel.

Então, não há surpresas, as Forças Armadas não são monolíticas, há pensamento para tudo. Devemos respeitar o pensamento de cada um, mas combatê-los com as armas de nossas convicções. Lutarmos contra eles. É o meu ponto de vista, pois acredito que, no meio militar, a maioria estava contra Goulart.

Havia a tentativa de criar a cisão dentro das Forças Armadas, de romper a escala hierárquica. O Goulart, no seu desconhecimento da vida militar, achava que a revolução teria de ser feita de baixo para cima dentro dos quadros militares, e apelava para os sargentos.

É bom lembrar que, nesse período, fim dos Governos Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart, houve uma fase de intensa "miserabilização" dos militares. Ela está se repetindo agora, em menor intensidade. Naquela ocasião, chegou a níveis assustadores. Passava-se, então, uma coisa curiosa. Naquela época, a atração para a vida militar, no nível de oficial, era mínima, tão pequena que se passou a incentivar o ingresso através dos colégios militares e escolas preparatórias. Praticamente se desistiu do acesso direto. Ingressei, por concurso público, na Escola Militar; hoje, parece que isso é raro. Ser oficial das Forças Armadas já não é atrativo para os civis, ao contrário do meu tempo. O mundo estava em guerra, existiam grandes exércitos, de Mussolini, Hitler, da União Soviética. Havia uma grande emulação militar. Mais tarde, isso declinou e passou a ser ao contrário, pois quem gostava das ciências exatas, exercia sua preferência por outras carreiras: Medicina, Economia, Engenharia, Administração.

Nesse período, as classes menos favorecidas, que precisavam das Forças Armadas como um instrumento de ascensão social, aqueles que não tinham uma boa escolaridade, mas que possuíam apreciável inteligência, ingressavam nas escolas de sargentos e nas escolas de especialistas. Eis que um grande potencial de inteligência, sem escolaridade, foi para os quadros militares, no nível de sargento. Lembro que havia um famoso concurso de literatura, o Prêmio VALMAP, que era ganho por sargentos. O que é isso? É talento disponível para a ascensão social. Havia, dessa forma, um potencial, no nível de sargentos, que Goulart procurou incentivar, tentou mobilizar.

Em 1962, sendo Tenente-Coronel, aluno do CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), da ESG, em pleno regime Goulart – já lá se vão 38 anos – fui a Santa Maria–RS. O Comandante da Região Militar, General Olympio Mourão Filho, fez uma reunião e dirigiu-se aos alunos deslanchando uma verborragia brutal contra os sargentos. A solução dele, um absurdo que me deixou estarrecido, era muito simples: extinguiria o quadro de sargentos. Admitir que aquele homem, General-de-Divisão recém-promovido, estivesse louco ou tomado de motivações muito profundas, por causa dessa cisão. Mais tarde, fui compreender tudo aquilo, quando ele se "largou", lá de Juiz de Fora, à frente da tropa, e desencadeou o processo do Movimento militar de 1964.

Acontecimentos que determinaram o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964

Os acontecimentos que desencadearam o Movimento foram, basicamente, o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, e o discurso do Presidente Goulart, no dia 30 de março, no Automóvel Clube.

Gostaria de lembrar outras circunstâncias, como, por exemplo, o Castello ser o Chefe do Estado-Maior do Exército. Apesar daquela citação que li, ele estava convencido de que alguma coisa tinha que ser feita, mas isso violentava seu espírito legalista. Preferia que as coisas acontecessem naturalmente. Além do mais, era muito fiel à hierarquia. O Ministro era seu colega de turma, Jair Dantas Ribeiro, classificado à sua frente, na Escola Militar. Isso tinha grande influência, pois a ordem hierárquica é imperativa, está presente a vida toda, vem de cadete e vai até o fim. Ele via o Jair com carinho, queria que o Ministro se opusesse àquilo tudo, desejava que o Jair fosse um novo Lott, que "segurasse" os excessos e se tornasse o condestável do Goulart. Pretendia colocá-lo em brios, a fim de que alertasse o Goulart, que fosse o seu "freio". Realmente, tentou tudo.

Por outro lado, aqui no Comando do I Exército, estava o Armando de Moraes Âncora, um General oriundo da Cavalaria, flor de pessoa, soldado extraordinário, homem boníssimo, que gostava do esporte hípico, exímio cavaleiro. Acontece que esses dois homens estavam gravemente enfermos. O Âncora tinha um processo asmático terrível, tinha crises seriíssimas. O Jair estava à morte, doente terminal no hospital.

O Castello procurava "segurar" os mais açodados e não conseguia convencer o Jair. Quando sentiu que ele iria morrer, que estava por dias – e realmente foi o que aconteceu – praticamente, deu o sinal. Por outro lado, é preciso entender que já havia uma intensa articulação por todo o País.

Houve um chefe militar que esteve presente ao processo Revolucionário de 1964, desde antes de 31 de março, até o último dia do Movimento militar: João Baptista de Oliveira Figueiredo. Naquela ocasião, era Tenente-Coronel de Cavalaria, eficiente articulador, por todo território nacional.

Estava com ele na Escola de Estado-Maior. Figueiredo exercia forte liderança, com enorme energia. Teve participação fundamental nos episódios da Cruzada Democrática, no Clube Militar. As eleições do Clube foram muito importantes na criação desse clima todo, que levou ao Movimento de 1964, e o Figueiredo liderava as articulações.

Comenta-se que, já perto do dia em que eclodiu o Movimento de 1964, o Goulart sabendo que ele era o elemento fundamental dessa articulação, teria man-

dado chamá-lo. Figueiredo respondeu que ficara sensibilizado com o fato de ter sido convocado, mas que era muito tarde, porque o Presidente, estava praticamente deposto. Não sei se isso é verdade ou não, mais dá bem a medida do quanto esses acontecimentos contribuíram para a eclosão.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade – movimento reacionário no dizer dos opositores da Revolução

Sou muito cético em relação a todos esses movimentos de massa. Penso que são fabricados. Há uma parte espontânea e uma outra de acionamento. Quando os "sem-terra", por exemplo, ou "sem-teto", chegam ao Rio Sul (*shopping center* no Rio de Janeiro), alguém alugou o ônibus, alguém pagou e os levou até lá. Todos os movimentos, tudo o que acontece é preparado. São ativistas, são militantes, que esquematizam tudo isso.

Essa Marcha também foi preparada. Havia o clima, a possibilidade de fazer, mas o acionamento foi realizado pelos empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Lá, por exemplo, usaram uma coisa interessante: 32 + 32 = 64. Era um *slogan*. Lá em São Paulo 32, quer dizer o quê? 32 era a Revolução Constitucionalista.

Por serem todos preparados, não significa dizer que esses movimentos sejam reacionários. São reações, mas não no sentido de que sejam vanguarda do atraso ou contrários ao progresso social, e sim reações contra alguma coisa pior. Não se pense, porém, que sejam movimentos espontâneos. Foram movimentos muito bem preparados e articulados e que deram os seus frutos.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Mais uma vez, não sou monolítico. Vontade nacional é uma expressão de globalidade impressionante. Não há propriamente uma vontade nacional, existem muitas vontades nacionais. É aceitável dizer que as Forças Armadas foram intérpretes da classe média, que estava marginalizada pelas ameaças do regime de Goulart. A classe média estava profundamente insatisfeita e queria ver Goulart "pelas costas". Também é aceitável reconhecer que foram intérpretes do empresariado que estava inquieto, com receio de que as "Ligas Camponesas" e as reformas de base pudessem alterar o rumo de seus negócios.

É fora de propósito pensar que elas possam ter interpretado o que se passava na vida estudantil. Pensar que pudessem interpretar o que se passava na vida universitária, nem de longe, ainda menos na vida cultural. Lembremo-nos de que, nessas ocasiões, a vida cultural acende. Seu protesto é extremamente criativo. Nun-

ca houve, na vida do País, um período de floração teatral tão expressiva, como nesse momento de protesto.

A mesma coisa ocorria no mundo da música popular: as canções de protesto, esses grandes mitos da música popular dos nossos dias – a famosíssima Ellis Regina, que não aceitava, em hipótese nenhuma, ser convidada para cantar em ambiente militar – essa gente toda, tinha horror a tudo o que significasse Força Armada.

Penso que, não há uma vontade nacional propriamente dita, há vontades nacionais e há vontades majoritárias, em cada área de circulação. A sabedoria está em saber conviver com essas vontades. E, nesse ponto, fracassamos totalmente.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu no Governo Vargas, um ditador terrível, implacável, que entregou a mulher de Prestes, a Olga Benário, grávida, à Gestapo; e que teve sua filha numa prisão nazista. Getúlio, que fez tantas outras coisas lamentáveis, como se veio a saber depois, exercia repressão violentíssima. Na Polícia Civil, no prédio da Rua da Relação, ocorreram tragédias inenarráveis; Nem mesmo a pena de Graciliano Ramos, o grande Graciliano, que escreveu *Memórias do Cárcere,* conseguiu retratar fielmente os porões da ditadura de Vargas.

No entanto, Vargas o que fez? Conviveu com a cultura, conviveu com os pensadores. O seu período, incluindo o do Estado Novo, teve um Ministério da Educação de grandes figuras, como o Ministro Capanema. Fez-se presente, foi querido, foi aceito nos meios universitários, dando aqui e ali um passo a mais à esquerda. Pôde, então, atravessar o período crítico da sua ditadura sangrenta e voltar como o "pai dos pobres", para ser, finalmente, o grande mito da política brasileira. É preciso reconhecer que esse homem teve sabedoria, foi um estadista, e conseguiu conviver com as diversas vontades que formam a vontade nacional.

Revolução de cunho comunista em andamento para a mudança institucional do Brasil

Gostaria de lembrar ter assinalado que existia pelo mundo a fora, no quadro da guerra fria, um grande esforço de expansionismo marxista-leninista, principalmente, na África e na Ásia e, menos intensamente, na América. É óbvio que os partidários do marxismo-leninismo pensavam na possibilidade de mudança da ordem institucional brasileira, no sentido de criar condições para a implantação de um regime desse tipo no País. Acreditavam que se isso fosse feito, num país da extensão territorial do Brasil, seria altamente significativo dentro do quadro mundial dessa expansão.

Os comunistas já tinham conseguido transformar o Estado cubano. Se Cuba, uma ilha, era uma ameaça imensa aos Estados Unidos, imagine-se o Brasil. Por

outro lado, havia em nosso País uma verdadeira psicose anticomunista. Diz-se que essa psicose nasceu em 1964. Nada mais falso e injusto, pois o responsável por essa psicose chama-se Getúlio Vargas.

A Revolução Comunista, em 1935, foi sangrenta, a repressão, por sua vez, brutal, com os episódios que se passaram na polícia – na Rua da Relação – as mortes, os assassinatos, as coisas foram realmente terríveis, tendo sido desencadeada, também, uma grande campanha psicológica de repúdio ao comunismo.

Vargas aproveitou-se disso, em 1935, para desencadear uma propaganda anticomunista, que tomou conta do País e, principalmente, das Forças Armadas, porque o golpe comunista de 1935 ocorreu, principalmente, dentro de um quartel do Exército, o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Vargas inaugurou a peregrinação anual ao Cemitério de João Batista, no dia 27 de novembro, e toda aquela verborragia de repúdio ao regime comunista. Depois, passou para Praia Vermelha, e praticamente chegou aos nossos dias. Aquilo era renovado, arquitetado e repetido, tomando conta do organismo das Forças Armadas. As pessoas ficaram totalmente intoxicadas por essa reação violenta contra o marxismo-leninismo.

Penso que é um ponto de vista perfeitamente razoável ser antimarxista, mas, também penso, ser compreensível que alguém seja marxista. Se existe alguém que seja marxista, querendo expor as suas idéias, e não desejando usar meios violentos, devo, democraticamente, aceitar.

A intoxicação foi de tal ordem que, entre nós, entre os nossos companheiros, uma quantidade imensa de pessoas admitiu que ser democrata era ser exclusivamente anticomunista. Até hoje isso existe. Companheiros extraordinários que tive, peças importantíssimas ao longo do regime militar, acreditavam que ser democrata é ser anticomunista. Não é bem assim, praticar a democracia é também admitir que alguém possa pensar em termos marxistas-leninistas.

Além disso, não podemos deixar de aceitar que, se o marxismo gerou um regime monstruoso como o stalinismo soviético, a pior das ditaduras; o marxismo também contribuiu para a evolução social da humanidade. As democracias sociais européias, o próprio trabalhismo, tudo isso foi, um pouco, resultante das idéias marxistas, apenas levadas como idéias, dessa forma contribuindo para a evolução do trabalhismo, das relações entre patrão e empregado, e dos regimes democráticos. Pensar que ser democrata é ser, exclusivamente, anticomunista, não passa de verdadeiro barbarismo.

Mas havia esse movimento buscando uma república sindicalista, na "lei ou na marra". Até se admite que pudesse vir espontaneamente, mas na "lei ou na marra"...

Sem dúvida, existia tal movimento, por exemplo, no "grupo dos onze", no seio das "Ligas Camponesas" e de outros movimentos semelhantes. Eu não cometeria a injustiça de afirmar que Goulart era um comunista. O que era Goulart? Nada mais do que um despreparado, um antiamericanista convicto, um demagogo populista, influenciado por esse tipo de pensamento do "na lei ou na marra".

Participação pessoal na eclosão do Movimento e nas suas conseqüências

Quando o Movimento de 1964 eclodiu, encontrava-me na Escola de Estado-Maior, como instrutor, em uma das minhas presenças, nos 11 anos em que lá estive. Era um perplexo observador. Acompanhava tudo com muito interesse. Estava solidário com os meus companheiros. Devotava-me às atividades de instrutor da área de tática geral e vivia engajado nos meus temas táticos.

Lá se encontravam pessoas muito comprometidas com a eclosão do Movimento, mas eu não era uma delas. Gostava muito do meu Comandante, o General Bizarria Mamede, homem ponderado. Solidarizava-me com ele. Para onde fosse iria junto, e a Escola estava basicamente afinada com a eclosão do Movimento. Havia uns poucos varguistas, alguns dos quais até tinham posição correta, de muito caráter. Lembro-me de um deles, que defendia seus pontos de vista com muita dignidade, que eu respeitava. Por outro lado, existiam aqueles famosos oportunistas, indecisos, que estavam à espera de alguma coisa a seu favor.

Depois que o Movimento eclodiu, o Mamede afastou-se da Escola de Estado-Maior e foi substituído pelo João Bina Machado, que foi muito carinhoso comigo. Era um grande homem, um grande General, muito preocupado com as áreas estudantis, com as áreas universitárias. Fez-me "peça de manobra" do plano dele, de aproximar-se dos estudantes. Por isso, fui seu conferencista, por todo o território nacional, divulgando os propósitos do Movimento militar de 1964. Dessa forma, atuei como propagandista na compreensão das razões do Movimento militar de 1964. Andei pelo Rio Grande do Sul, por Mato Grosso, pelo Nordeste, por toda parte.

No Rio de Janeiro, o Bina Machado teve a coragem de encontrar-se com os estudantes do famoso CACO Livre (Diretório da Faculdade Nacional de Direito) na Escola de Estado-Maior, e nos colocou a debater com os estudantes de Direito, no auditório da Escola, no antigo auditório, aquele maior, que até hoje está lá. Eu debatia com os estudantes, mas era uma tarefa extremamente ingrata. Estávamos lá, basicamente, o Sérgio Pasquale, o Ney Eichler e eu, que era aquele a quem ele mais acionava. Discuti, debati muito e é quase inacreditável que o Bina Machado tenha

conseguido, realmente, algum sucesso. No fim, ele falava. Os estudantes reconheciam alguma coisa. Saíam irredutíveis, mas reconhecendo ser uma boa aproximação. Havia um ponto de contato.

Depois, o Bina "inventou" um simpósio para aproximar os meios estudantis militares e os meios estudantis civis. Imaginou um Simpósio de Educação e Segurança Nacional. O Bina fazia isso com muita coragem, em plena Revolução, nos seus primeiros tempos, tempos de enormes incompreensões.

Quando o simpósio aconteceu, no princípio do Governo Castello, o Comandante já era o General Reynaldo Mello de Almeida, grande companheiro, que se fez solidário com o seu antecessor, embora não estivesse muito de acordo com aquele arrojo. Estávamos reunidos na Escola de Estado-Maior, professores civis e militares, de vários níveis, do Colégio Militar, da Academia Militar e das várias universidades. Nesse simpósio nasceu a idéia do Projeto Rondon.

Houve uma coisa pitoresca, até caricata. O evento estava para ser realizado, mandamos um texto preparatório para várias redações de jornais, difundimos o simpósio por aí afora, e, afinal, no dia, apareceram lá uns "cabeludos", uns poucos jornalistas. No primeiro dia do seminário foi publicada, no famoso *Correio da Manhã*, uma matéria, com manchete de página inteira – princípio do Governo Castello – no canto, com os seguintes dizeres: "Militares intervêm na Educação." O texto, era mais ou menos assim:

"Militares, reunidos na Escola de Estado-Maior, resolveram..." e aí fizeram um diagnóstico da situação nacional, da educação, e decidiram propor diversas medidas que, em seguida, relacionaram. Ficamos estarrecidos; como é que podiam fazer aquilo. Logo depois, recebemos uma ligação do Planalto, do General Geisel, Chefe da Casa Militar do Presidente Castello Branco. O Reynaldo era chamado, para explicar o que ocorria. Ninguém sabia o que havia acontecido.

O Geisel contava que o Raimundo Muniz Aragão, Ministro da Educação, irmão do General Muniz Aragão, tinha chegado ao Planalto, ao Gabinete Presidencial, com o recorte de jornal, dizendo:

– "Demitam-me, porque se é para os militares consertarem a Educação, não contem comigo."

O Castello estava uma "fera", mas muito mais zangado estava o Chefe do Gabinete Militar, o Geisel, com o pobre do Reynaldo, que nada tinha a ver com isso. Como novo Comandante da Escola de Estado-Maior, estava honrando o planejamento de seu antecessor.

– Não é nada disso. Está instalado, aqui, um seminário, muito tranqüilo. Mas vou procurar investigar o que houve – respondeu o Reynaldo.

Chamou-me e perguntou:

– Octávio, quero saber como é que saiu essa notícia.

Procurei sondar, no *Correio da Manhã*, quem era o repórter que dera a notícia e consegui. Horas depois, por influência de pessoas conhecidas, cheguei ao "cabeludo" que tinha escrito aquilo. Era a figura mais estranha – escrevi até uma crônica sobre isso, publicada nos jornais. Chegou o sujeito, com uma cabeleira estranha, um tipo gozadíssimo, que me olhou e disse:

– Coronel, eu estava na redação, de saída, ia para minha casa, e me deram este troço aqui – o "troço" era o nosso pequeno folheto que continha os objetivos do seminário – e o chefe da redação ordenou:

– Cubra isso aqui e escreva qualquer coisa para amanhã.

– Peguei aquele "troço", tinha um encontro com uma garota, não podia perder o meu tempo com aquela besteira – o "cara" me falando, e eu o ouvindo, tranqüilamente. Continuou:

– O que eu fiz? Lembrei que no jornal havia um texto sobre educação, era um diagnóstico do IPEA. Órgão do Ministério do Planejamento, um estudo sobre a educação nacional. Diagnóstico e propostas de solução. Ora, estava na "cara", concluí, Seminário de Educação e Segurança, realizado na Escola de Estado-Maior, o que será? Vão querer consertar a educação nacional. Então, "sapequei" o texto do diagnóstico e as propostas do IPEA e publiquei.

Dei-me por satisfeito, procurei o documento do IPEA, apanhei o texto do *Correio da Manhã*, e os levei ao General Reynaldo, juntamente com a "peça". O Reynaldo não quis olhar o cidadão, que era execrável e não deixou "incensar" o gabinete dele, porque fedia. Era um tipo "melenudo", desses que usam muita gomalina. Escreveu matéria extensa, de "fora a fora" e abalou as estruturas do Planalto. O Seminário prosseguiu e nele nasceu o Projeto Rondon que foi uma idéia do Professor Wilson Choeri – hoje Diretor do Colégio Pedro II – mais tarde apoiado por um oficial de Cavalaria, e, depois, pelo Coronel Pasquale. Graças ao apoio do Ministro Affonso de Albuquerque Lima, conseguiram viabilizar o Projeto, que se tornou um grande êxito. Hoje, ainda existe com um outro nome.

O Congresso Nacional e o Movimento de 31 de Março de 1964

Os políticos são quase sempre oportunistas, pensam na sua sobrevivência, no dia de amanhã. A não ser aqueles extremados, aqueles radicais, aqueles intransigentes, que se põem contra tudo e reagem intensamente, a maioria dos políticos procura ver como vai conviver com a nova situação. Então, o Congresso Nacional,

de uma maneira majoritária, procurou conviver com o novo regime, e buscar meios e formas de influir na escolha do futuro presidente.

Vários líderes da maior importância, dentre eles o ex-Presidente Juscelino, que nessa ocasião era Senador da República, procuraram articular-se de maneira a evitarem o mal maior. Qual seria o mal maior? Seria escolher qualquer outro chefe militar que não fosse o Castello Branco. O Castello era legalista, eles bem o conheciam, um homem de pensamento, a maior expressão de cultura militar daquele tempo. Temiam escolher um radical, explosivo, e havia outros em torno dele. Então, contribuíram, influenciaram para a escolha do Presidente Castello Branco.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Os principais líderes civis foram: Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e, de certa forma, Adhemar de Barros. Os principais líderes militares foram: o Castello, por ser Chefe do Estado-Maior do Exército; os três Ministros militares de 1961, que já estavam na reserva, o Denys, o Moss e o Sylvio Heck. Todos foram importantes, principalmente o Denys, muito ativo nos bastidores, o Cordeiro de Farias, e, em escala menor, os Geisel. O Costa e Silva apareceu de repente; embora, naturalmente, já viesse trabalhando. Apareceu no final, quando a situação se deteriorou. Em Pernambuco, estava o Justino, que não era confiável; e, ainda, o Muricy. Basicamente, foram esses.

A preparação do Movimento: elaboração interna e/ou influência externa, particularmente dos Estados Unidos

Creio que já ficou clara a sintonização com a guerra fria. Se de um lado havia o propósito da esquerda, de criar aqui um foco subversivo – a teoria do foco – que pudesse resultar numa área liberada, da mesma maneira havia, principalmente da parte dos norte-americanos, uma antipatia muito grande, ojeriza mesmo à demagogia do Governo Goulart e, portanto, certo favorecimento a tudo aquilo que pudesse resultar num movimento contra este último.

Isso é mais claro, está mais nítido, porque se encontrava aqui, como Adido Militar, o famoso General Vernon Walters, grande figura, que conheci no tempo da Força Expedicionária Brasileira, poliglota fantástico, amigo pessoal do Presidente Castello, amigo de quase todos os chefes militares – que depois foi sucedido pelo General Moura. O Vernon tinha um grande prestígio junto aos militares, por isso, havia uma sintonia muito grande. Agora, dizer-se que havia um compromisso militar de ajuda, que havia uma "famosa" esquadra que estaria pronta a intervir,

seria isso possível? Não acredito que tivesse havido. Por outro lado, não era desconhecida a posição de simpatia, por parte do Embaixador Lincoln Gordon. Então, ocorreu só internamente? Não, não foi só internamente, porque isto tudo estava sintonizado com o clima da guerra fria.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal

Já me referi à baixa qualidade dos quadros militares à disposição de João Goulart e a excelente qualidade dos existentes, nas escolas, que estavam prontos para desencadear o golpe de Estado de 1964. Os bons militares, as melhores inteligências da Instituição, estavam "asilados" na Escola Superior de Guerra, ou nas escolas de estado-maior das três Forças Armadas, ainda mais, nos seus estados-maiores e no EMFA. O que havia de pior estava no esquema militar de Goulart, os generais "faz-tudo" estavam do lado de Goulart. Havia um homem de qualidade, inteligente, que era o Chefe de Gabinete Militar, o General Argemiro Assis Brasil, mas se encontrava fora da realidade. Enganou-se completamente.

Por outro lado, superestimaram as possibilidades da cisão "por baixo", isto é, cisão pelos quadros de sargentos. Imaginavam que fossem reagir, violentamente, contra os oficiais. Ocorreram raros episódios, absolutamente inexpressivos, no quadro das Forças Armadas como um todo. Reafirmo, isso se deveu à diferença entre a qualidade dos que apoiavam Goulart e a dos que eram contra, além de terem superestimado as possibilidades do primeiro grupo.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, no Vale do Paraíba: o conseqüente incentivo às Forças vindas de São Paulo e o desestímulo às Forças que vinham do Rio.

Em princípio, em tese, eu seria contra, porque, para mim, as escolas são absolutamente intocáveis. Lembro-me, por exemplo, que, ao eclodir o Movimento de 1964, os comandantes, os "Bina Machado", os "Mamede" reportaram, "para cima", que a Escola estava se articulando. Havia tantos oficiais nos correios; tantos oficiais na escuta. Veio uma ordem do General Castello Branco para colocar "todo mundo" dentro da Escola e voltar à vida normal. Ele dava absoluta prioridade ao funcionamento das escolas militares e, nesse ponto, tinha a experiência de situações já vividas, em que as escolas foram fechadas, com grave prejuízo posterior para a vida militar.

Durante a guerra, a EsAO foi fechada, e durante muitos anos não aperfeiçoou oficiais, com enormes inconvenientes para a vida normal da Instituição. Não

deveria ter acontecido. Uma força expedicionária da dimensão da FEB não justificaria interromper o funcionamento da EsAO.

Voltando à Academia, no sentido simbólico estou de acordo, foi bonito, teve grande efeito psicológico. Os chefes que estavam lá devem ter medido isso, devem ter entendido que seria importante, e eu respeito os seus pontos de vista, as suas decisões. Se, porém tivesse havido combates, acontecido alguma coisa, se, realmente, a situação se deteriorasse, talvez acabássemos lamentando a tomada daquela decisão. Assim, volto à origem, em tese, seria contra, mas nas circunstâncias especiais em que as coisas se passaram, talvez tenha sido uma boa solução.

A decisão do emprego operacional certamente evitou derramamento de sangue, em face da inevitabilidade do choque entre as tropas do II Exército e as do I Exército.

Não diria certamente, nem inevitável, mas afirmaria que esse gesto simbólico, da presença da Academia, talvez tivesse contribuído para que o fato não acontecesse.

Revolução de 31 de Março de 1964: união e robustecimento da coesão das Forças Armadas

Evidentemente se fortaleceram a união e o robustecimento da coesão. As Forças Armadas passaram a se conhecer melhor, aproximaram-se mais, isso foi extremamente positivo. A deterioração viria depois, um pouco mais tarde, em face da competição entre os órgãos de informações, mas, de maneira geral, o tempo do regime militar foi de profunda compreensão entre as Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março e sua ideologia

A ideologia do Movimento, basicamente, confrontava as ideologias antimarxista e democrática. Para os obstinados, os anticomunistas convictos, a ideologia tinha esse ideal. Para outros, que não eram tão anticomunistas, que não consideravam ser democrata unicamente adotar a postura anticomunista, basicamente era a defesa da democracia, a defesa do estado de direito e das instituições democráticas e, como conseqüência, alcançar, o mais rapidamente possível, a normalização da vida pública nacional.

O apoio da mídia ao Movimento

Costumo dizer que não há posições irreversíveis, não há posições globais, mas os órgãos mais expressivos da mídia posicionaram-se a favor do Movimento,

como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*. Lembro-me dos editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã:* o "Não!" e o "Basta!" São dois editoriais memoráveis contra o Governo Goulart. "Basta, basta, fora, fora" eram as expressões mais contundentes. *O Estado de São Paulo,* também. Na eclosão, deveria haver a necessidade de uma intervenção, e houve. A mídia esteve de acordo; entretanto, mais tarde as coisas mudaram.

Denominação do Movimento de 31 de Março de 1964: revolução, contra-revolução, golpe

Não é revolução. Revolução é uma impropriedade, é uma maximização do golpe de Estado que houve. Revolução é uma coisa mais complexa. Nas ciências humanas, o tema está, até hoje, associado à idéia de uma transformação profunda do *status quo* de uma determinada situação política, social e econômica; transformação caracterizada por uma modificação vertical nas relações de Poder, e pela violência, cruenta ou não, feita às instituições vigentes.

A revolução não é um simples revezamento nos comandos, de elites idênticas pelo seu *status* sócio-político; ela revolve o solo social, trazendo à superfície suas forças subterrâneas. Distinguem-se dois tipos de revolução: a revolução política, um movimento radical para mudar o regime político, como foi, por exemplo, a Proclamação da República, e as revoluções sociais.

Basicamente, as grandes revoluções da história da humanidade são duas: a francesa e a russa. A primeira encerrou o antigo regime – a monarquia absoluta, a aristocracia nobiliárquica, pela implantação de um novo regime, passando-se o controle do Poder para a burguesia mercantil. Isso é uma revolução, você tinha uma situação, em que a monarquia era nobiliárquica, o rei era filho dos deuses, por um legado divino, o povo não influía, não contava. Com o desenvolvimento da burguesia mercantil, os burgueses surgem na vida pública, na vida política, e fazem a Revolução Francesa. Começa um novo tempo da história da humanidade.

O sistema econômico passou da organização profissional das corporações de ofício, para o sistema capitalista, em que até hoje nos encontramos, numa economia que se diz globalizada. Fez-se a proclamação das liberdades individuais, que não existiam; e inaugurou-se a democracia política, com os três poderes. Até hoje, não se inovou nada diferente do tempo da Revolução Francesa.

A outra revolução é a russa, claramente uma revolução. Pretendeu instalar uma ditadura do proletariado, acabou com as liberdades individuais e tentou

impor uma economia coletivista. Fracassou, evidentemente. Houve um período de expansão, um período de consolidação, a "mão de ferro" de um tremendo ditador, Stálin. Desgraçadamente, muitas das nossas grandes inteligências se embeveceram por Stálin, por incrível que pareça, a gente os encontra. Sou admirador fervoroso de Graciliano Ramos, que escreve admiravelmente bem. Pois há um livro de memórias de viagens, de Graciliano Ramos, que dá pena. O meu querido conterrâneo das Alagoas, que escreveu *Vidas Secas,* que escreveu *As Memórias do Cárcere,* se embevece só de ver, à distância, o ditador Stálin, e diz isso com todas as letras. Está escrito no livro de viagens.

Jorge Amado, a mesma coisa, com toda a sua grandeza literária; Oscar Niemeyer, um dos maiores arquitetos do mundo, é um stalinista convicto. O famoso João Saldanha, o maior mentiroso desta República, o mais brilhante e simpático mentiroso desta República, que até hoje aquece a admiração de tantos cronistas, também se rendeu a Stálin. Repetem que teria dito ao Médici: "Se ele, Saldanha, não escalava os ministros do Presidente, porque iria deixar que o mesmo escalasse o time dele?" Na verdade, João Saldanha nunca falou com o Médici. Embora ele não tenha dito tal frase, ela é sempre citada, até em livro, repetida por toda parte, e não há quem vá desmentir.

Agora mesmo, vão erguer, em Macaé, um monumento projetado pelo gênio de Oscar Niemeyer, a João Saldanha. O grande feito dele foi, pessoalmente, com um grupo de desarvorados, escrever na pedra do morro Dois Irmãos, ali na entrada do túnel, "Viva Stálin". É um dos grandes feitos do João Saldanha, figura humana interessantíssima e simpática. Adorava os seus comentários esportivos, mas, sem dúvida, era o maior mentiroso da história deste País.

Intentona de 1935, uma revolução?

Trata-se de uma impropriedade, do mesmo modo que, algumas vezes, digo "a Revolução de março". Foi um *pustch,* um golpe de Estado. Na verdade, 1935 foi uma revolta, não uma revolução. Também não gosto da expressão intentona, que contém uma idéia preconceituosa.

Os sucessos econômicos da Revolução, especialmente na década de 1970, sua omissão pela mídia e pela maioria de comentaristas econômicos

Isso se dá, de um lado, por preconceito ideológico, de outro, porque as idéias de natureza econômica são extremamente controvertidas. Há pessoas que,

ao comentarem o "milagre econômico", adiantam ter sido extraordinário, extremamente benéfico. Há outros economistas, também da maior envergadura, da maior categoria, que afirmam terem sido cometidos erros imensos. Simplesmente, digo que não devemos comparar situações.

A opção adotada, naquele momento, pela Revolução – já estou eu com a impropriedade, não é uma revolução no sentido sociológico – foi sem dúvida acertada. Tratava-se de dar um empurrão no Brasil, de aquecer a economia, de desenvolvê-la, mesmo com endividamento externo. Era preciso buscar capitais lá fora, capitais tomados de forma estatal, já que havia pressa, não os havia internos, nem como recrutar isso de repente, com a finalidade de alavancar um grande surto de industrialização. Tudo isso foi incontestavelmente positivo.

Havia outros que lutavam por um projeto de Brasil-Potência. O Brasil precisava de ser uma grande potência. E isso era uma ilusão, uma ingenuidade.

Esse endividamento externo gerou a modernização do parque industrial brasileiro. As telecomunicações avançaram, as estradas avançaram, o setor energético avançou, houve uma porção de coisas extraordinárias que foram equacionadas.

Tudo isso poderia ter ido adiante, mas houve circunstâncias imprevisíveis. Vieram os choques do petróleo. O mundo mudou. De repente, uma dívida, que era relativamente compatível com as possibilidades, de um País que estava em desenvolvimento, ficaram incompatíveis com os novos compromissos assumidos. O Brasil não podia parar, precisava de energia, então, por mais caro que fosse o petróleo, era impositivo continuar importando.

Posteriormente, outras coisas discutíveis aconteceram. Houve, por exemplo, a abertura feita no Governo Geisel para a Europa. Geisel, com as suas idiossincrasias antiamericanas, resolveu ir para a Europa, para a Alemanha e perpetrou o Acordo Nuclear, que, até hoje, se discute. Há quem diga que o Acordo era absolutamente necessário, outros que acham que foi uma barbaridade, um crime que se cometeu. Em termos econômicos, tudo é discutível, até hoje estão sendo discutidas. Há quem pense de uma maneira, há quem pense de outra, e há sempre aqueles que raciocinam *a posteriori:* "Bem, deveria ter feito isso", mas depois que conhecem os resultados do que se fez.

As críticas vieram porque as coisas acabaram mal, e isso culminou no período governamental do Figueiredo, na famosa "década perdida", conseqüência dos choques de petróleo, do Acordo Nuclear e das imensas despesas, por exemplo, do setor energético, de Itaipu. A construção de Itaipu começou a ser planejada e realizada no Governo Médici e foi implantada no Governo Geisel.

Tenho dúvidas até hoje. Tendo servido no Paraguai, como Instrutor da Missão Militar de Instrução naquele país: faria qualquer coisa, menos uma associação com o governo paraguaio. Penso que é um potencial de problemas para a eternidade, opção extremamente discutível. Felizmente, vai tudo muito bem, mas a que custo, uma barbaridade de preço.

Para completar, devo dizer que o Movimento de 1964 valeu-se de grandes economistas, tivemos figuras extraordinárias, como Roberto Campos, com todas as restrições que lhe possam ser feitas, Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim, Pastore, Veloso, Simonsen, este um teórico maravilhoso e um prático desastrado.

A "batalha da comunicação social": postura dos governos revolucionário

Essa menção à comunicação social tira um flagrante de mim mesmo, pois sou parte dessa pergunta: Fui Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), no Governo Médici. Comandei o CEP (Centro de Estudos de Pessoal), durante dois anos, organizei os cursos de Comunicação Social; estudei profundamente o assunto, tenho opiniões firmes a respeito de comunicação, de mídia.

Não há imagem permanente, não há nada mais mutável do que a imagem. Só o drama congela a imagem. A imagem de Vargas, quando desfilou de carro no dia 4 de agosto de 1954, para entrar no Hipódromo da Gávea, estava lá embaixo. No dia 25, morto, a imagem dele estava lá em cima. Por quê? Porque o drama de Vargas congelou a sua imagem. Num só instante, passou da pior imagem do mundo para a melhor, ao lado de Deus Pai Todo Poderoso.

O famoso Teotônio Vilela, que conheci de perto, era alagoano como eu, pessoa maravilhosa, encantadora, udenista convicto, senhor de engenho, mau patrão, ébrio de cair, passava a noite bebendo até o último gole. Depois, fui conhecer Teotônio Vilela, líder do MDB, mártir do MDB. A morte de Teotônio Vilela emocionou a Nação como um todo, tornou-o um grande herói. O drama do seu câncer e a devoção final aos perseguidos políticos – segundo a sua opinião – promoveram a sua consagração. Sua imagem, assim congelada, passou para a posteridade.

A propósito, lembro-me de meu comando na 6ª Região Militar, em Salvador. Era muito amigo de Teotônio Vilela e conhecia, à distância, o Cardeal Vilela, o irmão dele, pessoa do mais alto nível. Antes de ir para Salvador e assumir o Comando, procurei munir-me dos livros do Teotônio. Li seus romances, enfronhei-me na obra de Teotônio – livros piores do que os do Sarney, que já não são grande

coisa. Na Bahia, depois das visitas oficiais, fui visitar o Cardeal, dele ficando amigo até o último dia do Comando.

Durante a minha passagem pela Região Militar, o Cardeal Vilela, o Cardeal Primaz do Brasil, não saía do aeroporto de Salvador, sem que eu estivesse lá. Os outros dois oficiais-generais, o da Marinha e o da Aeronáutica, também, sempre prestigiavam o Cardeal.

Certa feita, visitei-o e puxei conversa sobre Teotônio Vilela e aí, "lá pelas tantas", inadvertidamente, comecei a falar sobre a literatura:

– Cardeal, é uma pena, se o Teotônio não tivesse enveredado pela carreira política, talvez viesse a ser um bom romancista. Ele levantou-se, encarou-me e disse:

– General, o Teotônio é um dos maiores escritores do Brasil.

Caí das nuvens, diante da força do amor fraterno. Tentei salvar-me:

– Ele poderia ter sido muito maior, escrito muito mais.

Para arrematar, lembro que houve, no Brasil, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado por Vargas, um órgão de comunicação e de censura. Todos os jornais eram censurados. A censura, no Movimento militar de 1964, é gota d'água se comparada à censura dos tempos de Vargas. Com Getúlio, o jornal era papel carbono, tudo igual, tudo absolutamente igual.

O DIP era dirigido pelo Lourival Fontes, um homem brilhante. O País ficou vacinado contra todo tipo de trabalho publicitário. Passou a ter pequenas secretarias de imprensa e não se fez mais nada. Quando veio o Movimento de 1964, quiseram convencer o Castello a criar um órgão de comunicação, mas ele entendia que "a verdade se impõe por si mesmo". E lhe respondiam: "Impõe-se, mas demora muito e nós temos pressa." E ficaram naquela coisa, ora forçavam o Castello, vinham por "portas traversas, "um falava com o outro", e cercavam o Presidente, para ver se conseguiam que ele criasse alguma coisa semelhante.

Afinal, tiveram a idéia de fazer o Serviço Nacional de Informações, que era um órgão de informações, e todo militar sabe o que representa um órgão dessa natureza. A informação é absolutamente necessária para qualquer instituição militar. Sem informações nada se faz.

Levaram-lhe um projeto de órgão de informações, de duas vias, informação para dentro e informação para fora. Iriam fazer, no SNI, mais ou menos, a mesma coisa que se fez no DIP, porque o DIP era comunicação e censura. No SNI, seria comunicação-divulgação e comunicação-informação. Era essa a idéia. O Castello leu aquilo tudo e disse: "Eu não quero nada disso." Fez o SNI, cujo primeiro titular foi o Golbery; enquanto o Figueiredo funcionava na Agência Central, aqui no Rio de Janeiro.

Posteriormente, no Governo Costa e Silva, começaram a convencê-lo de que era preciso fazer alguma coisa. O Hernani D'Aguiar – que tinha servido comigo na Escola de Estado-Maior – amigo do Costa e Silva e de D. Iolanda, conseguiu convencer o Presidente. Criou-se, então, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que não surgiu ostensivamente, mas, envergonhadamente, no desvão de uma Portaria do Gabinete Presidencial, que mudava o efetivo do Gabinete e designava os encarregados de comunicação. Um deles era o D'Aguiar, o chefe.

Conseguiu, assim, criar o primeiro órgão de comunicação. A concepção era inicialmente ufanista. Ele achava que o Jean Manzon era o máximo. Imaginava que a divulgação presidencial deveria ser algo desse tipo: olhem o que o Governo está fazendo, o Governo é uma maravilha, o Governo está fazendo isso, aquilo. Era uma comunicação "chapa branca".

Nessa ocasião, encontrava-me no CEP e acompanhava os cursos de comunicação. Tinha uma convicção profunda de que, primeiro, a imagem é mutável e não adianta você querer impô-la. Eu dizia, em aula:

– Posso estar desenvolvendo, aqui, a maior teoria sobre comunicação e, nesse momento, lá fora, um soldadinho meu, sentinela estar respondendo mal a uma senhora que lhe fez uma pergunta. Estou desenvolvendo uma teoria sobre a imagem, e a imagem do Exército está, lá fora, na sentinela, dando um "coice" no rosto de uma senhora que lhe pediu informação. Imagem deve ser verdade.

Mutatis mutandis, tivemos agora o episódio da "grama da Praia Vermelha", absolutamente semelhante. Não adianta, o Exército gastar uma fortuna, lá em Brasília, com um órgão admirável, fazendo um trabalho maravilhoso – aliás, tem feito muito bem, tem sido ótimo – e, de repente, vem um oficial, que resolveu destruir o gramado de lá, com razão ou sem razão, mas destruiu. No dia seguinte todas as televisões, todos os jornais noticiam; então, o dano à imagem é brutal e irreversível.

Eu tinha essas convicções e achava que a imagem deveria ser uma coisa institucional e não "chapa branca"; ser impessoal, falar de governo, falar em presidente, mas não citar qualquer nome. Deveria ser uma imagem que o cidadão, em sua casa, contemplasse, na televisão, e o surpreendesse pela beleza da mensagem. Deveria conter alguma coisa bonita, no sentido do desarmamento dos espíritos, da união, da confraternização, da esperança.

Para surpresa minha, em outubro de 1969, o Médici, que estava por tomar posse dentro de dias e jamais tinha me visto na vida – também não conhecera aquele gaúcho, em lugar nenhum no Exército Brasileiro – eu Coronel e ele General-de-Exército, chamou-me e disse:

– Resolvi convidá-lo para Assessor-Chefe de Relações Públicas e quero dizer-lhe mais; vamos para Brasília, assumirei no dia “tal” – disse lá o dia de que não me lembro mais, cerca de 72 horas depois – e quero que escreva o meu discurso de posse.

Fiquei absolutamente zonzo. Muni-me dos meus poetas, gosto muito de poesia, busquei os poetas gaúchos, o Augusto Meyer, o Mário Quintana. Pedi ao Presidente que me adiantasse alguma idéia, algum plano de governo. E a resposta foi que eu procurasse os ministros que escolhera.

Saí atrás dos ministros. Ninguém me dava nada. Nessa ocasião, ainda não tinha chegado o Ministro Leitão de Abreu, que seria o Chefe da Casa Civil.

O Chefe do SNI era o Carlos Alberto da Fontoura; Chefe do Gabinete Militar, o João Baptista de Oliveira Figueiredo. Não cheguei lá pela mão deles, nenhum dos dois gostava de mim, principalmente o Figueiredo. Com este, convivia cuidadosamente. Servimos na Escola de Estado-Maior, longo tempo e, no Paraguai, dois anos. Fizemos viagens juntos, mas nunca consegui me afinar com a personalidade do Figueiredo. Tinha grande admiração por ele, acho que era uma figura interessantíssima, mas não consegui ser seu amigo.

Estava lá eu, tentando fazer o discurso de posse. Preparei um discurso literário, à falta de melhor coisa. Já tinha algum treinamento porque, quando o Presidente Costa e Silva foi lançado candidato, por intermédio do Andreazza encomendou-me uma plataforma, que seria lida para a ARENA, para os políticos. Fui para Biblioteca Nacional, consultei os discursos de posse de todos os presidentes da República. Fiz uma pesquisa exaustiva e preparei um discurso para o Costa e Silva apresentar-se como candidato da ARENA. Nunca servira com ele, nunca o vira, tudo foi intermediado pelo Andreazza, que era meu amigo.

Um belo dia, o Presidente me chamou. Aliás, foram duas vezes. Na primeira vez, foi aqui no Palácio Laguna (Palácio Barão da Laguna, antiga residência do Ministro do Exército, situado no Bairro do Maracanã). Pareceu-me um homem cansado. Disse que o trabalho estava bom e que iria mandá-lo para o “oráculo” dele. O oráculo era, depois vim a saber, o jurista Vicente Rao. Dias depois, chamaram-me outra vez, porque o “oráculo” tinha manifestado suas reações, todas pertinentes. Introduzi as modificações e retornei ao Presidente. Curiosamente, nessa noite, Costa e Silva estava absolutamente lúcido, inteligente, brilhante. Fez observações até de português, de redação, todas adequadas.

A partir daí, decorreu mais um mês, até o dia do discurso. Sua maneira de proceder era diferente do Médici. Ninguém podia saber nada do que o Médici iria falar, antes da hora. O Costa e Silva gostava de lançar “balão de ensaio”. De vez em

quando, chamava o Ibrahim Sued e alguém, por sua ordem, dava uma "dica": o Presidente, no seu discurso, vai dizer isso, aquilo, aquilo outro. Comecei a ver que o publicado nessas notinhas de jornal, estava no trabalho que eu havia preparado para ele. Fiquei observando, o tempo foi passando. Quando chegou o dia do discurso, quase nada sobrara da minha minuta. Talvez apenas 10% tinha sido aproveitado, e ainda assim, o mais irrelevante. Os outros 90% teriam sido escritos, pelo menos, por seis mãos, porque os estilos eram totalmente diferentes. Essa tinha sido a minha experiência de discurso presidencial, mas ainda assim, a pesquisa fora muito útil.

Redigi, então, o do Médici, que foi usado integralmente. O Presidente não fez qualquer observação, aceitou basicamente todo o meu trabalho. Durante o primeiro ano de Governo, escrevi tudo. Depois chegou o Chefe da Casa Civil, enciumou-se, tomou conta e fez os pronunciamentos mais duros. Escrevi alguns discursos importantes, como o da seca do Nordeste, que intitulei: "Visão do Nordeste". Teve bastante repercussão. Depois, passei a trabalhar inteiramente perdido dentro do Palácio do Planalto. As pessoas não acreditam, mas eu era uma "ilha" dentro do Governo. Embora fosse o homem de comunicação, via muito pouco o Presidente, somente nos atos oficiais. Não sabia o que estava se passando na área de repressão, não sabia o que estava se passando na área política, na área econômica.

Participava das viagens, quase só como passageiro. Era subordinado diretamente ao Médici, mas ligado, administrativamente, ao Gabinete Militar. Convivia, com dificuldade, dentro do palácio, mas ia procurando dar o meu recado, fazendo as minhas campanhas. Um dia tomei-me de coragem e disse ao Presidente:

– Tenho tentado falar com o senhor, mais vejo que gasto, cada vez mais, o seu tempo, inutilmente, de maneira que apreciaria fazer um trato com o senhor: vou continuar executando o meu trabalho, inteiramente à sua revelia. Quando o senhor não gostar, é só me chamar, "puxar minhas orelhas" ou me mandar embora. Assim, fiquei até o último dia do Governo.

Na ocasião, as pesquisas adiantavam ser tudo uma maravilha. Dizia-se que o Presidente era popular, que o Estádio do Maracanã, que vaiava até minuto de silêncio, aplaudia o Médici e que eu era o "mago" de tudo aquilo. As imagens são inteiramente fictícias, são deterioráveis.

No tempo que passei no Planalto, era uma figura absolutamente estranha. Para as esquerdas, era uma espécie de Doutor Goebbels tupiniquim, aquele mago da propaganda alemã. As transmissões da Rádio Tirana e da Rádio Havana citavam-me, nominalmente, pelo nome do alemão. No entanto, para os nossos companheiros, principalmente os da área de informações, eu era um poetinha, um ingênuo,

um subliterato, um "bobalhão". Invadiam minha área de atuação, "atropelavam-me", lançavam-me barbaridades, como aquela do "Brasil, Ame-o ou Deixe-o". Até hoje pago meu preço como autor presumível, mas o dístico foi lançado pela "Operação Bandeirantes", em São Paulo. Além disso, as peças publicitárias feitas pela minha assessoria, foram sempre criticadas cruelmente pelas áreas "quentes" envolvidas na repressão às guerrilhas urbana e rural.

Certa vez, em uma palestra em Brasília – não me esqueço até hoje, estava lá um oficial do Centro de Informações do Exército, fiz esta afirmação: "A verdade é a essência da informação." Posteriormente, o Comandante da EsNI (Escola Nacional de Informações), construída no setor policial, aproveitou a frase e gravou-a na parede do prédio da Escola: "A Verdade é a essência da Informação. Presidente Médici."

Um camarada do SNI, da área de guerra psicológica, presente à palestra, diante da platéia estarrecida, levantou-se e contestou minha afirmação. Disse que às vezes era preciso mentir, desde que fosse em proveito da causa. Tive que voltar, muito cuidadosamente, para colocar as coisas nos seus devidos lugares, e dizer que eu era um homem de comunicação e ele um homem de guerra psicológica. Eram duas posições diferentes, e eu aceitava a posição dele, compreendendo suas condições funcionais.

Quando o Presidente Geisel trouxe o seu parente Humberto Esmeraldo, como Secretário de Imprensa, praticamente acabou com a AERP. Voltei para o Exército, para o Gabinete do Ministro, e depois fui para o Estado-Maior do Exército. A comunicação ficou com o Humberto Esmeraldo, que era o homem da imprensa, naquela euforia de Governo novo, Governo da abertura. A nova comunicação passou a denegrir a imagem do governo anterior, coisa a que assisti com extrema paciência, pois já não tinha nada a ver com aquilo. Cuidava de minha vida, e cada um faz o que acha certo.

O Humberto foi nomeado Diretor da Caixa Econômica, e aí levaram o Camargo, que tinha sido o meu "segundo" na AERP, para trabalhar com o Geisel. A AERP passou para ARP; e continuaram a fazer, mais ou menos, o que tínhamos realizado, juntos. Dispunha de bom trânsito com o Presidente. Deram-lhe as funções de porta-voz, embora não tivesse as características necessárias. Eu não tinha sido porta-voz do Médici. Ao contrário, ele é que lia os textos que eu escrevia. Em seguida, veio o Rubem Ludwig – esse sim, um bom porta-voz, pessoa da melhor qualidade. Saiu-se muito bem, mas o trabalho prosseguiu na mesma linha.

Mais tarde, veio o Figueiredo, com um projeto igual ao do "Seu Arthur", uma idéia lançada pelo Ibrahim Sued. Posava de homem simples, bacana, igual a

você, ao homem comum, mas não deu certo. O Figueiredo quis ser o "João do povo". Vieram aquelas intervenções intempestivas. O Saïd Farhat, o "mago da publicidade" bem paga, era o seu Ministro da Comunicação Social, com recursos muito superiores aos que, anteriormente, havíamos tido – afinal, não tínhamos recurso algum, não possuíamos dinheiro, nem gente, não tínhamos nada, apenas três pessoas, eu, o Camargo e o Embaixador Baena Soares, mais um representante no Rio, e outro em São Paulo.

Posteriormente, o Saïd Farhat, com o seu Ministério da Comunicação Social, incomodou a área fundamental do Governo, que era o SNI. Aí o Medeiros "despachou-o" para casa, de volta para São Paulo, e o Farhat voltou a ganhar dinheiro na sua agência. Mais tarde, puseram o Carlos Átila, que saiu da carreira diplomática, foi um bom porta-voz, depois premiado com o lugar de Ministro do Tribunal de Contas da União. Já se encontra aposentado e, é hoje, um bom advogado em Brasília. Foi excelente homem de comunicação e admirável porta-voz.

Diria que a chamada "batalha" da comunicação não foi propriamente perdida, pois foi útil naquelas circunstâncias. No entanto, outros fatos negativos que ocorriam no submundo da repressão preponderaram como a imagem que realmente ficou. "Os gramados devastados" ou "as sentinelas que responderam mal às senhoras que pediram informações" ocorreram, aos milhares, de forma muito mais cruel. Esses excessos cometidos foram maximizados e se fixaram, afinal, como a imagem definitiva. A "batalha" não foi perdida. Não se perdeu, nem se ganhou. Fez-se o que era possível fazer.

General, parte daquele discurso que o senhor fez, um trecho dele, está lá na Academia da Força Aérea, em Pirassununga. O primeiro discurso do Médici, da posse, está lindo, na entrada do refeitório.

Espanta-me que ainda esteja lá, até hoje.

Houve repercussões favoráveis, sou testemunha do Médici aplaudido no Maracanã pelas duas torcidas. Vi isso mais de uma vez.

Creio que a imagem não se fabrica, a imagem é a imagem da verdade, e o homem de comunicação tem o dever de contribuir para que a verdade seja a melhor possível, porque a verdade sendo a melhor possível, a imagem também será. É esse o meu ponto de vista.

A guerrilha e o terrorismo

Esses atos foram terríveis, ocorreram, principalmente, depois do AI-5. Passamos a viver um clima de guerrilha urbana, e, em seguida, clima de guerrilha

rural. Tentaram a teoria do foco, primeiro na serra do Caparaó, depois em Registro, na Ribeira do Iguape, depois em Xambioá. Esses anos foram terríveis.

Lamento que essa realidade tenha existido. Se você pegar os livros dos subversivos, todos relatam isso, se vangloriando. O Jacob Gorender cita essas coisas com a maior naturalidade, sobre os grupos que fizeram, o que realizaram, o Sirkis e todos os outros. Vários desses escreveram. Queixamo-nos muito do patrulhamento dos outros, mas temos o nosso, também. Tenho a coragem e a sinceridade de dizer que possuímos o nosso patrulhamento. O que são veículos do tipo *Ombro a Ombro, Letras em Marcha, Revista do Clube Militar,* senão saudosismo, fazendo patrulhamento, com um ressentimento brutal? É, num outro sentido, mas é o mesmo patrulhamento.

Devemos ter é a capacidade de examinar, de estudar todos esses fenômenos e tirar dele as lições, para aprender. História militar não é só a história das batalhas. A nossa história militar precisa ser mais sociológica, precisamos compreender melhor a sociologia militar, precisamos estudar os aspectos sociais da história, isto é absolutamente fundamental.

Há dois livros recentes, grandes livros, muito interessantes, muito bem feitos; o livro do meu amigo Maya Pedrosa, grande sucesso – *A Grande Barreira* – a grande barreira é o Exército; e o outro, *O Exército na História do Brasil.* Meu Deus do Céu, os dois falam "à beça" de tudo isso que estamos comentando e param na posse do Castello. O que vem depois é o que precisamos estudar a fundo, para que nunca mais aconteça. Mas não se encontra nenhuma palavra sobre isso. O livro *A História do Exército* termina na posse. O capítulo do início do Movimento militar de 1964 se chama "Vocação Democrática do Exército". Em nome dessa vocação democrática do Exército, muita barbaridade foi feita, e pagamos até hoje.

É o que tenho o dever de dizer, e é, pelo esforço voltado para este trabalho de história militar que, com esta intenção, afirmo, com a indispensável crueza de expressões, que vivi todos esses momentos – nunca passei por qualquer órgão de informações – mas sei o que foi tudo isso.

A luta armada no campo e na cidade: objetivos, orientação, apoio externo. Falta de canais para a manifestação das esquerdas e o recurso à luta armada

O problema é o de sempre. As reações ao Movimento de 1964 situam-se em dois grandes grupamentos. De um lado, os verdadeiros marxistas-leninistas que desejavam criar o foco, desejavam a guerrilha urbana e a guerrilha rural. Quanto

pior melhor para eles. Esses eram os maiores responsáveis, deviam ser reprimidos violentamente, e o foram. O outro grande grupamento era o das pessoas que não se conformavam com a eternização do golpe de Estado, com a violação do estado de direito, com o AI-5, e ansiavam pela volta à verdadeira democracia, para que as instituições democráticas voltassem a funcionar. Esse era o grupamento maior, menos ativo, mas bem maior.

Os nossos responsáveis, os mais radicais, os mais extremados e os mais comprometidos com a missão de conseguir manter o regime, confundiam uma coisa com a outra, e, para eles, tudo era comunista, tudo era absolutamente comunista. Devia ser perseguido, repudiado, seguido e expurgado da vida nacional. Em nome disso, quantas injustiças se cometeram?

Os órgãos de informações e de operações de informações: SNI, DOI: criação e necessidade

Nenhuma instituição vive sem um órgão de informações, seja ela militar, política, ou empresarial. Tem que haver órgão de informações; mas a exacerbação da informação e a intensa utilização política desses órgãos geram distorções. A malha de informações foi de grande extensão. O País foi ocupado pelo Exército, no tempo do Médici, sendo Ministro o Orlando Geisel. Depois, foi ocupado pelo SNI. Tudo era SNI. Os melhores cargos dentro das Forças Armadas destinavam-se aos egressos do Serviço Nacional de Informações. Criaram-se agências por todo o País.

Todos os governadores eram escolhidos com o "sinal verde" do SNI. Isso não é regime militar, é muito mais do que regime militar. Diria, numa expressão que tenho a coragem de citar aqui: "foi um criptogoverno, ou seja o governo invisível, o governo da informação, governo no qual ninguém fazia nada sem o aval do órgão de informação". Essa situação começou ainda no Governo Médici, com o General Fontoura; aumentou com o Figueiredo, que era o homem da total confiança do Geisel, e que ampliou o SNI, cedendo-lhe meios poderosíssimos. Havia até fábrica dentro do SNI (a "Prólogo", que fabricava criptógrafos). Possuía serviço de saúde próprio. Desfrutava de muitos privilégios.

Chegou-se ao paroxismo, no próprio Governo Figueiredo. O Medeiros, Chefe do SNI, era como se fosse irmão do Figueiredo, ambos egressos do próprio Serviço Nacional de Informações, que, já tendo produzido dois presidentes, por que não fazer o terceiro? Seria seguir a ordem natural das coisas, e o SNI chegaria a fazer o terceiro.

Digo e reafirmo, e repetirei à exaustão: fomos além do militarismo, chegamos ao absurdo de 21 anos de militarismo, e, afinal, à exacerbação de um criptogoverno, ou seja, o governo do primado dos órgãos de informação, o governo do poder invisível. Não havia qualquer transparência no Governo, de fora não se sabia nada do que poderia acontecer.

Os episódios estão aí, como o Riocentro que, de vez em quando, vai e volta, assim como outras operações semelhantes. O Serviço Nacional de Informações ganhou expressão internacional, adquiriu meios da melhor qualidade, vindos do exterior e comprados a custos altíssimos. O SNI tinha até órgãos de gravação. O Presidente gravava os seus pronunciamentos no SNI, e dispensava os órgãos da mídia privada. Ora, se existiam engenheiros militares técnicos em som e em imagem, que eram contratados pela Globo e outras emissoras, por que o governo não utilizava essa gente? Mas foi o que fizeram e chegou-se a esse absurdo.

A bomba do Riocentro e a bomba do Recife: destaques no noticiário

O noticiário sobre a bomba do Riocentro volta a toda hora, embora a explosão no aeroporto Guararapes tenha entrado no esquecimento. Exatamente, porque há esse intento óbvio. Da nossa parte, é preciso reconhecer que aquilo foi um absurdo, bem como deve-se admitir que o sucedido no aeroporto, em Recife, tenha sido outro descalabro.

Mas eles se vangloriam.

Erradamente. Cumpre-nos dizer as coisas, falar a verdade, como o fato se apresenta. Como realmente é. No entanto, a de nossa responsabilidade, a que ocorreu nos nossos "quintais", foi uma farsa, e não deveria ter havido.

"Anos de chumbo"

É uma expressão genérica, cruel. Se "anos de chumbo" houve, foi dos dois lados. Houve na morte do capitão americano, na morte do empresário (Boilesen), na sarjeta de São Paulo, na morte do tenente da Polícia Militar. "Anos de chumbo" houve em toda parte. Devemos todos contribuir para que a verdade apareça, quaisquer que sejam as conseqüências, e estudar, internamente – como estou fazendo um pronunciamento interno, oferecendo um testemunho para a Instituição, que é a minha vida. Dediquei-me a ela e tenho o dever de dizer o que penso e o que sempre pensei, 18 anos depois de a ter deixado. Durante o episó-

dio do Riocentro, falei a meus chefes o que pensava, manifestei a minha opinião; por isso, depois, paguei o meu preço.

A permanência da Revolução no Governo do País

Penso que houve uma demora e essa demora foi um grande erro. O Castello pretendia fazer uma intervenção pretoriana. Sua intenção era dar um jeito no País, reorganizar a "casa" e entregá-la ao poder civil. Os militares são preparados para guerra. Dentro da mentalidade militar há um inimigo, então, se o outro é inimigo meu, devo tentar destruí-lo. Para o político não há nada disso, para o político há o diálogo, o "tenho que conviver". O que disse ontem talvez não diga amanhã, o que não é próprio da índole militar. Então, levar os militares ao Poder é sacrificá-los, eles não nasceram para isso, eventualmente, um ou outro possui vocação política, mas não é da sua formação natural.

A mesma coisa acontece no confronto entre padres e militares. Participei de seminários de congraçamento entre militares e religiosos, e me coube fazer uma palestra sobre o estudo de situação dos militares, e confrontá-lo com o procedimento dos religiosos. Mostrei, exatamente, que o religioso tinha a obrigação de ver, em cada adversário, uma ovelha a trazer para o seu rebanho, e o militar tinha que ver, em cada adversário, um inimigo a destruir. Dentro dessa concepção, deveríamos estabelecer a compreensão mútua e procurar conviver, bem como tirar partido das diferenças.

Querer que os militares, por decreto, se transformem em grandes políticos, em grandes estadistas, é muito difícil, porque a formação da vida inteira, nas diversas escolas militares, é autoritária, preconiza a violência. Somos pessoas treinadas para a guerra. Na índole da nossa formação está a frustração, porque somos preparados para realizar uma coisa, que somos os primeiros a querer que jamais aconteça – a guerra. No entanto, temos formação moral para conviver com esse problema a vida toda, sermos educadores, bons militares e não sucumbirmos à frustração, mas absorvermos isso tranqüilamente.

O meu amigo Camargo escreveu um livro *A Espada Virgem*. Acho deplorável o nome. Entendeu que muitos companheiros da repressão eram pessoas que nunca tinham usado a espada na guerra, por isso o fizeram na repressão. Essa a razão do nome *Espada Virgem*. Creio que não há espada virgem, a espada é atuante, é um símbolo de grandeza, de dignidade, de altivez.

Se a mim foi dado, por felicidade, realizar a minha tarefa de militar, até na guerra, minha espada não foi virgem. Minha espada conviveu com os meus princípios de soldado e de cidadão.

Vantagens destinadas às Forças Armadas, durante os governos revolucionários

As Forças Armadas não se aproveitaram de qualquer vantagem. Costumo dizer, conversando com gente de esquerda, que somos os verdadeiros socialistas do País. Os militares vivem com o seu "dinheirinho", têm o suficiente para comer, para um pequeno lazer, para criar seus filhos com dificuldade e assim chegam ao fim da vida. Terminei meu périplo castrense depois de 43 anos de serviço, tendo passado pela Presidência da República e por comissão no exterior, com "zero" na conta corrente, com o carro que tive que devolver ao Exército, porque era um carro vinculado, e com um apartamento a pagar pelo Sistema Financeiro da Habitação. Não tive outra família, sempre tive uma só, vivi para ela e me sinto plenamente realizado, porque amei e amo o meu Exército. Realizei basicamente tudo o que queria, principalmente a formação da minha família, e a educação dos meus filhos. Então, isso de vantagens é absolutamente falso

Há um livro sobre a vida de Juracy Magalhães, escrito pelo senhor Alberto Gueiros. "Lá pelas tantas", numa introdução – palavras dele, não são palavras de Juracy – enaltecendo-o, diz que ele chegou a General, sem amealhar fortuna. Aquilo me indignou. Fiz contato com o Gueiros e lhe disse:

– Olha, você é terrível, fez-me um grande mal; você é duplamente falso; primeiro, Juracy não é General. Ele foi tudo no País, mas não chegou a General da ativa. Foi ministro de tudo, embaixador, presidente da Vale do Rio Doce. Era um homem extraordinário, só não foi o que queria ser, Presidente da República. Dizer que chegou sem amealhar fortuna, é um agravo a todos nós, que vivemos nessa "miséria dourada". Cite-me um só oficial que tenha chegado a General e conseguido amealhar fortuna.

Ele me fitou e respondeu:

– Na próxima edição, vou tirar a afirmação, basta isso?

– Não basta, chegar a General sem amealhar fortuna vale dizer que todos amealhamos fortuna. Pois bem, não amealhamos nenhuma fortuna, nenhum de nós. Estamos cumprindo a nossa obrigação, na nossa "pobreza dourada", com a maior dignidade.

Avaliação sobre os 20 anos de Revolução

Faço a avaliação: teve aspectos extremamente positivos e extremamente negativos. Faltou dizer isso, quando se falou em SNI, CODI e DOI. Comete-se grandes erros ao condenar o Movimento de 1964. *A posteriori,* é muito fácil. Errou o

Movimento de 1964 ao entregar a repressão aos militares. Vargas não fez isso. Entregou a repressão total à polícia, polícia civil e aos "cabeças vermelhas" ali do morro de Santo Antônio, a famosa Polícia Especial. Fizeram barbaridades, fizeram horrores, mas o Exército de então foi preservado. Cometemos esse erro, envolvemos o Exército na repressão. Criamos os CODI e os DOI. Entregamos a centralização das ações "na mão" do comando unificado, construímos essa unidade de comando. É possível que tivesse de ser feito, mas foi uma lástima que tivesse acontecido. Pagamos até hoje por isso.

O desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País

O desengajamento foi uma conseqüência natural. Primeiro, o cansaço. Houve uma sensação de cansaço. Os chefes militares tiveram um bom senso extraordinário, no período do colégio eleitoral que elegeu o Tancredo. Permaneceram muito tranqüilos. Resistiram a pressões de toda ordem. Conseguiram conduzir bem a passagem, então houve o desengajamento, e o Exército voltou a ser profissional, como deve ser. Isso é extremamente necessário. Então, foi uma conseqüência natural da exaustão, do longo tempo, e da necessidade de sair. Isso coincidiu com outras circunstâncias, do quadro político, econômico e social.

O "revanchismo", a partir de 1985

Tem havido "revanchismo" de parte da mídia, dos políticos e autoridades em geral, e permanece até hoje. Entendo que a Lei da Anistia foi muito apropriada, as pessoas que viveram essa fase e que têm seus parentes, seus descendentes, lutam, ainda, por coisas absolutamente inimagináveis, e compete às autoridades conduzir isso com muita precaução, e muito cuidado, e isso nem sempre tem ocorrido.

A imagem do Exército Brasileiro e os índices de aceitação muito favoráveis

Acho que essa imagem tem melhorado muito, não só pelo trabalho do órgão de comunicação, muito bem feito, como pela própria posição tranqüila e de espectador do Exército. Se ele continuasse a intervir, incessantemente, a imagem não estaria tão boa. É melhor que fiquem esperando, que fiquem querendo que o Exército se pronuncie, do que querendo condenar os seus pronunciamentos. Não nos iludamos, a imagem é mutável.

Mensagem final

Falei muito, talvez tenha dito demais, e de forma extremamente enfática. Gostaria de lembrar, voltando aos pródromos da evolução histórica do Exército que, como instituição, soube equilibrar-se, eqüidistante de todos os extremados radicalismos. Soube sofrear os impulsos mais subversivos, e contribuir para retardar o advento de transformações mais revolucionárias e extemporâneas. Soube dar um basta ao cesarismo, na hora certa em que as democracias derrotavam o nazifascismo. Soube opor-se ao populismo demagógico e, afinal, desempenhou o seu mais difícil papel quando, no quadro da guerra fria mundial, opôs-se, com sacrifícios institucionais e pessoais, à tentativa socialista brasileira, feita quase nas antevésperas da agonia do socialismo soviético. Altíssimo foi o preço pago pela Instituição, nesse seu incompreendido serviço prestado ao povo brasileiro, pois os desafios das ações e reações, que nos levaram a duas décadas de militarismo, renegaram o idealismo dos tenentes, que foi, afinal, a sua origem mais remota.

Gostaria de reafirmar que vejo com muita atenção o difícil papel que vivem os chefes militares de hoje. Ouço, por aqui e por ali, dizerem: "Não há mais chefes militares como antigamente, os de hoje não reagem." Meu Deus do Céu, os nossos chefes militares são bons ou melhores do que os de todos os tempos. Sou um eterno otimista, depois de mim virá um melhor do que eu, os nossos chefes militares, das três Forças, não só deste Governo, mas dos anteriores – o meu amigo Zenildo, agora, o meu amigo Gleuber, são pessoas admiráveis. Mas é preciso situá-los nessa conjuntura, dificílima para eles. Não podem fazer, agora, o que os outros faziam em tempos de autoritarismo, de total liberdade para agir. Agora, são terríveis "engolidores de sapo" e precisam de enorme bom senso, amor à Instituição e ao Brasil.

Penso que são equilibrados, estão absolutamente certos, procuram melhorar o Exército, profissionalmente, e conviver com esses tempos difíceis. Nada indica haver conflitos em potencial, mas as Forças Armadas, interpretando o pensamento brasileiro, são muito sensíveis contra modernos e inadmissíveis conceitos de soberania relativa, que se procura generalizar nos começos de uma nova ordem política mundial.

Interpretando os sentimentos e as convicções do povo brasileiro, nós, militares, defendemos o ponto de vista de que, antes de ser um patrimônio da Humanidade, como procuram dizer tantas vozes da cobiça internacional, a Amazônia é, majoritariamente, um patrimônio do Brasil. Estou convencido de que a marcha para à Amazônia, a vigilância em favor da Amazônia, esse amadurecimento das nossas elites militares para essa certeza de que se trata de um patrimônio nosso,

tudo isso é um conflito em potencial, para o qual estamos preparados. Este sim é um grande dever, e não o dever de estar intervindo politicamente a toda hora.

O pretorianismo está distante, compete-nos contribuir para exercitar a democracia, uma contribuição saudável para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. É preciso pensar que, ao longo desses 15 anos que se seguiram ao regime militar, de 1985 a 2000, têm havido muitas crises, mas não houve um só conflito. No entanto, ao longo de toda a história republicana, até 1985, ocorreram conflitos a toda hora, às vezes no mesmo ano, vários conflitos, terríveis, envolvendo condições sociais, políticas, econômicas.

Nesses 15 anos, apesar de todos os problemas, apesar de todos os "revanchismos", apesar de todas as incompreensões e apesar de todos os "sapos" que estamos engolindo, temos enfrentado crises: crise do cruzado, crise do Governo Collor, crise da reeleição, crises atrás de mais crises, mas conflitos, sequer um.

Devemos estar atentos para esses grandes movimentos sociais que estão em marcha. É dever nosso, também, estar atentos para essa área da contravenção e do crime organizado, nas cercanias das áreas urbanas, e mesmo nas áreas rurais; não que sejamos polícia – que não é esse o nosso papel – mas devemos estar solidários com o poder civil, para encontrar uma solução para os problemas da violência e da segurança pública.

Este é o meu sentimento, como soldado e como cidadão, que ama profundamente o seu Exército, e que tem uma admiração, cada vez maior, pelos soldados que ele continua a formar.

Espero que as minhas palavras sejam compreendidas como manifestação de muito amor no coração, muito amor à nossa Instituição, para que não voltemos a viver, um dia sequer, no futuro, situações como as que vivemos no longo período de mais de 20 anos do Movimento militar de 1964.

General-de-Divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga

- Natural da Cidade de Pouso Alegre, MG.
- Último posto da carreira: General-de-Divisão.
- Integrou a Força Expedicionária Brasileira no posto de 2º Tenente.
- Foi Chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Comandante da 1ª Divisão de Exército, Comandante da 1ª Região Militar e Chefe do Centro de Informações do Exército.
- No exterior, foi Adido das Forças Armadas (ADIFA) junto à Embaixada do Brasil na República do Senegal.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos da América, em Maryland, cursou a *The Chemical Corps School.*
- Em 1964, era major, servindo na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 06 de setembro de 2000.

Inicialmente, devo dizer da minha satisfação de participar deste Projeto, porque nós da reserva, às vezes, nos sentimos frustrados por não termos oportunidade de cooperar, de alguma maneira, com o Exército, nossa escola e a nossa vida. Então, é muito agradável fazê-lo. Sinto-me até vaidoso, além de gratificado, mas faço uma ressalva como em outras vezes: o meu currículo mostra que me dediquei, em grande parte da minha carreira, à atividade de informações, que se caracteriza por um homem mudo, de ouvidos grandes. Assim, estive sempre voltado para ouvir, não sendo, provavelmente, o homem de transmitir, mas vou procurar fazer o possível. Estimo que seja útil para o Exército o que possa relatar.

Participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento

A minha ligação com a Revolução mostrou-se muito estreita. Em 1963, portanto às vésperas da Revolução, servia na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), como instrutor. Se formos aos arquivos da EsAO, verificaremos que os temas de cooperação das Armas e Serviços do antigo CAS, atual SECODAS, Seção de Cooperação das Armas e Serviços, eram pautados no ambiente da política nacional; então, a Escola já previa aquela situação, a possibilidade de guerrilha, de movimentos armados por parte dos sindicatos.

Um dia, estava numa sala de aula da Escola, ministrando instrução, quando fui chamado pelo comandante. Falei ao interlocutor:

– Estou terminando o 'tempo' (tempo de aula); favor avisar ao comandante que, dentro em pouco, descerei.

– Não senhor, é para suspender o que estiver fazendo e ir ao gabinete dele.

Dirigi-me, então, ao Gabinete do Comandante e ele disse:

– Braga, farde-se para se apresentar ao Estado-Maior do Exército (EME); é ordem do General Castello que você se apresente, hoje, no Estado-Maior.

Honestamente, não sei... o militar nunca sabe ou pergunta o porquê das coisas. Fardei-me e fui ao EME. Ao chegar, designaram-me para a 2ª Seção que tinha duas subseções: uma tratava de informações externas, relacionamento com os demais países; a outra de política interna e segurança interna, era a 2ª/2ª, e eu fui encaminhado exatamente para essa Subseção.

Com isso, tive a oportunidade de assistir, por exemplo, ao comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, pois a janela da 2ª Seção se debruçava sobre a praça fronteira à Central do Brasil; assisti, ninguém me contou, o que foi o comício de 13 de março.

Então, a minha participação nos pródromos da Revolução está ligada às funções que desempenhei, seja na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que é um cadinho explosivo, com 300 a 400 capitães, de várias armas, e ministrando instrução sobre os temas do CAS, calcados nos problemas nacionais, seja na 2ª Seção do EME, com suas peculiaridades.

O Chefe da 2ª Seção / EME já era o Coronel Abrantes?

Não, o Chefe da 2ª era o Coronel Pamplona, artilheiro, faleceu há pouco tempo; dei-me muito bem com ele, homem de qualidades extraordinárias.

No desenrolar do período revolucionário, e logo que cheguei à 2ª Seção, recebi uma missão, também muito especial, além dos pedidos normais de busca: deram-me para fazer – e lamento ter sido, penso, exageradamente honesto – a revisão da correspondência do Chefe do EME, o General Castello Branco, antes que o Sargento Oswaldo – um tipo alemão, olhos claros, louro, comprido, que era de confiança do General Castello – a datilografasse. Quantos documentos passaram por mim, para serem verificados! Jamais diria que corrigi o texto de Castello Branco, não! O trabalho praticamente era adaptar a ortografia às novas regras. Às vezes, saía um "ele" com dois "ll", saía farmácia com "ph". Era um tipo de... não sei se o revisor de jornal faz isso. Jamais modifiquei sequer uma linha da correspondência, apenas atualizava, vamos dizer assim, a ortografia, e a recomendação era: "terminado de fazer o trabalho, destruir a cópia". E eu destruí todas as cópias, inclusive os diálogos, sempre elegantes, sempre cordiais entre generais, mas extremante sérios, como entre ele e o Ministro Jair Dantas Ribeiro. Tenho lembranças de alguns desses documentos, que não existem mais. Eis que lamento profundamente ter sido tão discreto, já que poderia ter, pelo menos, arquivado essas coisas.

Seria a história escrita, documental e, agora, nós temos a História Oral, só as memórias...

Só a memória, o que resta da memória de um velho soldado de 77 anos.

Daí a importância da História Oral, porque traz aqui o nosso General Braga, tão querido de todos nós, e dizemos isso muito à vontade, para relembrar esse trecho de sua vida, junto ao General Castello Branco, no Estado-Maior.

Uma das finalidades da História Oral é preencher as lacunas dos documentos escritos.

Retornando, o Chefe da 2ª Seção nos reuniu, nos dias que antecederam à Revolução, e organizou grupos de oficiais da 2ª Seção do EME, não de todos os oficiais – admissível, pois não havia uma total identidade de pensamento entre os oficiais da 2ª Seção; na 2ª/2ª, no entanto, no grupo que era formado pelo Carlos

Pinto e o Pamplona, o pensamento era unânime – para que fizéssemos a segurança do Presidente Castello Branco, na época, Chefe do EME, durante a noite, em casa, contra a vontade dele.

Por que fazíamos isso?

Porque já tínhamos um exemplo do passado, aquele em que o Ministro Lott surpreendeu a todos, quando, à noite, tomou a decisão e preencheu os postos, então desocupados.

Estávamos de sobreaviso, com armamento individual, uma pistola 45 e uma metralhadora INA (Indústria Nacional de Armas), dentro de dois carros, nas proximidades da casa do General Castello Branco, para proporcionar-lhe segurança, reconheço, muito precária.

Lembro-me bem de um deles, porque falava muito, o artilheiro Ruy de Castro, que estava sempre comigo na viatura, a mesma que, mais de uma vez, levou o Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, da casa dele, na Rua Redentor, a um apartamento, na Avenida Atlântica, no posto 6 – procurei identificar, na época, quem seria o morador daquele apartamento, quando me informaram ser o Coronel Danilo Nunes, Presidente da COBAL, homem inteligente e sempre muito simpático. O General Castello Branco freqüentava aquele apartamento nas reuniões que fazia com determinadas pessoas, que não seria de bom alvitre receber em casa. Sempre admiti esse procedimento, considerando a intranqüilidade reinante no País.

Importante ter abordado esses aspectos, inclusive mostrando a despreocupação do próprio General Castello Branco com a sua segurança e com esse apoio próximo.

Ele era, realmente, contrário a tal cuidado. Fazíamos porque o Castello Branco era nosso ídolo, não se tornou agora, sempre foi. O livro do General Geisel faz uma menção, mais ou menos, sobre isso; uma das razões é que muitos oficiais tinham sido alunos do Castello Branco, e consideravam tal fato uma honraria. Ele fora meu Instrutor-Chefe na Escola Militar e, depois, fui trabalhar com ele.

Correspondência trocada entre o Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, e o General Castello: clima que imperava à época

Normalmente, tratavam desses assuntos e da discordância do General Castello Branco quanto ao rumo dos acontecimentos. A correspondência versava praticamente sobre isso. Tínhamos receio da atitude do Ministro, porque sabíamos o que se passava, e queríamos, dentro das possibilidades, proteger a figura do Chefe do Estado-Maior; não era contra o Ministro, era a favor do General Castello.

Missões atribuídas aos oficiais da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, logo após a eclosão da Revolução

Diria que não foi logo após a Revolução, foi até um pouco antes, quando a situação se tornou insustentável, creio que no dia 30 de março. Recebemos a missão de procurar locais que pudessem servir de PC (Posto de Comando) alternativos, para os chefes militares, durante a Revolução, pois não se esperava um movimento vitorioso em tão curto prazo de tempo, que a ação fosse tão rápida. A mim coube, exatamente, pesquisar um PC alternativo.

Tive a sorte de ter um cunhado – Radamés Latari, já falecido – que possuía um consultório dentário na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, esquina de Rua Santa Clara, muito amplo, sala de espera grande, com dois sofás, dois gabinetes dentários, telefone, televisão, geladeira, enfim, tinha todo o conforto para um PC alternativo. Ele nos cedeu o consultório, e instalamos rádio e telefone, em ligação direta com o Estado-Maior do Exército.

O nosso PC não foi ocupado. Mas o trabalho da 2ª Seção não foi em vão. Quando o General Muniz Aragão chegou às proximidades da Vila Militar, para entrar em ação, ou seja, assumir o comando da Brigada Pára-quedista, ou uma outra função, ficou num desses PC alternativos – a casa de um funcionário civil da Aeronáutica, em Marechal Hermes. Essa foi, portanto, a nossa missão: procurar PC alternativos e aguardar os acontecimentos.

Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)

Servi no CIE, já no posto de general, decorrendo um hiato bem grande para o período em que estive na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, quando teve início a Revolução. Nesse intervalo, fiquei afastado do Exército pouco mais de um ano, tendo retornado para ser promovido a coronel, já no Governo Médici; passei boa parte do Governo Costa e Silva em quarentena. Quando me encontrava na África, fui promovido a General-de-Brigada. Deixando aquele continente, comandei a Brigada-Escola, função que muito me honra ter exercido. Em 1979, assume a Presidência o General Figueiredo, tendo, como Ministro do Exército, o General Walter Pires que tinha sido o meu Comandante na 1ª Divisão de Exército, na oportunidade em que comandei a Brigada. Nessa ocasião, convidou-me para ser o Chefe do CIE.

Assim, fiquei afastado todo esse tempo. No CIE, com a Revolução em pleno desenvolvimento, desempenhava a função, integrado ao sistema do Serviço Nacional de Informações, não tendo, assim, um caso específico para relatar.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

Já afirmei que sou homem de formação "boca calada e ouvido grande". Acho a Revolução de 1964 uma árvore frondosa, que deu frutos extraordinários para o nosso País durante vinte anos, e esta árvore, por ser frondosa, tem raízes profundas. Quero me ater, porém, a fatos próximos à Revolução, evitando as fases anteriores, mesmo porque eu não sou pesquisador de História.

Vivi, estranhamente, os fatos que vou relatar, para constatar como há relação, na nossa vida, entre certos acontecimentos.

Vamos para 1930, lembrando que nasci em 1922 e, em 1930, eu tinham apenas oito anos.

Meu pai servia em Belo Horizonte, no 12º Regimento de Infantaria, a respeito do qual existe um livro – não sei se é da Biblioteca do Exército – denominado a "Odisséia do 12º RI". O 12º RI era uma unidade legalista, ou seja, apoiava o Presidente Washington Luís; e quem marchava do Sul para o Rio de Janeiro para depô-lo? Getúlio Vargas, veja bem, Getúlio Vargas.

O 12º RI foi cercado, metralhado, assaltado e o Comandante – Coronel Bragança – foi morto no seu gabinete de trabalho. Cabe o comentário: "Braga, que memória prodigiosa!" Mas se explica, porque o meu pai servia lá, foi preso e minha mãe nos levava para visitá-lo. Ele era o médico da Unidade. Então, ouvíamos falar de Getúlio Vargas, de Luís Carlos Prestes, do Secretário de Segurança de Minas, à época. O Secretário de Segurança era Otacílio Negrão de Lima. Mais tarde, o Castello Branco apóia a eleição do Francisco Negrão de Lima, irmão de Otacílio, no Rio de Janeiro. Embora não seja pesquisador de História, participei desses fatos, por questões familiares.

De 1930, quero pular para 1935, ano da Intentona Comunista. Onde é que está meu pai – o Doutor Braga? Está servindo na Escola Militar do Realengo, que teve participação neste movimento, por quê? Porque existia uma célula comunista nos Afonsos. Quem chefiava a Intentona Comunista de 1935? Luís Carlos Prestes.

Quando chega o ano de 1964, vejo no palanque, junto ao Presidente João Goulart, Luís Carlos Prestes, aquele mesmo chefe de 1935, de uma Intentona que assassinou muitos dos nossos, que morreram dormindo, com a traição perpetrada na calada da noite. Ao lado de Prestes, que era um brasileiro comunista a serviço da Rússia, de onde viera para chefiar a Intentona de 1935, está o Brizola, está o Miguel Arraes, a fina flor da esquerda brasileira, e com eles os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Então, há um vínculo entre o passado e o Movimento de 1964.

Agora, a causa imediata da Revolução está na eleição de Jânio Quadros e João Goulart, no final de 1960 e, a assunção, em 1961. No regime eleitoral então vigente, havia possibilidade de votar no Presidente, de uma chapa, e no Vice-Presidente, de outra, uma aberração. Não existia vinculação dentro das chapas.

Os dois grandes partidos da época eram, de um lado, a UDN, partido de princípios conservadores, mas que vinha, desde Getúlio Vargas, fazendo oposição, e jamais tinha sido governo; de outro, a grande força política, o PTB, com alguns aliados, como o Partido Comunista, de Luís Carlos Prestes. Este segundo bloco tinha força popular, que vinha de Getúlio Vargas, particularmente junto aos sindicatos. Surge, assim, uma chapa populista, a chapa "Jan-Jan", Jânio Quadros e João Goulart, que são eleitos: Presidente Jânio Quadros e Vice-Presidente João Goulart, um da chapa da UDN, o outro da chapa do PTB, partidos adversários e que postulavam a condução do País.

Acho que, neste fio muito tênue, está a raiz do Movimento de 1964. É eleito Jânio Quadros, líder popular, vindo, do bairro de Vila Maria, na capital de São Paulo, cidadão de caráter estranho, até no aspecto físico. Às vezes, punha talco na cabeça, sacudia e dizia que era caspa; usava uma vassoura como símbolo da luta contra a corrupção, e dizia que era para limpar o País da ação daninha dos corruptos; caricato, se transformou em messiânico, porque o povo, fica meio perplexo com esses tipos – a liderança messiânica – nós estamos cansados de ver isso.

Assume o Jânio Quadros, com duas posturas, uma interna e outra externa, formando uma verdadeira dicotomia. Internamente, servia no Recife na época em que Jânio determinou ao Ministro do Exército que fizesse a repressão às Ligas Camponesas e ao movimento estudantil, naquela cidade, a qual foi feita, eu assisti.

Preocupava-se, era uma esquisitice, com fatos que não caracterizavam problemas específicos do Presidente da República, como certas proibições de rinhas de galo e do uso de lança-perfumes e de biquínis. Até mesmo, usava um uniforme safári, para desempenhar suas funções, enquanto o traje normal de todos os presidentes é o terno e gravata. Outra conduta esquisita do Jânio Quadros era governar através de bilhetes, ultrapassando seus Ministros. Ele mandava bilhetes para as autoridades de segundo e terceiro escalões, contendo ordens suas. São os famosos bilhetes de Jânio Quadros. Em pouco tempo, sua figura ficou desgastada.

E ainda houve uma condecoração para o Che Guevara.

Isso foi depois, o ponto final, porque, antes, na política externa, condenou publicamente a atuação dos Estados Unidos na baía dos Porcos, em Cuba; mandou o João Goulart para a China, creio, até, que incumbido de reatar relações com aquele país comunista. João Goulart estava em Paris, retornando da viagem,

quando aconteceu a condecoração de Che Guevara, Ministro da Economia de Cuba, com a mais alta condecoração que o Itamaraty concedia a personalidades estrangeiras, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Foi condecorado às vésperas do Dia do Soldado, a 19 de agosto.

Ora, ele tinha sido candidato pela UDN, partido de Carlos Lacerda, um jornalista excepcional, um orador vigoroso e extraordinário, o qual fez um discurso, no dia anterior à renúncia. Não sei, talvez esteja exagerando, mas é opinião minha – até que ponto influiu, na psique do Jânio Quadro, o discurso do Carlos Lacerda, produto da condecoração do Che Guevara.

O certo é que ele abandona o Governo e deixa o Brasil perplexo. Os reais motivos, até hoje, são uma interrogação não respondida por ele próprio que alegou as tais "forças ocultas". Resultado – e eu lhe disse que a causa imediata estava na eleição da dupla Jan-Jan – quem deveria assumir a Presidência da República? Em princípio, seria o Vice-Presidente.

No dia 25 de agosto de 1961, estava presente a uma recepção no Clube Náutico do Recife, oferecida anualmente – não sei se ainda existe – à oficialidade, em comemoração ao Dia do Soldado; na oportunidade, o Comandante do IV Exército – hoje, Comando Militar do Nordeste – General Arthur da Costa e Silva, a quem caberia fazer a oração de agradecimento pela homenagem, foi absolutamente enfático, não deixou dúvidas, e foi aplaudido:

"É do conhecimento de todos que o Sr. Jânio Quadros deixou o Governo. Em conseqüência, está vaga a cadeira de presidente da República, mas isso não é problema, porque a Constituição é clara, assume o Vice-Presidente João Goulart."

Isto eu ouvi, lá em Recife.

Mas, em 1961, as comunicações não se comparavam com as dos dias atuais. As ligações diárias com o EME eram feitas em horários prédeterminados. Às vezes, o rádio não conseguia receber os sinais, não entrava no ar; a falta de informação, de ligação, de coordenação dos Comandos Militares era um fato. Nós fomos muito felizes por termos realizado a Revolução de 1964 sem derramamento de sangue, porque, como em 1961, também faltou coordenação.

Enquanto, no Recife o General Costa e Silva fazia aquela declaração pública, o I Exército – hoje, Comando Militar do Leste, com sede no Rio de Janeiro – construía o "eixo" Rio de Janeiro-Brasília, com o Congresso, na Capital Federal, para impedir a posse de João Goulart. Os ministros militares fizeram um manifesto contrário à posse de João Goulart.

No III Exército – hoje, Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre – o General Machado Lopes adere ao Brizola; e quem era o Brizola? Apresentava-

se como herdeiro político de Getúlio Vargas – eis por que fiz questão de falar no Movimento de 1930. Brizola liga-se a Machado Lopes e chama o João Goulart, para que ele vá para Porto Alegre. A finalidade é refazer a marcha de Getúlio Vargas, de Porto Alegre ao Rio de Janeiro e, depois, Brasília, onde assumiria a Presidência da República.

Afinal, encontra-se uma fórmula conciliatória, nascida de diversos grupos, porque não eram só militares os que reagiam. Muitos civis também não o queriam; a Igreja e a mídia tinham receio do comunismo. Estavam apavorados, porque João Goulart tinha pregado, quando Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, a república sindicalista e fomentado a subversão no movimento sindical, inclusive, com a preparação de líderes combativos.

O Brasil todo estava assustado com o que iria acontecer e a esquerda sempre foi muito atuante, o "tambor" da esquerda sempre bate mais alto do que os demais. Repetiam, naquela época, expressões como: "vamos fazer as reformas na 'marra'", "tomar o Governo na 'marra'". Tudo era na "marra", e havia companheiros nossos, os quais se diziam não comunistas, mas aceitavam todas essas teses doutrinárias de João Goulart e Leonel Brizola. Por isso é que destaquei o fato de não terem sido todos os oficiais da 2ª Seção que fizeram parte da segurança do Castello.

A solução, a fórmula mágica encontrada para evitar o confronto, de conseqüências, só Deus sabe quais, foi o parlamentarismo, visto que, com o mesmo, o Poder do Presidente reduzir-se-ia, à medida que teria de reportar-se ao Parlamento. Mas, até a emenda constitucional que propôs o parlamentarismo foi perversa, porque previa uma data de duração do regime, ou seja, seria regime parlamentarista o tempo necessário para que pudessem neutralizar os militares e aquele pessoal que não queria o João Goulart. Os chefes militares teriam concluído a permanência na ativa e estariam na "reserva".

Uma das primeiras medidas do João Goulart, quando assumiu a Presidência, foi propor o fim do parlamentarismo. Um ano depois, o presidencialismo retornou.

Lembro-me da propaganda da Elza Soares nas emissoras de rádio: "Diga não, diga não ao parlamentarismo." O plebiscito se resumia em dizer "sim" ou "não" ao parlamentarismo. E houve uma enorme "orquestração" para se dizer "não".

O parlamentarismo nunca foi aceito no País; foi uma saída para contornar a crise gerada pela renúncia, sem propósito, de Jânio Quadros e, agora, continuam determinadas figuras querendo tentar ressuscitar essa idéia, quando já se viu que, desde aquela época, muito claramente, ninguém queria o parlamentarismo. O presidencialismo tem uma tradição de aceitação pelo povo brasileiro.

Com a propaganda, o "não" ao parlamentarismo teve uma vitória esmagadora.

Nosso País está inserido no mundo ocidental, logo não estamos sós e, como tal, não podemos fazer aquilo que queremos, senão o que é mais ou menos admitido nesse mundo ocidental. Alguém já disse o seguinte: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil", do que discordo, mas, infelizmente, é uma realidade, que mal ou bem, somos conduzidos a aceitar.

Seria o caso de indagar, por que o Governo Revolucionário foi reconhecido, tão rapidamente? Porque os Estados Unidos vinham de um desastre na Coréia – não se diz derrotados, porque são os Estados Unidos – mas foram derrotados, sim, na Coréia, onde perderam milhares de soldados, e, em seguida, empenharam-se no Vietnã, de onde voltaram humilhados. Estavam, os Estados Unidos, apavorados com a idéia do comunismo e viram, com simpatia, a Revolução brasileira.

Sem falar na amizade existente entre o Vernon Walters – se não me engano era Adido Militar da Embaixada americana no Brasil – com o Castello, conhecimento vindo da guerra, onde fora Oficial de Ligação do V Exército dos Estados Unidos com a Força Expedicionária Brasileira.

Enfim, os Estados Unidos viam com muita satisfação a Revolução, tanto que até tiveram um embaixador raptado. É importante colocar esses pontos de vista.

Influência da guerra fria na Revolução de 31 de Março de 1964

Teria que acrescentar pouca coisa. Acabou a Segunda Guerra Mundial, com dois grandes vencedores, essa é a realidade: a União Soviética – uma "União" artificial – e os Estados Unidos da América do Norte, dividindo a liderança e procurando, cada um, expandir o seu campo de ação, razão das guerras da Coréia e do Vietnã. Tirando esses dois grupos, o primeiro mundo, capitalista, e o segundo mundo, socialista, sobrou o terceiro mundo, a América Latina, a África e a Ásia. Para onde vieram os soviéticos exportar o comunismo? Para a América Latina, em Cuba.

Se nós não tivéssemos feito a Revolução de 31 de Março, Cuba, como ficou demonstrado posteriormente, se encarregaria – mandou o Che Guevara para a Bolívia – de realizar a expansão do comunismo. Imagine o temor dos Estados Unidos de que o Brasil, com esta imensa extensão territorial e enorme população, se tornasse comunista. São essas as conseqüências da guerra fria, aqui no Brasil.

Panorama político anterior a 31 de março de 1964

Caos absoluto, caos absoluto. O País continuava temeroso com as reformas propostas por João Goulart; as Forças Armadas perplexas pelas seguidas manifes-

tações de indisciplina: sargentos da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram em Brasília; os marinheiros não atenderam a proibição do ministro da Marinha para não realizarem uma convenção. A hierarquia foi abalada pelo próprio Presidente da República. A economia estava desorganizada; a inflação altíssima – mais tarde, Castello Branco faria cair a inflação de cento "e tantos" por cento ao ano para vinte e "poucos" por cento ao ano.

Havia um clima de desagrado geral, ou seja, os dois lados, independentemente de ideologia, exigiam uma solução, porque, como estava, não poderia continuar.

Na verdade, havia uma insatisfação geral com o Governo Goulart.

Insatisfação geral. É fácil imaginar a Igreja católica, no Brasil, ser proibida de funcionar, no caso do País seguir a doutrina comunista, a exemplo do que aconteceu com a Igreja católica, na Rússia, que foi fechada, trancada, amordaçada.

"Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"

As "Ligas Camponesas" foram elementos de um movimento exclusivo do Nordeste. Encontrava-me lá, no Recife, em 1961, com o General Arthur da Costa e Silva, Comandante do IV Exército, que recebeu ordem para reprimi-las. E o que era esse movimento? Era a invasão da cidade, por hordas de trabalhadores, carregando bandeiras vermelhas, pleiteando – não a reforma agrária – mas a desapropriação das terras dos usineiros. A Faculdade de Direito do Recife juntou-se àqueles trabalhadores e tumultuaram o Recife, sob a liderança de Francisco Julião.

O "grupo dos onze" é invenção do Leonel Brizola; tenho a impressão de que copiada ou reflexo de sua antiga formação militar, no Exército, pois o efetivo do Grupo de Combate (GC) é de onze pessoas. Colocou na cabeça essa idéia e começou a incentivar, pelo rádio e pela televisão, a organização de tais grupos. Na verdade, nunca vingaram. Acredito que tais grupos participariam da luta armada para a implantação da república sindicalista preconizada pelo governo.

Cisão nas Forças Armadas

A quebra de disciplina nas Forças Armadas foi proposta pelo Comandante-em-Chefe, João Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, na reunião com os marinheiros, um espetáculo terrível de indisciplina. Foi assistido pela televisão, praças e sargentos jogando gorros para o ar, abraços, e ele, o Presidente, se inflama, sai do roteiro – estava lendo o discurso que defendia aquelas reformas que pretendia – e conclama à indisciplina: "que os graduados se unam ao povo e

vamos, todos, impor ao Congresso a nossa vontade". Isso foi sugerido pelo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, pelo Presidente da República.

E, hoje, pretendem esconder tudo, como se esse enxovalhamento da autoridade não tivesse ocorrido no Brasil.

O desencadeamento da Revolução

Os principais acontecimentos que motivaram o desencadeamento da Revolução foram: a eleição da "dobradinha Jan-Jan", e, depois, o comício e o discurso do João Goulart na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares e da fina flor do esquerdismo: Luís Carlos Prestes – não foi outra pessoa não, foi Luís Carlos Prestes – Leonel Brizola, Miguel Arraes, Dante Pelacani e muitos mais.

Houve, ainda, a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, mas a motivação última para a eclosão do movimento revolucionário de 1964 foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil; gota d'água que, praticamente, fixou a data de 31 de março, pois tenho a impressão que a Revolução estava em marcha, mas a falta de comunicação dificultava o entendimento. A evidência estava na dicotomia de pontos de vista do discurso do Costa e Silva, na recepção do Clube Náutico, e o pensamento do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, a que já me referi antes.

A divulgação desses fatos facilitou para que todos começássemos a buscar quase um consenso.

Mas, aí, já com um certo retardo, porque o General Olympio Mourão Filho não esperou o consenso. Constituiu o Destacamento Tiradentes – um Grupo de Artilharia, o 10º RI e tropa da Polícia Militar de Minas – e se pôs na estrada, na direção do Rio de Janeiro, com a intenção de depor o Presidente. Fixou aquela data, visto não haver um pensamento geral para iniciar o Movimento em 31 de Março. Ele precipitou os acontecimentos.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Resposta imediata ao comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964, que assisti perplexo, com inúmeras bandeiras vermelhas, bandeiras comunistas, e muita agitação. Se compararmos as datas, veremos que, no dia 19, o povo respondeu com a Marcha da Família. Não tenho conhecimento, considerando as informações e o tempo de vida que possuo, de outra manifestação popular com tamanha repercussão, quanto a dessa marcha realizada em São Paulo. Depois, repetiu-se em quase todos os Estados do Brasil, nas capitais e em cidades do interior, caracterizando

a amplitude nacional do Movimento. A Revolução não foi um movimento local, feito por três ministros militares. Esta é a razão de ser uma Revolução.

Forças Armadas – Exército: intérpretes da vontade nacional

Não admito discussão sobre isso, porque o descontentamento grassava de norte a sul do País. A intranqüilidade que se vivia era terrível, não só do capitalista, ameaçado de perder o seu patrimônio, mas de outros setores da sociedade. A Igreja, por exemplo, tinha medo, e com razão, do comunismo.

Até entre os intelectuais – nós achamos, injustamente, que toda a intelectualidade é de esquerda – existiam muitos que temiam a direção que tomava o País, como Milton Campos, que foi candidato a Vice-Presidente e era um renomado jurista, Bilac Pinto, Magalhães Pinto e tantos outros.

Mudança da ordem institucional – Revolução de cunho comunista em marcha

Estava sendo preparada, embora evitassem o termo comunista. Não diziam, por exemplo, "vamos fazer uma revolução comunista". O discurso era "vamos estabelecer uma república sindicalista, na marra", "não temos adversários", "somos os mais fortes", "somos os intérpretes da opinião pública". A República sindicalista era o caminho para atingir o comunismo.

Atitude do Congresso em face do Movimento

Perplexidade. Admitiu o Ato Institucional nº 1 com absoluta docilidade; recebeu o nome do Castello Branco para ser votado, e foi votado, com absoluta tranqüilidade, e, além disso, elementos do Congresso não perceberam que tinha ocorrido uma Revolução, queriam apresentar ao Castello Branco uma legislação de emergência. Não leram o Ato Institucional e não viram que o mesmo legitimava as decisões revolucionárias e que, a partir daí, seria o Executivo que iria determinar os rumos dos acontecimentos.

Reação dos sindicatos, CGT, UNE e outras associações de idêntica natureza, em face do êxito da Revolução

Desprezível. Ao lado da Policlínica do Exército, na Rua Moncorvo Filho, próximo do Quartel-General, onde servia, encontrava-se a sede da Faculdade de

Direito, com o seu diretório estudantil, o CACO, que era, na ocasião, um reduto comunista. No dia da Revolução, incendiaram cadeiras, sem maior repercussão, e desapareceram. Já disse e repito: A esquerda nunca foi o que propalou que era. Sempre exagerou.

A Revolução de 31 de Março de 1964 chegou a bom termo sem nenhum derramamento de sangue, foi um Movimento que se impôs rapidamente, uma revolução bendita, ninguém, praticamente, colocou-se contra. O povo estava cansado de tanta anarquia e incompetência.

A Revolução: movimento exclusivamente brasileiro

Foi um movimento interno, planejado e executado exclusivamente por nós, com raízes que se estendem até os anos 1930, como abordei antes. Qualquer outra versão acerca deste assunto não corresponde à realidade.

O "esquema militar" do Governo e o desmoronamento

Nunca houve "esquema militar". Por exemplo, no dia do comício da Central, no Rio de Janeiro, coube ao Coronel Domingos Ventura, como Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, realizar a segurança do mesmo, o que não significa que ele fosse de esquerda ou comunista. Meu Deus, tanta gente se envolveu em ocorrências e fatos, sem ter nada a ver com isso.

Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na Revolução

Eu era Aspirante-a-Oficial do Exército – que não deixa de ser um cadete do quarto ano – quando fui, com a Força Expedicionária Brasileira, combater na Itália, portanto estou certo de que foi acertada a decisão do General Médici, quando empregou os cadetes da Academia. A nossa formação profissional visa ao combate, à luta; não somos formados para professor de escola pública, mas para ser militar. Assim, a tropa constituída por cadetes é da melhor qualidade e bem adestrada. Tenho que empregar a tropa de que disponho.

Principalmente, em se tratando da soberania do País.

O grande objetivo, afinal.

Os cadetes também foram empregados na Intentona Comunista, contra os Afonsos (Base Aérea dos Afonsos). E foi acertado o seu emprego. É a melhor tropa combatente de que se dispõe. Ninguém deixou os cadetes trancados em Realengo.

Apreciando a nossa Revolução de 1964, o General Médici agiu muito bem, evitando, inclusive, o possível confronto entre as tropas dos I e II Exércitos.

A mídia e o apoio ao movimento

A mídia é um capítulo à parte. Está sempre voltada para o detentor das grandes promoções, das grandes propagandas, dos grandes recursos.

A Rede Globo de televisão foi muito apoiada pela Revolução. Os laços de amizade do Roberto Marinho com o Figueiredo vêm desde à época em que este era tenente, quando o Roberto ia cavalgar na Escola Militar do Realengo.

Li um artigo do Roberto Marinho, em 1984, tecendo os maiores louvores aos governos da Revolução, inclusive ao Governo Figueiredo, vinte anos depois da eclosão da Revolução. Está em uma revista do Clube Naval, trazida por um capitão-de-mar-e-guerra. Acho que deveria ser publicado, para iluminar a memória dos esquecidos, que hoje são tantos, para ver a posição do Roberto Marinho, não só em 1964, mas em 1984, vinte anos depois.

No Governo Figueiredo, houve um desencontro de posições entre o Roberto Marinho e o Figueiredo. Ocorreu uma enchente no Nordeste e a TV Globo fez uma promoção – dessas normais dos domingos, em que toneladas de alimentos e roupas foram mandadas, inclusive dinheiro. O Figueiredo notou que não se falou no apoio do Governo Federal, e ficou meio ressentido com o Roberto Marinho.

Por isso, fui encarregado pelo então Ministro Octávio Aguiar de Medeiros, a quem rendo as minhas maiores homenagens, um homem honesto, sério, artilheiro... para falar com o Roberto Marinho.

O General Medeiros foi o meu Instrutor-Chefe no Curso de Artilharia da AMAN, respeitadíssimo, de reconhecida liderança...

Ele me encarregou dessa missão, a ser cumprida no Rio de Janeiro, no palacete, em Laranjeiras – tinha dia e hora marcados, um domingo – para ver se aquele mal-estar entre companheiros de montaria, na Escola Militar do Realengo, dos idos de 1930 – 1935, 1936, 1937 – era eliminado.

A Rede Globo era o Roberto Marinho, razão por que digo Rede Globo. Ela se beneficiou de um acordo feito com uma empresa americana – não me recordo agora o nome – para trazer material de televisão. Recebeu, era necessário, o aval do ministro das Comunicações. Então, a Rede Globo foi beneficiária da Revolução e o Roberto Marinho retribuía com elogios à mesma.

Hoje, deixa que a sua empresa jogue pedras na Revolução que tanto lhe ajudou. Também muitos outros jornais e revistas apoiaram o Movimento de 1964, como a Cadeia Associada, do Assis Chateaubriand.

Alguns se insurgiram, como Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, fazendo surgir a imprensa marrom.

Pelo menos ele é coerente. Desde aquela época, até hoje, fustiga os militares que participaram da Revolução. É aquela minoria, minoria mesmo, bem "pequenininha" que, já na época, não queria a Revolução, e continua, até hoje, no mesmo diapasão.

A grande imprensa – *o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, o Jornal do Brasil, o Correio da Manhã* – era favorável.

Coesão nas Forças Armadas

Entendo que a coesão aumentou, particularmente no Exército, pois sobre as Forças Armadas não teria conhecimento tão aguçado para emitir um juízo mais direto.

O Exército afastou alguns de seus membros simpáticos àquela situação, entre os quais elementos atuantes e eficientes, e o pessoal, que ficou, uniu-se, quer pelo êxito do Movimento, quer pelo sofrimento.

Inclusive porque acabaram as greves diárias, que correspondiam a prontidões constantes nos quartéis; acarretavam sacrifício e o isolamento do militar de sua família, pela impossibilidade de, ao término do expediente, regressar ao lar, pois a tropa vivia de sobreaviso, prontidão ou em ordem de marcha, sem saber o dia de amanhã. As Forças Armadas sofriam as conseqüências daquele verdadeiro desgoverno.

Um Movimento sem ideologia

Inegavelmente. Penso que não havia qualquer ideologia. O Movimento se propunha a defender a democracia, a eliminar a corrupção e desenvolver o País.

Colocou-se, ainda, contra o marxismo-leninismo.

Depois de 1935, o Exército ficou muito ferido, marcado pelo assassinato de companheiros que dormiam, altas horas, no quartel do 3º RI, na Praia Vermelha. Por isso sempre manteve – estou ausente do Exército desde 1985 – uma mentalidade anticomunista notória. Todos nós estávamos, e estamos convencidos, de que o comunismo representa um mal para o País e para o mundo. Está demonstrado hoje: O que ele fez à União Soviética, à Rússia e aos seus satélites? O que restou da União Soviética e dos países que a integravam?

Felizmente, a mentalidade anticomunista permanece viva em nosso Exército, nessa virada do milênio, exatamente como no período revolucionário.

Revolução, Golpe ou...

Qualquer outra denominação é apelido, porque, na realidade, foi uma Revolução. Um movimento de âmbito nacional realizado para atender o clamor público; irmanados todos os segmentos da sociedade: operários, religiosos, militares, jornalistas, empresários, profissionais liberais e outros. Se a esmagadora maioria clamava por uma mudança, como não denominar de Revolução? Se um governo é deposto e uma nova ordem, uma nova Constituição é estabelecida, através da qual se legitima e determina os rumos a serem seguidos, extraordinariamente benéficos para o Brasil, como é que não houve Revolução? O resto é apelido.

Governos militares ou governos de presidentes militares

Os presidentes é que foram militares. No primeiro Governo da Revolução, os ministros que tiveram maior prestígio foram Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente, do Planejamento e da Fazenda. Eram os verdadeiros "deuses" do Governo, e assim foi nos estados e municípios, cujos governantes, na maioria, eram civis.

O Congresso e o Judiciário mantiveram suas atribuições e o Governo propiciou uma alternativa de Poder para os opositores, criando um partido, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), onde poderiam debater, politicamente, os acertos e os desacertos da Revolução.

Isso realmente foi excelente, porque nunca existiu nem existe nos regimes de exceção, como no de Cuba, e não se via na União Soviética e nos seus satélites, países de um só partido.

Na União Soviética, em pleno regime comunista, não seria preciso fazer guerrilha, roubar ou assaltar banco, bastaria escrever um livro que insinuasse não estar de acordo com o regime comunista vigente, o autor iria "bater" na Sibéria. Há livros escritos por "dissidentes" soviéticos, de grande projeção, que atestam isso.

Líderes da Revolução

Os civis que tenho na lembrança; embora a memória possa falhar, são Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Armando Falcão, Bilac Pinto, Adhemar de Barros, Nei Braga e vários outros... Sei que posso estar cometendo uma injustiça em só citar esses.

Dos militares, de que me recordo, colocaria como o número um o General Castello Branco, razão da união de todos na Revolução; não houve defecção, porque

ele era um padrão de comportamento moral e de preparo profissional. É um destaque que não se pode deixar de fazer.

Outros militares foram o Costa e Silva, os dois irmãos Geisel, o Muricy, o Mourão Filho, o Carlos Luís Guedes, o Golbery, enfim, vários outros.

31 de Março de 1964 – benefícios e prejuízos

A Revolução de 31 de Março de 1964 – voltarei a exprimir-me através da figura – é uma árvore frondosa que deu frutos maravilhosos. Quem viveu a época anterior à Revolução tem que ser justo e dizer que houve uma modificação extraordinária nas telecomunicações, nas estradas de rodagem, na ampliação dos portos, na produção de energia.

Neste setor, além da construção de hidrelétricas, partimos para a aquisição das usinas nucleares, fruto do acordo com a Alemanha, principalmente; conseguimos a multiplicação da produção de petróleo – quando, dos conflitos no Oriente Médio, o barril do petróleo atingiu a níveis, naquela época, nunca antes imaginados.

Na área social, realizamos conquistas marcantes para o trabalhador, como o Banco Nacional da Habitação, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a instalação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Chegamos a ser a 8ª economia do mundo. Após os governos revolucionários, os subseqüentes fizeram-nos descer, nessa escala, várias posições, infelizmente.

Poderíamos acrescentar o retorno da autoridade, que foi fundamental...

Também, a volta da disciplina, da hierarquia, do respeito...

Ordem e progresso. A vontade nacional voltou a existir com uma força impressionante na década de 1970, chegando a patamares nunca antes atingidos, inclusive na observação de estrangeiros que estudaram o Brasil. Ray Cline, consagrado estrategista norte-americano, considerou-a a maior do mundo, ao lado da vontade nacional francesa, em sua obra publicada em 1975, com o título de Avaliação do Poder Mundial (World Power Assessment).

Orgulhoso, eu lembro do Natal de 1964, o Ano Novo na praia, como o povo estava feliz.

Era uma maravilha, não tinha banditismo; embora a prioridade fosse o desenvolvimento, havia total segurança.

Silêncio sobre os sucessos econômicos obtidos pela Revolução

Fui à posse, na Academia Brasileira de Letras, em outubro de 1999, do Ministro Roberto Campos. A oração dele foi enorme, cinqüenta minutos, e ao

referir-se a cada um da mesa – o Roberto Marinho estava presente – ele fazia uma peroração. Sobre este disse: "Dr. Roberto Marinho consegue uma coisa prodigiosa. Desde que o conheço, é o maior propagandista do governo, na primeira página; nas páginas interiores, às vezes, existe alguma coisa favorável."

Então, a mídia não faz promoção da Revolução, porque tem que ser favorável ao governo do momento. Se a mídia não se atrelar ao governo, as grandes verbas de publicidade, que são governamentais, não chegam, e a mídia precisa dessas verbas para sobreviver. Depois da saída do João Figueiredo, veio o Sarney, quando a esquerda começou a influir, de modo crescente, passando a ter um domínio absoluto no Governo.

E nós, militares, fazemos parte do contexto. O Presidente atual foi recebido, ano passado ou há dois anos, nos Estados Unidos, quase como um herói, porque tinha sido oprimido pela Revolução. O "cidadão" saiu daqui com um convite para ser professor no Chile, com o visto passado pelo Itamarati, e hoje passa por exilado.

Exilado voluntário, ganhando cinco mil reais como aposentado do magistério.

Exilado? Descende de uma família modesta, de militares – fui ajudante-de-ordens de um dos tios dele, General Ciro Espírito Santo Cardoso, que nada possuía – pois esse nosso Presidente é um homem de rico patrimônio, dono de fazenda, em Minas Gerais, de sítio e de apartamentos em São Paulo, e emprega o Exército para defender as suas terras.

Então, a mídia tem que ser favorável a quem libera o dinheiro. Infelizmente, esta é a regra.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada

Entendo que não perdemos a "batalha da comunicação social", simplesmente porque nunca nos engajamos nela. Tive um colega – não citarei o nome – que disse assim: "A galinha põe o ovo e canta", mas não aprendemos isso na Escola Militar. Nós realizamos, porque temos que realizar, porque é parte do nosso trabalho, porque é parte da nossa profissão, porque é o nosso ideal, nosso amor ao Exército, porque faz parte do nosso amor à Pátria.

Nós não estamos habituados a trabalhar em troca de recompensas. Acredito que a gente pense o seguinte: "O meu trabalho, os outros hão de reconhecer." Assim pensava o Presidente Castello Branco.

No entanto, não adianta atingir meia dúzia de pessoas intelectualizadas. É preciso chegar ao "povão", como o Brizola, com aquele lenço vermelho no pescoço e o Jânio Quadros, com uma vassoura na mão e desgrenhado.

Não é que a Revolução fosse aparecer com uma “vassoura na mão e desgrenhada”, mas publicasse nos jornais as fotografias de suas inúmeras realizações, como, por exemplo, aquela maquinaria toda colocada no porto do Rio de Janeiro. Nunca vi qualquer referência, nos jornais, sobre esse investimento; temos pudor de dizer o que realizamos e, praticamente, ninguém sabe.

Guerrilha e terrorismo

Os adeptos do extremismo revelaram constituir uma minoria inconseqüente, que decidiu partir para um confronto, por meio da luta armada, apesar de o Governo ter disponibilizado um meio, um canal, para quem quisesse fazer oposição, que foi o MDB.

O Ulysses Guimarães fez isso...

Fez isso, e propôs uma série de absurdos, dentre os quais o “é proibido proibir” da Constituição. Qual o lugar no mundo que se pode imaginar uma coisa dessas: “é proibido proibir”. É preciso estabelecer limites. A democracia não permite tudo, tem certas coisas que precisam ser sufocadas, como guerrilhas, por exemplo.

A Colômbia está nessa situação, porque não combateu, devidamente, seus próprios inimigos.

Fidel Castro criticou a guerrilha no Brasil, desenvolvida no ambiente urbano, chamando-a de guerrilha suicida, porque não contava com o apoio de ninguém, e foi reprimida pelo Governo, como tinha que ser. Não se pode aceitar o assalto a banco, o seqüestro de autoridades, paralisações, sem que se faça uma repressão a tais ações. Por que não utilizaram o meio que a Revolução lhes deu para contestar, que era o partido de oposição? Derrotados na cidade, foram para o campo, onde também só colheram revezes.

Era, também, um grupo inexpressivo. Faltava-lhes apoio popular!...

Sempre foi pequeno grupo, que ecoou com uma intensidade enorme – pensamos que viesse uma “carga d’água”, e tudo não passou de um “chuvisco”.

Uma “meia dúzia” de inconseqüentes.

Como foi Aragarças.

Luta armada

Seu objetivo foi conquistar o Poder e impor um regime comunista.

O AI-5: necessidade ou excesso

Qualquer um de nós, no lugar do Presidente Costa e Silva, faria a mesma coisa. Ele se destaca com a Revolução de 1964 e assume a Presidência da República,

substituindo o Castello Branco. O *status* vigente, repito, é o seguinte: a Revolução se autolegitima, tem o Poder. Embora tivesse tempo previsto, marcado, poderia fazer e acontecer.

Quando o Márcio Moreira Alves faz o pronunciamento na Câmara, o problema já vinha acontecendo desde o início de 1968 – como servi na África, sei disso – vindo do movimento estudantil da França, que se alastrou, atingiu a África, atravessou o Atlântico, chegou à América e ao Brasil.

Então, já às voltas com o movimento estudantil, um enorme problema, ocorre o pronunciamento do Márcio Moreira Alves, desrespeito total, em plena festa da Independência do nosso País. Quer dizer, o indivíduo sem orgulho por sua Pátria ou colocando-a abaixo de seus pruridos ideológicos, no dia em que se comemora a Independência, transforma tudo num caso pessoal contra as Forças Armadas: – que não se prestigie o 7 de Setembro, que as esposas, que as mulheres, não atendam aos militares –, foi o fulcro de sua mensagem atrevida.

O Costa e Silva pediu ao Presidente do Congresso uma medida, em âmbito parlamentar, contra o Deputado Márcio Moreira Alves, mas não obteve a menor resposta.

"Como é que eu, detentor do Poder, vindo de uma revolução... tenho que reavivar a memória dessa gente?!".

Costa e Silva foi mais enérgico do que o Castello Branco, porque não estabeleceu a data de término do Ato Institucional nº 5, ou seja, não disse que terminaria "daqui a 12 meses, 14 meses, após a data de publicação".

E com inteligência, porque não é racional jogar o remédio fora, quando o doente melhora. Às vezes, você precisa manter o remédio guardado por mais tempo, porque pode haver uma recaída, então, é bem provável que ele estivesse agindo dentro dessa idéia.

SNI, DOI, Lei de Segurança Nacional

Primeiro o Serviço Nacional de Informações. Não tenho idéia de como um presidente da República ou o presidente de uma grande empresa – e digo isso com convicção – possa prescindir de informações. Qualquer pessoa, até para serviços domésticos, para admitir um empregado, precisa obter dados sobre a origem, conversar com o ex-patrão, saber os hábitos. É o mínimo que se quer em informações.

Talvez, seja uma questão semântica. Criou-se uma implicância em torno do nome; engraçado, se tivesse sido chamado Serviço Nacional de Inteligência, ao invés de Serviço Nacional de Informações, não haveria cisma.

A palavra "informações" levou o pessoal a achar que todo mundo estava ali para "dedurar". Houve uma deformação muito grande e "informação" passou a significar indicação de pessoas para serem cassados. Esta idéia prevaleceu, mas trabalhar em informações é uma função muito digna, muito honrosa, que visa acompanhar as políticas do Governo, onde está dando certo, onde está emperrando, se possível levantar os óbices e apresentá-los, para que possam ser ultrapassados.

O serviço de informações é indispensável em qualquer governo – veja Israel com o Mossad, veja os Estados Unidos com a CIA, veja a Argentina com o SIDE, veja a Inglaterra com o M15. Não podemos abdicar do nosso serviço de inteligência. Tanto não se pode, que se preparou uma fórmula para se resolver o problema, criando-se, neste Governo, a Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN. Então, qualquer um que fosse presidente desejaria ter um serviço de informações ou de inteligência, ou, mesmo que não presidente da República, mas que fosse presidente de uma grande empresa, nacional ou multinacional, não poderia prescindir de tal serviço.

A outra questão é sobre os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOI (Destacamento de Operações de Informações). Não estávamos preparados para fazer face àquelas ações de seqüestros, assaltos a banco e outras típicas de guerrilha e terrorismo. Na EsAO, afirmei, os temas em estudo eram voltados para a situação brasileira e não me lembro de ter levantado tais assuntos, no sentido de saber como acabar com seqüestros e assaltos a banco. Dessa forma, alguns oficiais foram enviados para fora do Brasil, aprender com outros países que já tinham sofrido com essa problemática. Cito dois: Estados Unidos e Inglaterra.

Constituímos aqueles centros e destacamentos para combater os guerrilheiros, repito, aqueles que não quiseram agir pelos meios institucionais postos à disposição.

Então, formaram-se os destacamentos de operações de informações, com pessoal do Exército, com elementos da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Polícia Civil, e até civis que quiseram colaborar, para fazer a repressão a esse tipo de guerrilha urbana. Fizeram-na com muito sucesso.

Houve erros? Cometeram-se excessos? Talvez tenham sido cometidos. Por que existiram excessos? Porque os DOI, ao invés de ficarem subordinados, diretamente, aos Comandantes de Exércitos (Comandos Militares de Área), atuavam sob o controle operacional das suas 2ª Seções, e estas, devido ao imenso rol de atividades, deram certa liberdade aos destacamentos.

Houve excessos de parte a parte. Por exemplo, num inquérito sobre a Ação Libertadora Nacional, de que fui encarregado, meu escrivão era o Capitão Perdigão. Este oficial ia passando pela Lagoa (Bairro da Cidade do Rio de Janeiro), quando o

carro dele foi fechado, saíram dois ou três terroristas, atiraram e quase matam o Perdigão. Alguém tinha que fazer face a esse tipo de operação. E certamente foi, com sucesso, o destacamento de operações.

Não prescindo do serviço de informações, nem na minha casa, como não posso prescindir dos CODI e dos DOI, caso tenha que enfrentar movimentos de guerrilha, seqüestro e terrorismo. Mas não necessito nem de governo revolucionário, quando não existe nem guerrilha nem terrorismo.

SNI e CIE – custos

Tenho liberdade de comentar sobre isso, porque chefiei o CIE e chefiei a Agência Central do Serviço Nacional de Informações. A Agência era muito mais onerosa. Para começar, devo dizer que o CIE coordena, administra o sistema de informações dentro da Força, dentro do Ministério do Exército; é subordinado ao ministro do Exército, que é o seu maior cliente. Quando se reúne, para trocar informações, com os serviços de informações das outras Forças – CENIMAR da Marinha, CISA da Aeronáutica – deixa de ser um sistema para pertencer a uma comunidade de informações, uma comunhão. Quando passa à comunidade, une-se, também, com a 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que teve as suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Defesa, atual coordenador dessa comunidade.

Então sintetizemos: ele é sistema dentro do Ministério do Exército, passa a pertencer à comunidade de informações, e essa comunidade a integrar o sistema do Serviço Nacional de Informações, que é acionado pela Agência Central (AC). Essas informações são básicas, para podermos entender.

Já, a Agência Central tem como principal cliente o presidente da República, que administra o Sistema Nacional de Informações. Seja o CIE, seja o SNI, ou melhor, a Agência Central do SNI – porque, interessante, não há outra definição para o Serviço Nacional de Informações: são o ministro e a agência concomitantes; o chefe da agência é o substituto do ministro, o chefe da agência despacha com o presidente da República, na ausência do ministro. Então, há uma certa facilidade de se misturarem as coisas – ambos são encarregados, ainda, de tomar as medidas de contra-informações, e, também, são elementos operativos. O CIE não só administra, ele também tem a sua 3ª Seção, tem a sua 2ª Seção, assim como a AC, também é operativa.

Com esses conceitos, creio que podemos começar a raciocinar em termos amplos, não vamos descer a detalhes, mesmo porque estamos vivendo os anos de pós-Revolução.

O CIE, quanto às informações de caráter externo, sejam do campo político, econômico, psicossocial, militar, e de caráter genérico, ele se vale da 2ª Seção do

EME, que produz informações, até mesmo, utilizando os meios de comunicação: rádio, televisão, revistas especializadas, jornais etc. Fazia-se, àquela época, uma brincadeira: dizia-se que o EME era uma seção de recortes; realmente recortava-se muito jornal, e fazia-se gravações de televisão (hoje, a gente vê a guerra em casa). Mais ainda, os adidos militares, cumprem um programa do Sistema Nacional de Informações e respondem periodicamente a um relatório. Aquilo que interessa ao EME, ela (2ª Seção) acompanha, também, através do SNI, particularmente, sobre a evolução dos países vizinhos, ou aqueles com quem temos relacionamento e seja necessário, como os Estados Unidos.

Assim, funciona a parte externa do CIE.

O SNI, para o campo externo, usa o que produz a comunidade de informações – os serviços de informações dos ministérios militares. Recebe as informações do: CISA, do CENIMAR, do CIE e da 2ª Seção do EMFA.

Além dessas informações, para o campo externo, dispõe, no Ministério das Relações Exteriores, do CIEx – sigla que causa muita confusão, pois CIEx é o Centro de Informações do Exterior, e pertence ao Ministério das Relações Exteriores. E, finalmente, o SNI tem os seus agentes no exterior; esses agentes, na sua maioria, eram ligados a serviços congêneres no exterior, vamos supor: ao Mossad, de Israel, ao M15, da Inglaterra, à CIA, dos Estados Unidos etc.

Esses agentes podem ser civis ou militares?

Sim, o nosso agente nos Estados Unidos era um civil, de excelente qualidade; na Europa, tínhamos dois agentes militares. Então, vimos o problema no campo externo.

No campo interno, de quem se vale o CIE? Através do Estado-Maior do Exército, das informações vindas dos Grandes Comandos: dos I, II, III e IV Exércitos e do Comando Militar da Amazônia. Ele se vale dessa cadeia para ter informações no campo interno e, repito, é um órgão operativo, pois também tem os seus órgãos de operações.

Já, o SNI recebe as informações relativas ao campo interno do CIE, do CISA, do CENIMAR e do EMFA; além disso, é interessante a gente ver, recebe informações setoriais, porque, em cada Ministério, existe uma DSI (Divisão de Segurança e Informações) que é ligada diretamente ao ministro da pasta correspondente; todas as DSI prestam informação ao SNI, prestam não, trocam, porque elas também recebem. No Ministério da Justiça não existe a DSI, existe a 2ª Seção do Departamento de Polícia Federal. O próprio SNI, além da Agência Central, dispunha, na época, espalhadas no território nacional, 12 agências.

Isso basta para sentirmos a organização de um modo muito geral, para sentir que o ônus que cabe à Agência Central é enorme, muito maior do que o do

CIE. Acho que é só avaliarmos que, em um, o principal cliente é o ministro do Exército, e, no outro, é o presidente da República.

O SNI tem que estar apto a atender ao presidente da República em problemas específicos. Por exemplo, tínhamos um grupo estudando exclusivamente a energia nuclear; um outro grupo voltado, somente, para o problema da informática. Naquela época, estávamos "caminhando" em informática. Chegamos a montar ou fomentar, a criação de uma empresa de informática, a Prólogo, que foi vinculada ao SNI.

Lembro-me de que o SNI tinha um determinado grupo de homens, extremamente bem preparados, conhecedores profundos dos países sul-americanos, refiro-me ao sul-americano, porque conheci, de perto, esse grupo que me passou um quadro preciso, extremamente correto, da América do Sul e, em especial, da Bolívia, para onde fui designado como adido militar.

O maior peso de informações provenientes do estrangeiro procedia dos países sul-americanos, sem dúvida.

Fui para a Bolívia, na qualidade de Adido, parecia que ia para um país que já conhecia, sem nunca ter visto, pela gama de informações que me foram transmitidas. Realmente, quando se falou em extinção do SNI, no Governo Collor, fiquei me lembrando daqueles homens, extremamente capazes, e o que o Brasil, o presidente da República e o Exército, todos, perderiam com a desativação de uma estrutura tão eficaz. Parece-me que, havendo erros estruturais no SNI, que fossem corrigidos, mas não acabar com o Sistema.

Não era erro, havia que adaptá-lo à nova legislação.

O SNI tinha, vinculado a ele, uma Escola Nacional de Informações, a EsNI.

Uma Escola maravilhosa. Muito aprendi ali, também, antes de ir para o exterior, mas muito mesmo.

A Escola funcionava muito bem, possuía elementos de primeiríssima ordem.

Os cursos denominados "A", "B" e "C" me deixaram entusiasmados de ver como eram realizados e em que elevado estágio o Brasil havia chegado, em termos de informações. A EsNI era ligada, intimamente, ao SNI e, por isso, principalmente, tínhamos informações, naquela época, da melhor qualidade.

E é terrível que o povo esteja tão desinformado quanto a tarefa que nós exercíamos, tendo sido enganado com uma idéia completamente distorcida.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Apraz-me recordar uma figura pela qual tenho muito apreço, um intelectual de primeira grandeza, de raras qualidades intelectuais, que é o Roberto

de Oliveira Campos. Ao receber o "fardão" da Academia Brasileira de Letras, alude exatamente isso:

"Dizem que fui ministro do governo dos 'anos de chumbo', que sempre apoiei o governo dos 'anos de chumbo'. Quero testemunhar, afirmar – e ele, com aquela eloqüência peculiar, que estou procurando mais ou menos reproduzir, mas saiu em todos os jornais – o seguinte: hoje põem na conta dos 'anos de chumbo' uma ou duas centenas de cadáveres, vamos dizer mais do que uma centena de cadáveres. Eu os prefiro aos 'anos de aço' dos regimes comunistas, que têm, para exibir, milhões de defuntos, milhões de mortos, não porque eles tivessem protestado com arma na mão, mas porque, simplesmente, tivessem tentando escrever contra o regime."

Esta, também, é a minha opinião. Endosso a posição do Roberto Campos.

A demora da Revolução

Penso que demorou exatamente o tempo justo. O Presidente Castello Branco se impôs o término da Revolução; seus ministros pediram que ficasse mais um ano, mais um ano e pouco, para ver os resultados do que havia plantado – tinham sido extraordinários – e ele aquiesceu. Nessa permanência, aparece o Costa e Silva postulando à Presidência da República, contando com um apoio expressivo, fazendo discurso na Vila Militar, e, dessa forma, assumiu a Presidência da República.

Começa o movimento estudantil – já disse que esse movimento, de 1968, foi importado do estrangeiro, veio da França, passou pela África e chegou aqui – depois recrudesceu, as greves e ações terroristas começaram a aparecer, em escalada, e a Revolução teve que se opor a isso, foi obrigada.

Aliás, outro fato a ser comentado: a Revolução, que, hoje, eles criticam, só aconteceu porque eles mesmos nos obrigaram a agir assim. Os CODI e os DOI surgiram, porque o inimigo agiu em primeiro lugar; foi uma resposta às guerrilhas urbana e rural. Então, foram eles que começaram e, hoje, invertem o processo, de forma descarada. Mas, no fundo, sabem que tudo aconteceu como resposta ao que criaram, levando a Revolução a permanecer no Poder por tempo maior do que o imaginado inicialmente.

Razões do desengajamento

A nossa formação militar não admite situações que nos obriguem a "engolir sapos". É inimaginável um militar, no cargo de Presidente da República, aceitar determinadas críticas contundentes que firam o desempenho honesto de suas atribuições ou firam sua honra profissional. O exercício da atividade política

permite determinados modos de atuar, marchas e contramarchas, afirmações e negativas, desmentidos, caminhos tortuosos, tudo isto, naturalmente, incompatíveis com a mentalidade militar.

Assim, uma vez terminada a fase da repressão militar, para colocar o País em ordem, missão em que foi necessário o emprego da força, já que houve mudança de cenário, o Presidente Geisel pôde propor que se fizesse uma abertura lenta e gradual.

Estou com o Castello Branco, quando impôs a si um tempo para novamente entregar o País a quem teria condições de "ouvir e aturar" certas coisas, que é o político – ele sabia, pelo seu caráter, que não conseguiria suportar um procedimento dessa espécie, ou seja um presidente da República tem que se conduzir politicamente. Quando o remédio que ele propôs, em nome da Revolução, fizesse efeito, admitia um ano, depois aceitou dois anos, passaria o bastão

O político fala hoje uma coisa, amanhã está dizendo outra ou abraçando o seu adversário de ontem, não é o nosso temperamento. Acredito que a Revolução não se exauriu, ela se ajustou à época.

Os resultados econômicos do último governo, dito militar

A situação que tornou os resultados econômicos adversos, vinha progressivamente se agravando desde o final do Governo Geisel, como reflexo da crise do petróleo, no Oriente Médio.

As crises vêm se sucedendo, até hoje, e estamos em dificuldades, com a dívida externa, que cresceu demais, sobretudo nestes últimos anos.

Esse problema sempre foi muito prejudicial para nós que dependemos da importação de petróleo. Mesmo assim, repito, o Brasil chegou a ser a 8ª economia mundial. Será que alguém, é tão "cego" que não "enxergue" isso?

"Revanchismo"

Não tenha dúvida, pode comprar qualquer jornal que irá observar o mais completo e despudorado "revanchismo". Parece que eles fazem escala, tenho a impressão que a mídia faz revezamento para tentar denegrir os militares perante o povo. Veja a primeira página do periódico: "O algodão do Hospital Central do Exército é comprado com preço majorado". Uma semana fica essa notícia, discussão, sindicâncias abertas, a palavra do ministro, a palavra "desse", a palavra "daquele", e ninguém explica por que aumentou o preço do algodão em 10 centavos, até porque não há quem majore preços quando depende da burocracia

interminável dos órgãos públicos, a qual leva o vendedor a aguardar um prazo enorme para receber.

Quando termina aquela questão, eles entram com uma nova manchete: "navio da Marinha transportando contrabando", e aquela canalhice passa a ser assunto de todos os jornais, das revistas, televisão, e, quando vai terminando, acredite, já está em pauta outro assunto para tentar prejudicar o conceito das Forças Armadas junto à população. É bom lembrar, feitas as apurações, quase sempre nada se comprovou de irregular. Mas, aí, nada publicam nem ratificam.

Chegaram ao desplante de, ao falar do passado de um marginal, citar que o referido elemento foi militar, porque o mesmo prestou o serviço militar obrigatório. Veja do que os revanchistas são capazes!

O desaparecimento do comunismo

Além de Cuba, penso que só não desapareceu no Brasil, onde há comunistas de todas as linhas e tendências: ortodoxos, albaneses, chineses, cubanos – engraçado que, felizmente para nós, estão extremamente divididos.

No mundo, na aldeia global, a União Soviética desmoronou, e, com ela, a força do comunismo, como regime de governo, mostrando que, onde ele parecia imorredouro, não conseguiu sustentar-se e implodiu. Foi, durante tantos anos, uma ditadura comunista implacável, que nunca aceitou contestação por menor que fosse. E o que restou da União Soviética? Nada, absolutamente nada.

A recompensa do sacrifício

O Exército tem um vínculo de comunicação com o povo, e muito positivo: são esses milhares de conscritos que, anualmente, chegam aos quartéis, onde aprendem o que é disciplina, o que é ordem, o que é amar a Pátria. Aqueles que serviram fora das benesses das grandes cidades, em locais muito distantes, aprenderam, até, hábitos de higiene. Enfim, o Exército é uma escola prodigiosa, não aquela voltada para as letras, mas para a educação de nosso povo, aprimorando o comportamento cívico e moral.

A diferença entre o jovem conscrito que chegou ao quartel e aquele que regressa é sentida por quem o recebe. Aí está o que entendo sobre quem faz a verdadeira propaganda do Exército junto ao povo. Quando você vai ao restaurante e encontra um cidadão que lhe diz: "O senhor é o Capitão Braga, é o Coronel Braga ou o General Braga? 'Pôxa', que bom aquele tempo, quando fui seu cabo"; podemos

constatar seu orgulho em dizer que foi cabo do Exército Brasileiro, de tal Unidade. Acho que essa gente é que faz a promoção do nosso Exército.

Eles saem da Força falando bem, porque trabalham com o nosso pessoal, testemunham a modéstia em que vivemos, bem como o respeito, companheirismo e dignidade com que eles e seus familiares são tratados, diferentemente de como a imprensa propala. Mesmo que os jovens reservistas não digam, quem convive com eles sente que mudaram.

Creio, portanto, que a nossa promoção é essa, porque não fazemos nenhuma propaganda.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Aduziria que os responsáveis pelos regimes repressivos são os mesmos de 1930. Sempre a luta da esquerda, comunista ou não comunista, que não se conformava ao regime democrático.

Agora, creio que o futuro vai indicar o caminho deles, porque não têm mais o espelho da União Soviética, da Albânia ou mesmo da Rússia. Cuba luta para sobreviver sem a ajuda da URSS.

Por tudo isso, tenho a esperança de que o povo não se deixe levar pelo proselitismo da mídia e ajude o Brasil a ter um futuro de paz e de maior tranqüilidade.

Como vivi grande tempo da minha profissional dentro do sistema de informações – gosto mais de ouvir do que falar – acredito que falei muito mais do que pensava que fosse falar. Este Projeto é da maior importância, merece os melhores votos, as bênçãos de Deus, para que possa chegar às livrarias, permitindo a todos nós, a toda nossa gente, o acesso a uma publicação que relate a verdade sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, o que, hoje, infelizmente, você não encontra.

General-de-Brigada Gabriel D'Annunzio Agostini

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Na II GM, durante a Campanha da FEB, na Itália, exerceu a função de Capitão Comandante de Companhia de Recompletamento, do Depósito de Pessoal e, depois, Oficial de Ligação.
- Comandou o 3º RO 105 – Regimento Mallet, em Santa Maria, RS. Chefiou a Seção de Planejamento do II Exército. Como General, ocupou os cargos de Diretor de Armamento e Munições; Diretor de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos; e Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (CEMCFA).
- Na eclosão da Revolução, respondia pelo Comando do 3º RO 105, em Santa Maria, RS. Logo a seguir, assumiu o Comando efetivo da Unidade.

Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2000.

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, caberia ao Vice-Presidente, Sr. João Goulart, que estava na China, assumir a Presidência da República.

Os ministros militares reagiram contra a posse de Goulart, devido à sua gestão anterior no Ministério do Trabalho, estimulando greves de trabalhadores e atos de baderna, inclusive.

A solução para o impasse foi a experiência frustrada do regime parlamentarista. Passado algum tempo, o Governo preparou um plebiscito visando ao retorno do regime presidencialista.

Vencedor da consulta popular, João Goulart assumiu o cargo de Presidente do País e incentivou os comunistas a se infiltrarem na administração federal. Chegou-se a uma situação insustentável, fazendo eclodir a Revolução, em 31 de março de 1964.

Nessa época, servia no 3º Regimento de Obuses 105 – "Regimento Mallet"–, localizado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, inicialmente respondendo pelo comando e, depois, efetivado comandante.

A população da cidade girava em torno de 150 mil habitantes. Santa Maria, localizada no centro geográfico do Rio Grande, destacava-se por ser um importante entroncamento ferroviário – as rodovias eram inexistentes, à época – e centro cultural dos mais adiantados.

Havia a Universidade Federal de Santa Maria, inclusive meu filho foi formado lá, e uma bem servida rede de escolas primárias e secundárias. Possuía quatro estações de rádio: Rádios Imembui, Medianeira, Santamariense e Guaratan, e dois jornais: *A Razão* e *A Cidade,* este de tendência comunista.

Santa Maria era uma grande guarnição militar, com dois quartéis-generais: o QG da Divisão de Infantaria (DI) e o da Artilharia Divisionária (AD/3); quatro unidades de combate: o 7º Regimento de Infantaria (7º RI) com dois batalhões, o 3º Batalhão de Carros de Combate Leve (BCCL) com três companhias, o 3º Regimento de Obuses 105 (3º RO 105 – "Regimento Mallet"), com dois grupos, e o 3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Contava, ainda, com o Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e, também, com a Base Aérea de Santa Maria, que já estava organizada.

A situação de intranqüilidade reinante no País já se fazia sentir em Santa Maria. Em 1961, a Guarnição foi favorável à posse de Jango Goulart. Argumentavam, na defesa desta posição, a prescrição constitucional e o fato da oposição basear-se numa questão de ordem política e não de ordem ideológica, como depois se revelou.

A partir daí, os comunistas passaram a atuar largamente, tendo como centro da agitação as oficinas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) que possuía

da ordem de cinco mil operários. O líder era Baltazar de Mello, e havia, ainda, uns quatro ou cinco homens com cursos na URSS.

Eles conheciam a técnica para atemorizar os indecisos. Por qualquer motivo, eram decretadas greves que, devido à posição central de Santa Maria no Estado, paralisavam, quase totalmente, as atividades.

As greves eram incentivadas, também, em todas as classes e, em repetidos comícios, exigiam o fechamento do comércio. Santa Maria era considerada uma cidade "comunizada".

Naquele tempo, no Rio de Janeiro, foram se sucedendo o comício da Central do Brasil, o levante dos marinheiros e fuzileiros navais e, por último, o evento do Automóvel Clube, presidido pelo próprio João Goulart.

Finalmente, na manhã de 31 de março de 1964, o Exército tomou uma atitude contra-revolucionária, desencadeada a partir de Minas, que se irradiou a todo o País.

Participação pessoal

Convidado pelo Comandante do Regimento, Coronel Ruy de Paula Couto, cheguei à Unidade em janeiro de 1964, a fim de ocupar o cargo de subcomandante. Senti que o desencanto atingia grande número de oficiais, pois presenciavam o descalabro reinante, com o conluio dos principais chefes militares que davam cobertura àquele estado de coisas.

A criação do "espírito de classe", insuflado, em particular, entre os sargentos, feria profundamente a coesão dos quadros, pela quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina, e criava uma constante desconfiança entre os diversos círculos.

Em fevereiro de 1964, quando passei a responder pelo comando, o Regimento se preparava para as manobras de fim de período. A intensificação da instrução nessa fase colaborou para que fosse mantido um benéfico ambiente de trabalho. Durante o período da manobra, recebemos um radiograma que transferia o licenciamento do pessoal, previsto para o dia 4 de março, logo após a manobra, para 4 de maio. Isso constituiu uma séria preocupação para o Regimento, pois, após o término das manobras, difícil seria encontrar motivação para a instrução. No intuito de garantir, da melhor maneira possível, o enquadramento dos homens, foi elaborado um intenso programa de instrução diária, baseado, essencialmente, em Educação Física, Ordem Unida e Controle de Tumultos. Esta última teve ênfase especial, simulando-se comícios, tumultos, apedrejamentos etc. Servia na Unidade, um graduado muito bom, o Sargento Porto, que simbolizava um líder político

discursando, incitando o povo ao tumulto, trazendo realismo ao treinamento. Foi muito importante, porque deu experiência e confiança aos homens.

Algumas reuniões eram realizadas com os oficiais e sargentos, quando, então, comentavam-se os atos de serviço; em todas, era enaltecida a necessidade de disciplina, da coesão e da dedicação ao serviço. A propósito do incidente havido com os marinheiros e fuzileiros navais, no sindicato dos metalúrgicos, acentuei que aquele fato era um absurdo, pela destruição da disciplina, que era o sustentáculo de qualquer Força Armada.

Acreditava, mesmo, que o impacto causado pelo problema naquele sindicato, o comício havido no dia 13 de março, junto ao Quartel-General, próximo da Central do Brasil, e a reunião do Automóvel Clube, no dia 30 de março, chefiada pelo Presidente da República, trouxeram tal perplexidade aos companheiros possuidores de espírito militar, que criou uma força aglutinadora, capaz de compelir à reação.

No Regimento, esse mal-estar era visível, particularmente porque a cidade sempre foi considerada um centro de agitação e se temia que fatos daquela natureza viessem aqui ocorrer.

Alguns dias antes do Movimento de 31 de Março, fui visitado por um oficial, relatando que já se esboçava, entre os chefes militares, uma reação e já existia um chefe responsável.

Dia 29 de março, chegou às minhas mãos o documento elaborado pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, confirmando a notícia trazida pelo companheiro. Na oportunidade, respondi um questionário sobre o assunto.

Esse documento circular, dirigido aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações subordinadas, fazia uma análise da situação política e a decorrente conduta militar. Aliás, consta do livro: “A Revolução de 1964 – um depoimento para a história pátria”, do Marechal M. Poppe de Figueiredo, APEC Editora S. A., 1970.

Dia 31 de março, às 17h, encontrava-me em casa e um soldado foi avisar-me de que havia ordem de rigorosa prontidão. Dirigi-me ao Regimento e, ao passar pelo QG da 3ª DI, já encontrei o General Mario Poppe de Figueiredo em seu Gabinete de Comando, procurando notícias no rádio, pois nada sabia.

Fui, em seguida, para o Regimento e transmiti a ordem de prontidão. A Unidade estava com o seu efetivo praticamente completo. Tinha havido, alguns dias antes, ordem para licenciar 50% do efetivo, a fim de fazer economia, mas do total de oitocentos homens, licenciei apenas cinqüenta e comuniquei à DI por meio de

ofício. Foi uma inspiração que tive: telefonei para o QG, dizendo que não podia licenciar. Como não houve reação, permaneci com o efetivo praticamente completo.

Sentindo controlada e calma a situação dentro da Unidade, voltei ao QG, para acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos. O Paula Couto estava no comando da Artilharia Divisionária (AD/3) e o Coronel Edmundo da Costa Neves era o Chefe da Circunscrição de Recrutamento (CR) – atualmente Circunscrição do Serviço Militar (CSM).

Na parte da tarde, já corriam pela cidade notícias de greve geral. Permaneci no QG, conversando, esperando alguma informação, que não chegava. À noite, dirigi-me, juntamente com o Coronel Paula Couto, à gare local da Viação Férrea, onde tivemos oportunidade de conversar com o Inspetor, que estava num carro dormitório, e que nos afirmou nada saber sobre greve. Voltamos ao QG, chegamos lá às 23h45min, e comunicamos ao General o resultado de nosso entendimento. Quinze minutos depois, com surpresa, verificamos que chegava ao QG a notícia de greve na Viação Férrea. Na mesma hora, recebi ordem para desencadear o plano de ocupação, pois a área nos cabia pelo Plano SEGIN (Segurança Interna).

Determinei ao Comandante do II Grupo o cumprimento da missão, para a qual, inclusive, já estava alertado. Imediatamente, deslocou sua tropa, de modo que, por volta de 0h45min, toda área da Viação Férrea estava ocupada, até o quilômetro dois.

Essa ordem verbal do General Poppe de Figueiredo foi, posteriormente, confirmada pelo seguinte memorando:

1. "Confirmo minha ordem verbal para que o 3º RO-105 passe a executar o PLANO SEGIN – REP (repressivo), ocupando os seguintes pontos sensíveis: (seguem-se os nomes em código).
2. Deverá, outrossim, manter cerrada vigilância em todo seu setor, nele mantendo a ordem, bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomeração humana.
3. Deverá ficar em condições de, mediante ordem, ocupar, mesmo à força, a Prefeitura Municipal, fazendo silenciar a estação de rádio que de lá está transmitindo."

O Prefeito de Santa Maria era um comunista inveterado.

Ao II Grupo, cabia a missão principal de manutenção da ordem pública. Criado em 1962, não possuía viaturas nem material de comunicações para atender a qualquer situação operacional, enquanto o I Grupo estava pronto para atuar como Artilharia.

Durante aquela noite, as informações ainda eram escassas. O Comandante da 3ª DI continuava em busca de orientação, já começando a ficar aflito. Apenas ao amanhecer, soubemos que o General Ladário (Ladário Pereira Telles) tinha assumido o comando do III Exército, em substituição ao General Benjamin Rodrigues Galhardo.

Levando em conta a peculiar situação da Cidade de Santa Maria, seja no aspecto físico, seja militar, era necessário evitar luta no seu interior, sob pena de comprometer os resultados da Revolução em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Não tenho dúvida de que o Estado pararia. Considerando que a área atribuída ao Regimento – a Viação Férrea – era a mais crítica dentro da cidade, foi determinado ao 3º BCCL, ao amanhecer, que o reforçasse com um pelotão de carros de combate. Aliás, o Comandante teve o cuidado de entregar o comando dos cinco carros a um 2º sargento, casado com uma sobrinha minha, meu amigo, de inteira confiança.

Durante a manhã, procurei esclarecer os oficiais e sargentos do Regimento acerca dos acontecimentos. Sempre tive em mira ressaltar a necessidade de coesão e de disciplina. Sentia certa pressão dos oficiais, cerca de sessenta, na época em que cheguei. Dizia-lhes:

– Olha, não pode, não tem jeito. Vamos ficar quietos e reagir quando necessário. Agora, iremos tumultuar Santa Maria.

Às 8h45min, dirigi-me à Viação Férrea.

Foi no dia 1º de abril?

No dia 1º de abril, às 8h45min, com o intuito de verificar como estava o meu II Grupo. Ao chegar, tive conhecimento de que havia ordem para organizar uma composição, com 119 vagões, a fim de transportar tropa para Curitiba. Essa ordem havia chegado no "Movimento" da Viação Férrea. Recomendei ao tenente, que tomava conta da "gare", que não autorizasse encostar vagão algum ali. Logo imaginei que deveria ser tropa de Santa Maria.

Cheguei ao QG, para dar a notícia, e soube da determinação do III Exército, de embarcar, com destino a Curitiba, um batalhão do 7º RI, uma bateria do 3º RO 105 e uma companhia de carros do 3º BCCL. Nesse ponto estou divergindo do livro do General Poppe, nomeado acima, quando fala em um Grupo de Artilharia e cita como destino da tropa a Cidade de Cruz Alta. A idéia, porém, permanecia a mesma, ou seja, ocupar a ferrovia, o tronco principal sul, no corte do rio Pelotas.

Conversei com o General Paula Couto sobre o assunto e chegamos à conclusão de que aquela ordem não poderia ser cumprida, mas que haveria tempo, até a hora da partida do trem, para evitar o seu cumprimento.

Voltei ao Regimento, falei com o Subcomandante, S3 e com os Comandantes dos I e II Grupos, sobre a ordem de embarque. A repulsa foi unânime; disse mais para eles:

– Não vamos tomar uma atitude a não ser empurrando o General na frente.

Pouco tempo depois, chegou a notícia de que um grupo de oitenta ferroviários, aproximadamente, havia tentado entrar na gare da Viação Férrea para formar o trem, mas foram impedidos por meu pessoal que, diante da atitude agressiva dos mesmos, intimou-os a se retirarem, sob ameaça de serem alvejados. A estação estava sob nosso controle e não haveria jeito de entrarem.

Sempre conversamos com o General Poppe de Figueiredo, acerca do perigo de ocorrer qualquer tumulto na cidade. Às 11h da manhã do dia 1º de abril, ele resolveu aderir à Revolução. Reuniu, na sala de instrução da 3ª DI, o Estado-Maior – o Chefe do Estado-Maior, Coronel Ramão Menna Barreto, ainda não chegara da visita à família na fronteira, não sei se em Uruguaiana ou Santana do Livramento, de modo que não compareceu à reunião, embora conste, no livro citado, a sua presença, mas logo que soube dos acontecimentos, retornou e assumiu a sua função – ,o Coronel Paula Couto, o Coronel Edmundo, o Coronel Ito do Carmo Guimarães, Comandante do 3º BCCL, e eu, Comandante do Regimento Mallet. O Coronel Paula Couto substituía o General Rubens Barra, titular da AD/3, em férias.

Vivamente emocionado, o General Poppe, em rápidas palavras, disse que havia pesado a importância da decisão que tomaria e que não poderia ficar indiferente à ação nefasta do comunismo que se infiltrava entre nós. Era necessário dizer um "basta!" – expressão dele – a tudo o que vinha acontecendo e decidiu "não cumprir as ordens do III Exército e combater o comunismo dentro da cidade". Assim que ele acabou, levantei-me e disse:

– General, o "Mallet" está, unanimemente, com Vossa Excelência.

Logo após ter ouvido a decisão do Comandante da 3ª DI, dirigi-me ao Regimento e, de imediato, reuni os oficiais. Também estava emocionado. Fiz uma exortação contra o comunismo, transmiti a decisão do General Poppe e, ao terminar, disse ao meu pessoal que havia reafirmado o apoio unânime do "Mallet". A sensação foi de desafogo e euforia entre eles, exceto um capitão.

Esse oficial, após a dispensa dos demais, veio falar comigo e disse:

– Coronel, o senhor não consultou o pessoal?

Respondi-lhe que a ocasião não comportava isso e que havia transmitido uma decisão.

Determinei, em seguida, a reunião dos sargentos. Repeti o que tinha dito aos oficiais e nada de estranho notei; todos permaneceram em silêncio. Depois, na parte da tarde, o presidente do círculo dos sargentos veio dizer-me que dois não haviam aceitado a decisão, e choraram, porque eram amigos do General Osvino Ferreira Alves, já na reserva.

Os sargentos eram ligados a ele.

O Osvino era um homem bom, mas estava do outro lado. Desfrutava de prestígio entre os sargentos e exerceu, durante cinco anos, o comando da 3ª DI, ocasião em que realizara verdadeira "política de sargentos".

Gostaria de citar o Boletim Divisionário número 16, desse mesmo dia 1º de abril, quando foi tomada a decisão de aderir a Revolução:

"Nossa Pátria passa por um momento decisivo de sua História. Herdamo-la de nossos pais, cristã e democrática. Assim queremos transmiti-la aos nossos filhos. Nos últimos tempos, vem nosso País sendo levado para o comunismo ateu e totalitário, numa flagrante violação da vocação do povo brasileiro.

Após os últimos episódios, de conhecimento público, nos quais a disciplina das Forças Armadas foi praticamente destruída, a situação atingiu a um ponto que se desenhou nítida, sob o império do mais puro e legítimo patriotismo, a necessidade de ser, enquanto é tempo, oposto um dique à avalanche comunista.

A 3ª DI alia-se aos camaradas da 2ª DC (Uruguaiana), 3ª DC (Bagé) e demais Grandes Unidades que já manifestaram sua decisão de cooperar na missão sagrada de impedir a comunização de nossa grande Pátria. (a) Mário Poppe de Figueiredo. General-de-Divisão Comandante da 3ª DI"

Aproximadamente às 15h do dia 1º de abril, a DI recebeu um aviso de que, defronte ao "Palácio Rosado" – era a sede do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), costumeiro ponto de reuniões e comícios de comunistas – estava se iniciando uma reunião de duzentos a trezentos ferroviários. Como eu estava "à mão", o General determinou:

– Dissolve isso!

Dei ordem ao II Grupo, que estava sendo substituído pelo I Grupo na ocupação da área, que tomasse a seu cargo a missão, logo após concluída a substituição. Passei três carros de combate, que estavam na gare, na Viação Férrea, distante mais ou menos um quilômetro, à disposição da Unidade. Deveriam permanecer na gare, mas de olho na reunião.

Assim que teve duas Baterias prontas, o Comandante do Grupo (Major Maia) aproximou-as a uns cem metros do local e as dispôs em linha, de acordo com a técnica de controle de tumulto, mandou armar baionetas e dirigiu-se ao "Palácio Rosado", a fim de concitar os ferroviários a se retirarem. Eles não acreditaram, e ninguém queria sair. O Major Maia deu-lhes três minutos para que o fizessem. Terminado esse prazo, deu ordem para as Baterias avançarem, o que fizeram em passo cadenciado e com as baionetas em riste.

Diante da aproximação da tropa, um grande número logo foi embora, mas outros quiseram resistir e os soldados, depois me disseram, tiveram que cutucá-los com baioneta para que saíssem. A reunião foi dissolvida.

A população, que morava nas vizinhanças, manifestou-se, aplaudindo a tropa, tomada de uma emoção muito grande. Ocupamos o "Palácio Rosado" para lá passar a noite e muitas senhoras obsequiaram os soldados com doces e café, como manifestação de seu agrado.

Nesse mesmo dia, apesar de convocado pelo General, não pude comparecer à sua presença, tendo designado o Major Alexandre para representar-me. Foi incrível a petulância com que os cinco líderes da subversão na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, chefiados pelo Sr. Baltazar de Mello, numa entrevista, foram ao Comandante da 3ª DI, exigir que fosse respeitado o seu direito de greve.

Relatou-me o Major Alexandre que o General esclareceu, calmamente, que esse direito estava sendo respeitado, mas que se garantia, também, aos outros trabalhadores que desejavam trabalhar, o direito de fazê-lo.

Baltazar de Mello respondeu:

– Depois, se fosse outra tropa, mas com aquela tropa medonha do "Mallet", tivemos a impressão de que iríamos ser massacrados.

– Não, a tropa do "Mallet" é muito disciplinada – retrucou o General – e, dirigindo-se ao Major Alexandre, completou:

– Não é, Major?

– É verdade, General. Só que os soldados aprenderam que ninguém pode interferir no cumprimento de sua missão.

– Muito bem, senhores, está encerrada a entrevista. Major, o senhor pode ir para a sua Unidade – concluiu o General.

Então, note-se a petulância com que quiseram enfrentar o General. Referiam-se àquele grupo de oitenta ferroviários que forçaram a entrada na gare da Viação Férrea, para formar o trem. Queriam ter o direito de parar a VFRGS.

No dia 2 de abril, pela manhã, começamos a trabalhar para que o General Poppe assumisse o comando do III Exército. Surgiram rumores de que estavam ocorrendo problemas na 3ª DC, em Bagé, chegando notícias de ocupação do QG, pelos sargentos, de oficiais presos e que o General teria se refugiado em uma Unidade.

Com a tomada da gare da Viação Férrea, o Comando do III Exército, em Porto Alegre, ficou imobilizado; nenhuma tropa conseguiria chegar a Santa Maria. Em termos estratégicos, seria conveniente estabelecer o Comando do III Exército na cidade, sob as ordens do General Poppe, substituindo o General Ladário, solidário ao Governo de João Goulart. Achávamos que as mesmas medidas tomadas

dentro de Santa Maria deveriam ser repetidas no âmbito do Estado, possibilitando a coordenação entre as 2ª e 3ª DC.

Assim, nesta mesma manhã de 2 de abril, o General Poppe assumiu o comando revolucionário do III Exército, em Santa Maria.

O restante do dia 2 e o dia 3 foram calmos, embora com muitos boatos na cidade. Durante a noite de 3 para 4 de abril, foi preso o líder ferroviário Baltazar de Mello.

Durante o dia 4 sentiu-se que a situação dentro dos quartéis estava consolidada e foi, então, feito um plano para aprisionar o pessoal de esquerda. À noite, oficiais e sargentos reconheceram os seus locais e, ao amanhecer do dia 5, 12 patrulhas, todas comandadas por oficiais, realizaram as prisões previstas nas suas missões. Cometemos o erro, e assumo, junto com os tenentes, a responsabilidade pelo mesmo, de não ter feito as prisões durante a noite do dia 4. Respeitamos a privacidade do lar, enfim, por um descuido, não fizemos as prisões nesta noite, dando oportunidade aos comunistas e esquerdistas de destruir toda a documentação que possuíam, e, dessa maneira, perdemos muitas informações. Mas, paciência, respeitamos a inviolabilidade do lar.

O Major Alexandre (Alexandre Máximo Chaves Amêndola), oficial de estado-maior, minha "mão direita", em Santa Maria – foi encarregado do primeiro inquérito. Realizados os interrogatórios iniciais, ele disse:

– Olha, não pode ser apenas um inquérito. Tem que ser subdividido em vários outros, abrangendo a Viação Férrea, a Universidade etc. e repartidos entre as Unidades.

Assim foi feito, e os encarregados dos inquéritos tiveram um trabalho insano, apesar do permanente apoio do Regimento que passou a executar "batidas" por todo o território do Município de Santa Maria.

Foram operosos cinqüenta dias que, muitas vezes, se prolongavam pela noite a dentro. Trabalho realizado com calma e em ambiente de serenidade, caracterizou-se pelo maior respeito mútuo entre todos empenhados naquela faina.

O Major Alexandre, com o auxílio de dois capitães, inquiriu da ordem de quatrocentas pessoas, muitas das quais, inocentes úteis. Indiciou apenas nove. O promotor, na Auditoria, alterou este número para 32. Veja a brandura do Alexandre.

No final da jornada de 5 de abril, a vida de Santa Maria estava normalizada. Magnífica manifestação, nunca vista na cidade, aconteceu em 17 de abril, reunindo cerca de cinqüenta mil pessoas que se deslocaram da praça Saldanha Marinho até o QG da Divisão: foi a denominada "marcha do agradecimento". Na área fronteiriça do quartel, fizeram discursos e entregaram uma placa comemorativa.

A verdade dos fatos é totalmente diferente daquelas versões que se divulgam hoje. Em nossos dias, as novas gerações ouvem falar da "marcha do agradecimento"!?

Existe uma foto no Museu Mallet, ampliada, exibindo aquela massa de gente, que, de forma espontânea, deslocou-se pela Rua do Comércio até o Quartel-General.

Agora vou me permitir transcrever as conclusões que, como Comandante do Mallet, rascunhei durante a confecção do relatório oficial encaminhado à Divisão, cerca de vinte dias depois da Revolução. São opiniões derivadas de uma situação vivida e marcadas com as emoções daqueles momentos, pelas quais me desculpo.

"Não há como negar que a Revolução de 31 de Março correspondeu de fato aos anseios do povo brasileiro. Foi a consecução de uma autêntica aspiração nacional, brotada do mais fundo da alma de um povo cristão, que via seu País descambar para um regime ateu, desumano e totalitário.

A maciça ação psicológica, conduzida e custeada pelo próprio Governo, estarrecia a todos os homens de bom senso e atordoava o povo, que pressentia a fome bater-lhe à porta, pelo descalabro econômico produzido por uma inflação preconcebida. As Forças Armadas sentiam afrouxarem-se os laços da disciplina, da camaradagem e da coesão e já perdiam o crédito e o respeito da opinião pública.

Os "esquemas militares", construídos nos bastidores palacianos para dar cobertura à ação subversiva do Governo, prestavam-se a toda sorte de concessões para apoiar sua ação nefasta.

Tudo isso, porém, caiu ao primeiro sopro, porque aqueles que se diziam "autênticos" líderes não eram senão fantoches, alçados aos altos postos governamentais, pelos azares de um fato histórico, e sustentados pelo espírito democrático e de disciplina que, ainda, restavam nos corações dos militares de bem.

O sentido de Salvação Nacional foi a "idéia-força", a bandeira que, num só instante, num só brado e num só impulso, juntou a todos para alijarem os impostores do Governo e se reunirem em torno dos verdadeiros chefes que sintetizavam os seus anseios.

Nesse episódio, sem dúvida, o "Regimento Mallet" desempenhou um papel importante. Coeso, disciplinado e eficiente, não desmereceu seu passado glorioso de bons serviços à Pátria. Foi, sem dúvida, uma Unidade incansável, elástica e flexível que mais dava quanto mais se pedia.

Por estar com seu efetivo praticamente completo no quartel, por ter 80% das suas viaturas rodando e seus meios de comunicação funcionando, foi o elemento mais solicitado pela DI para atuar, mesmo nas áreas de outras Unidades. Transportou

inclusive tropa do 7º RI para Val da Serra e Passo do Verde. Deu "batidas" na Região Serrana e no Passo das Tropas; chegou a Silveira Martins, Arroio Grande, Arroio de Só, Fachinal etc.

Acredita mesmo, este comando, que, graças ao alto conceito que desfrutava na Guarnição e à sua eficiência, foi o "Regimento Mallet" a força catalítica que desencorajou elementos de outras Unidades a aderirem aos apelos feitos pela Rádio Guaíba, em Porto Alegre, por Leonel Brizola, para irem em seu apoio.

Não desmereceram, assim, os soldados de hoje aos lauréis conquistados pelos nossos antepassados, a custo de sangue e bravura. Os sofrimentos físicos suportados durante as batalhas por nossos heróis do passado foram substituídos pelos sofrimentos morais a que foram submetidos os de hoje, antes da jornada de 31 de Março. A consciência e a tranqüilidade do dever cumprido foram, porém, a mesma, após a refrega.

Para aqueles, restaram os danos materiais a serem consertados para continuar na luta. Para estes, resta um Exército que precisa ser reagrupado moralmente, ter reconstruída sua disciplina, restabelecido seu espírito de camaradagem, reconquistado o respeito da opinião pública, que sempre vê nas Forças Armadas o grande poder moderador que, através da História, tem restituído a esta jovem Nação a tranqüilidade necessária para crescer."

Ninguém escreve algo desta natureza se não existir em torno um grupo de pessoas entusiasmadas com o sucesso da Revolução.

No início de abril, surgiu o problema da escolha do novo prefeito, pois o titular tinha sido preso por ser comunista atuante. Chamado para colaborar, compareci ao QG. O General expôs o problema e disse:

– Olha, precisamos encontrar um nome para assumir a Prefeitura. Agostini, você que é santamariense, conhece muita gente, vai receber esta tarefa.

Lembrei-me do Dr. Miguel Meirelles que já tinha sido prefeito. À noite, fui à casa do Meirelles, junto com o Alexandre, e fomos recebidos. Quando dissemos o motivo da visita, ele falou:

– Mas, estou de mudança para Porto Alegre. Olha a minha mobília, quase toda pronta para o transporte. Vou morar em Porto Alegre, onde tenho uma filha. Não posso.

Dada a nossa insistência e os esclarecimentos sobre a situação, concordou em aceitar o cargo, por seis meses. Demos ciência ao General que solicitou o comparecimento do Presidente da Câmara de Vereadores, acompanhado dos vereadores que desejasse, ao Quartel-General.

O General expôs-lhe a situação e, num gesto de respeito à estrutura política, pediu-lhes a colaboração para a escolha de um novo prefeito. Informou-lhes sobre a consulta ao Dr. Meirelles que todos conheciam.

Reunidos, os vereadores deram unanimidade para o Doutor Miguel Meirelles e elegeram um Vice-Prefeito, Dr. Francisco Pereira, também um médico nosso amigo. O nome do Vice, que deveria substituir o Meirelles, não foi sugerido por nós.

Permito-me, agora, para melhor compreensão dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, dar um retrato dos fatos ocorridos no III Exército e 3ª DI.

III Exército

Tudo faz crer que o Governo João Goulart, ao ter mandado o General Ladário assumir o Comando do III Exército, em Porto Alegre (General Ladário assumiu às 3h do dia 1º de abril de 1964), tinha em vista duas hipóteses. A primeira, seria repetir o que acontecera, em 1961, quando o Rio Grande do Sul apoiou sua posse no Governo Federal. Criar no Estado sulino um centro de resistência para lutar pelo seu Governo. A segunda hipótese, caso a primeira não se positivasse, era dominar, desde logo, Porto Alegre e, em seguida, conquistar o restante do Estado, empregando a força.

Pode-se admitir que João Goulart não tivesse certeza de receber palmas na chegada – os desmandos do período de 1961 a 1964 levaram os brasileiros, especialmente os gaúchos, a desejarem seu afastamento – pois não acompanhou o General Ladário, chegando, em Porto Alegre, somente às 3h30min da madrugada do dia 2, num avião Avro, após o General já estar no comando. Teria que realizar a segunda hipótese.

O General Ladário, também, tinha consciência disto e, às 5h, logo depois de ter assumido o comando do III Exército – chegara, ao aeroporto, à meia-noite do dia 1º, e já tinha marcado sua posse para às 3h da manhã – determinou que as tropas com sede em Bagé, Santa Maria, São Gabriel e Santa Cruz do Sul, se deslocassem para Cruz Alta e Passo Fundo, que é o caminho, por ferrovia, para a fronteira do Rio Grande com Santa Catarina. Nessas duas cidades, estabeleceria pontos fortes, a fim de barrar qualquer força que viesse do Norte, isolando o Rio Grande para a resistência.

Pelo curto prazo que teve, a operação deveria estar planejada com antecedência. A ordem foi transmitida, no QG do III Exército, ao Comissário Militar da Rede, Coronel Domiciano Muller Ribeiro que lembrou, inclusive, o fato dos ferroviários estarem em greve. O Chefe do Estado-Maior do III Exército respondeu que não se preocupasse com isso. Apesar da greve geral em todo o País, decretada às 24h do dia 31 de março, os ferroviários de Porto Alegre foram ao QG comunicar que eles garantiriam o transporte da tropa.

Não sabiam que estávamos ocupando o pátio de Santa Maria, impedindo a passagem de trens. A 1ª DC, em Santiago do Boqueirão, favorável ao Governo Goulart, não poderia deslocar-se, por depender da ferrovia.

Aliás, o General Poppe resolveu enviar um emissário a Santiago, o Coronel Edmundo da Costa Neves, para, em seu nome, convencer o General João de Deus Nunes Saraiva, Comandante da 1ª DC, a também tomar parte na Revolução.

O General Saraiva recebeu-o grosseiramente, perguntando:

– Que é que você quer?

Depois de tomar conhecimento da missão do Coronel Edmundo, disse:

– Admiro-me muito o Poppe estar fazendo isso. Sou militar e está escrito que devo servir o governo.

Como o Coronel insistisse, alegando a situação do País, o comunismo, a desordem, retrucou, muito irritado:

– Vá embora! E fique sabendo: se souber que você está visitando qualquer Unidade sob meu comando, coloco-o na cadeia!

Aderiram à Revolução, no Rio Grande, além da 3ª DI, as duas DC, a 1ª e a 3ª.

Na 3ª DC, o General Hugo Garrastazu enfrentou momentos bem graves nas guarnições de Bagé, Dom Pedrito e Jaguarão, exceto São Gabriel e, com calma, concordou em parlamentar com o pessoal, restabelecendo a ordem.

A 1ª DC, de Santiago, apesar de se ter declarado fiel ao Governo Goulart, não poderia deslocar-se, por depender da ferrovia.

Logo após, o General Poppe assumiu o Comando do III Exército, em Santa Maria, aproximadamente às 10h do dia 2 de abril...

Ele era o General-de-Divisão mais antigo?

Não, o Ladário era o mais antigo; assumiu a 6ª DI, em Porto Alegre, e, interinamente, o Comando do III Exército, substituindo o Galhardo, que fora nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Galhardo era quatro estrelas

Sim, era quatro estrelas.

O segundo General mais antigo, então, era o Poppe?

Exatamente, era o Poppe que, como dizia, após assumir o Comando do III Exército, declarou às emissoras de rádio e à imprensa que enviaria um Grupamento Tático (GT) para Porto Alegre, a fim de recompor a ordem naquela cidade. Jango que, ao chegar à cidade, entre 3h30min e 4h da madrugada do dia 2, fora para a casa do Comandante do III Exército, já desocupada, perguntou ao General Assis Brasil, seu Chefe da Casa Militar, presente na ocasião:

– Vocês têm condições de resistir a esse GT?

– Não, não temos condições – respondeu o Assis Brasil.

Não se sabia a grandeza da força militar desse GT que se deslocaria, aproveitando a rodovia existente entre Santa Maria e Porto Alegre.

Diante da resposta negativa, o Sr. João Goulart deixou Porto Alegre, de avião, aproximadamente às 11h30min do dia 2 – chegara às 3h40min da madrugada e saiu às 11h30min – dirigindo-se para o Uruguai. Alguém disse que ele passou por uma fazenda, antes de ir para aquele país, mas isso não consta do nosso documento.

Bem, quando o Brizola – estava sempre junto do Presidente – soube que o João Goulart queria deixar o País, certamente fugiu aquela esperança de estabelecer no Rio Grande uma base para reagir ao movimento; sentado ao lado do Ladário, ficou uma fera. Ameaçou fazer em Porto Alegre um "bogotazo", reedição das tremendas desordens, incêndios e chacinas havidas na capital colombiana, anos atrás.

Inicialmente, sei que o Brizola ficou em Porto Alegre. Depois, no "Mallet", tive notícia de que ele fugiria para o Uruguai, passando por Santa Maria. Até organizei um posto com duas metralhadoras, na estrada que conduz à fronteira, para impedir sua fuga, mas ele não passou.

Alguns dizem que passou vestido de mulher, outros na mala de um carro, mas lá, no posto, a fiscalização foi bem-feita.

Esses foram os acontecimentos no nível III Exército. Passemos à 3ª DI.

3ª DI

A 3ª DI era a maior e mais bem dotada Guarnição militar no Estado do Rio Grande do Sul. Sua maior concentração de tropa estava em Santa Maria. Logo após terem chegado os detalhes sobre o Movimento Revolucionário, na noite do dia 31 de março, começaram as preocupações.

O número de sargentos na Guarnição era bem grande e muitos deles eram admiradores do General Osvino, um dos líderes do Governo Goulart, e que havia servido em Santa Maria por vários anos. Sabia-se que havia estado – nessa época, era Diretor da Petrobrás, já na Reserva – na cidade fazia pouco tempo e não dera conhecimento à 3ª DI. O Poppe, não sei por que, se por delicadeza ou por certa desconfiança, fez-lhe uma visita.

Outro problema que nos inquietou foi o anúncio pelo jornal *A Cidade,* em manchete de letras vermelhas, que os sargentos de Santa Maria estavam se constituindo em "grupos dos onze", no figurino de Leonel Brizola.

Outra grande preocupação era a possibilidade de que algumas das Unidades da cidade tomassem atitude, antes da decisão do Comandante da 3ª DI. Uma luta dentro de Santa Maria seria um problema grave e poderia, inclusive, comprometer a Revolução no Rio Grande do Sul.

Enfatizo que, desde a madrugada do dia 1º de abril, os Coronéis Edmundo, Paula Couto e eu, quando possível, assessorávamos o General Poppe, pois ele se encontrava sem o Chefe do Estado-Maior, em visita à sua cidade, como citado anteriormente, e os Chefes de Seção eram majores.

Finalmente, às 11h do dia 1º de abril, o General Poppe decidiu aderir à Revolução, nos termos já registrados nesta entrevista e, a seguir, transmitiu sua decisão aos comandantes de Unidades, em reunião no QG. Teve a discordância do Comandante do 7º RI, meu companheiro, na FEB – não lembro o seu nome – logo substituído no comando.

Algumas das outras Unidades, da Guarnição de Santa Maria, tiveram pequenos problemas, principalmente com os sargentos, mas tudo foi resolvido dentro dos quartéis.

A partir da manhã do dia 2 de abril, começou a ser aventada, estou repetindo, a idéia do General Poppe de assumir o comando do III Exército, em Santa Maria. Tínhamos medo de que alguma Grande Unidade tomasse a iniciativa e fosse empreender uma ação particular qualquer e não fosse bem-sucedida. Poderia comprometer o resultado do movimento. Receio semelhante àquele, havia dentro da Cidade de Santa Maria.

Além disso, era necessário que se organizasse um comando único, dentro do Estado, das tropas contrárias ao Governo João Goulart. Havia necessidade de coordenação e cabia isso ao General Poppe de Figueiredo. Foram esses os argumentos usados por nós e acatados por ele, que decidiu assumir o comando do III Exército, em Santa Maria.

Isso surpreendeu a todos: ao Ladário, porque não esperava que um camarada de Santa Maria fosse dizer que era o comandante do III Exército; às Grandes Unidades que ainda não haviam aderido; e ao próprio General Costa e Silva, novo Ministro da Guerra que, informado, respondeu:

"Felicito digna atitude assumida. Aprovo integralmente decisões Vossa Excelência. (a) Gen Costa e Silva, Ministro da Guerra."

O General Poppe determinou que faria a sua viagem a Porto Alegre no dia 3 de abril, à tarde. Exigiu, exigiu não, estou exagerando, ele quis que os integrantes da escolta dele fossem do RO (3º Regimento de Obuses 105), que dispunha de viaturas etc. Convidou o Governador Ildo Meneghetti – que fugira para Passo Fundo – a encontrar-se com ele em Pantano Grande e entrarem juntos em Porto Alegre.

O Comandante da escolta foi o Capitão José Arribamar de Oliveira, meu capitão. Era um nordestino tamanho de um "Pão de Açúcar"; recomendou-se que a escolta fosse bem armada, porque não se sabia o que a mesma poderia encontrar.

Naquele tempo, ia-se a São Sepé e, de lá, tomava-se a BR-37, para Porto Alegre.

Bem, concluo afirmando o importante papel desempenhado pela 3ª DI, na vitória da Revolução no Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, por ter mandado ocupar a viação férrea no momento em que soube da greve dos ferroviários, às 24h do dia 31 de março, antes mesmo de se declarar favorável à Revolução – só foi declarar-se às 11h do dia 1º. Com isso imobilizou o Estado, não permitindo que houvesse qualquer movimento de tropas, determinado pelo General Ladário. Considero que a ocupação, logo determinada, foi a ação mais importante e coube ao "Mallet" esse encargo, com apoio de carros de combate.

Em segundo lugar, por ter aderido à Revolução, logo que possível, prevenindo qualquer ação contrária, no importante Centro de Santa Maria. Ele aderiu às 11h, então, houve uma demora.

Finalmente, por ter assumido o comando do III Exército. Com a aprovação do Ministro da Guerra, inviabilizou qualquer iniciativa do General Ladário.

O Ministro chamou o Ladário ao Rio, no dia 3 de abril, que se fez acompanhar do General Silvino Castor da Nóbrega, Comandante da 5ª Região Militar, e do General Ottomar Soares de Lima , Chefe do Estado-Maior dele. Foi uma medida preventiva, para evitar choque, porque o General Poppe deveria chegar a Porto Alegre entre 5h e 6h da tarde, o que realmente aconteceu.

A entrada do General Poppe e do Governador Meneghetti, em Porto Alegre, na parte da tarde, despertou grande manifestação popular, deslocando-se para a praça fronteiriça do Palácio do Governo, onde o governador fez um discurso de agradecimento.

Assim, o Brasil rejeitou, em três dias, sem derramamento de sangue, os arroubos daqueles que desejavam impor-nos o regime comunista.

No relatório apresentado pela 3ª DI, existe uma página onde estão registrados a reação do povo ao movimento e os problemas havidos nas Unidades da Divisão e, em ambos, existem referências ao 3º RO 105. Vejamos:

"Apoio da População

Em todas as guarnições, a população civil que, nos primeiros momentos, manteve-se em expectativa, ao pressentir a vitória da Revolução democrática, passou a colaborar espontaneamente com o Movimento revolucionário, destacando-se nesse mister a classe média em geral, as classes conservadoras e empresariais em particular.

A parte da população que poderia tentar resistir à Revolução, manteve-se apenas na expectativa.

Em Santa Maria, no dia 17 de abril, foi realizada a "marcha do agradecimento", quando cerca de 50 mil pessoas deslocaram-se da Praça Saldanha Marinho até o QG/3ª DI, a fim de prestar sua homenagem às Forças Armadas pela sua decisão de erradicar o comunismo do Brasil."

"Moral da tropa

Os problemas surgidos nas Unidades da 3ª DI, durante a Revolução, foram poucos. O 7º RI, que teve seu comandante em exercício reformado pelo Ato Institucional, um 2º Tenente da Reserva (R2) preso por ordem do Comandante do III Exército e seis sargentos transferidos, foi a OM que maior abalo sofreu e, conseqüentemente, maiores preocupações causou ao Comando da Divisão.

No 3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, alguns oficiais e a maioria dos sargentos, nos momentos iniciais, colocaram-se contrários à decisão do comandante da DI. Essa circunstância determinou a ida do E2 da Divisão à Unidade, a fim de orientar e reforçar a ação do Comandante, o que solucionou satisfatoriamente o problema.

No 3º BCCL, houve muita intranqüilidade nos primeiros dias da Revolução. Nas Unidades onde os comandantes eram ligados ao governo deposto (8º RI e 9º RI), a ação enérgica e eficiente dos subcomandantes neutralizou, completamente, qualquer reação.

Esses foram os fatos que prejudicaram, de certo modo, o moral da tropa da 3ª DI que, como um todo, pode ser considerado muito bom.

Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevado o 3º RO 105 que desempenhou, na Guarnição de Santa Maria, um papel muito importante, pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do Comando da Divisão. (a) General-de-Divisão José Canavarro Pereira."

Esse relatório da 3ª DI foi feito em data posterior, razão pela qual está assinado pelo novo comandante.

Gostaria de dizer, numa espécie de balanço da situação, que os três comandantes das Unidades de combate da 6ª DI, sediadas em Porto Alegre, haviam sido indicados pelo Ministro Jair Dantas Ribeiro, ao qual seriam leais em qualquer circunstância.

O Comandante da Artilharia Divisionária era o General Barra, que estava em férias, no Rio de Janeiro. Quando soube da Revolução, veio para Porto Alegre e passou um telegrama ao Poppe, com o seguinte final: "... não desejando aderir, particularmente para não me colocar contrário eminente amigo Ministro Jair Dantas Ribeiro vg decidi permanecer neste QG pt ..." E ficou em Porto Alegre.

O General Saraiva, Comandante da 1ª DC, em resposta ao Coronel Edmundo, que lá esteve, por ordem do comandante da 3ª DI, num pequeno avião particular, disse, entre outras palavras: "Me admiro o Poppe fazer uma coisa destas. Eu sou soldado leal e de forma alguma ficaria contra o governo".

O Quartel-General da 3ª DC, em Bagé, foi tomado pelos sargentos que chegaram a imobilizar os oficiais no seu interior. O general teve que se transferir para uma das suas Unidades. Finalmente, houve entendimento.

Como era mesmo o nome do general?

Garrastazu.

Garrastazu! Deve ser parente do Médici.

Não sei dizer. As Unidades de Dom Pedrito e Jaguarão também tiveram problemas com a quase totalidade dos sargentos.

Então, havia o nosso lado, o lado bom da 3ª DI – o 8º RI, em Santa Cruz do Sul e o 9º RI, em Pelotas, onde os subcomandantes desempenharam um papel de relevo – porque havia o ruim.

Houve um fato, no Quartel-General da 6ª DI, que passo a citar, sem fazer qualquer interpretação do mesmo. O General Adalberto Pereira dos Santos, comandante da Divisão, relata em boletim datado de 30 de abril, o seguinte:

"Cerca das 21h do dia 31 de março, chega a notícia de que o General Galhardo, Comandante do III Exército, e o General Adalberto haviam sido exonerados dos seus respectivos comandos.

Viaja para o Rio Grande do Sul, o General Ladário Pereira Telles, nomeado Comandante da 6ª DI, mas que assumiria, interinamente, o comando do III Exército.

Às 22h30min, o General Galhardo chega ao QG da 6ª DI e, frente a este comando e em presença do meu chefe de Estado-Maior, declara textualmente: 'Não passarei o comando do III Exército ao General Ladário. Eu o prenderei em meu gabinete.'

Os dois quartéis-generais eram defronte um ao outro ou no mesmo prédio, não recordo. O Galhardo afirmou que prenderia o Ladário, conforme consta no boletim do Adalberto, um mês depois da eclosão da Revolução. Mais adiante, a mesma nota deste boletim diz o seguinte:

" ... Mais ou menos às 24h do dia 31 de março, quando já se encontrava no aeroporto o General Ladário, este comando foi chamado ao QG do III Exército pelo seu Comandante, General Galhardo, que lhe declara também, textualmente: 'General

Adalberto, resolvi não tomar atitude; vou passar o Comando ao General Ladário, que dentro em pouco estará aqui neste gabinete.'

Estava assim consumada a traição. Pouco ou nada restava a fazer. O que se seguiu foi a passagem do Comando do III Exército e o da 6ª Divisão de Infantaria."

E o Adalberto foi para ...

Foi para Cruz Alta, obrigado pelos acontecimentos, mas não pudera fazer nada, porque a 6ª DI estava com "a turma toda" comprometida com o Jair Dantas Ribeiro.

A Revolução de 31 de Março e a influência da guerra fria

Tenho lido e ouvido muito que os Estados Unidos estavam dispostos a nos apoiar. Acho que não exerceu uma influência direta. O fato é que o comunismo, este sim, infiltrava-se em todo o mundo.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de Março

Totalmente dominado pelo comunismo. Eram greves diárias, custo de vida incontrolado, os preços dos gêneros de primeira necessidade subindo. O povo estava desanimado, daí a reação favorável, quando da eclosão da Revolução, saindo às ruas para nos aplaudir. Em Santa Maria, foi uma quantidade de pessoas nunca vista.

Havia, por parte de alguns chefes militares, desinteresse na solução dos problemas, na oposição àquela comunização, porque eram escolhidos para a promoção ao generalato os oficiais mais políticos, diferente de hoje, onde o perfil militar predomina. Tanto é verdade que a Revolução deixou de promover, para obrigarem a pedir passagem para a reserva, da ordem de quarenta generais.

Erros cometidos pela Revolução

Quem não erra? O erro foi não reformar a justiça, o ensino. Teria sido importante afastar aqueles radicais, o que não foi feito por escrúpulos do Castello Branco.

Sucesso econômico da Revolução

A década de 1970 é considerada a de maior progresso do Brasil. Os índices de crescimento atingiram 10% anualmente, durante seis anos, a partir de 1968,

inclusive, até 1973. Hoje, quase ninguém comenta. Recentemente, na televisão, infelizmente não me lembro do nome do jornalista, embora seja muito conhecido, inclusive, não se coloca a nosso favor, disse, textualmente, que o País se desenvolveu com a Revolução. Os outros presidentes que sucederam aos do período revolucionário, e citou Sarney e Collor, segundo o jornalista, nada fizeram.

Guerrilha e terrorismo

Sobre a guerrilha de Registro, no sul de São Paulo, refiro-me ao relatório que fiz, quando servia, à época, no II Exército. Nesta ação guerrilheira, estava envolvido o Lamarca, ladrão de armas do 4º RI, um bandido que matou a sangue frio, com coronhadas na cabeça, um Tenente da Polícia Militar.

A luta armada visava a desorganizar o País e assumir o Poder. O AI - 5 surgiu, justamente, quando houve o acirramento das posições da esquerda.

Estive em São Paulo na fase pior, em 1969 e 1970. O General Comandante só saía acompanhado por mim e dois ajudantes-de-ordens, todos com armamento pesado.

Numa ocasião, quando prendemos a mulher de um camarada, ele telefonou para o QG e disse:

– Vou matar a mulher do oficial mais antigo.

O General Canavarro e o Comandante da Região Militar, General Dale Coutinho eram viúvos; o General Airosa, solteiro. Então, o mais antigo era eu. A minha mulher passou quinze dias fechada dentro de casa, até a prisão do cidadão.

Após ser preso, afirmou que, por duas vezes, aproximou-se do carro do Canavarro. Por isso, nos deslocávamos assim, os dois ajudantes-de-ordens na frente, com submetralhadora na mão, eu, ao lado dele, com uma pistola, e o carro escoltado por duas caminhonetes, uma na frente e a outra atrás. Foi a fase pior. Vivia-se angustiado pelo perigo diário que se corria.

Hoje, os militares não andam com arma, dessa forma, porque não há esse perigo iminente. Naquele momento, havia um inimigo, querendo nos enfrentar.

Um inimigo que matava friamente.

Chamavam de "justiçamento".

Como o fuzilamento do Diretor da Ultragás, Boilesen, muito nosso amigo.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Trabalhamos muito e ganhamos pouco. Apertamos o cinto. As Forças Armadas receberam verbas pequenas. Depois, já no fim, veio o Plano de

Reaparelhamento do Exército (PERE), quando pudemos, então, comprar o que era possível. Participei do PERE, na antiga Diretoria Geral do Material Bélico; era chefe de gabinete. Naquela época, adquirimos viaturas. A ENGESA, por exemplo, desenvolveu veículos com estímulo nosso.

Apesar da situação de penúria em que se encontrava a Força, com as viaturas, por exemplo, sem pneus e baterias, a Revolução não disponibilizou verbas para sanar efetivamente o problema. Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.

"Revanchismo"

A mídia volta-se, quase toda, contra nós. Mas, penso que devemos evitar o debate estéril.

Quando fomos transferir os ossos do Mallet, patrono da Artilharia brasileira, herói nacional, do Rio de Janeiro para Santa Maria, fizemos uma solenidade bonita com tiros de salva e discursos, remetemos o programa para os meios de comunicações, e nenhuma notícia foi publicada pelo jornal *O Globo*. Não estou certo se os outros jornais publicaram, mas *O Globo* não publicou.

O Globo nos apoiou durante os vinte anos de Revolução. Por que mudou? Por que deixamos o Poder?!

Esta omissão assemelha-se às comemorações do 7 de Setembro, que é o dia da Pátria, não o do Exército. Eles se enganam quando pensam, como existe desfile militar, que é dia do Exército ou das Forças Armadas. O Sete de Setembro é o dia do aniversário da Pátria, onde todos os brasileiros são, ao mesmo tempo, anfitriões e convidados. Infelizmente, essa imprensa revanchista, para não divulgar o desfile, ignora essa realidade.

A rede de televisão Globo transmitiu apenas algumas poucas tomadas da parada cívica de Brasília e de São Paulo. Assim se define uma posição.

Exército – a recompensa do sacrifício

Somos honestos, não estamos envolvidos em escândalos financeiros, apesar do que procuram inventar, referindo-se a compras supostamente superfaturadas, mas não conseguem êxito, porque agimos com total correção. Não almejamos o poder ou cargos políticos, nosso objetivo é que o País progrida. Isto é reconhecido pelo povo que nos faz alcançar índices de mais de 80% nas pesquisas. Todas as estatísticas nos favorecem, deixando-nos tranqüilos.

E eles, os revanchistas, envergonhados, porque tentam nos denegrir, mas o povo não acolhe as suas investidas.

Mensagem final

Muito boa idéia a criação deste Projeto. As entrevistas devem ser difundidas, em livros ou em outro tipo de publicação. Aproveitá-las, ainda, nos quartéis e escolas para orientar os militares e civis mais jovens sobre os fatos reais da Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Brigada Ferdinando de Carvalho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), de Curitiba, PR, e a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército, RS. Foi Diretor de Processamento de Dados do Exército.
- No exterior: Chefe da Divisão de Planejamento do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa, em Washington–DC, EUA, e Assessor Militar da Delegação Brasileira junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington-DC, EUA.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, a Escola Superior de Guerra e o curso de Comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth, Kansas, EUA.
- Autor de livros e diversos artigos. Conquistou vários prêmios em salões de pintura.
- Em 1964, era Tenente-Coronel. Presidiu, logo após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista.

Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2000.

O Movimento de Março de 1964 foi uma reação legítima das Forças Armadas, que tinham sido atingidas profundamente em seus valores fundamentais, e de todo o povo brasileiro. A causa foi a imposição ao País de um processo planejado e apoiado, até pelo exterior, visando transformá-lo na segunda república comunista da América Latina, a exemplo de Cuba.

Este movimento, que foi propriamente uma Contra-Revolução, livrou o País de uma crise que, seguramente, iria desembocar numa luta fratricida, com gravíssimas conseqüências. O nosso Brasil, possivelmente, seria violentado em suas tradições.

Devemos conceber a Revolução de 1964 como uma explosão da nacionalidade brasileira, ameaçada de perder os seus valores fundados na tradição democrática e liberal, e a reação de suas Forças Armadas que nunca suportaram ações violentadoras dos seus postulados fundamentais.

Raízes da Revolução de 31 de Março de 1964

A tentativa de implantação do comunismo em nosso País já vem de muito longe, enquadrada na estratégia mundial desenvolvida pela União Soviética, de espalhar essa doutrina pelo mundo inteiro.

A Intentona de 1935 fracassou, entretanto, mais tarde, o Partido Comunista alcançou uma breve situação de legalidade. Suas atividades conspiratórias contra o regime democrático brasileiro fizeram com que ele fosse colocado, novamente, na ilegalidade. Contudo, o processo de comunização continuou, infiltrando-se em todos os setores fundamentais da vida nacional. As bases da economia estavam sendo violentadas por constantes greves e agitações, muito bem orquestradas. Tudo segundo os princípios da doutrina comunista.

As Forças Armadas, sempre avessas a qualquer tipo de infiltração subversiva, mas diante do forte processo em andamento, de comunização do País, foram atingidas, e os seus fundamentos, a disciplina e a hierarquia, constantemente, violados.

A Revolução de 1964 não teve uma preparação, vamos dizer, demorada. Surgiu quase como um fenômeno espontâneo de defesa. As Forças Armadas uniram-se aos reclamos da nacionalidade.

De modo que suas raízes, como disse, vêm de longe.

Influência da guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, no Movimento de 1964

Todos sabemos – a História está aí para corroborar – que a União Soviética, inicialmente aliada ao nazismo e ao fascismo, depois aderiu ao grupo de Nações

Aliadas, por ter sido invadida pelos exércitos de Hitler. Após a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética colocou-se numa posição de domínio de toda a Europa Oriental, estabelecendo uma verdadeira repartição entre os Mundos Ocidental e Oriental. Após a morte de Stálin, quando vieram a público os crimes que aquele ditador cometera na sua própria nação, o seu sucessor, Kruchev, desenvolveu a doutrina da coexistência pacífica, um ardil, porque, como ele próprio definia, era uma forma de luta que se impunha naquela ocasião.

Imediatamente, os partidos comunistas, no mundo inteiro, aderiram a essa mentalidade, com algumas deserções, algumas reações. No Brasil, o Partido Comunista se dividiu: Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguindo a linha "Kruchevista", e Partido Comunista do Brasil (PC do B), adotando a linha "Stalinista".

O PCB, traduzindo a política da coexistência pacífica, apresentou, em edição nacional, o chamado caminho pacífico da revolução brasileira. Em síntese, consistia na intensificação das ações políticas para a conquista do Poder. O apelo à violência seria feito caso os democratas reagissem, quando, então, eles se julgariam no direito de, também, adotar a luta armada. Foi essa a mentalidade utilizada por eles para penetrar em todos os setores da nacionalidade.

Panorama político, no Brasil, anterior a 31 de março de 1964

Infelizmente, a nossa política é muito oportunista. O Partido Comunista, embora estivesse na ilegalidade – eles até usavam isso para se promoverem – dispunha de uma organização de divulgação muito boa, tinha um grande valor como propagandista político. Em vista disso, muitos políticos se valiam de alianças escusas com o Partido Comunista, objetivando a propaganda eleitoral, e assim se comprometiam. O Partido Comunista exigia recursos, que eles davam e, depois que esses políticos conseguiam o seu intento, era cobrado o preço das alianças.

Desse modo, havia, também, uma penetração muito grande dos comunistas no meio político. Uma minoria que reagia contra isso era sempre ridicularizada, sempre colocada "em xeque", para atender os objetivos dos comunistas. Era esse o panorama político.

Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart

Sim, havia uma insatisfação bastante evidente, porque a inflação era muito grande, e o Governo, incapaz. O povo sofria, sofria muito. A propaganda do Governo acenava com grandes reformas, muitas delas violentavam as bases da economia

brasileira. O clima de insatisfação existente era explorado pelos comunistas, pois alegavam que a situação brasileira era derivada, justamente, da falta dessas reformas estruturais, o que, evidentemente, se tratava de uma verdadeira falácia.

Em conseqüência, as pessoas mais sensatas estavam alarmadas e apavoradas, com o desenrolar daquela situação, que parecia não ter solução.

O descalabro das greves

Greves eram anunciadas a todo momento, com os motivos mais fúteis. Foi criado o Comando Geral de Greve, depois transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), chefiado por extremistas que alimentavam aquela situação de inquietação, com paralisações de todo tipo. Instituíram, inclusive, a greve de solidariedade, quando todas as categorias interrompiam suas atividades em apoio àquela em greve. De modo que não se sabia onde aquilo iria terminar. A situação econômica cada vez se agravava mais.

Posição da Igreja, em relação ao governo deposto em 1964

A maioria da Igreja era conservadora, mas havia, também, uns padres subversivos, que, a troco de uma reformulação das bases religiosas da Igreja, colaboravam para aquela situação de inquietação.

Atuação das "Ligas Camponesas" e do "grupo dos onze"

A nossa organização rural era precária e, em conseqüência, essa inquietação reinante no País alastrou-se, naturalmente, no campo e, depois, foi explorada. Começaram a surgir, então, as chamadas "Ligas Camponesas", chefiadas por Francisco Julião e, também, grupos de camponeses armados, que levaram para o meio rural esse ambiente subversivo. O próprio Kruchev, nas suas instruções para o PCB, dizia que a revolução tinha que nascer no campo. Daí, a formação daqueles grupos armados para iniciar a revolução.

Depois, surgiram, nas cidades, os chamados "grupos dos onze". Tinham instruções muito detalhadas, elaboradas por Leonel Brizola, sobre como agir, por exemplo, em relação ao problema de fuzilamento de prisioneiros etc. O nome "grupo dos onze" surgiu de uma idéia de Brizola, para explorar o amor que o brasileiro tem pelo futebol. Assim como num time de futebol, seriam onze homens em cada grupo armado, para agitação nas cidades e em outras áreas,

O meio militar: tentativas para criar cisão nos quadros das Forças Armadas; o ambiente nos quartéis

Surgiram vários incidentes e movimentos no meio militar, alimentados por agitadores infiltrados. Cito, por exemplo, o problema da elegibilidade dos sargentos. Alguns, apesar de não ser permitido, se candidataram e foram eleitos. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) vetou a posse, gerando vários movimentos, passeatas, manifestações e, inclusive, uma revolta dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília. Essa revolta foi sufocada, mas, imediatamente, o Governo os anistiou, demonstrando, com esse procedimento, que estava, nitidamente, mancomunado com os revoltosos. Basta dizer que, no dia da revolta, o Presidente ausentou-se de Brasília, propositalmente.

Alguns chefes militares, de pouco prestígio nas Forças Armadas, manifestavam-se como partidários do Governo. A situação foi se agravando, e nós tivemos, então, aqueles problemas da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e da reunião do Automóvel Clube, onde o Presidente manifestou-se solidário com os cabos que se rebelaram e sargentos, em geral, desprestigiando os chefes militares.

Março de 1964: o comício da Central

O comício da Central foi chamado de "comício das reformas". Existe nele um aspecto interessante. O Presidente anunciou, durante o mesmo, uma série de reformas julgadas fundamentais. Isso visava desprestigiar o Congresso, na medida em que o colocava num dilema: aprovava a mensagem presidencial solicitando as reformas e se desmoralizava, o Brasil ia sofrer na sua base, ou as refugava e fornecia o pretexto para a sua dissolução. Logo, o comício da Central do Brasil visou, essencialmente, atingir o Congresso brasileiro.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Lembro-me de que a marcha foi preparada sumariamente, quase que na "última hora", mas obteve uma grande adesão de todos os setores que estavam contidos, proibidos de se manifestar. Então, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade adquiriu grande expressão. Mostrou que, no Brasil, existiam setores descontentes com o rumo que o País tomava, e que iriam reagir contra a escalada comunista.

Forças Armadas: intérpretes da vontade nacional

Sim, as Forças Armadas, em particular o Exército, o são. Como já afirmei, a Revolução foi um movimento espontâneo, mas as nossas Forças Armadas não agem divorciadas do sentimento do povo brasileiro. Elas executam aquilo que, muitas vezes, o povo não pode fazer, porque não tem recursos materiais para isso. Ao longo de nossa História, temos visto as manifestações das Forças Armadas sempre em atendimento a esses anseios do povo brasileiro.

Revolução de cunho comunista

Sem dúvida, havia uma revolução de cunho comunista, em preparação no País. Permito-me explicar como isso acontece: os comunistas nunca fizeram ou nunca iniciaram uma revolução, nem na União Soviética. Eles foram sempre os grandes aproveitadores das revoluções. A isso chamam de transformação da revolução. A revolução surge como um movimento determinado e depois se transforma. Lenine advertia: "Não é possível triunfar apenas com a vanguarda." E o Partido Comunista é a vanguarda, é a direção.

A estratégia aplicada no Brasil tinha duas fases distintas. Na primeira, haveria uma espécie de golpe revolucionário, aplicado pelo próprio Governo João Goulart, originando um regime de força. O Congresso seria fechado e promover-se-ia um expurgo, nas Forças Armadas, de todos os elementos contrários.

Na segunda fase, esses elementos golpistas seriam postos de lado, e os comunistas assumiriam o Poder. Esse era o plano para a revolução comunista no Brasil. Eles não iam iniciar a revolução; quem iria fazê-lo era João Goulart.

Há, inclusive, uma carta enviada a Miguel Arraes por um jornalista, seu parente, contendo as conclusões de várias entrevistas de confidentes de João Goulart, como Samuel Weiner e outros, em que ele diz que o Presidente estava entusiasmado com a possibilidade de aplicar esse golpe, fechando o Congresso e estabelecendo uma outra Constituição para o Brasil. Era o que ele chamava de "República Sindicalista", uma república dominada pelos sindicatos.

Mas os comunistas estavam preparados para a segunda fase, que era assumir o Poder, eliminando esses que a iniciaram.

Participação pessoal

A minha participação pessoal ocorreu da seguinte forma: eu e um grupo numeroso de oficiais, preocupados com a situação nacional, começamos a nos

reunir, não propriamente para conspirar ou estabelecer uma base revolucionária, mas para acompanhar a evolução da situação e nos manter informados de tudo que estava acontecendo e por acontecer. Eu me filiei a esses grupos.

No momento em que se declarou a crise nacional, com a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março de 1964, no Rio de Janeiro, tomou-se a decisão de que as Forças Armadas deveriam reagir.

Começamos, então, a percorrer as Unidades, para angariar adeptos, e eu tive participação nesse trabalho. Nos primeiros dias, procurou-se obter adesão de Unidades do Exército e, também, neutralizar certas reações que surgiram. Lembro-me até de que fui a uma Unidade e o Comandante me disse:

– Estou de acordo, mas, se houver algum problema, vocês assumem a responsabilidade?

Respondi que assumiríamos a responsabilidade. Eu era um Tenente-Coronel, mas dei aquela resposta para elevar o moral, ali, naquele momento. Realmente, depois apareceram problemas, e fui conselheiro para adoção de certas providências.

A minha participação foi bem grande, como encarregado do Inquérito do Partido Comunista, cujos detalhes talvez não tenham lugar nesta entrevista. O interessante é que a Revolução foi em 31 de março, mas só em agosto é que perceberam que o principal inquérito não tinha sido instaurado: o Inquérito do Partido Comunista, que era ilegal e atuava na clandestinidade, a fim de conhecer a sua participação no período que precedeu a Revolução de Março de 1964. Fui encarregado, então, de um inquérito sobre um partido, do qual não sabíamos onde era a sede e nem quais eram os seus integrantes.

O trabalho foi muito árduo, durante dois anos. Inicialmente, com muita dificuldade, depois, contamos com a colaboração do Exército e da Marinha. Percorremos o Brasil inteiro, levantando dados e ouvindo pessoas. Não nos interessava prender "A" ou "B", ou perseguir alguém, nem transformar o inquérito em meio de vingança, ou qualquer coisa dessa natureza. O que valia era levantar as informações existentes, ouvir o que os elementos, tidos como comunistas, tinham a dizer. Uns negavam, outros confessavam.

Para conduzir esse inquérito, nós organizamos uma verdadeira Unidade.

Tínhamos uma equipe para interrogatórios, constituída por oficiais muito credenciados e competentes, que sabiam como conduzir uma inquirição; dispúnhamos de uma equipe de interpretação de documentos, além de outra, de justiça, para dar forma jurídica àquilo que estava sendo feito, para apresentação final ao tribunal. Ao final do mesmo, depois de concluído o relatório, somavam-

se mais de 150 volumes. Foi preciso um caminhão para o transporte até o Superior Tribunal Militar.

Ali estava consubstanciada, com clareza, toda a participação dos comunistas, mostrando os principais elementos envolvidos. Procurei dar uma forma tal ao relatório final de modo que não pudessem desintegrá-lo, mais tarde. Parece, contudo, que conseguiram fazê-lo. Essa foi uma participação muito grande.

Confesso que a minha firmeza, em levar a efeito este inquérito, me trouxe conseqüências prejudiciais. Tive que me indispor com alguns elementos, alguns chefes, porque queriam terminar o inquérito de “qualquer maneira”, e eu não queria isso. Mas, entreguei o relatório e cumpri o meu dever militar.

Durante o tempo que estive no Comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba realizei, em todo o Paraná, uma verdadeira “cruzada” de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele Estado, além das suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista.

Atitude do Congresso Nacional

Quando eclodiu a Revolução, o Congresso adotou uma atitude passiva. Havia elementos ativos, mas uma minoria. Eu até ajudei o Deputado Bilac Pinto, redigindo um documento sobre “Guerra Revolucionária”, que ele leu no Congresso. Mas era uma minoria. O Congresso, praticamente, não se aliou.

Comportamento das entidades ditas esquerdistas (UNE, CGT, PUA etc.)

Logo após a Revolução, esses elementos se desintegraram e, temerosos, fugiram. É interessante, porque não houve uma perseguição contra os mesmos.

Naturalmente, havia uns mais exaltados, que queriam “botar fogo”. Por exemplo, a União Nacional de Estudantes (UNE), alguns desses mais exaltados foram lá e queimaram tudo. Depois, quando fizeram o inquérito da UNE, faltaram elementos de prova. Na verdade, são os aproveitadores – sempre existem os aproveitadores – mas eram elementos que ficaram conhecidos.

Não houve, propriamente, por parte da Revolução, uma perseguição que justificasse essa fuga, essa debandada, sobretudo para o Chile.

Eram os “exilados voluntários”.

Eles é que iam embora. A Revolução não estava perseguindo quem quer que seja. Os mais conhecidos nós sabíamos, mas, de um modo geral, houve muita gente que se exilou voluntariamente.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Considero, como principal líder da Revolução, o Marechal Odylio Denys. Lembro-me bem, quando houve a renúncia do Jânio Quadros, e o Marechal estava até com o pé quebrado, mancando, ele se portou com altivez. Não tolerou a posse de João Goulart, a não ser dentro de um regime parlamentarista. Descortinava o futuro. Depois que o Marechal Denys se ausentou do Ministério, começaram as negociações e acabou-se com o parlamentarismo, através de um plebiscito.

Então, ele era o principal líder militar.

Bom, tivemos o Marechal Castello Branco, que depois assumiu a Presidência da República. Ele era homem muito legalista, e custou a se "enfronhar" na necessidade de haver uma revolução contra aquele estado de coisas. A própria nota que ele redigiu era conservadora.

Depois que assumiu a Presidência da República, executou um belo trabalho. Faço apenas um reparo. No meu ponto de vista, errou quando apoiou a candidatura, para o Governo da Guanabara, do Senhor Negrão de Lima, que estava comprometido com o Partido Comunista. Naquele tempo, havia uma disputa eleitoral muito grande no Rio de Janeiro. O Governador Carlos Lacerda, que estava deixando o Governo, tinha muito prestígio, bem superior ao de Negrão de Lima. Mas, Carlos Lacerda era um só e o seu candidato, Flexa Ribeiro, Secretário de Educação, não tinha força eleitoral.

Negrão de Lima, receoso de perder a eleição, solicitou o apoio do Partido Comunista, que entrou com dinheiro. Essa informação chegou ao inquérito que eu estava conduzindo, e procurei fazer com que o Marechal Castello Branco não apoiasse o Senhor Negrão de Lima, mas não consegui. Esse é o reparo que faço, mas isso é uma coisa que ficou diluída em face do trabalho do Marechal Castello Branco, como Presidente, que foi muito benéfico para o País.

De modo que o considero, também, como um líder revolucionário.

Outro líder foi o General Olympio Mourão Filho. Impulsivo, ele queria desencadear a Revolução o mais cedo possível... Depois, foi para o STM...

Trabalhou com o Marechal Denys. O Marechal foi para Juiz de Fora.

Com o Marechal e com o General Carlos Luís Guedes.

Sempre achei o General Emílio Garrastazu Médici um grande chefe, homem de sólida envergadura moral e muito ponderado. Conversávamos com ele e logo sentíamos confiança no seu julgamento e atitudes. Foi, também, um destacado líder da Revolução e, posteriormente, um bom Presidente da República.

Dentre os líderes civis, destaco o Carlos Lacerda. Homem de impulsos, mas que prestou grandes serviços à Revolução. Só divergi dele no momento em que criou a chamada "Frente Ampla", aliado a Juscelino e João Goulart. Nesse momento, o Carlos Lacerda perdeu todo o valor para...

E perdeu o apoio dos militares.

Carlos Lacerda veio aqui, nesta minha atual casa, e me visitou, também, lá em Curitiba. Disse-lhe que o Exército, as Forças Armadas, não aceitariam a sua aliança com elementos já decaídos.

Sou favorável à anistia, mas faria uma série de restrições. Elementos como Leonel Brizola, João Goulart, e outros sabidamente comprometidos, eu os anistiaria e eles poderiam voltar para o País, mas sem o direito de exercer funções políticas.

Foi muito ampla e irrestrita.

Para mim deveria ser restrita.

Além do Carlos Lacerda, gostaria de citar outros líderes civis?

Bom, não me lembro. No Congresso, Bilac Pinto era um homem ponderado, de valor e um lutador. Havia outros, dos quais não me recordo.

E o Governador de Minas Gerais.

Magalhães Pinto. Tinha defeitos, mas foi um Chefe, teve atitude.

Penso que também em São Paulo, o Adhemar de Barros.

O Adhemar de Barros, também, foi um elemento útil, além de ser um democrata convicto.

Apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

A Revolução não recebeu apoio externo, foi um movimento exclusivamente brasileiro. Entretanto, sua eclosão trouxe reflexos que se propagaram por toda América Latina e permitiu que a "onda" comunista fosse neutralizada. Em conseqüência, eu acho que teve uma influência muito importante.

Desmoronamento do "esquema militar" do Governo João Goulart

A Revolução surpreendeu a todos. Não esperavam, houve uma espanto geral que fez desmoronar o propalado "esquema". Reunidos na fortaleza de São João, esperávamos reação por parte dos fuzileiros do Almirante Aragão, e essa reação não ocorreu.

Creio que, talvez, por falta de liderança.

Aqueles líderes eram falsos. Na hora, fugiram, deixando seus asseclas sem orientação. Então, tudo caiu como um "castelo de cartas".

Chefia e liderança nas Grandes Unidades e Unidades que estiveram na iminência de um combate

O Exército, pelo menos, demonstrou que tinha chefes; que, realmente, exerciam o comando de suas Unidades.

Contaram-me, não assisti, que aqui do Rio, enviaram o General Ladário Pereira Telles para assumir o III Exército, cujo Quartel-General (QG) localizava-se em Porto Alegre, a fim de tomar providências com o fito de neutralizar a Revolução. Chegando, reuniu-se com o Brizola e mais um outro general, de quem não me recordo o nome, e resolveu desencadear uma série de medidas. Dentre elas, disseminar todas as Unidades pelo território do Rio Grande, de modo que não pudessem se congregar. Estavam discutindo esta solução, numa carta topográfica (mapa): "Esta Unidade vai para tal lugar, esta outra vai para tal lugar", quando chegou um oficial do Estado-Maior com uns telegramas que diziam, simplesmente, o seguinte: "Não obedecemos mais o Comando do III Exército". Os Comandantes das Unidades estavam contrafeitos, porque eram favoráveis à Revolução, e não aceitavam aquelas imposições. Isso demonstra que estavam, realmente, à testa de suas Unidades.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN

Acho que foi correto. A Academia Militar das Agulhas Negras é a mocidade militar da Força Terrestre, não poderia ficar alheia. Ninguém pode contradizer essa providência adotada pelo General Médici, que estava no exercício do comando.

Quando eu era cadete, houve a sedição integralista de 1938 e, imediatamente, toda a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, tomou posição. Nós, de Artilharia, fomos defender os nossos materiais, os nossos canhões, prontos para obedecer os nossos comandantes.

Objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução

Os objetivos principais eram Brasília e Rio de Janeiro, os centros políticos mais importantes do País. As tropas que vieram de Minas e São Paulo, convergindo para o Rio de Janeiro, visavam assegurar, aqui, a posse do centro decisório. Em Brasília, buscava-se neutralizar determinados elementos do Governo.

Robustecimento da união e da coesão das Forças Armadas, após 31 de março de 1964

Entendo que isso realmente aconteceu. As Forças Armadas, quase *a posteriori*, sentiram a validade e a necessidade do Movimento. Essa consciência adveio da percepção do que poderia ter ocorrido com o País, se não tivesse havido a Revolução de 1964. Essa percepção da importância fundamental do Movimento revolucionário foi o amálgama da união.

Ideologia da Revolução de 31 de Março

A ideologia que inspirou a Revolução era a de manutenção dos valores tradicionais da nacionalidade brasileira, porque sabemos que o povo brasileiro nunca aceitou as doutrinas radicais e extremistas. Sempre zelou pela integridade territorial, um fundamento básico em toda nossa História. O Brasil jamais se fragmentou, porque as manifestações com essas tendências, foram repudiadas e combatidas.

Procedimento da mídia

A mídia, naqueles tempos, era mais noticiosa. Naturalmente, com o agravamento da situação, começaram a se manifestar. Lembro-me de que o *Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã* e outros publicaram manchetes: "Basta!", "Fora" Nesse momento, eles sentiram a responsabilidade e apoiaram a Revolução.

O termo Revolução

Acho que o termo correto seria contra-revolução, mas, por uma questão de simplificação, denominamos de Revolução.

Governos militares

Há um artigo de Roberto Campos, sobre o tema: "O autoritarismo militar que não existiu no Brasil." Governo militar é referido quando as Forças Armadas assumem a responsabilidade total da administração, enfim, de tudo. Normalmente, é adotado em países ocupados por forças militares.

Tivemos governos presididos por chefes militares, assim como, no passado, foram os de Deodoro, Floriano, Hermes da Fonseca, Gaspar Dutra, que foi um grande Presidente. E, afinal, a maioria dos nossos Presidentes, se não foram militares, pelo

menos eram reservistas das Forças Armadas. De modo que, chamar os governos da Revolução de Governo Militar é uma impropriedade e uma manifestação tendenciosa.

Volta aos quartéis

Os militares nunca saíram dos quartéis. Alguns foram chamados para certas funções técnicas, para as quais eles eram competentes. Inclusive, realizaram um belo trabalho.

Benefícios da Revolução

A Revolução trouxe grandes benefícios para o nosso País. Não tenho de cor as suas realizações. Poderia citar, como exemplo que, antes da sua eclosão, era grande a dificuldade de deslocar-se nas rodovias do País. Não havia ligação entre o Sul e o Norte. A Revolução cortou o País de estradas. Construiu-se muita coisa. Houve um avanço extraordinário, levando a economia do País "lá para cima". A inflação baixou, de um modo estrondoso. Naturalmente, hoje, tudo isso é esquecido, mas ainda farão justiça ao nosso Movimento revolucionário, pelos benefícios que trouxe ao País.

Mas os sucessos econômicos da Revolução não são comentados.

Há uma "ciumada", sempre, e, também, um propósito deliberado, tendencioso, de desvalorizar as realizações da Revolução. Mas creio que virá o dia em que será feita justiça ao período revolucionário.

Erros da Revolução

É difícil a questão de apontar erros. As coisas dão certo, ou não. Se dão certo, está muito bem; caso negativo, houve erro.

Em um País extenso, como é o Brasil, com enorme população, naturalmente podemos encontrar setores em que ocorreram falhas. Roberto Campos aponta alguns erros na Revolução, como, por exemplo, segundo ele, perseguições políticas no período de 1968 a 1974. Mas, não são relevantes.

Roberto Campos foi revolucionário. Ele apontava os benefícios e alguns erros. Dizia que não se deu grande impulso ao ensino básico, investindo-se mais no setor universitário. Outra falha, apontada por Campos, foi a pouca valorização do problema da organização agrária. Acontece que o País é imenso e o desenvolvimento nunca se faz de forma homogênea. Há sempre um setor, agrário ou industrial, que avança mais do que o outro. É natural que a evolução político-

administrativa leve a esse quadro diferenciado. Assim, não considero terem ocorrido erros fundamentais.

O Ato Institucional nº 5, por exemplo, penso não ter sido necessário, porque a própria Constituição continha dispositivos que permitiam combater a "onda" subversiva. Mas, naquele momento, o Governo sentiu-se "jogado contra a parede", ameaçado, e reagiu, editando-o.

Todos os ideais da Revolução podiam se perder ali.

A meu ver, houve uma reação justificada, mas que não era necessária. A própria Constituição permitia que, em determinadas situações, fosse decretado o estado de sítio e, com ele em vigor, providências de toda a natureza poderiam ser tomadas. Mas, não podemos acusar nossos governantes de terem sidos atrabiliários, porque eles foram provocados por uma situação que parecia não ter solução.

A "batalha da comunicação social"

Em geral, o militar é um pouco "fechado". O General Médici não, era muito "aberto", mas o General Ernesto Geisel e o próprio General Figueiredo eram muito "fechados".

Castello era "fechadíssimo", um homem difícil. Quando comandou a Escola de Comando e Estado-Maior, fui seu auxiliar e conheci essa característica. Eu o auxiliei muito. Nas vésperas das conferências ele me convocava e lá ia eu, de madrugada, para a Escola, para fazer aqueles esboços e quadros que, depois, seriam expostos. Ele improvisava muito.

Aproveitou esse pintor de renome para fazer os croquis, os esboços.

O próprio distintivo da Escola de Estado-Maior é de minha autoria. Certa vez, o Castello disse:

– Gosto do Ferdinando, mas de vez em quando brigo com ele.

Ações de guerrilha e terrorismo praticadas por extremistas

No seio do Partido Comunista, houve divergências sobre o caminho da luta armada. Por exemplo, o Prestes era contra a luta armada e o Marighella era favorável. Contaram-me que, numa conversa entre eles, o Prestes disse:

– Olha, se você vai partir para essa questão da luta armada, ano que vem você não estará aqui, ao meu lado.

Apareceram várias "explosões". Eram movimentos esparsos.

Havia aquela teoria alimentada por certos setores da esquerda, de que uma revolução, iniciada no interior, se propagaria para as cidades. No curso do Inquérito

sobre o Partido Comunista, tomei parte numa sindicância sobre uns guerrilheiros, lá em Mato Grosso, e também tive contato com o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório.

O Jefferson contou-me, depois de sua prisão, lá no Paraná, que o Leonel Brizola encarregou-o de propagar a luta armada revolucionária no Brasil. O Brizola estava no exílio, em Montevidéu, e deu-lhe duzentos dólares, não estou bem lembrado, dizendo:

– Olha, você "invade" o Brasil que, imediatamente, irá receber adesões de toda a natureza, e a revolução vai se propagar pelo País inteiro.

Ele, então, com uns quinze homens, aproximadamente, invadiu uma cidadezinha, lá do interior do Rio Grande do Sul, e lançou uma proclamação que ninguém ouviu, porque era madrugada e a cidade, normalmente, adormecia às 8h da noite. O grupo atravessou Santa Catarina e chegou ao Paraná, onde travou combate com um Pelotão de Infantaria, num local que visitei. Conseguiram escapar. O Coronel Jefferson foi, afinal, aprisionado, condenado pela Justiça e acabou fugindo, se exilando, novamente, no Uruguai.

Cerceamento das liberdades de imprensa e de expressão

Não, absolutamente. É uma impropriedade dizer que houve cerceamento das liberdades de imprensa e expressão. Admite-se que tenha havido alguma restrição sobre um ou outro elemento que tenha se manifestado, sobre qualquer assunto, de forma grosseira ou imoral. Mas, mesmo assim, devem ter sido casos muito esporádicos. De um modo geral, a imprensa era livre, o Congresso e a Justiça funcionavam perfeitamente, de modo que a democracia estava em pleno andamento. Não há justificativa para essa acusação.

Luta armada

Outra falácia dos que criticam a Revolução, querer justificar a luta armada como uma conseqüência da falta de canais para as manifestações dos opositores ao regime. A luta armada foi uma manifestação esporádica de elementos que queriam "aparecer", e se deram mal. Ficou restrita a umas operações no interior do País, sem repercussão. Ninguém tomou conhecimento.

Objetivos da luta armada. Orientação e o apoio externo

Sei que muitos elementos foram treinar em Cuba, centro da propagação da revolução comunista na América Latina. Recebiam o incentivo para realizar essa

luta armada no interior do País, porque achavam que seria mais fácil, pelas dificuldades de comunicação etc. O mesmo raciocínio com relação ao interior de outros países, como Peru e Bolívia. Acho, então, que o apoio primordial foi de Cuba, treinando e incentivando esse pessoal.

Serviço Nacional de Informações (SNI) e Destacamentos de Operações de Informações (DOI)

Órgãos de informação são fundamentais para qualquer país. Veja a situação do Presidente atual que não tem conhecimento de nada. "Ah!, eu não sabia!" Um presidente não pode alegar desconhecimento sobre o que determinado "fulano" fez. O Serviço Nacional de Informações (SNI), assim como os órgãos de informações que as Forças Armadas – o Exército, a Marinha e a Aeronáutica possuíam – forneciam, para o Governo, subsídios para que pudesse agir. Quanto à atuação de polícia, teria sido preferível deixar a cargo dos órgãos especializados.

Com relação aos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), quando foram criados, eu não estava no Brasil, mas nos Estados Unidos. A meu ver...

Estava na Junta Interamericana de Defesa.

Sim, nos Estados Unidos. Lá, atendendo a pedidos, fiz conferências sobre a Revolução, em universidades, para esclarecer etc. Na Junta, também, me prestigiaram muito, quando souberam que eu tinha vários livros escritos contra o comunismo. A Junta era essencialmente anticomunista. Cuba foi expulsa.

Duração do Movimento revolucionário de 1964

Acho que demorou o tempo necessário. Muitos dizem que o período revolucionário foi demorado, mas a passagem ou troca das lideranças não é um processo repentino, tem que ser paulatino. A Revolução, como movimento político, foi se esgotando de forma natural, de acordo com a mentalidade brasileira, que não tolera mudanças repentinas. Ainda que muita gente considere que tenha havido uma demora muito grande, este não é o meu pensamento.

Vantagens e benefícios para as Forças Armadas

As Forças Armadas não se aproveitaram da Revolução. Pelo contrário, foram prejudicadas, porque os próprios governos revolucionários deram prioridade a

outros setores da vida nacional, deixando-as em segundo plano. Sacrificaram-se ao máximo, para atender aos outros setores.

Máximo de desenvolvimento e o mínimo de segurança.

Essa expressão foi do General Golbery. Dela, discordei, sistematicamente, porque segurança é fundamental. Tem que haver equilíbrio.

Não há melhor processo para enfraquecer um país do que dissociar e destruir as Forças Armadas. As grandes nações decaíram quando suas Forças Armadas foram colocadas em plano secundário.

Avaliação dos vinte anos de Governos Revolucionários

Foi um período de progresso nacional, de grande exaltação da brasilidade, de criação de uma consciência nacional e, sobretudo, da neutralização de todos aqueles fatores que concorriam para a divisão político-administrativa. O que o Brasil alcançou de progresso, na maioria dos setores nacionais, deve à Revolução de 1964. Fez-se, em muitos setores, naquele período, bem mais do que em toda a História brasileira.

Influência da conjuntura internacional na "abertura" política

Acho que influiu, principalmente, porque desmascarou a grande esfinge comunista, isto é, tornou evidente e consciente o fato de que o comunismo não resolve problema de espécie alguma. Em 1918, eles prometeram um progresso extraordinário, uma condição de vida melhor, mais elevada, para o operário, e o mesmo foi massacrado.

A União Soviética atravessou um período de penúria, de que o mundo todo tomou conhecimento, por meio da fuga, do êxodo dos habitantes daqueles países que formavam. Isso ficou demonstrado pela existência do Muro de Berlim, construído para impedir que as pessoas se libertassem daquela situação, e por onde ocorriam fugas de todo jeito, com as pessoas se sacrificando, preferindo perder a vida, a ficar encerrado dentro daquele ambiente.

O que tem acontecido com os cubanos, enfrentando o mar, em frágeis barcos, para tentarem se livrar daquele regime. Tivemos conhecimento, hoje, do drama provocado pelo acidente com o submarino russo, com todas aquelas pessoas no fundo do mar, pedindo socorro à Inglaterra e aos Estados Unidos. Essa era a nação que queria dominar o mundo.

Lembro-me de um filme, no qual um russo, que era artista num circo e se exilou nos Estados Unidos, foi a um supermercado e perguntou:

– Onde é a fila do café?

– Aqui não tem fila para o café. Aqui há café de todas as qualidades – respondeu um cidadão.

Vê-se, então, qual era a mentalidade do russo, sujeito àquelas privações decorrentes de um ambiente administrativo intolerável. Compara-se com o que temos, felizmente, em nosso regime democrático.

“Abertura”, desde o Governo Geisel

A “abertura” era válida, mas esse termo não está bem aplicado, parecendo que, antes, havia um “fechamento”. O que houve foi uma transição, de um governo centralizador, com Presidente militar, para civis.

Entretanto, não foi bem realizada, porque certos elementos viciados, agitadores contumazes, continuaram a agir. Eu teria cancelado a atividade política desses elementos. Agora, utilizam-se do pretexto de que a democracia é livre etc.

“Revanchismo”, de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares

Existe uma má vontade contra os militares. Na minha avaliação, contudo, isso não começou depois da Revolução. Mesmo antes, sempre houve uma “ciumada”, embora as Forças Armadas procurassem se integrar ao meio social brasileiro. Muitos de nós, que pertencemos às Forças Armadas, viemos de origens civis. Na minha família, eu sou o único militar. Depois, minhas irmãs casaram-se com militares. Sou filho de um guarda-livros, homem trabalhador, humilde e honesto. Fiz exame para a Escola Militar, concorrendo com milhares de outros civis. Não tinha nenhuma origem nobre, era uma pessoa como outra qualquer, e a Escola Militar sempre esteve aberta. É assim nas Forças Armadas. Elas estão sempre abertas ao acesso de qualquer brasileiro, desde que tenha competência para vencer aquele exame.

O comunismo e o término da bipolaridade

O comunismo não desapareceu, tomou outras formas, se adaptou. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) mudou de nome; o Partido Comunista do Brasil (PC do B) manteve o seu.

Desde o tempo do meu inquérito que digo o seguinte:

– Não sou contra os comunistas; sou contra o comunismo.

Concordo que o cidadão possa ter a idéia que quiser, adotar concepções de qualquer espécie. Existem verdadeiras aberrações, e nós não podemos impedir que apareçam minorias simpáticas a essas doutrinas. Nem por isso vamos matar ou perseguir alguém, mas procurar mostrar que o caminho não é esse, e deixar essas pessoas de lado, para que não influam. Só isso.

O comunismo não morreu, mas não vai ressuscitar com a força que teve. Ele está confinado, apenas, àqueles elementos que não se conformam com o seu destino.

Poderíamos dizer que faliu, mas não morreu.

Faliu, não deu certo. O camarada tem uma casa comercial que não dá certo, e vai à falência. Ele vai ser responsabilizado pelo dinheiro, mas não há necessidade de perseguição.

Imagem do Exército Brasileiro junto à sociedade

Os elevados índices de aceitação das Forças Armadas, junto à sociedade, atestados por diversas pesquisas de opinião, demonstram que sempre gozaram de muito prestígio, queiram ou não seus detratores, porque o processo de seleção é muito bem-feito. O militar vai ascendendo na hierarquia, passando por uma série de crivos, e a elite civil reconhece isso. Servi na Escola Superior de Guerra, onde conviviam civis e militares, e eles nos respeitavam muito.

No interior do Brasil, somos muito benquistos. Não sei dizer com relação à cidade grande, mas em todo o interior do território nacional as Forças Armadas têm um prestígio muito grande. Quando se fala em Exército, Marinha e Aeronáutica há inequívocas demonstrações de respeito.

Mensagem final

Os brasileiros devem reconhecer, na Revolução de 1964, um passo muito seguro e sério para o desenvolvimento político, econômico e social do nosso País. Queremos que o povo brasileiro tenha a idéia do que foi, realmente, a Revolução de 1964, ou, melhor dizendo, a Contra-Revolução de 1964.

Julgo que o Projeto de História Oral possui um mérito muito grande, dentre outros, por constituir-se na manifestação do reconhecimento que devemos ter por todos aqueles chefes que já nos deixaram, que não estão mais presentes, mas que foram homens de grande envergadura moral e de patriotismo inexcedível. Legaram, por meio de sua modéstia e desprendimento, o exemplo de como deve proceder o verdadeiro brasileiro.

A minha mensagem é de valorização da Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Brigada Hélio Ibiapina Lima

- Natural da Cidade de Fortaleza – CE.
- Último posto da carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o 1º Batalhão de Construção, em Caicó-RN e, como Coronel, o 2º Batalhão Rodoviário, em Lajes-SC. No posto de General, o 2º Grupamento de Fronteira, em Cascavel. Foi Diretor de Material de Engenharia do Exército.
- No exterior: aluno do Curso de Informações e Contra-Informações, na Escola das Américas, Panamá (1966) e Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Equador (1969/1970).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Chefe da 1ª Seção do Comando do IV Exército, em Recife, PE. Presidiu Inquérito Policial Militar de 2 de abril a junho de 1964, que visava apurar as ações subversivas na área do IV Exército.

Entrevista realizada no dia 08 de agosto de 2000.

Raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964

Havia, sem dúvida, uma forte corrente, integrada pelos revolucionários de 1922, 1924 e 1930, que estimulava seus filhos e netos a levarem avante os ideais defendidos por eles e seus companheiros. Isso aconteceu no Recife. E não eram só militares, pelo contrário, em sua maioria, civis.

A incapacidade política e administrativa de João Belchior Goulart e a de seus auxiliares eram um fator de estímulo aos ímpetos revolucionários de muitos militares e civis. Finalmente, a adesão do próprio Chefe do Governo e da maioria de seus auxiliares às idéias dos marxistas brasileiros, seu comportamento agressivo e sem competência, iriam constituir a gota que faltava para transbordar o caldeirão, resultando em poderosa ação militar, aclamada pelas populações atribuladas – umas mais, outras menos – como conseqüência dos desmandos do Executivo, testemunhados pelos Legislativo e Judiciário, acuados e garroteados.

Guerra fria

Sem dúvida, a denominada guerra fria teve alguma influência na ação militar de 31 de março de 1964. Entretanto, no meu entender, ela foi muito menos substancial que a sustentada pela cruenta Intentona Comunista de novembro de 1935, quando as Forças Armadas, Marinha e Exército, à época, e as próprias Polícias Militares, de forma mais destacada as do Rio de Janeiro e Pernambuco, passaram a constituir a grande barreira, hoje ainda, mobilizada em defesa do Estado Brasileiro.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

No período que antecedeu à deflagração do Movimento revolucionário, os partidos políticos não tinham programas, não se orientavam adequadamente, embora tivessem ideais, mas não possuíam consistência política.

O Executivo, mal estruturado, trabalhava por iniciativa dos Ministros ou do próprio Chefe de Governo. Não havia planejamento.

Ao Ministério das Relações Exteriores, faltavam objetivos de longo alcance. O Brasil abandonava os seus vizinhos da América do Sul, ignorava os países africanos e asiáticos e vivia da esperança das "amizades" com os norte-americanos e europeus, mas por eles explorado, recebendo, como compensação, migalhas e incompreensões.

Os norte-americanos davam maior importância aos argentinos, venezuelanos e colombianos que aos brasileiros, seus leais escudeiros; da mesma forma assim se comportavam os europeus.

Clima de insatisfação

Fora de dúvida, era grande a repulsa ao Governo João Goulart. A prova maior foi a aclamação imediata, das chamadas classes produtoras, à ação armada do dia 31 de março, particularmente, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, alastrando-se celeremente por todo o território nacional.

Os seguidores do Senhor João Goulart, apavorados, fugiram da luta feroz que eles mesmos apregoavam e deixaram que seus dispositivos de segurança ruíssem como castelos de cartas. Não houve resistência em qualquer parte do território nacional.

Posição da Igreja

O apoio da Igreja ao Governo deposto no dia 31 era insignificante, mas em ambiente de grande expectativa: primeiro, a respeito do que aconteceria com o movimento eclesial de base, ativo em quase todas as dioceses, e mais fortemente estruturado no Nordeste, tanto que as dioceses, preocupadas, foram procurar o Comandante do IV Exército, para se informarem sobre o que poderia suceder com aquele movimento; segundo, a infiltração da Ação Popular nos meios católicos, em especial nos círculos operários e nos movimentos jovens (JOC e JEC); terceiro, desconfiança nos prováveis chefes revolucionários: seriam positivistas? Católicos? Maçons? Ateus? Os salesianos, por exemplo, que se preocupavam muito, indagavam, a todos nós, se o Castello era maçom, inimigo dos católicos. Respondíamos:

– Olha, o Presidente Castello vai a missa todos os domingos no Convento do Carmo, aqui no Recife. Logo, não pode ser ateu nem maçom.

"Ligas Camponesas", "grupos dos onze"

As "Ligas Camponesas", de inspiração marxista, cresceram no Nordeste, especialmente na zona canavieira, com base na orientação e apoio cubanos e no comportamento retrógrado e intolerável dos "capitães" da indústria do açúcar e

do álcool: os plantadores de cana – senhores do engenho – e os industriais da cana – os usineiros.

É interessante observar que os dois grupos, geralmente péssimos patrões, sempre se comportaram como inimigos e jamais tentaram resolver a grande tensão social existente entre eles e a massa trabalhadora. O senhor de engenho posicionava-se, em relação ao usineiro e ao trabalhador, como o "recheio do sanduíche". Sofria as pressões do trabalhador e do usineiro. Qualquer empréstimo que o senhor de engenho fizesse, o usineiro era intermediário nos contratos, nunca avalista. Conseguiu uma figura jurídica que ninguém entendeu, essa de intermediário ou interveniente. De maneira que o senhor de engenho jamais poderia pedir auxílio ao usineiro, quando não tinha com o que pagar.

E isso era tão forte que, após eu ter apurado e levantado essa estupidez comercial que existia entre eles, no Nordeste, o Presidente Castello determinou que fosse abandonada aquela idéia da interveniência; entretanto, o Banco do Brasil não concordou e preferiu trabalhar com a ingerência dos usineiros. Foi preciso uma segunda investida para que conseguíssemos acabar com aquela prática.

A respeito do "grupo dos onze", o que sei, é de literatura. Por observação direta, muito superficialmente. No Nordeste, sua ação, até 31 de março de 1964, foi quase nula.

O meio militar na fase pré-revolucionária. Possibilidade de cisão nos quartéis

A política partidária e a oferta desabrida de empregos e de outras benesses constituíram uma tentativa de criar cisão nos quadros das Forças Armadas, mas, em maior intensidade, na Marinha e na Aeronáutica.

Militares como o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Almirante Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e o Brigadeiro Francisco Teixeira, em fase inicial, para citar apenas os de mais alta patente e mais responsáveis, por suas ambições políticas e por simples escravização ideológica, fugindo aos seus juramentos profissionais e ao respeito ao Estatuto dos Militares, tentaram subverter a ordem e a disciplina castrenses, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra oficiais, desrespeitando as Instituições, praticando ações político-partidárias dentro dos quartéis, protegendo graduados e oficiais ligados ao esquema governamental da época. De outro lado, líderes civis e altas patentes das Forças Armadas – Ademar de Queiroz, Sylvio Heck, Grüm Moss – buscaram preservar a disciplina nas Forças Armadas.

Posteriormente, Almirante Aragão, Generais Osvino Ferreira Alves, Assis Brasil e o Brigadeiro Teixeira foram os que mais atuaram para fomentar a discórdia

nas Forças Armadas, com a quebra da disciplina, o estímulo à desobediência, esteios das ações subversivas que caracterizaram o Governo Goulart.

São exemplos as inúmeras transferências de oficiais do Exército para as Circunscrições de Recrutamento, Nordeste e Amazônia, a discriminação de oficiais para missões no exterior etc. Outros, foram a revolta de sargentos em Brasília, a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais, as tentativas de organização de clubes de cabos e soldados nos moldes das organizações trotsquistas de 1916 e 1917.

Por isso, é interessante citar um fato que aconteceu no IV Exército. O Sargento Abdias Morais de Araújo Lemos era um excelente profissional; fazia o último ano do curso de Veterinária e pertencia à 1ª Seção do Estado-Maior do IV Exército, da qual eu era o chefe. Autorizei, e o General Castello concordou, que ele trabalhasse como serviço acabado, isto é, todas as vezes que houvesse qualquer solicitação da universidade ele seria dispensado, desde que o arquivo, pelo qual era responsável, estivesse em dia e em ordem. O General Castello, Comandante do IV Exército, fez objeção, inicialmente, mas depois aceitou as minhas ponderações e o Sargento terminou o curso.

Na época da conclusão, o Comandante já não era mais o Castello. O Sargento Araújo Lemos foi inscrever-se para candidatar-se à matrícula na Escola de Veterinária do Exército, após o competente exame, e não pôde fazê-lo, porque já tinha ultrapassado a idade, por dois meses. Voltou desanimado. Fui ao Comandante do IV Exército que remeteu um ofício ao Ministro, General Lott, pedindo uma tolerância, mas a resposta foi negativa. Igualmente, o pedido para que se fizesse mudança na Portaria que regulava a inscrição não foi aceito.

Resolvi que ajudaria o Sargento, da maneira que pudesse. Então, usando de um artifício, escrevi uma carta ao Ministro, como se fosse o Diretor da Faculdade. Utilizei um endereço não padronizado, que possuía com um meu vizinho. Na carta, sabendo que o Ministro disputava eleição, dizia o seguinte: ... "que ele estava contrariando um pobre sargento que merecia tanto etc. e tal... e aquele sargento iria, naturalmente, caso atendido, fazer propaganda eleitoral dele etc. e tal". Assinei um nome qualquer, como Diretor da Faculdade, não me lembro mais, e coloquei no correio, sem esperança de receber resposta.

Passado muito pouco tempo, veio a resposta, dizendo que estava sendo preparada a Portaria e o Sargento Araújo Lemos chegou a Tenente Veterinário. O artifício dera certo.

Quando voltou do curso, entreguei-lhe para leitura o dossiê que possuía. De admirador extraordinário do Lott, ficou vermelho, sério e disse: "A partir de hoje, sou inimigo desse homem." Eis aí o poder do populismo... A atração do voto...

Pessoas como o Lott, com vida conhecida dentro do Exército, extraordinária... Nunca poderíamos admitir que fosse capaz disso.

Ainda antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964

Poderíamos acrescentar a fase do Juscelino Kubitschek, por sua administração irresponsável, eivada de corrupção. Endividou o País além do aceitável, promovendo o aumento exagerado da inflação, dando margem à vitória de Jânio da Silva Quadros, com a figura patética da vassoura, para limpar a corrupção do País.

O Governo de Jânio Quadros, de curta duração, com o término inesperado e quase catastrófico, desmoralizou o sistema político nacional e provocou ainda maior desunião no seio das Forças Armadas. Porém, logo a seguir, chamou atenção dos chefes militares para os perigos que corríamos, se desunidos estivéssemos, na hora do acerto de contas.

Finalmente, alguns movimentos de âmbito nacional, como o Terço em Família, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e outros, que estimularam a tomada de posição das Forças Armadas para a derrubada do Sr. João Goulart.

Acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964

Lembro os documentos do General Castello, no encerramento dos cursos da EsAO (1963) e mandados distribuir aos Grandes Comandos de Área, pedindo a adesão e citando as possibilidades de ação. Outro acontecimento foi a entrega da espada de ouro ao Lott. Também, as atividades subversivas do Almirante Aragão, no Nordeste, quando percorreu a região, querendo formar os Clubes de Cabos e Soldados, não só dos Fuzileiros Navais, mas do Exército, Marinha e Aeronáutica; a permissividade da Administração João Goulart em relação à atuação de líderes subversivos; o comício da Central do Brasil; a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais e a reunião do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964. Esses foram os acontecimentos, a meu ver, determinantes.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Sei que opositores da Revolução classificam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como um movimento reacionário. Para mim, não tem sentido essa acusação. Foi, isto sim, um movimento da sociedade, autêntico e livre. Nada tendo

de reacionário. Famílias se reuniram e mobilizaram as outras, amigas, vizinhas, e foram às ruas...

Em vários Estados e Municípios.

Absolutamente natural.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Olha, quem não aceita que, em 1964, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da Vontade Nacional, ao deflagrarem a Revolução, certamente não percebeu os sentimentos dos brasileiros à época, ou, depois, acabou envenenado pela campanha deletéria produzida, após a consolidação do movimento revolucionário e a eleição do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Somente quem não acompanhava os acontecimentos, poderia pensar que o Exército saiu às ruas sozinho. Havia um clamor público pedindo:

Chega! Basta de baderna!

A não ser que, mais tarde, como procurei destacar, tornou-se oposição à Revolução e, por conseguinte, posicionou-se contra a ação militar que a deflagrou.

Aí, então, os companheiros da primeira quinzena de março, as classes produtoras, jornalistas e muitos outros pressentiram que a Revolução não era uma "revanche" de determinado grupo, apoiado pelo Exército, contra o outro. Caracterizar-se-ia, porém, por perseguir os mesmos ideais de 1930: seriedade administrativa, respeito às leis, respeito ao cidadão e guerra à corrupção política, econômica e social. Não se tratava de um movimento partidário, não era um movimento de ricos contra os pobres, embora os ricos pensassem que era. Por isso, começaram "a travar" a Revolução.

Os amigos de ontem uniram-se aos inimigos de sempre, foram cooptados por eles e passaram à luta contra-revolucionária.

Tentativa de mudança da ordem institucional do Brasil, através de uma revolução de cunho comunista, em pleno andamento, durante o Governo Goulart

Esse é um fato que ninguém pode negar. E como se poderia negar, em face dos fatos históricos, do desembaraço assombroso dos grupos de pressão, pelas posições do próprio Presidente João Goulart e, sobretudo, das frases lapidares dos Senhores Luís Carlos Prestes, Clodsmith Riani, Assis Brasil, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gilberto Cardoso etc.

Luís Carlos Prestes dizia: "Já estamos no Governo, só falta o Poder."

Clodomith Riani, repetia o seguinte: "Não tem Ministro do Exército, nem Ministro da Marinha; a gente derruba na hora! E derrubariam mesmo."

As mulheres saíram às ruas e não houve outra alternativa senão o Exército acompanhar o seu povo, tomar uma atitude, no meu entender, dentro da linha de comando. Essa era uma preocupação do Castello Branco, do Joaquim Justino Alves Bastos, do Costa e Silva e de outros chefes militares.

Participação pessoal

Terminei o Curso de Estado-Maior e fui para o Nordeste, já em plena preparação, nos pródromos da Revolução. Inicialmente, chamava-se Zona Militar do Norte, depois, na época da deflagração do Movimento, passou a denominar-se IV Exército. Como E1, Chefe da 1ª Seção, esforcei-me para desenvolver uma autêntica ação social. O objetivo era prestigiar o Comandante da Área e seus subordinados, no sentido de mantê-los ligados a seus oficiais e sargentos, evitando manifestações de indisciplina na área e desobediência na hora de agir.

Por exemplo, quando um sargento casava, o Comandante da Zona Militar do Norte, ou do IV Exército, passava um telegrama de saudações. Tínhamos o trabalho e o cuidado de levantar os nomes. Quando terminava um curso ou via-se transferido para função de destaque, o militar era cumprimentado. Se fosse transferido para alguma guarnição afastada, com poucas facilidades, indagávamos se poderia ocorrer algum problema de adaptação da família etc. Em suma, havia uma preocupação constante de manter o Comandante próximo do pessoal de sua área de Comando, da sua tropa.

Como em Pernambuco a PM estava profundamente infiltrada, bem como a Polícia Civil, porque o Arraes era o Governador, verificamos que as Unidades das Forças Armadas, no Recife, estavam sem segurança que, normalmente, é atribuição das polícias estaduais. Quer dizer, poderia haver, de um momento para o outro, um assalto a quartel, exigindo uma pronta ação defensiva, sem que, preventivamente, houvesse possibilidade de preveni-lo.

Como conseqüência, planejei, com o Tenente-Coronel Antonio Bandeira, uma vigilância diária, noturna, das entradas da cidade. Havia, naquela época, a possibilidade da invasão das "Ligas Camponesas". Elas, de vez em quando, invadiam a SUDENE ou vinham e faziam uma pressão incrível no Governo Arraes, objetivando que o mesmo cedesse a seus propósitos.

A missão de vigilância era executada por equipes constituídas por um oficial superior, geralmente do Estado-Maior da Região ou do IV Exército, por um oficial

subalterno e um sargento, retirados das Unidades, deslocando-se em uma viatura cedida por amigos civis da cidade. Começávamos às 20h e terminávamos às 5, 6h da manhã; noite inteira rodando por aqueles locais onde pudesse ocorrer reuniões etc. Possuíamos aparelhos de rádio, para ligação imediata com o Comando, e telefones selecionados naquelas diversas ruas. A qualquer hora, poderíamos acordar o dono do telefone e utilizar o aparelho para avisar sobre situações presumivelmente perigosas. Felizmente, não houve necessidade.

As equipes prestaram esse serviço, em 1963, no Comando do General Castello, e, em 1964, quando era Comandante o General Justino Alves Bastos. Eles sabiam desse trabalho noturno de vigilância e prevenção.

Eu era o elemento de ligação principal do General Castello e seu grupo de oficiais – coronéis e generais da reserva – que passavam lá, no Nordeste, trazendo as notícias e levando documentos. Foi o caso daquele documento que passou pelas minhas mãos para ser entregue ao General Justino, ao qual farei referência, mais adiante.

Cuidei de defender vários oficiais que foram alvo, naquela época, da ira dos elementos contrários e que serviam na área. Um deles foi o 2º Tenente de Infantaria Talião, no Recife. Ele era, até, cearense. No evento de inauguração do Seminário da Várzea – era o período do Governo Juscelino – desacataram o Sargento Comandante da Patrulha da Polícia do Exército. O graduado chamou o Tenente Talião, da Companhia de Guardas, substituto do Tenente da PE que não pôde estar na ocasião. Aquele oficial não tinha experiência.

Havia uma ordem de não deixar ninguém entrar. Era o Juscelino que iria proceder a inauguração. O Chefe de Gabinete do Prefeito, no entanto, insurgindo-se contra a ordem do Sargento, disse que o Dr. Pelópidas da Silveira, Prefeito de Recife, iria passar. E, realmente, o Prefeito foi para o palanque. O Tenente Talião, quando chegou, chamado pelo Sargento, também foi desrespeitado. Na confusão que se seguiu, um PE deu uma "picotada", com o cassetete de borracha, na cabeça do Chefe de Gabinete. O referido senhor caiu dentro de um pequeno lago artificial, com plantas – não se afogaria de jeito algum – e permaneceu em decúbito frontal, de maneira que teve dificuldade para respirar e, certamente, bebeu um pouco de água. A própria PE tirou-o de lá.

Pois bem, fizeram um inquérito e, em menos de 12h, indiciaram o oficial. Eu deveria mandar o processo para a Auditoria, mas intercedi a favor do Tenente, junto ao General Zeno Estillac Leal, Comandante, à época:

– General, o senhor não devia mandar isso para a Auditoria, e sim arquivar.

– Por quê?, perguntou algo surpreso, o General Zeno.

– Porque esse inquérito foi muito malfeito – respondi-lhe.

– Mas não foi preparado pelo Tenente-Coronel Chefe de Polícia?

– Mas está malfeito, pois não ouviu ninguém e, além do mais, não fez Inquérito Policial Militar, coisa alguma. Só apresentou para o senhor a proposta de solução.

O General Zeno decidiu encaminhar o inquérito, entretanto, mandou constar que o fazia por apreço à Justiça, pois o seu destino deveria ser o arquivo. Mesmo assim, providenciei advogado e o oficial foi "salvo pelo gongo". Quase que o pobre do 2º Tenente de Infantaria foi "arcabuzado".

Outro caso foi o do Tenente-Coronel Antonio Carlos de Andrada Serpa que servia em Teresina, Piauí. No Dia do Reservista, na solenidade do 25º BC, o Coronel Jacir, Comandante, fazia uma oração à Bandeira e, em determinado trecho, passou a chamar a atenção dos soldados: "Hoje, a Bandeira é essa, verde e amarela. Amanhã, qualquer que seja, mesmo que, com foice e martelo, a nossa obrigação é prestar continência a essa Bandeira e não discutir."

Estavam presentes, da Circunscrição de Recrutamento (CR), o Coronel Péricles, Chefe e Comandante da Guarnição, e o Serpa, Adjunto. O Serpa protestou, na hora, junto ao Chefe da CR. Aguardou cinco dias e, como não foram tomadas providências, se queixou. Acabou sendo punido com quatro dias de cadeia.

O Comandante da Região Militar, em Fortaleza, era o General Alberto Ribeiro Sallaberry. Ele não quis se envolver, ficou com medo de tomar partido e, por isso, relatei o acontecido ao General Assunção, Comandante da Zona Militar do Norte (ZMN), que gostava muito do Tenente-Coronel Serpa. Adiantei que o mesmo ficaria com a carreira liquidada, em virtude da prisão. Ele argumentou que nada poderia fazer, pois era encargo do Comandante da Região. Respondi-lhe que poderia avocar o inquérito, o que foi feito, e conseguimos inverter a posição: anular a cadeia do Serpa e punir o Péricles com os mesmos quatro dias. Mas o Assunção fez algo muito inteligente. Deixou o Sallaberry assinar a Solução do IPM. Quando voltava do Rio de Janeiro, de férias, entreguei-lhe o inquérito no aeroporto de Guararapes. Expliquei que a Solução seria sua, pois teria de aplicar a punição prevista na mesma. Ele disse:

– Mas não é possível!

Coitado do Sallaberry; ele possuía bom coração e não queria aceitar a solução, entretanto acabou cedendo.

Também defendi o Tenente-Coronel Rubens Pereira de Araújo, Comandante do 15º RI, no incidente com as "Ligas Camponesas" em Rio Tinto, Paraíba. Consegui anular a punição aplicada pelo Comandante do Grupamento de Engenharia de Construção, General Augusto Fragoso.

Qual o motivo da punição?

Ele prendera alguém das "Ligas Camponesas", lá em Rio Tinto, e o Fragoso achou que não deveria tê-lo feito.

Esses fatos que o senhor está citando aconteceram antes da Revolução, quando havia despropósitos de toda ordem.

Exatamente, referem-se a fatos ocorridos antes da Revolução. Todos eles se deram no período do Juscelino. O acontecido com o Albuquerque Lima, que vou relatar agora, foi mais recente, após a renúncia do Jânio, em 1961.

O Albuquerque Lima recebeu ordem do Ministro Denys para assumir o Comando do Grupamento de Engenharia, pois o General Augusto Fragoso, seu Comandante, se indispusera com o Costa e Silva, Comandante do IV Exército, na ocasião. O motivo foi a questão da legalidade, levantada pelo Brizola, que contou com a simpatia do General Fragoso, ao contrário da posição defendida pelo General Costa e Silva. O Fragoso veio preso para o Rio de Janeiro.

Pois bem, o Affonso não conseguiu assumir o Comando e aí, apelou para mim:

– Ibiapina, você poderia vir aqui, em João Pessoa?

Fui, com muita dificuldade. Lá chegando, ele se encontrava em apuros:

– Não posso assumir o Comando do Grupamento porque os oficiais não querem deixar!

– Coronel – ele ainda era Coronel – vou rapidamente a Campina Grande, falo com o Coronel Queiroz, ele o apóia e o senhor assume na hora.

O Queiroz era o Comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, tropa aguerrida, pertencente ao Grupamento. Mas ele recusou a idéia e foi embora, não assumiu.

Outro episódio que contou com a minha atenção foi o incidente entre os oficiais do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, de Teresina, com o Tenente-Coronel João Campelo de Rezende Lima, Subcomandante do Batalhão, que era francamente do "outro lado". Queria punir os tenentes, quando protestavam contra as suas pregações esquerdistas. Nós do IV Exército os protegemos.

Todas essas intervenções visavam a evitar problemas na área do IV Exército e manter o nosso grupo sob a proteção normal dos regulamentos e das autoridades responsáveis pela área.

Gostaria, ainda, sobre minha participação pessoal nos pródromos da Revolução, de dizer que seria o Comandante da área de Pernambuco, em caso de tentativa de intervenção ordenada pelo General Lott, então Ministro da Guerra. Foi durante o período de Governo do Juscelino. Quase que fizeram a intervenção no Estado de Pernambuco.

O Cordeiro de Faria, Governador do Estado, não me designou diretamente, ficou preocupado e procurou o General Assunção, dizendo-lhe que iria resistir e perguntou:

– E a Zona Militar do Norte o que vai fazer?

O General Assunção disse:

– Eu também vou resistir.

Seria natural que o General Assunção assumisse o Comando da área do Estado, mas estava prestes a deixar a Zona Militar. Seu sucessor era uma incógnita.

E decidiram que o melhor era designar um Comandante para a área. Houve uma reunião no quartel da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, presentes o Coronel Antonio Bandeira, o Hélio Galdino Martins, o Newton Araújo de Oliveira e Cruz, o Octávio Aguiar de Medeiros, que foi, mais tarde, Chefe do SNI e o Ivan Ruy Andrade de Oliveira que era o Comandante do Grupo de Obuses (I/7º RO). O Galdino, oficial mais antigo, não quis ser o Comandante da área, com o argumento de que deveria ser o Comandante da ZMN. O Bandeira não quis porque ele era paraibano e poderia não dar certo. Depois veio o Ivan Ruy que também recusou porque era pernambucano e seria melhor que o Comandante não fosse pernambucano. O Galdino, estagiário no Comando do IV Exército, por término do curso de Estado-Maior, não queria se empenhar numa missão dessas. O Newton Araújo de Oliveira e Cruz, oficial mais moderno presente, começou a olhar para mim e eu disse:

– Vou aceitar, mas tem uma coisa: vocês vão comandar comigo, vão me obedecer!

O problema maior era o Coronel Bráulio, Comandante da Polícia Militar (PM), cuja Organização ficaria sob meu Comando, na hipótese da intervenção, embora com a supervisão do Governador e conhecimento do Comandante da Zona Militar do Norte. O Bráulio era um Coronel de Infantaria – não me lembro do nome dele todo – com Estado-Maior, do qual gostávamos muito. Terminada a reunião, fui dizer ao Cordeiro de Faria:

– Bem, pode ser eu, mas pergunto: o Coronel Bráulio? O que vamos fazer?

Respondeu-me:

– Não, o Coronel Bráulio vai ficar sob as suas ordens.

Com o General Assunção, comentei que o Coronel Bráulio, um homem sério, deveria ser o Comandante. Respondeu-me que o Bráulio não queria. Então, fiquei responsável por esse encargo por muito tempo. O Lott andou perto de intervir, mas não o fez.

Em outra participação, logo depois da eclosão do Movimento, fui o encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) destinado a apurar as ações subversivas na área do IV Exército. Recebi a missão em 2 de abril de 1964. O

General Estevão Taurino de Rezende Netto, já na reserva, era o Chefe Geral da Comissão de Investigação, e eu me subordinava diretamente a ele. Depois, a abrangência do meu inquérito foi limitada, com a nomeação de um oficial para cada Estado e Instituição.

Tempos mais tarde, separaram a Zona Rural, antes minha atribuição, que passou para o Tenente-Coronel Paiva, artilheiro, de São Paulo, mais antigo do que eu. A Universidade, para o Manuel Costa Cavalcante; a SUDENE, para um Coronel de Infantaria, sem curso de Estado-Maior, Salvador Batista do Rego, paraibano e muito amigo do Presidente Castello Branco.

Razões da separação da área rural

Os problemas eram muitos. Era bastante gente. Mesmo aliviado das atividades do campo, ainda tive que ouvir oitocentas pessoas. Não era fácil! Eu e os dois escrivães, Noaldo e Jovino, trabalhamos, sistematicamente, de 3 de abril até 12, ou 14 de junho de 1964, praticamente, dia e noite.

A infiltração era tão grande que o pessoal já não tinha mais cuidado. Veja, por exemplo, o atual Vice-Presidente da República, Dr. Marco Antonio Maciel. Era advogado e tinha um escritório em atividade; ganhava muito dinheiro. Nessa época, o Coronel Antonio Bandeira era o E2 do IV Exército. Pois bem, o Dr. Marco Maciel foi fazer um curso de capacitação política, em Cuba, inclusive, aprender a trabalhar com explosivos. Certo dia, o Bandeira, que já comandava o 14º RI, e eu assumira a função de E2, me disse:

– Ibiapina, o Marco Antonio Maciel está querendo uma carteirinha de agente.

Eram cartões de agente do IV Exército, semelhantes àquelas de anotação dos cadetes, que usávamos para os "olheiros e informantes". Respondi:

– Não dou! Você conhece a ficha dele no IV Exército, afinal, você era o E2! Por que você não dá como Comandante do 14º RI?

Não deu.

Depois, o Marco Antonio Maciel se arrependeu muito de ter ido fazer aquele curso. Na época do Geisel, já era Deputado, quis ser líder do MDB – naquele tempo era só MDB. Chegou, apresentou-se no Congresso, como candidato a candidato a líder. O Golbery mandou chamá-lo:

– Venha cá, você vai ser líder?

– Eu tenho direito! Sou Deputado! – interrompeu o Marco Maciel.

– Olha, mas com essa ficha aqui... – o Golbery mostrou a ficha para ele.

– Bem, então, até logo... Felicidade...

– Mas, vai embora? Não vai mais fazer força? – perguntou surpreso, o Golbery, acerca de sua intenção de ser líder do MDB.

– Como o senhor, naturalmente, vai publicar tudo isso...

– Lógico que vou. Mas, você não conhece ninguém que possa dizer que você foi lá por um outro motivo? – atalhou o Golbery.

Hoje, aquela ficha o ajudaria muito, mas, naquela época, não ajudou.

O Marco Maciel escreveu ao General Antonio Bandeira, Comandante do III Exército, à época. Bandeira, então, preparou uma carta, declarando que o Marco Maciel tinha ido, como Representante do IV Exército etc. Mas sei que não foi. Essa carta parou diretamente nas mãos do Golbery. Daí em diante, ele foi... líder e mais outras coisas.

Mas, quando afirmo sobre a grande infiltração que havia, você pode constatar como um rapaz, com profissão liberal assentada, organizada, se manda para fazer um curso de capacitação política, em Cuba. Por isso, anos depois, no Governo Geisel, ele teve problemas para ser líder do MDB, pois o Golbery era "seguro na virada".

Também, de minha responsabilidade, no dia 1º de abril de 1964, foi a escolha do Coronel Sylvio de Mello Cau, para Comandante da PM de Pernambuco. O Justino havia indicado o Coronel Ivan Ruy e o alertei que o Ivan Ruy tivera um problema com a polícia. Foi um atrito entre uns cabos da PM e elementos do 7º RO; o Coronel interveio, prendendo-os, e a polícia permanecia encrespada com ele.

Indiquei, ainda, nessa mesma data, 1º de abril, o Dr. Álvaro da Costa Lima para Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Mais tarde, foi substituído pelo próprio Ivan Ruy. Quando soube que o Ivan Ruy tinha sido indicado para o Comando da PM, falei com o Justino. A decisão foi deixar o Álvaro da Costa Lima como Assistente do Ivan Ruy que ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública.

A respeito da minha participação pessoal, era o que tinha a dizer.

Atitude do Congresso

O que observei, lá do Nordeste, acerca da atitude do Congresso, ao ser deflagrada a Revolução, foi o propósito de, imediatamente, apossar-se do Governo, como acontecera, anteriormente, com a saída do Jânio e em outras ocasiões. Não conseguindo, seguiu a linha da omissão. Por ocasião da eleição do General Castello Branco à Presidência da República, tentaram até ausentar-se, obrigando-nos, no IV Exército, a buscar cada um dos deputados e senadores e indicar-lhes local e hora para o embarque. Eles não queriam nem votar.

E, depois de terem votado, começaram a abraçar o Castello.

Para o desempenho do General Castello, foi altamente negativo sua eleição ter sido realizada pelo voto dos senadores e deputados. Eles não mereciam ter esse privilégio. Foi o primeiro e, talvez, o maior erro da Revolução que se iniciava.

Quando ainda na primeira quinzena de abril de 1964, o Tenente-Coronel Alfredo Corrêa Lima pediu-me, pelo telefone, por solicitação do Coronel Affonso de Albuquerque Lima, que estava no Rio, que falasse com os deputados da área, pedindo-lhes os votos para o Castello, neguei-me a cumprir tal missão.

O Tenente-Coronel Corrêa Lima, que faleceu há pouco tempo, perguntou-me: “O General Castello não é seu amigo?” Respondi-lhe: “Por isso mesmo, não desejo tal situação para um amigo!” Por que, pedir votos para deputados que, não somente ele, mas todos nós, considerávamos inoperantes e sem patriotismo?

Atitude dos sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução

As organizações esquerdistas, todas sem exceção, omitiram-se, inteiramente amedrontadas. Uma coisa interessante, o General Justino Alves Bastos, na tarde do dia 30 de março de 1964, reuniu o Estado-Maior do IV Exército e modificou radicalmente o Plano de Defesa. Foi uma mudança de sua autoria; posso dizer que não foi do Coronel Sá Barreto, que era o Oficial de Planejamento; que não foi do Bandeira, que era E2; e que não foi do E3, Hugo Pergentino Maia. Foi da cabeça dele, General Justino.

Os Comandantes dos Regimentos da área da 7ª Região Militar já tinham dito que não acompanhariam seu Comandante de Região, General Altair Franco Ferreira, para defender o João Goulart. Nessa mesma tarde, foram redigidas e expedidas as Ordens de Operações do IV Exército, via rádio. De maneira que o 15º RI, às 11h da noite de 31 de março, já estava em posição, em Goiana, ponto principal de reunião dos adeptos do Governo. O Batalhão de Serviços do 1º Grupamento de Engenharia ocupou Caruaru, ponto de referência de todo o Oeste de Pernambuco, e o Batalhão de Maceió fez o mesmo, com relação a Palmares, PE. O fato é que todos aqueles lugares, onde as organizações, como UNE, CGT, PUA etc. tinham programado se reunir, foram previamente ocupados, na noite de 31 para 1º de abril. Quando eles começaram a chegar, a cidade já estava ocupada.

Fiquei admirado com a rapidez demonstrada pela tropa, no deslocamento para os diversos pontos previstos no Plano de Defesa. Foram batidos todos os recordes existentes nos manuais de emprego, quanto ao item de tempo necessário para cumprir missão. Tenho a impressão de que havia alguma previsão, que o

pessoal estaria alertado, porque não seria possível gastar tão pouco tempo. Foi muito inferior ao previsto em qualquer manual.

Pois bem, o pessoal das organizações esquerdistas começou a telefonar para o Governo, perguntando o que fazer. Não obtinham resposta porque o mesmo também não sabia como proceder, pois tinha perdido o apoio deles. De maneira que, passado os primeiros momentos, se esconderam completamente. Posso dizer que em todo o período da realização do Inquérito e, depois, quando fui designado Chefe da 2ª Seção, no IV Exército, praticamente não tivemos mais trabalho algum.

Já se dava uma desmobilização grande, quando aconteceu a primeira ocorrência, em julho de 1966, o atentado no aeroporto de Guararapes, em Recife, tentando vitimar o candidato Costa e Silva. Morreram um almirante e um jornalista, além da existência de vários feridos graves, entre eles, o Coronel Sylvio, mais tarde General, que ficou com o corpo cheio de estilhaços.

Por que eles nunca se preocuparam com o atentado de Guararapes como fazem em relação ao Riocentro? Isso não demonstra "revanchismo"?

Pois sabe o porquê? Não houve punição. O inquérito conduzido pela Aeronáutica – o atentado ocorreu dentro do aeroporto – foi muito malfeito. Apesar disso, na prática, soube-se quem foi o responsável. O terrorista errou ao confiar demais no operário bombeiro que fez o dispositivo: um cano de duas polegadas, para encher de explosivo. Visitou-o três vezes. Quando aconteceu a explosão, e os jornais começaram a noticiar, o bombeiro apresentou-se na Aeronáutica para confessar o que sabia, e apontou o engenheiro Ricardo Zaratinni.

Hoje, o pessoal de esquerda tenta inocentar o Zaratinni, mas foi ele.

Principais líderes civis e militares

Como líder militar da Revolução de 31 de Março, destaco o General Arthur da Costa e Silva, por sua coragem, firmeza nas posições, inteligência e determinação. Não tivesse morrido e seu Governo teria sido o mais marcante de todos. É a minha opinião. General Humberto de Alencar Castello Branco, por sua inteligência, dedicação, noção de responsabilidade e liderança sobre os oficiais do Estado-Maior do Exército. Orientou a parte mais difícil da Revolução, sem dúvida nenhuma. O Presidente Castello, aliás, acho que era até uma virtude, prezava demais o seu ponto de vista a respeito de não conspirar.

Às vezes, eu dizia:

"General, o senhor repete tanto que nunca conspirou. Então, o que é que nós fazíamos? O senhor estava no Rio de Janeiro, e me telefonava, dizendo que eu o

esperasse no aeroporto dos Guararapes, porque precisava falar comigo. E, então, me perguntava: "Quem é o Comandante do 14º RI?" Respondia: "É o Castilho." "Confia nele? Se confia, então está bem." "Quem é o de Natal?" "Mendonça Lima." "Confia nele?" "Confio." "Quem é o de João Pessoa?" "Ednardo D'Ávila Mello." "Confia nele?" "Respondo: e se não confiasse?" "Se não confiasse, na hora você tinha que arrumar um capitão para comandar." Aí, concluía assim: "General, isso não é conspiração?"

Ele ria, mas achava que não tinha conspirado.

Outro foi o Odylio Denys, por sua liderança militar e civil entre os revolucionários, por sua capacidade de arregimentação e por sua tenacidade revolucionária. Iniciou-a em 1922 e esteve presente, na linha de frente, em 1964.

O General Joaquim Justino Alves Bastos, lá no IV Exército, comportou-se muito bem. Nunca teve dúvidas do lado em que deveria atuar e nós, também, não tivemos, porque ele sempre se definia. Quando presidiu o Clube Militar, o Justino era muito ligado ao pessoal do outro lado, e sofreu as conseqüências. Mas, só isso não dava para se dizer que pudesse estar, radicalmente, do outro lado. No Nordeste, foi um elemento do Marechal Denys. Sua transferência deveu-se ao Denys, ligados desde a época da destituição do Café Filho.

O Justino operou, com rara felicidade, a área mais difícil, sob o ponto de vista operacional. Eram nove Estados, com apenas dois Governadores decididamente favoráveis à ação militar: Alagoas, Coronel Luiz Cavalcante, e Bahia, Dr. Lomanto Junior. A tropa do IV Exército, quase que, realmente, entrou em luta para valer. O II e o I Exércitos também estiveram na iminência do combate, mas seria entre nós. O IV Exército, no entanto, se não fosse o Justino ter mudado o Plano, na véspera, como já registrei acima, teria enfrentado aquela massa que estava preparada. Sem dúvida, a Revolução seria bastante cruenta, no Nordeste. Estavam combinados até com o Petrônio Portela, do Piauí, que ainda chegou a vir até Pernambuco, onde quase foi apanhado. Ele, do aeroporto mesmo, voltou para o Piauí e foi preso por lá.

O General Justino foi o primeiro a declarar ao General Castello o apoio às ações programadas para o dia 2 de abril de 1964, data indicada como início da Revolução, em Minas Gerais, no documento trazido pelo Coronel Fernando Menescal Villar e a mim entregue, com a missão de mostrá-lo, "como informação", ao General Justino. Interessante ressaltar que ele foi o único Comandante de Área que respondeu por escrito. Não posso garantir que o texto seja rigorosamente esse, mas é muito semelhante:

"1. De pleno acordo.

2. O IV Exército não tem condições de iniciar as operações – quer dizer, alguém saindo, ele sairia imediatamente, como, aliás, aconteceu. Não iniciaria as operações.

3. O IV Exército não poderá operar ao Sul da Bahia – não tinha como fazê-lo, pois não possuía viaturas.

4. O IV Exército deverá ter liberdade de ação em sua área."

Quando mostrava a mim e ao Bandeira, antes de entregar a seu Assistente, Major de Artilharia, Waldyr Pereira da Rocha que levaria o documento, com a resposta escrita por ele, ao General Castello, perguntei-lhe o significado do último item. Explicou-me que não iria pedir permissão para deixar ou tirar um Governador e, dito e feito, apeou do Poder o Petrônio Portela e o Seixas Dória, Governadores dos Estados do Piauí e Sergipe, respectivamente; quase tirou o Coronel Virgílio Távora, do Ceará – mandou o General Isaac Nahon, Chefe de seu Estado-Maior, dizer-lhe: "Como Governador, faz, agora, uma declaração favorável ao Movimento ou, então, ele (Justino) o substituiria no Governo." O Nahon pediu-me para acompanhá-lo e assisti a conversa – e, tirou o Arraes, Governador de Pernambuco. Não deixou que o Humberto de Souza Mello destituísse o Governador Lomanto, da Bahia, e de quem recebera cooperação.

Na Marinha e Aeronáutica, prefiro não destacar os líderes, para não correr o risco de cometer injustiças. Sinceramente, desconhecia os nomes dos que estavam em Recife, naquela época.

Esses que citei eram os principais, os de graduação mais alta. Mas havia muitos outros oficiais.

Dentre os civis, no Nordeste, com os quais convivia, decididamente, à época da ação militar, não sei qual o líder. O próprio Cid Sampaio, que ajudou a tirar o Arraes e aconselhou o Justino a deixar o Paulo Guerra, Vice-Governador, estava em dúvida se deveria assumir o Governo. Estava com medo... Não era líder de coisa alguma.

Apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

O movimento revolucionário não recebeu qualquer tipo de apoio externo. Em todo o processo, não encontrei os vestígios de orientação e apoio dos Estados Unidos apregoados pelos marxistas. Lá em Pernambuco, não havia, como dizem, nenhum navio norte-americano, nem em alto mar. Não existia mesmo.

É uma ignomínia dizer que os Estados Unidos estavam orientando o processo de deposição do Governo Goulart.

"Esquema militar" do Governo Federal

O rápido e incruento desmoronar do chamado "esquema militar", ao desencadear-se a Revolução, aconteceu por tratar-se, realmente, de uma fantasia. Era

um fantasma. Nenhum dos militares que compunham o propalado sistema de segurança do Governo Goulart possuía liderança, nas Forças Armadas, nem a menor influência na tropa... nem em coisa alguma. Nada lideraram, desapareceram do mapa.

Chefia e liderança

Sobre o exercício da chefia e liderança pelos oficiais das Forças Armadas, especialmente das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, como as da 4ª RM/DI, do II Exército e AMAN, creio tratar-se de um atributo que, naquela 4ª Região, não era um ponto de muito destaque. Mas eles contavam; primeiro, com o Marechal Odylio Denys, que estava por lá e, ainda, arrastou pessoas como o Muricy e outros para o início da Revolução.

Agora, porque penso não ter havido uma liderança forte? A missão dos opositores era ingrata: defender um governo impopular derrotado e fujão. Então os revolucionários vieram, sem combate, até o centro do Rio de Janeiro, estacionando no Maracanã.

Quer dizer, eles planejaram, talvez, a ação, mas nada com o objetivo de assumirem uma liderança de âmbito maior.

Quanto à AMAN, sem dúvida, o exercício da chefia e liderança mostrou-se forte e positivo e, por isso, evitou o choque entre as tropas dos I e II Exércitos. O Comando do II Exército não me pareceu ter muita disposição para um confronto com o I Exército.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN

Parece não haver dúvida que a decisão do General Médici, de empregar os cadetes, foi correta. A “inteligência” do Médici foi avaliar e concluir, aliás com acerto, que ninguém no Exército teria a coragem de destruir a juventude militar. Por certo, pesaria a responsabilidade de fazê-lo. A AMAN postou-se a cavaleiro da rodovia, no cumprimento da missão contida na ordem do General Emílio Médici, para impedir a passagem. Uma espécie de tampão, respeitado pelos dois Comandos.

O primeiro a chegar foi o II Exército, cuja tropa estacionou na área da Academia. O Grupamento composto por cadetes, então, estava pronto para oferecer a reação possível contra a vanguarda do I Exército. Felizmente, não houve luta e o General Anfrísio da Rocha Lima resolveu voltar.

Quando estudava esse episódio, o filho do Anfrísio veio dizer:

– Mas General, o senhor contou que eles retraíram?

Expliquei que tinha procurado uma palavra que não ofendesse os participantes da ação. Disse assim:

– Olha rapaz, o retraimento é a operação militar mais difícil que existe. Ele executou essa operação com perfeição, quando um de seus flancos estava desguarnecido, porque um comandante se bandeou para junto da tropa de Minas.

A decisão do Médici de empregar os cadetes elevou o moral da tropa do II Exército que se deslocava para a Região. Seria muito difícil enfrentar o I Exército e obter êxito, devido ao melhor armamento, maior quantidade de munição e todas as demais condições, que eram superiores às do II Exército.

A Academia Militar também não teria poder de combate para resistir. Era uma responsabilidade muito grande. Seria o mesmo que mandar atirar numa quantidade enorme de civis desarmados. Pouca gente teria a coragem de fazer uma coisa dessas.

O Médici confiava que, ao empenhar os cadetes, não haveria mortes. Os outros iriam pensar e recuar. Qualquer um de nós ajuizaria dessa forma. E foi de uma felicidade extrema.

Objetivos estratégicos visados nas operações militares

Nas operações planejadas pela 4ª RM/DI, vejo algum objetivo estratégico. Na execução das mesmas, quando chegaram ali na Baixada, vindos de Minas, após descerem a serra, no meu entender, consideraram o assunto liquidado.

A união e a coesão das Forças Armadas, após 31 de Março de 1964

Quando me indagam se as Forças Armadas tiveram suas coesão e união robustecidas, após a deflagração do Movimento revolucionário, posso afirmar, positivamente, em relação ao Exército. A Marinha e a Aeronáutica não cooperaram muito, mas depois voltaram. No início, a adesão foi de tal monta que cessaram as desavenças havidas por ocasião das decisões sobre a aviação embarcada. Entretanto, os desentendimentos da época do Lott, como Ministro da Guerra, permaneceram sem serem atingidos e desanuviados.

Recordo, por exemplo, que, ao chegar a Recife, após o término do curso de Estado-Maior, em abril de 1956, com o Lott no Ministério da Guerra, era bastante difícil o estudo do Plano de Defesa pelos Estados-Maiores das três Forças. O Exército chegava e dizia o seguinte:

– O meu limite é a ilha do Recife.

Ora, a mesma era área da Marinha que, por sua vez, afirmava:

– Aqui não entra ninguém, pois eu toco fogo.

Havia preparado lá um "mundaréu" de tambores de gasolina para incendiar, caso o Exército quisesse passar para aquele lado.

Em vez de se defenderem contra o inimigo comum, travavam uma luta entre eles. Na emergência, foi preciso organizar um Estado-Maior Conjunto, paralelo aos das três Forças, a fim de evitar os atritos. Assim, quando a 7ª Região Militar determinava a ocupação dos pontos sensíveis, embora previstos no Plano, permaneciam desocupados. A Marinha sabia que não atravessaríamos o limite e não mandava tocar fogo nos tonéis. O mesmo acontecia com a Aeronáutica, lá na Base Aérea.

Existência de uma ideologia no Movimento de 31 de Março

Não, não existia de jeito algum. Combatemos, isso sim, uma ideologia, a marxista.

Apoio da mídia ao Movimento

Houve. Posso citar vários exemplos. Até publicamos, na nossa revista do Clube Militar, o editorial do *O Globo*, do dia 3 de abril de 1964. Nunca houve algo tão entusiástico com a Revolução do que esse editorial. Escrevi uma carta para o Dr. Roberto Marinho, solicitando o nome do autor. Ele não respondeu. Mandei dizer para ele que não entendia o motivo de não querer dizer... Um editorial tão bonito. Hoje eles dizem tudo ao contrário daquela época. O editorial afirmava que o Brasil estava, então, seguro por décadas.

Revolução de 31 de Março de 1964

Inicialmente, foi uma ação militar contra a baderna existente, que durou até 15 de abril de 1964, data da posse do Presidente Castello. Depois, começa, realmente, a Revolução, não de rua, mas na administração do País.

Não havia, nessa fase inicial, propriamente uma Revolução, com o comando estabelecido. No Recife, veja um fato interessante, o Justino quis segurar o Arraes, apesar de tudo, como Governador; naturalmente, sob condições. Encarregou o Comandante do III Distrito Naval, que era o Almirante Dias Fernandes, de levar-lhe a proposta de demissão do Secretário de Segurança Pública, Humberto Freire de Andrade, e do Secretário de Fazenda, Jovanir Sampaio. Seriam substituídos por nomes indicados pelo Comando do IV Exército, e, assim, Arraes continuaria no Governo.

O Governador não respondeu. O Almirante Dias Fernandes foi, às 8h da manhã, fazer esse contato ordenado pelo Justino e não mais saiu do Palácio, até às 14h, quando se deu a prisão do Arraes, pelo Comandante do 14º RI, Coronel João Dutra de Castilho. Queria, também, ser candidato a Governador. O Palácio estava cheio de gente, a fina flor do esquerdismo.

O Justino manteve os outros governadores, enquanto pôde. O Castello, acredito, também não queria cassar governador, inclusive, fez questão que o Costa e Silva, Ministro da Guerra, assegurasse o funcionamento do Congresso. Depois veio a Revolução.

Governos militares

Não foram governos militares. Essa é expressão consagrada para o Governo estabelecido em área inimiga ocupada, em tempo de guerra. A área que vai sendo liberada é controlada mediante a instalação de um governo militar.

Os governos da Revolução não foram mais do que governos presididos por militares, generais. Em todos eles, sem exceção, os ministros políticos eram civis.

Benefícios e prejuízos da Revolução para o País

Do ponto de vista econômico e organizacional, foi uma retumbante vitória. Passou para a oitava economia, entre as nações do mundo. Do ponto de vista psicossocial e, em particular, da Educação, deixou muito a desejar, porque, apesar da ótima orientação empreendida, como a criação da disciplina Educação Moral e Cívica, dos programas brasileiros de combate ao analfabetismo, deixaram o setor na mão dos contra-revolucionários. Do ponto de vista político, foi um fracasso, porque já na passagem para a "nova república", como eles chamaram, voltaram vários problemas, como a quantidade exagerada de partidos políticos. De qualquer modo, o País lucrou muito com a ação revolucionária que resultou em um equilíbrio que se prolongou por quase 20 anos.

Principais erros cometidos

Houve erros porque não existe obra humana sem defeitos. O primeiro erro foi a impaciência do Presidente Castello, em terminar o processo revolucionário. Ele queria que o exemplo dele, durante um ano, fosse suficiente para consertar aquilo que vinha errado de quase um século.

O segundo grande erro foi o descuido dos substitutos, fazendo-o durar, desnecessariamente, por tanto tempo. O certo seria entregá-lo a um civil, após o período do General Médici. O General Costa e Silva tinha a idéia de trazer à normalidade o processo revolucionário, caso tivesse terminado o Governo.

Outro erro foi deixar o sistema educacional entregue aos opositores do Movimento revolucionário de 1964.

Finalmente, o Movimento pecou por ter descuidado do registro e da ampla informação sobre os objetivos conquistados. Quando quis defender o Governo Figueiredo, o Delfim Neto não teve condições de falar a respeito do Ministério do Planejamento nem do Ministério da Fazenda, de sua época. O Figueiredo, que sabia bastante do assunto, informou-me sobre a produção de barris de petróleo, no dia de sua posse e ao sair; disse-me que, ao assumir, não dispunha de numerário suficiente; bem como passou-me outras informações, tudo por telefone. Ao final, diante de meu pedido, recusou, no seu estilo de falar, uma entrevista:

– Ibiapina, eu não vou dar entrevista a você, de jeito algum. Você não entrevistou os outros!?

– Mas Figueiredo, os outros já morreram! – insisti.

– Não, porque vão dizer que quem escreveu isso fui eu – retrucou irredutível.

E a entrevista não foi possível.

Sucessos econômicos

Estou ciente de que renomados conferencistas civis, com passagem pela Escola Superior de Guerra, em conferências e simpósios, fazem menção ao sensível crescimento da economia, durante os governos revolucionários, possivelmente os maiores da economia brasileira. Mas tais opiniões não têm a devida e justa divulgação. Na parte final de meus comentários sobre o tema anterior – principais erros cometidos – fiz algumas observações sobre a questão. Pecamos muito pela ausência de relações públicas e outros aspectos da Comunicação Social. Caso contrário, teríamos levado isso muito à frente.

Acertos da Revolução de 1964

A mídia e os detentores do poder, normalmente, não fazem este tipo de comentário. Na área econômica, podemos destacar os empreendimentos industriais; o comércio exterior; o reequipamento dos portos, aumento da rede rodoviária e das instalações hidrelétricas; o desenvolvimento dos aeroportos; modernas

conquistas no setor das comunicações nacionais e internacionais; e a obtenção da quase auto-suficiência do petróleo. Passamos a ser primeiro mundo em quase todos esses itens.

No campo político, conseguimos a redução do número de partidos, o que todo mundo desejava; a organização e regulamentação do processo eleitoral, acabando com a desordem existente. O Brasil ficou conhecido no exterior, por sua capacidade administrativa.

Nos campos da legislação trabalhista, psicossocial e educacional, destacamos a criação do FGTS, um avanço muito grande na proteção do trabalhador, a criação do seguro desemprego; a aposentadoria do trabalhador rural; aumento de universidades e do número de vagas, algo também extraordinário; e a criação e fomento da pesquisa.

Sobre o trabalhador rural, ainda ontem estava lendo um artigo do Temístocles de Castro e Silva, no qual ele dizia o seguinte: "O que seria do País se não houvesse um General que criou o Funrural?" Continuava, no seu escrito, afirmando a completa descapitalização do pessoal do campo, no Ceará, que não consegue mais plantar nem criar. Mais adiante, mostra que o Tasso Jereissati só tem propaganda, ao contrário da época da Revolução, que não alardeou, por intermédio da propaganda, o que foi feito. O Governador faz propaganda do que não fez, e o pessoal, que não conhece o Ceará, acredita que é verdade.

Terrorismo, guerrilha

O confronto com a guerrilha e com o terrorismo, atuante nas ações de seqüestro, assaltos a banco etc., foi uma forma de luta que vencemos no combate, mas fomos derrotados nos seus desdobramentos e, hoje em dia, pagamos o preço. Frise-se, contudo, que eram homens doutrinados pela ideologia marxista e, por isso, inconformados com os procedimentos que os contrariassem. É muito difícil convencê-los de que perderam porque estavam no caminho errado e sua causa não era justa. E esta é a razão do "revanchismo".

Cerceamento da liberdade

Houve cerceamento de liberdade, porém, para coibir abusos. É evidente que a censura não tinha qualquer intenção de causar prejuízos à divulgação do pensamento e das idéias dos diversos segmentos da sociedade brasileira. O teatro funcionou, praticamente, como queria. Havia censura, quando era contrário à moral pública, e

isso é muito do contra-revolucionário e do sectário. Não viam que estavam dentro de um processo de destruição da sociedade, da família, do Estado.

Canais para a manifestação da oposição

Não há como concordar com os críticos da Revolução, quando alegam que a inexistência de canais para a manifestação dos opositores ao Regime provocou a luta armada. É argumento que deve ser bem estudado e melhor esclarecido, porque não tem "pé nem cabeça". É um absurdo.

Objetivo da luta armada

Acima de qualquer outra razão, o objetivo da luta armada, no campo e na cidade, era desestabilizar o Governo, anulá-lo. A orientação vinha de Cuba, da Rússia, da França, da Itália e do Chile. O apoio vinha da China, da Bélgica, da Itália e da Albânia. Isso, sem dúvida nenhuma, ficou comprovado, não só na fase inicial da Revolução, como mais tarde. Recebiam auxílio expressivo.

O AI-5

Aos que se lembram da situação, em 1968, do desrespeito à autoridade federal por grupos marxistas, espalhados pelo Brasil inteiro, sabem que o AI-5 foi uma necessidade decorrente dessa conjuntura muito difícil.

O responsável pela criação do AI-5 já havia definido o que fazer com o instrumento de punição, no mais curto prazo. Infelizmente, faleceu antes de cumprir suas promessas. Foi lastimável que não o conseguisse. Acho que não haveria esse movimento tão radical, tanta exploração em torno do Ato Institucional, se o Costa e Silva tivesse conseguido desenvolver a sua programação. Morreu exatamente na hora em que iria começar.

Órgãos de Informações e de Operações de Informações

A criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) foi uma necessidade, pois essa organização determinou "que fazer" e "como fazer" com os agentes da subversão, e é certo que imprimiu ordem e foi eficaz na ação repressiva.

Caso tenha havido excessos, a prática não era institucional. Ninguém mandou e nem teria coragem de mandar judiar de ninguém. A Legislação e os Regulamentos baseavam-se na obediência aos preceitos humanos.

O panorama político e o comportamento do Congresso Nacional

O Congresso Nacional não entendeu o que estava acontecendo com o Brasil. Não percebeu que, com a Revolução, fora dissolvido e, por ela mesma, em seguida, autorizado a funcionar. Não cooperou, muitas vezes foi omisso e em outras comportou-se com hostilidade. A atuação política dos governos presididos por militares foi muito fraca e daí o retorno de seus adversários ter sido fácil e muito prejudicial ao País.

Permanência da Revolução e a governabilidade

Sem dúvida, a Revolução demorou-se muito no Governo do País. Foi muito longa e isso, certamente, representou um erro injustificável. Tenho a impressão que poderia ter terminada no Governo Médici.

Vantagens auferidas pelas Forças Armadas

Ao contrário, as Forças Armadas, durante os Governos revolucionários, não se aproveitaram, não levaram qualquer tipo de vantagem, mas sim, perderam espaço. Iríamos ter um substancial aumento a ser concedido pelo Governo do João Goulart, no momento em que houve o movimento armado. Lembro-me bem disso.

Desengajamento dos governos revolucionários

Em primeiro lugar, o engajamento estava caminhando para uma permanência com prazo indeterminado. Por outro lado, o sistema dava sinais de desentendimento entre as forças empenhadas, e a corrupção não tardaria a ser o prato do dia, pois já estava começando a tornar ostensivos os primeiros sinais. A condução política, pouco a pouco, passava para as mãos de elementos sem nenhum compromisso com as idéias iniciais. Finalmente, a luta pelo poder, em curto prazo, se agravaria no próprio meio militar. Já na época do Figueiredo, apareceram dois candidatos, e poderiam aparecer muitos mais. A inexistência de alternância entre as Forças Armadas era problema que deveria terminar sem perda de tempo, porque a Marinha e a Aeronáutica já sentiam cócegas.

Não acredito, entretanto, que a equipe Geisel desejasse realmente a abertura política. Não havia nela uma "massa" democrática que me convencesse estarmos caminhando para um afrouxamento de comando político. Geisel e Golbery desejavam, mesmo, sem dúvida, a "mexicanização" do Brasil: 50 anos de partido único. Por isso, passaram o Governo ao General Figueiredo, sem recursos financeiros, sem

o Ato Institucional nº 5 que usaram até o último momento e com um mínimo de apoio político – entretanto, escolheram o homem errado para a missão de retorno, evidentemente estratégica.

Geisel diria, seis meses depois de deixar o Poder, em seu sítio, em Teresópolis, ao então Comandante da 1ª Brigada da 1ª DE, cujo nome não me recordo, e que lhe fazia uma visita de cortesia – o Comandante do I Exército era o General Gentil:

– Tudo segue conforme o planejado.

Nessa ocasião, o General Figueiredo estava no maior sufoco; greves em todo o País, sem controle. Era aquela época do "prende e arrebenta", como ele próprio dizia.

Um jurista pernambucano, muito amigo do Coronel L. P. Macedo Carvalho, da BIBLIEX, que deve saber o seu nome, comentava, na Escola Superior de Guerra, isto a que me refiro aqui. Citava Golbery:

"As Forças Armadas estão se isolando do Governo. É preciso que nos aproximemos da sociedade. Para isso, temos que entregá-lo aos políticos, porque são malucos e corruptos. Então, rapidamente, o Brasil deixa de ser organizado, e para voltar a sê-lo, de novo, as mulheres voltam às ruas e as Forças Armadas atuam outra vez. Mas aí, não se tornará organizado para o que as mulheres querem, e sim para que nós fiquemos com um partido único e mexicanizemos o Brasil."

Se era mentira, é por conta dele, já falecido, mas acho que tinha um certo sentido, corroborado nessa frase do Geisel: "Tudo segue conforme o planejado."

"Revanchismo" e Lei da Anistia

O "revanchismo", praticado por autoridades e políticos, ostensivamente coonestado pela mídia, em relação aos militares, é mais do que evidente, incessante e bem cruel; não tem respaldo na Lei e muito menos se apóia na verdade. A partir de 1995, passou a contar com o beneplácito claro do Governo.

A Lei de Anistia é absurda, pois só protege os contendores de um lado e, justamente àquele cujos membros buscavam a escravização de nossa Pátria, submetida às ideologias alienígenas e a governos estrangeiros.

Radicalismo ideológico

Entendo que o comunismo jamais existiu no Brasil. Houve, desde a década de 1930, marxistas envolvidos em todas as suas manifestações. Comunismo é o Partido Comunista no Poder. Isso só aconteceu na URSS, na China, na Albânia, nos países da Cortina de Ferro, nos países do Sul da Ásia, na Coréia do Norte e em Cuba. Esporadicamente, também estiveram no Poder na França, na Itália e em países da América Central.

No Brasil, atualmente, pela tática da infiltração, os comunistas estão no PSDB, no PMDB, e fazem fachada no PPS, no PSB etc. Aí se apresentam como socialistas, enganando a todos que pensam haver diferença fundamental entre os marxistas e os socialistas. Esquecem-se que os líderes da URSS sempre afirmaram que o objetivo final é o socialismo. O matiz mais importante, em todo o mundo, agora, é o gramscianismo. Embora quase tão velho como o marxismo, só no final do apogeu da URSS, Antonio Gramsci adquiriu importância fundamental.

O foco principal, no momento, parece estar no Brasil, onde se concentram os esforços, tendo em vista a influência que exerce como País líder da América Latina. Estão, como nunca, se organizando.

Recentemente, quando morreu o Presidente do Partido Comunista Brasileiro, que tinha sido, por muitos anos, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a minha filha foi ao enterro. Ela fora professora, na sua época. No cemitério, havia 200 jovens que cantaram o Hino Nacional, como ninguém, na hora do enterro desse ex-reitor da Universidade. Diziam o seguinte: "Todos têm que cantar, ninguém pode desconhecer o hino do Brasil." Quer dizer, estão vestindo uma outra carapuça, completamente diferente, querendo se modificar. Não sei para que...

Imagem do Exército Brasileiro

É muito salutar a constatação do alto índice de credibilidade do Exército, no seio da sociedade brasileira. É a Instituição, realmente, com maior credibilidade, bem maior do que a Igreja católica. É importante zelar para que assim continue. As pesquisas, criminosamente, não são divulgadas. A inimizade do mundo da esquerda contra a "grande barreira" é doentia e intolerável.

O povo acredita na sinceridade, patriotismo e boas intenções das Forças Armadas. Não conseguiram, até hoje, destruir isso.

Palavras finais

A História, um dia, mostrará que, desde o Descobrimento do Brasil até nossos dias, não houve outro período de tanto planejamento e progresso, de tanta dignidade nacional, quanto o período de 1964 a 1985.

Um dia, sem dúvida, far-se-á justiça.

Sinto imenso orgulho por ter vivido este período e ter concorrido, com uma gota d'água, por insignificante que fosse, para o mar de tranqüilidade, prosperidade e equilíbrio que o Brasil viveu. Muito obrigado.

General-de-Brigada José Antônio Barbosa de Moraes

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Santana do Livramento, RS, e o Grupamento Leste Catarinense, depois 14ª Brigada de Infantaria Motorizada. Exerceu as funções de Subchefe do Exército no EMFA.
- Comandou a Força Pública de São Paulo.
- No exterior: Cursos de Administração de Pessoal e do Colégio Interamericano de Defesa, nos Estados Unidos da América. Foi Assessor da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID), em Washington, e Observador Militar da OEA para a Zona Desmilitarizada na fronteira de Honduras com El Salvador.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução, era Major, e chefiou a 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª RM/DI, em Juiz de Fora, que deu início ao movimento armado, em 31 de março.

Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2000.

Agrada-me a oportunidade de narrar o que presenciei durante a minha estada em Juiz de Fora, no ano de 1964.

É de minha inteira responsabilidade o que afirmo. Não sou cientista político, essa classe recentemente inventada, mas, apenas, uma testemunha ocular dos acontecimentos ocorridos em Juiz de Fora, em 1964.

Participação pessoal na Revolução: nos pródromos, na eclosão e nas conseqüências

Após o término do curso da Escola de Comando e Estado-Maior, em 1961, fui estagiar em Juiz de Fora e lá permaneci. Os oficiais, todos, já estavam muito preocupados com os desmandos e a falta de competência do Governo Goulart.

O comando da 4ª Região Militar (RM), 4ª Divisão de Infantaria (DI) (4ª RM/DI) e Guarnição de Juiz de Fora era exercido pelo General Ladário, tido por nós como homem do governo, um amigo chegado ao Comandante do I Exército. Entretanto, para nossa surpresa, a conduta do General foi absolutamente correta. Atendeu a todas as propostas do Estado-Maior, no sentido de promover os estudos sobre o assunto Guerra Revolucionária e assistia às conferências, prestigiando-as.

Em agosto de 1963, o General Olympio Mourão Filho assumiu o comando da 4ª RM/DI, já profundamente apreensivo com a conduta do Governo do Presidente João Goulart. Assim, desde o comando da 3ª DI, em Santa Maria, iniciara um trabalho visando a alertar os companheiros sobre as dificuldades que o País enfrentaria, no desenrolar dos acontecimentos. De Santa Maria, o General Mourão foi transferido para São Paulo, a fim de comandar a 2ª Região Militar e, nessa função, continuou a conspirar, agora ligando-se a muitas personalidades civis do Estado.

Fiquei surpreso com sua resposta, no dia em que recebeu o comando da 4ª RM/DI, após o término da apresentação dos oficiais, quando o Chefe do Estado-Maior perguntou:

– General, vamos reunir os sargentos, agora, ou o senhor prefere mais tarde? – perguntou, achando que o General queria dirigir-lhes a palavra.

– Absolutamente, eu me ligo aos meus oficiais. Estes ligam-se aos sargentos.

A atitude foi de satisfação, visto que, naquela época, havia uma demagogia muito difundida de ouvir os sargentos para saber de suas aspirações e auscultá-los acerca dos fatos correntes.

Algum tempo depois, determinado dia, o General me chamou e pediu-me que fosse à casa dele. Lá chegando, perguntou-me:

– O que você acha da situação?

– General, o País está numa situação muito difícil, mas não há ambiente para qualquer reação, pois o Exército está imbuído do princípio da legalidade – respondi.

– Concordo, mas muita coisa vai acontecer e precisamos estar preparados para enfrentar o que vem por aí. Você está de acordo com isso? – perguntou, a seguir.

– Estou – disse.

– Posso contar com você?

– Pode.

O General iniciou uma série de visitas às Unidades, acompanhado de seu Estado-Maior (EM). Naquelas ocasiões, havia uma reunião de sargentos, na qual um oficial do EM fazia uma preleção sobre Guerra Revolucionária, e uma outra, para oficiais, na qual o General Mourão dizia, ao final, o seguinte:

– O Exército está de costas para a parede, não pode mais recuar; ou toma a ofensiva ou será destruído.

Impressionava-me sua coragem. Fiquei com a sensação de que ele seria imediatamente exonerado do comando; no entanto, esta conversa repetiu-se em todas as Unidades da 4ª DI, e ele continuou à frente da GU, talvez, porque tivesse fama de "boquirroto" ou fosse um oficial-general sem prestígio, no Exército. Os outros generais não tomavam muito conhecimento dele, e esta pode ser a razão pela qual o Governo não tenha se preocupado.

Durante os preparativos da Revolução, foi organizado um Estado-Maior revolucionário, naturalmente com pessoas da confiança do General Mourão, e realizaram-se várias reuniões com o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, oficiais desta corporação e oficiais da Guarnição de Juiz de Fora.

Iniciamos, então, os estudos, de modo que no momento aprazado tivéssemos condições de reagir. Durante esta fase de planejamento, foi levantada, até, a hipótese de sublevar a 4ª DI e partir contra o Governo. Havia uma diferença de opinião entre nós, do Estado-Maior, e o General Mourão; achávamos que a situação com a qual nos depararíamos seria muito difícil; o máximo que conseguiríamos fazer seria ocupar posições nas alturas de Minas Gerais e enfrentar quem viesse contra nós e, ao mesmo tempo, tentar chegar ao Porto de Vitória, para ficar em condições de receber qualquer tipo de apoio, inclusive estrangeiro. Mas o General Mourão retrucava: "absolutamente", pois considerava o esquema de sustentação do Governo parecido com um castelo de cartas e que, ao primeiro empurrão, desmoronaria.

Esse debate dominou os estudos, mas, nas vésperas da Revolução, chegou-se à solução de conciliação. Desceríamos de Minas, na direção do Rio de Janeiro, até onde pudéssemos, quando, então, nos instalaríamos para resistir e, assim, despertar o Brasil para a reação.

Há uma acusação de que o General Mourão precipitou os acontecimentos e partiu antes da hora. Isso não é verdade, porque ele desconhecia qualquer hora preestabelecida para o início do movimento. Por quê? Porque o General Mourão não conseguia ser recebido por nenhum dos grandes líderes da Revolução, no Rio de Janeiro, como o Castello. Ninguém acreditava nele e, por isso mesmo, não poderia ter recebido qualquer determinação acerca do momento da eclosão do Movimento.

A outra prova sobre isso, que apresento, é que, numa reunião, na casa do General Mourão, presentes, além do próprio General, os oficiais do seu Estado-Maior e da Polícia Militar de Minas, inclusive o Comandante Geral da corporação, este me perguntou:

– Moraes, que dia é a Revolução? Porque a situação é a seguinte: a minha tropa está disseminada pelo Estado e, para ter condições de iniciar qualquer movimento, preciso reuni-la. No momento em que fizer isto, estarei denunciando o início da Revolução.

Pedi que esperasse um instante, voltei-me para o General Mourão, que estava sentado num sofá, e perguntei:

– General, que dia é a Revolução?

– O mais depressa possível – esta foi a resposta dele.

Voltei ao Comandante da Polícia Militar e falei:

– Reúna a sua Polícia.

Essa história ninguém me contou, mas presenciei. Vou prolongá-la um pouco, explicando as razões e o porquê do General Mourão ter partido no dia 31 de março.

O General Mourão e os oficiais do seu Estado-Maior, após a inspeção de uma Unidade, cujo nome não recordo, regressaram tarde a seus lares. No dia seguinte, o General Mourão contou que, ao chegar à casa, sua esposa, Dona Maria, estava assistindo, na televisão, ao discurso do Jango na reunião do Automóvel Clube do Brasil. O General Mourão olhou ligeiramente e disse:

– Não quero mais ver a cara desse indivíduo. Vou dormir.

– Olympio, se você quer fazer uma revolução, tem que vir assistir.

Assisti e fiquei convencido de que, naquele patamar a que os fatos atingiam, se não houvesse uma reação imediata, os indecisos, que eram muitos, diriam que o Exército perdera as condições para tal e que deveriam engrossar as fileiras do outro lado, que seria o vencedor.

Por isso, mandei chamar vocês todos, concluiu.

De fato, às 4h da manhã, fui chamado em casa, para dirigir-me ao QG. O General determinou que toda a RM entrasse em rigorosa prontidão e, dessa for-

ma, iniciamos a Revolução. Isso foi o que aconteceu em Juiz de Fora, nos pródromos da Revolução.

Oficiais que constituíram o Estado-Maior revolucionário do General Mourão

O Tenente-Coronel Virginio Vargas Moreira Brasiliano, Chefe da 2ª Seção; Major Antonio Curcio Neto, Chefe da 1ª Seção, o Major José Ramos de Alencar, Chefe da 4ª Seção, e eu que assumi a chefia da 3ª Seção, de meio-dia do dia 31 de março até 4 de abril.

Problemas e defecções

Em Minas Gerais, era muito mais difícil, precisaria de muito mais coragem, ser contra-revolução do que a favor, tanto por parte dos sargentos quanto dos oficiais. A prova é que tivemos, apenas, três defecções: um coronel veterinário, irmão do Tancredo Neves; o Chefe do Serviço de Obras da RM, que era um comunista reconhecido; e mais um terceiro oficial, o Comandante do 10º Batalhão. O restante estava unido pelas mesmas idéias.

Importante, porque a situação era insuportável.

Houve um momento em que não havia essa grande união, mas o Governo do Jango atuou de tal maneira desastrosa que todos passaram, em dado instante, a compartilhar da idéia de que aquele estado de coisas não poderia continuar.

A atuação do Marechal Odylio Denys

É de meu conhecimento que o Marechal Denys esteve em Juiz de Fora em duas ocasiões. Não quero dizer com isso que ele não estivesse lá em outras oportunidades, inclusive, é bom salientar, eu era Major, nível hierárquico muito distante de Marechal. É possível que ele tivesse estado em Juiz de Fora e eu não o tenha visto, embora ache improvável, tal a intimidade que tinha com o General Mourão, durante o período revolucionário.

Sei que o General Denys esteve na reunião do aeroporto de Juiz de Fora, entre o Governador Magalhães Pinto, o General Mourão, o General Guedes e o Comandante da Polícia Militar de Minas, no sábado, 28 de março.

A outra ocasião em que tomei conhecimento da presença do Marechal Denys, na cidade de Juiz de Fora, foi na manhã do dia 1º de abril, quando ele chegou ao QG. Naquela oportunidade, aconteceu até uma coisa engraçada. O filho do Coronel

João Baptista da Costa deslocava-se do Rio com destino a Juiz de Fora, para encontrar-se com o pai, que era Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, quando soube da eclosão da Revolução. Na Cidade de Três Rios, observou que havia muita tropa do I Exército, subindo na direção de Juiz de Fora, e telefonou para o pai, a fim de avisá-lo. O Coronel Baptista disse:

– Verifique quem está no comando.

O rapaz voltou e informou:

– É o Coronel Raimundo, Comandante do Regimento Sampaio.

– Veja se consegue trazê-lo ao telefone – pediu ao filho, o Coronel Baptista.

O rapaz, depois me contou, entrou no PC e deu o recado ao Coronel Raimundo. Seu Estado-Maior aconselhou-o a não comparecer ao posto telefônico, desconfiados de uma cilada. Discutiram se devia ir ou não, e resolveram, após o estabelecimento de algumas medidas de segurança, que sim, poderia ir.

Quando o Coronel Raimundo atendeu o telefone, o Coronel Baptista, do outro lado da linha, passou o aparelho para o Marechal Denys, de quem o Coronel tinha sido Assistente. Conta o filho do Baptista que, ao Marechal Denys dizer: "Alô Raimundo!" este fez continência com o telefone na mão; não sei se isso é verdade, mas o rapaz, filho do Coronel Baptista, me contou.

Deste momento em diante, o Coronel Raimundo aderiu à Revolução a ponto de seu Regimento incorporar-se ao Destacamento, comandado pelo General Muricy, que se deslocava na direção do Rio de Janeiro.

Raízes da Revolução de 1964

No dia 31 de março de 2000, o General Jonas, em conferência no Clube Militar, precisou muito bem os pródromos da Revolução. Citou as revoluções de 1930 e 1932, a Intentona Comunista de 1935 e outras causas. Eu não vou tão longe e ficaria com os episódios de indisciplina: dos marinheiros; as atitudes dos sargentos em diversas Unidades, principalmente no Rio Grande do Sul e em Brasília; a aceitação tácita e mesmo o incentivo do Governo àquela situação. Esses, na minha opinião, foram os motivos imediatos da Revolução.

Influência da guerra fria na Revolução

Acredito que tenha influenciado mais a conduta do Governo Goulart, pressionado pela esquerda. Após conquistarem Cuba, uma ilha no Ocidente, seria um sonho para as lideranças esquerdistas soviéticas e de outras procedências

tomarem o Poder num país como o Brasil, de dimensões continentais. Alcançado esse objetivo, o apoio para as esquerdas seria fantástico, o que justifica a sua atuação decidida, a ponto de Luís Carlos Prestes afirmar que eles (os comunistas) estavam no governo, faltava o Poder.

Panorama político brasileiro, à época

Embora o meu pai tenha sido deputado federal e sempre tenha ouvido falar em política, na minha casa, não me interessava por esse assunto, particularmente nos meus primeiros anos de Exército. Importava-me com os assuntos da minha profissão, os quais vivia intensamente, até que comecei a ficar desesperado com o que estava acontecendo no País. Existe uma hora em que você não pode mais ficar alheio aos fatos políticos que se desenrolam no seu País, fingindo que não os vê.

O General Mourão, um dia, me perguntou:

– Você achava que eu estava louco?

– Achava – respondi.

– Por que veio comigo?

– Estava desesperado e o senhor me sinalizou um caminho.

Clima de insatisfação contra o Governo Goulart

Havia, principalmente pela reconhecida incompetência de um fazendeiro despreparado, do Rio Grande do Sul, para governar um País tão complexo e extenso.

A Igreja e o Governo Goulart

O capelão de Juiz de Fora era um dos maiores revolucionários daquela época; a Marcha da Família foi incentivada pela Igreja. Naquele momento, nunca se deve dizer inteiramente, mas a expressiva maioria da Igreja posicionou-se favorável à Revolução.

"Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"

Meu conhecimento é de ouvir falar. As Ligas se desenvolveram, particularmente, no Nordeste, e o grupos dos onze, do Brizola, no Rio Grande do Sul. Naquele tempo, vivia muito o quartel e minhas preocupações, em âmbito nacional, ficavam restritas aos problemas como um todo, desconhecendo pormenores da atuação desses

movimentos. Depois, fiquei mais politizado, é claro. Com a Revolução, me envolvi em muita coisa.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 1964, tentativas de cisão

Esse trabalho de cisão foi mais forte em algumas regiões, como no Rio Grande do Sul e em Brasília, cidade onde houve até uma revolta dos sargentos da Marinha e Força Aérea. Em Minas Gerais, praticamente, o ambiente estava tranqüilo, pois os sargentos não estavam nessa linha. Até cito um fato que descreve o quadro reinante em Minas, antes do desencadeamento da Revolução. Servia na Seção do Serviço Militar Regional; certa vez, um sargento aproximou-se de mim e perguntou:

– Major, até quando vamos aturar isso?

Quantas vezes ouvimos tal indagação: até quando o Exército vai concordar com esse estado de coisas? Era o povo, era o próprio sargento, a implorar, quase, que se fizesse alguma coisa.

É verdade, mas não podemos esquecer que as origens do Exército Brasileiro estão no povo. Não há castas; os oficiais vieram do povo. Eu, filho de um fazendeiro e deputado do Estado do Rio, no dia em que disse a minha mãe que iria para o Exército, naquele tempo as mulheres usavam chapéu para sair de casa, ela voltou, tirou o chapéu e o choque foi tão grande que não saiu.

Influenciados pelas conversas que ouvem dentro de casa e aquelas com seus amigos, então não há hipótese do Exército, por meio de seus integrantes, tomar qualquer atitude, enquanto não sentir que é exatamente o que o povo quer.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Foi a demonstração pública do apoio da sociedade ao que o Exército estava pensando em fazer e que, diante de demonstrações como aquelas, fez.

O Exército, intérprete da vontade nacional

Não tenho a menor dúvida sobre isso.

Mudança da ordem institucional: a revolução comunista em andamento

Não resta a menor dúvida sobre o objetivo de criar um país comunista num extenso território como o brasileiro. A atitude dos sindicatos era clara. Lembro-

me de um episódio, em Juiz de Fora, antes que o General Mourão assumisse o comando, quando um líder sindical, no gabinete do general, insistia em restringir o tempo de duração da parada de 7 de Setembro, para que eles pudessem desfilar em homenagem a João Goulart. Esse fato serve para mostrar a enorme interferência dos sindicatos junto ao Governo.

Era pois natural que ocorressem preparativos para um golpe de esquerda, dado o grande interesse do comunismo internacional na submissão do Brasil.

Fiquei muito surpreso e intrigado pelo fato do Jango e sua *entourage* ter acelerado tanto os desacertos e as provocações às Forças Armadas, como a campanha das "reformas na lei ou na marra" e outras por esse mesmo caminho.

Certa vez, depois da Revolução, numa solenidade em São João Del Rey, creio, o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª DI (ID/4), sediada em Belo Horizonte, deu-me uma explicação que achei muito razoável. Falou que os movimentos contra o Governo, por exemplo, Marcha da Família e outros, estavam crescendo muito e eles (os comunistas) sentiram que, talvez, não conseguissem se manter. Decidiram, pois, precipitar os acontecimentos para tentar desencadear, antes, o movimento deles, afinal abortado pelo de 31 de março. Daí, muitos historiadores dizerem que foi uma contra-revolução, e não uma revolução.

Comportamento dos sindicatos e entidades esquerdistas, logo após a Revolução

É outra coisa engraçada. Muito acintosos e provocadores no fim do Governo Goulart, como no próprio dia da Revolução, quando foram vistos, por pessoas que subiram do Rio para Juiz de Fora, no entroncamento de ferrovias, em Três Rios, vários ferroviários em cima dos vagões, armados de porrete e fazendo um grande alarido.

Quando o destacamento que desceu para o Rio de Janeiro passou por Três Rios, não havia mais ninguém, tinha acabado tudo, porque eles têm muita coragem até serem enfrentados. Nesse momento, quando são combatidos, a grande parte que constitui a massa de manobra perde a coragem.

Líderes da Revolução

Sou suspeito, porque o meu observatório se restringe a Minas Gerais, especialmente a Juiz de Fora. Ali, o líder inconteste, na minha opinião, foi o General Olympio Mourão Filho. Os demais, em Minas, foram caudatários do General Mourão, embora também líderes: General Carlos Luís Guedes e o Governador Magalhães Pinto.

Fora de Minas, no Rio de Janeiro, destaco, também, um grande líder que foi o Carlos Lacerda. São os que destaco. É claro que, depois, surgiram outros, mas não estavam no meu "chão".

Gostaria de fazer uma observação especial. Quando eclodiu a Revolução, encontrava-me na 3ª Seção, quando chegou um general, alto, que não conhecia e me disse:

– O General Mourão mandou que você me pusesse a par da situação.

Era o General-de-Brigada Antônio Carlos da Silva Muricy, que tinha deixado suas funções no Rio e se apresentado em Minas, acompanhado dos tenentes-coronéis Walter Pires de Carvalho e Albuquerque e Heitor de Caracas Linhares. Mais tarde, apresentou-se o Major Alísio Sebastião Mendes Vaz. Esses quatro oficiais saíram do Rio e se apresentaram em Minas, para a Revolução; passaram a integrar o Destacamento Tiradentes como Comandante e membros do Estado-Maior.

Eles, verdadeiramente, deram um salto no escuro. Eu, que estava chefiando a 3ª Seção do Estado-Maior do General Mourão, diante de um insucesso, poderia dizer que cumpria ordens, pois estava dentro da minha cadeia de comando, mas eles não teriam essa desculpa. O Walter Pires, depois, foi Ministro do Exército, no Governo Figueiredo; o Linhares, oficial de Infantaria, febiano (integrou a Força Expedicionária Brasileira) era mais um revolucionário autêntico; como o Alísio, de Engenharia. O Linhares e o Alísio tinham servido em Juiz de Fora, pouco meses antes da Revolução, e, ainda, estavam ligados à 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria.

O General Mourão entregou o comando do Destacamento que veio para o Rio, ao General Muricy e esses oficiais, mais o Coronel Cid Osório, constituíram o Estado-Maior.

A Revolução de 31 de Março – Movimento exclusivamente brasileiro

Comenta-se muito a esse respeito, mas não tenho conhecimento de algum apoio externo, embora no plano inicial do Estado-Maior revolucionário, que já comentei anteriormente, admitíssemos a possibilidade de enfrentar muitas dificuldades, inclusive não conseguir descer das Alterosas, constasse, além da defesa de Minas, a conquista do Porto de Vitória, com o objetivo claro de receber apoio estrangeiro.

No caso de uma guerra interna, não há dúvida de que os Estados Unidos iriam apoiar os anticomunistas. Daí a nossa previsão de dominar um porto para poder receber o necessário reforço em armamento, munição etc.

Aliás, como imprevidência dos integrantes do Governo Goulart, mesmo depois de iniciada a Revolução, os caminhões transportadores de combustível

continuaram trafegando normalmente, do Rio para Juiz de Fora, quando a primeira providência sensata, em termos de operações militares, seria cortar de Minas esse suprimento vital.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo

É coisa natural, infelizmente existe uma banda podre e outra boa. Todos os elementos que integravam a banda boa não aceitavam os desmandos e as manifestações de indisciplina, correntes no Governo Goulart, que, por sua vez, valeu-se da banda que convivia bem com a anarquia generalizada.

O Comandante do Primeiro Batalhão de Caçadores (1º BC) de Petrópolis, por exemplo, deslocou sua tropa e, no corte do rio Paraibuna, cerca das 18h de 31 de março, estabeleceu contato com o Destacamento Tiradentes que descia de Minas. As duas tropas se enfrentaram; as tentativas de entendimento não lograram sucesso; um tenente do BC passou para o nosso lado, convencido da pureza dos ideais que defendíamos. Criada a situação de fato, foi notificado, ao Comandante do BC de Petrópolis, que o Destacamento atacaria logo que as circunstâncias o permitissem. Nesse instante, desfez-se a resistência e o Comandante do Batalhão desapareceu, proporcionando um triste exemplo. No avanço para o Rio de Janeiro, recolhemos, na estrada, soldados do Batalhão de Petrópolis abandonados por seu comando.

Qual o nome do Comandante do Batalhão de Petrópolis?

Coronel Kerensky (Coronel Kerensky Túlio Motta).

Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na Revolução

Ouvi alguns comentários criticando a decisão do General Médici. Minha opinião a respeito desse assunto é que a juventude militar do Brasil não poderia estar ausente de um momento tão grave na vida do País. Aplaudo a atitude tomada pelo General Médici de empregar os cadetes como tropa pronta para combater.

Objetivos estratégicos do Movimento

Além do apossar-se do Porto de Vitória, não havia. O poder de combate da Divisão era muito limitado e, quanto a isso, não tínhamos ilusões. Embora os batalhões estivessem muito bem apoiados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), estivessem completos, sem restrições, mesmo assim a Divisão era muito

fraca, sem condições de enfrentar tropas do I Exército, a não ser numa situação de combate defensivo, de desgaste, até que o País acordasse e mais elementos viessem formar do nosso lado.

União e coesão das Forças Armadas

Não fugindo do modelo sul-americano, tivemos, ao longo de nossa História, diversas revoluções e, como sempre acontecia, o Exército interferia para decidir, resolver o problema, como é de sua característica, e retirava-se. Nunca o Exército assumiu o Poder. Na Revolução de 1964, aconteceu uma coisa inédita no Brasil.

Para assumir o Governo, o Exército não poderia estar dividido nem divergir das demais Forças Singulares. Lembro-me de um líder, nesta época, o General Muricy, que sempre, em qualquer conversa, enfatizava a necessidade de manter a união.

Não tenho dúvida de que conseguimos robustecer a união e a coesão das Forças Armadas.

Um movimento sem ideologia

Nossa ideologia estava consubstanciada no dístico da Bandeira: Ordem e Progresso. Acreditávamos que este País não poderia progredir sem ordem e o Governo Goulart estava implantando o caos. Repetindo, nosso intento era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e colocar ordem no País.

A mídia e o apoio ao Movimento

É outro fato que vale a pena lembrar. A mídia, em sua quase totalidade, apoiou o Movimento. É só ler os editoriais do *O Globo*, do *Jornal do Brasil*, do *Estado de São Paulo* e de vários outros; nem parece os mesmos jornais que hoje comentam a Revolução.

Revolução, Contra-Revolução, golpe ou....?

Inicialmente, imaginava ser uma Contra-Revolução. Depois que o Governo do Presidente Castello Branco se instalou, dei-me conta de que estava havendo uma revolução no Brasil, com a modificação total dos métodos de governo, da legislação, da maneira de dirigir e administrar o País etc. Não há dúvida de que, em 31 de março, houve uma Revolução no Brasil.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

Foram governos presididos por militares. Na Revolução de 1930, por exemplo, contrariamente à de 1964, os interventores nos Estados eram tenentes e havia muito militar no Governo. Nos governos da Revolução de 1964, os ministros eram civis, em sua maioria, inclusive, ocupando ministérios importantíssimos. Algum ministro militar deveu-se à competência e capacidade do mesmo.

Benefícios ou prejuízos

Meu Deus do céu! Quem disser que não trouxe benefícios é cego ou não quer ver. Em primeiro lugar, evitou a tragédia da comunização do País, que rondava vários países, no mundo. Falam em cento e pouco a quantidade dos mortos na Revolução, mas se forem analisar os números em Cuba, na China ou na Rússia, ultrapassam os milhões.

A Revolução de 1964 trouxe benefícios fantásticos. O País progrediu muito, passando, praticamente, do estágio de Nação com economia de base agrícola para industrial, alcançando o pedestal de oitava economia do mundo. Isso não é brincadeira, é um progresso formidável.

Erros cometidos

Apontaria um, que já citei e considero o principal da Revolução. Certa vez, numa entrevista em Florianópolis, fiz menção a ele: começar o Governo com lideranças velhas.

A Revolução de 1930 escolheu tenentes que, durante quase meio século, desempenharam papel importante na História do Brasil: Juarez Távora, Cordeiro de Faria, Amaral Peixoto, Eduardo Gomes e outros.

Hoje, não temos ninguém daqueles tempos revolucionários, com prestígio nacional, porque começamos com homens de bem, sérios, mas pessoas velhas.

Sucessos econômicos – A "batalha da comunicação social"

Muitas vezes temos visto, entre outros, conferencistas civis, da UNICAMP, da ESG também, realçarem os sucessos econômicos Todos se referem, principalmente, à década de 1970. Fora desses institutos, entretanto, tais comentários e análises não são divulgados, porque, embora vitoriosos na parte militar, perdemos a guerra da comunicação social e isto aconteceu por vários motivos. O primeiro

motivo e que marcou, praticamente, todo o período revolucionário, foi a repulsa do Castello Branco, primeiro Presidente, à atividade de propaganda. Esta contrariedade muito forte em Castello deve ter sua origem nas lembranças do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Governo de Getúlio Vargas, ou de Goebbels, chefe da propaganda, na Alemanha nazista.

Castello não admitia isso, e a Revolução não mostrou os seus feitos. Por outro lado, os derrotados correram e ocuparam as cátedras, os meios de comunicação e passaram a contar a história do jeito deles, não a verdadeira.

Guerrilha e terrorismo e o AI-5

As esquerdas, não conformadas com a perda do Governo, partiram para retomá-lo, apelando para a estratégia comum do mais fraco, qual seja, o emprego da guerrilha e do terrorismo.

Para sorte nossa, as Forças Armadas, em particular o Exército, derrotaram a guerrilha e enfrentaram o terrorismo com sucesso, o que nos salvou de estarmos, hoje, vivendo os graves problemas da Colômbia, México – Chiapas – e outros países. Se não tivéssemos vencido aquele começo de guerrilha, estaríamos atualmente com "regiões liberadas" e o País dividido.

O AI-5 foi indispensável, senão todo o trabalho realizado teria sido perdido.

Canais para a manifestação da oposição e luta armada

Sem dúvida, houve censura, porque havia um projeto a ser executado, e que corria o risco de ser destruído pela imprensa manipulada pelos adversários. Mas, as perseguições de que se queixam não existiu. Só foram procurados e combatidos aqueles que pegaram em armas; os que estavam trabalhando nunca sofreram qualquer ação do Governo no sentido de tolhê-los. Absolutamente nada.

Hoje, é comum alguém dizer que foi torturado, querendo fazer-se de vítima e granjear simpatia com a situação atual. Houve sim, alguma tortura, não na proporção em que é denunciada, dentro de um quadro de obtenção de informações, como conduta de combate, jamais pelo prazer de torturar.

Objetivos da luta armada

A tomada do Poder. Como não conseguiriam por outros meios e eram fracos, tiveram que apelar para a guerrilha no campo e em área urbana, bem como para o terrorismo.

SNI, DOI e Lei de Segurança Nacional

Combater sem dispor de informações, e o que havia era um verdadeiro combate, é impossível. O Governo atual resolveu abrir mão do SNI e, por causa disso, a todo momento, surpreende-se seja com uma situação desconhecida ou não prevista, seja com um auxiliar nomeado que não presta. Se tivesse informações isto não aconteceria.

Evidente que obtidas as informações e sabendo-se da disposição do adversário, partia-se para a luta. Para tanto, era necessária uma coordenação e criaram-se os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

Apesar das afirmações contrárias, a Revolução de 1964 não queria ser arbitrária e buscou, na lei, o apoio às suas ações, como a Lei de Segurança Nacional.

O Congresso Nacional

Lembro-me de um único fato ligado ao Congresso Nacional que despertou minha atenção. Os políticos de Minas Gerais pressionaram e o Parlamento nacional promoveu o Mourão ao posto de General-de-Exército. Parece que ele ia cair na compulsória como General-de-Divisão.

Embora existam pessoas com pensamento diferente, para mim, o General Mourão foi um grande líder da Revolução de 31 de Março de 1964.

É verdade, inclusive designaram alguém para o exterior – o Magalhães Pinto intercedeu nesse sentido – para abrir a tal vaga que não existia.

Sim, mas quem o promoveu a General-de-Exército foi o Congresso e não o Governo. Entre o Castello Branco e o Mourão, não sei o motivo real, havia certa inimizade ou algum tipo de desacerto.

Talvez tenha ficado uma mágoa pelo fato do Mourão ter concluído o curso da Escola Militar em quarto lugar, na frente do Castello, que foi o décimo, e ter sido ultrapassado por ele, nas promoções. Sei disso porque o Mourão me mostrou o boletim de classificação, ao serem declarados aspirantes. Registre-se, contudo, que em nenhum momento o Castello, uma pessoa excepcional, fez algo contra seu companheiro de turma.

O Costa e Silva foi o primeiro dessa mesma turma.

É verdade que o Castello queria que o Mourão desistisse do Movimento, chegando, inclusive, a telefonar-lhe com essa intenção e, também, para o Magalhães Pinto, que disse não ser mais possível, pois a tropa já tinha saído?

Dizem que houve esse telefonema do Castello para o Mourão, mas nada sei a respeito.

Ontem à noite, no Liceu Literário Português, perto do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, numa conferência, – estavam presentes o General Meira Mattos e o Brigadeiro Murillo Santos, amigos do Castello, sendo que o último foi seu Ajudante-de-Ordens e piloto – foi dito que o Castello não aceitava participar de conspiração e que, apesar de simpatizar com a reação em marcha, só se decidiu três ou quatro dias antes da eclosão da Revolução. Acho natural esse comportamento, pois o Castello era um homem de muita visão, muito ponderado; ele sabia do risco que acarreta uma revolução. Revolução é algo extraordinário na vida de um país e ele tinha receio do que pudesse acontecer. Quem não tinha medo era eu, porque era muito jovem.

A preocupação advinha, também, da lembrança de 1961, quando houve divisão nas Forças Armadas.

Sim, uma forte divisão que acabou com a assunção do Goulart naquela farsa do regime parlamentarista.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Olha, sem dúvida foi uma ditadura, visto que os presidentes do regime revolucionário não eram eleitos pelo voto direto do povo, embora o fossem pelo Congresso. Mas, há alguns detalhes nessa ditadura que merecem sejam trazidos à atenção: primeiro, nenhum dos presidentes quis perpetuar-se no Poder; todos se preocuparam em passar o Governo para o sucessor.

O outro ponto característico foi o fato de todos eles (os presidentes da República) serem contrários a regimes ditatoriais; possuíam formação democrática e estavam conscientes de viverem uma circunstância para a qual não havia outra alternativa.

Particularmente, o General Figueiredo, pela tradição e exemplo do pai dele, tinha verdadeiros dramas de consciência, porque era um homem de formação democrática e estava vivendo num regime de exceção.

Muito diferente da ditadura cubana, por exemplo, que ninguém comenta.

O Castello é muito criticado, nas análises sobre seu período de Governo, pelo fato de não ter interferido no Judiciário. Ele tinha uma enorme preocupação com a opinião pública internacional.

Vinte anos de governos da Revolução

Estou convencido de que foi a solução ideal para o Brasil; o resultado foi muito melhor do que se poderia imaginar. Por vezes me questiono se agi certo ao aderir ao Movimento e não me arrependo de minha atitude.

Mais à frente, alcançado o desenvolvimento pleno, nosso País vai agradecer muito aos revolucionários de 1964.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Vantagens? Pelo contrário, como os presidentes eram militares e contemporâneos dos ministros, havia uma preocupação destes em não trazer mais problemas aos tantos que os presidentes já tinham. Então, as Forças Armadas nada reivindicaram e, praticamente, nada receberam.

O desengajamento

O desengajamento foi uma conseqüência natural da ausência de lideranças que pudessem durar no cenário político do País. O Governo Figueiredo assumiu o Poder dentro de um quadro político de "abertura", legado pelo Governo anterior, do Presidente Geisel. Saliente-se, a bem da verdade, que o Governo do General Geisel fez a "abertura" para vigorar no governo seguinte, do General Figueiredo, e não no dele.

A situação enfrentada pelo Governo Figueiredo assemelha-se àquele momento mais perigoso em que o cavaleiro está com o pé no estribo e inicia o movimento para montar sobre o cavalo, antes de chegar ou firmar-se na sela.

O Figueiredo, antes de estar firme no Governo, recebeu o bombardeio da "abertura" liberado pelo término da censura, do AI-5 etc. Mesmo que o Figueiredo fosse Jesus Cristo, não deixaria de ser atacado do jeito que foi, porque havia algo represado há muito tempo.

Influência da conjuntura internacional

Acredito que não houve influência. No ideário da Revolução, desde o seu início, constava o retorno à democracia, e todos os presidentes almejavam realizá-lo, apenas aguardavam as condições favoráveis para fazê-lo.

O "revanchismo"

Não há dúvida de que existe. É comandado pelos derrotados que dominaram a cátedra, os jornais, a televisão e o rádio.

A eficiência é de tal monta que a anistia, uma tradição brasileira utilizada por Caxias nas lutas do Sul do Brasil, Juscelino com relação aos revoltosos de

Aragarças e em outras ocasiões de nossa História, promovida no Governo Figueiredo, valeu somente para um dos lados, o perdedor.

Por intermédio do "revanchismo", atingiram as carreiras dos coronéis Avólio e Ustra, adidos militares na Inglaterra e Uruguai, respectivamente, e o exercício da profissão, como médico, do General Fayad.

O desaparecimento do comunismo

O mundo inteiro entendeu que o comunismo é uma balela; nos lugares onde foi implantado, não resolveu os problemas. Restou, porém, uma parcela da população que continua raciocinando com o comunismo e, dentro dela, está a esquerda brasileira, presa à teoria apresentada na década de 1950.

Exatamente, e eles (os comunistas) continuam a ensinar as velhas lições aos inocentes úteis, aos analfabetos políticos e a outros grupos imantados.

As velhas lições, inclusive no Movimento dos Sem Terra (MST), preparando-o, de forma intensiva, para operações do tipo guerrilha; o objetivo desse Movimento é tomar o Poder pela força e não a reforma agrária, como apregoa. Fui criado em fazenda, conheço o homem do campo e, sendo assim, posso afirmar que não existem agricultores integrando o MST, mas alguns baderneiros e inocentes úteis, como sempre acontece.

Exército Brasileiro – a recompensa do sacrifício

A imagem do Exército tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Entendo ser uma prova da inteligência do povo, que sabe em quem pode confiar.

Mensagem final

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi a salvação do Brasil. O País deu um salto de desenvolvimento vertiginoso e, muito mais do que isso, evitou o pulo enorme para a retaguarda, desejado por alguns. Sou um apologista da Revolução de 31 de Março.

Coronel Luís de Alencar Araripe

- Natural da Cidade de Lambari, MG.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Foi Comandante do I Grupo do 5º Regimento de Obuses 105mm (I/5º RO 105), Lapa, Paraná, (1967/69). Serviu no Serviço Nacional de Informações (Seção do Exterior), em 1977.
- Foi Diretor do Departamento Geral da Polícia Federal, no Governo Sarney.
- No exterior: Redator da "Military Review" (Edição Brasileira), em Fort Leavenworth, Kansas, EUA e Assessor da Delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, Genebra, Suíça (1961 e 1977).
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Instrutor da Escola de Guerra Naval. No mesmo ano, exerceu as funções de Chefe de Seção na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General Costa e Silva (Escalão Avançado).

Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2000.

Vivi a Revolução de 1964, em todas as suas fases. À época de sua deflagração era instrutor da Escola de Guerra Naval, um observatório privilegiado. Fui para a Escola saído do Estado-Maior do Exército, e nela assisti à efervescência que quase levou à virtual neutralização da Marinha, tal era o grau de desordem e de indisciplina reinante na Força. A Escola de Guerra Naval estava instalada no edifício do então Ministério da Marinha, hoje Comando do 1º Distrito Naval, no centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Na Escola de Guerra Naval, participei da angústia dos colegas da Marinha ante o clima de anarquia em que era mergulhado o nosso País, vendo as nossas Forças Armadas acometidas pela subversão e às vésperas de se desintegrarem. O sentimento foi tão forte, a ponto de levar-me a pensar que não haveria condições para viver num Brasil como aquele que faziam prever os fatos ocorridos anteriormente a 31 de março de 1964.

Depois da Escola de Guerra Naval, no rápido decurso da Revolução, ocupei outro observatório também privilegiado, como integrante do grupo de oficiais chefiados pelo Coronel Jayme Portella de Mello, que constituiu o chamado Estado-Maior do General-de-Exército Arthur da Costa e Silva. Posteriormente, servi no Gabinete do Ministro da Guerra, Costa e Silva.

Vitorioso o Movimento, antes de ir para o Gabinete, passei alguns dias na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que funcionava no prédio onde se localizava a Casa da Borracha, na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro.

A 22 de abril de 1964, Portella e nós, que com ele estávamos na Secretaria do Conselho, fomos para Brasília, servir no Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, o Escav. No ano seguinte, aprovado em concurso, fui nomeado Redator Brasileiro da Military Review, em Fort Leavenworth – Kansas, Estados Unidos. Ao voltar, servi no SNI e no Estado-Maior do Exército, onde acompanhei todo o processo revolucionário até a transição que se operou com a transferência da Presidência da República do General Figueiredo para o Presidente José Sarney.

Escolhido pelo Senador Tancredo Neves, Presidente-eleito, e nomeado pelo Presidente Sarney, fui Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, do qual me exonerei por não concordar com a perseguição que se pretendeu fazer a um policial honrado, designado Superintendente da Polícia Federal do Ceará, acusado, sem provas, de haver participado de torturas. Era o início do “revanchismo”.

Com a saída da Polícia Federal nessas circunstâncias, encerrou-se minha participação no processo revolucionário.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

As raízes do Movimento de 31 de Março de 1964 têm sido bastante estudadas, de maneira que a elas vou me referir de forma bastante sintética. Parece-me dever concentrar-me em episódios de que participei, ou dos quais tenha conhecimento especial. As causas do Movimento remontam à renúncia do Presidente Jânio Quadros. Participei do episódio como oficial de logística do Grupamento de Unidades-Escola. Esta GU deslocou-se para os limites entre S.Paulo e Paraná, a fim de atuar contra as tropas que haviam divergido da posição dos ministros das Forças Armadas, de não dar posse na presidência ao Vice-Presidente João Goulart. Lembre-se do documento profético daqueles ministros, mencionando a incompetência e as ligações de Jango com a área subversiva, que o faziam incapaz para o desempenho das funções de Presidente da República. Anos depois, Ulysses Guimarães, o "Doutor Ulysses", iria chamá-los de "os três patetas".

Causa imediata da Revolução, a "gota d'água", foi a reunião de sargentos no Automóvel Clube do Brasil, a 30 de março, com intensa participação do Presidente João Goulart. Creio que não deva estender-me mais sobre o assunto.

A guerra fria e a Revolução

A Revolução de 31 de Março tornou-se um episódio menor no panorama mundial da guerra fria, porque venceu fulminantemente. Mas o Movimento foi extremamente relevante no cenário latino-americano[1]. Passou-se aqui o que acontecia em tantas outras regiões do mundo, ou seja, uma disputa de área de influência entre a União Soviética e seus satélites, de um lado, e aqueles países que não queriam sucumbir ao jugo comunista e que, naturalmente, alinharam-se com as potências ocidentais, e em particular os Estados Unidos. Que isto não sirva, como fazem as esquerdas, para afirmar que o Movimento de 1964 foi fomentado e apoiado pelos Estados Unidos. Não! Ele foi um movimento autenticamente nacional.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de Março de 1964

O panorama político brasileiro anterior a 31 de Março de 1964 é outro capítulo sobre o qual acredito deva ser sucinto, pois sobre ele muito se tem escrito. Não há como os jornais da época para proporcionar uma visão bastante

[1] Lembre-se da frase do Presidente Nixon, quando da visita do Presidente Médici, em 1971: "Para onde for o Brasil, para lá irá a América Latina." Frase que despertou ciúmes em muitos países latino-americanos. *"Não há como a verdade para ferir..."*

precisa – e dramática – do cenário de anarquia, de incompetência do Governo Jango; e do conseqüente resvalamento do País para um regime, se não comunista em um primeiro estágio, mas, pelo menos, de esquerda radical.

Aprovação do Governo Goulart

O clima de insatisfação existente em relação ao Governo Jango é evidenciado por vários fatos, mas pode ser sintetizado em um único deles: o Movimento de 1964 se processou em 24 horas, sem que tivesse ocorrido confrontação armada. Houve uma quase unanimidade nacional que representou a culminação de um elenco de manifestações, quer de caráter popular, quer do Parlamento e da imprensa, expressando a insatisfação e, mais que isso, o descrédito do Governo e, em particular, de Jango. Basta citar a manchete de primeira página de 1º de abril de 1964 do, à época, prestigioso *Correio da Manhã*, referindo-se ao Presidente João Goulart: Fora!

A Igreja e o Governo Goulart

Para os jovens de hoje, entender a posição da Igreja naquela época é bastante difícil, pois, atualmente, se encontra muito dividida e tendendo para a esquerda. Em 1964, porém, a Igreja estava alinhada com a opinião pública nacional, amedrontada com a marcha do Brasil para o comunismo. Nunca será demais insistir nesse temor da comunização do Brasil, pois há quem pretenda ter-se tratado de uma fobia dos militares. O apoio da Igreja em 1964 foi praticamente unânime, ressalvada a fração que depois se mostrou estar alinhada com o catolicismo "progressista", ou melhor, marxista; mas este era praticamente inexpressivo. Os grandes líderes da Igreja alinharam-se com a Revolução de 31 de Março de 1964. Exceção marcante foi o Arcebispo de Brasília, D. José Newton.

"Ligas Camponesas", "grupos dos onze" e movimentos semelhantes

Sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze", o que sei é o que li nos jornais. Tratava-se, o primeiro, de movimento mais interessado na subversão do que na reforma agrária. O segundo, exclusivamente na subversão. Mas não tive qualquer contato especial com eles.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 31 de março. Exemplos

Falar no que se passava no meio militar e sobre o ambiente existente nos quartéis é algo delicado. Mas que deve ser dito.

O General Cordeiro de Faria, em depoimento que deu à Fundação Getúlio Vargas, usou uma expressão cáustica sobre o Exército. Disse ele:

– O Exército dormiu janguista e acordou revolucionário.[2]

Parece exagero, mas o comentário não está longe da realidade. Havia no Exército uma grande massa que não demonstrava maior preocupação ante a ameaça janguista, que não queria se engajar; e uma minoria de militantes, como sempre acontece, extremamente ativa. Os movimentos nunca são feitos por maiorias; uma minoria os faz. O resto segue na esteira.

No entanto, existia em todo o Exército um temor silencioso, um desejo difuso de por fim, de alguma maneira, à desordem e à subversão. Atestado desse ambiente foi o fato de nenhum corpo de tropa ter resistido, ou se oposto, ao Movimento. Houve, é verdade, dentro de algumas Unidades, grupos de sargentos e um ou outro oficial que, por convicção ideológica se alinharam com o outro lado – porque havia no Exército uma penetração da esquerda, pequena, mas ativa. Houve, também, o contingente de aventureiros, a pensar que estava apostando no vencedor. Fora isso, criou-se dentro do Exército uma massa crítica, a qual, deflagrado o Movimento, deu lugar a uma reação em cadeia, fazendo com que ele e as duas outras Forças Armadas, com o sólido suporte popular (que não tiveram na renúncia de Jânio), determinasse a vitória–relâmpago da Revolução.

O desencadeamento da Revolução

O grande catalisador do desencadeamento da Revolução no Brasil, e isso parece pacífico, foi o comício de 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A ele o Presidente vai, e faz uma pregação subversiva a subtenentes e sargentos. Esse evento não foi algo isolado, mas a culminação de vários outros, como a revolta dos marinheiros, o comício da Central etc. Porém, aquele comício do Automóvel Clube do Brasil, no dizer até de vários líderes de esquerda, foi a "gota d'água", no copo que já estava cheio.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: movimento reacionário?

Qualificar de movimento reacionário a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* é um claro exemplo de manipulação da semântica, atividade em que são especialistas as esquerdas. Aliás, estamos "encharcados" por essa semântica que,

---

[2] Camargo, Aspásia & Góes, Walder de: Meio Século de Combate – Diálogos com CORDEIRO DE FARIAS – Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 1981 (pág. 566).

com muito sucesso, aliás, estabelece a dicotomia: tudo o que não for de esquerda é fascista. E todos nós acabamos, de certa forma, adotando-a. Vejo, freqüentemente, falarem: que tal coisa é uma atitude *fascista!* Ora, porque não dizer que é uma atitude *comunista*! Afinal, fascismo e comunismo estão extremamente próximos no autoritarismo e na intolerância. Então, dizer que a *Marcha* foi reacionária, realmente, é uma manipulação semântica.

Forças Armadas – Exército: Intérpretes da vontade nacional

Em 1964, as Forças Singulares, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional. Há provas exaustivas de mais esse exemplo da histórica sintonia do Exército com o Povo. Uma dessas provas foi a unanimidade que houve em todo território nacional – governadores, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, artigos de jornais e a decisão do próprio Congresso, que declarou vaga a Presidência. Aliás, se houve "golpe", foi esse. No Congresso, não houve resistência efetiva, apenas uma oposição muito pequena à declaração de vacância da Presidência da República, quando Jango ainda estava em território nacional, no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o fato de ter havido oposição dentro do Congresso desfaz a idéia de um "golpe" militar, porque golpe militar não tolera oposição: prende-se todo mundo e, quem não tiver de acordo, paciência. Lembre-se, a propósito, da homenagem prestada pelo Congresso às Forças Armadas, pouco após a vitória na Revolução.

Mudança da ordem institucional: a Revolução comunista em andamento

Nos primeiros meses de 1964, tornou-se claro estar em andamento uma revolução de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil. Lembre-se da frase famosa e imprudente de Luís Carlos Prestes, que corrobora essa afirmativa: "Nós já temos o governo, só nos falta o Poder". Isso é algo muito bem documentado, e é preciso uma ginástica enorme de desinformação, para tentar obscurecer os fatos.

Participação pessoal na Revolução

Passando à minha participação pessoal na Revolução, comecemos pelos pródromos do Movimento.

Como todo brasileiro, civil ou militar, sofri o clima de inquietação, de medo mesmo, ante o que acontecia e estava por acontecer. Não estando disposto a viver

em um país sob um regime semelhante ao de Cuba, cheguei a uma encruzilhada: ou me engajava em alguma coisa, ou ia embora do Brasil.

Houve companheiros que escolheram outra via, pediram licença do Exército e foram trabalhar em empresas privadas. Cheguei a pensar em fazer o mesmo, e dei alguns passos nesse sentido, valendo-me do fato de ser bacharel em Direito. No entanto, dei-me conta de que, mesmo fora do Exército, continuaria insuportável viver num país com um de regime comunista; ou comunistóide, como seria mais provável.

Como, já disse, instrutor da Escola de Guerra Naval, participei daquele processo de degradação da Marinha: o episódio no Sindicato dos Metalúrgicos e a marcha dos marinheiros, que vieram com a Bandeira Nacional à frente, algo carnavalesco. Houve, nesse momento, o episódio histórico de grande coragem do Comandante Branco, que correu de encontro à passeata, e arrancou a Bandeira das mãos dos baderneiros[3].

Decidi ligar-me a elementos que estavam conspirando para a eclosão de um movimento que pusesse um paradeiro àquilo, vindo a incorporar-me ao grupo chefiado pelo à época Coronel Jayme Portella de Mello.

Como se conduziu esse grupo?

O Portella era uma figura bastante interessante. De poucos amigos, tratava a estes de modo fraterno, mas conspirador nato, mostrava-se extremamente avaro na partilha de informações. Por outro lado, quem o tivesse como inimigo, não precisaria de outro. Era uma pessoa objetiva, determinada. Nunca percebi nele vestígios de intelectual, nunca detectei intimidade sua com os livros. Em compensação, provou ser inteligente e possuir fino senso político e notável capacidade de manipulação de pessoas.

Portella nos mandava fazer ligações com os colegas do Rio de Janeiro, reservando-se – esse era seu temperamento – os contatos com os grandes personagens da Revolução, como os generais Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar (Juiz de Fora), e Cordeiro de Faria (sem funções desde a renúncia de Jânio), no Rio. E, naturalmente, Costa e Silva, seu chefe no Departamento de Produção e Obras (DPO). Não se fale de Castello, de quem o separava mútua e declarada ojeriza. Portella fazia largo uso da expressão "revolucionário autêntico", que irritava Castello, a ponto de, em discurso feito como Presidente, sobre ela exercitar sua mordacidade. Ligado a Costa e Silva e a Cordeiro, dois generais que não se entendiam, para dizer o menos, Portella provava notável habilidade, preservando a amizade dos dois, e participando dos grupos de cada um deles. Mesmo com certos castelistas, como o General Meira Mattos, mantinha relações estreitas.

---

[3] CMG, Rafael de Azevedo Branco, depois Almirante e Ministro do Superior Tribunal Militar.

Portella foi um elemento extremamente importante na preparação da Revolução no Rio. Rompemos relações, depois, e ficamos inimigos, mas isso não me impede de valorizar esse papel, a par de sua forte personalidade, retidão e honestidade. Homem que esteve em altíssimas posições; morreu pobre. Possuía uma determinação feroz: tinha que derrubar os "comunas" e os "gregórios", como estigmatizava os que se haviam alinhado com o Ministro da Guerra, Marechal Lott, em 1955, no golpe preventivo para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, a quem chamava o "Juça". Portella foi o grande "catequista" de Costa e Silva para a Revolução. Seu livro "A Revolução e o Governo Costa e Silva" é um testemunho valioso, pormenorizado, essencial para a história do Movimento de 1964[4].

Costa e Silva, General-de-Exército, Diretor do Departamento de Produção e Obras, era o chefe de Portella, que com ele mantinha muito bom relacionamento. Contou-me ele que, certo dia, Costa e Silva chamou-o e indagou, matreiro:

– Portella, está havendo uma conspiração aí. Que negócio é esse?

– É, tenho ouvido dizer isso – respondeu o Portella, "malandro" que era.

– Olhe, vá dizendo logo, porque eu sei que você está metido nisso.

Em seu livro, Portella dá versão diferente ao início de suas relações de conspirador com Costa e Silva, e defende-o da qualificação de revolucionário de undécima hora, a qual reserva para Castello. Na verdade, o Chefe do DPO, ao falar com seu subordinado, já deveria estar conspirando, embora àquela época, ninguém "abrisse o jogo".

Com o correr do tempo, passaram a conversar. Costa e Silva, segundo o Portella, pretendia, ao eclodir o Movimento, ir para São Paulo, onde havia sido Comandante de Região. No Rio, não dispunha de tropa, mas em S. Paulo contava com largo círculo de amizades, a começar pelo Comandante do II Exército, General Amaury Kruel. Os dois eram fraternais amigos desde o Colégio Militar de Porto Alegre.

Portella contou-me, ainda, ter dito a Costa e Silva estar ele enganado. O Rio de Janeiro não estava perdido. Havia muita gente "nas encolhas", mas na hora decisiva haveria de se alinhar conosco. Os dois estreitaram essa troca de idéias, até a eclosão do Movimento.

Que nem Costa e Silva nem outro conspirador contava com tropa no Rio, disposta a levantar-se, parece-me um fato. Certa feita, Portella mandou-me ao apartamento do então Coronel João Baptista Figueiredo, à Rua Conselheiro Lafayette, em Copacabana, para participar de "uma reunião com oficiais da tropa da Vila

---

[4] Editora Guavira Ltda. – Rio de Janeiro, 1979. O livro teve cooperação do Coronel José Maria Covas Pereira. Colaboração bem maior do que admite aquele que foi o mais competente e fiel colaborador de Portella.

Militar". Lá encontrei dois coronéis e, à certa altura da conversa, perguntei-lhes a que Unidades pertenciam. Nenhum servia na Vila, ambos tinham funções burocráticas...

Alarmado, dei conta da reunião a Portella, que sorriu. Espere, respondeu, enigmático; e pleno de razão. A voz silenciosa do Exército falaria na hora certa.

Minha participação, na fase de eclosão do Movimento, envolveu um insólito e revelador contato com Costa e Silva, sobre o qual me estenderei mais adiante. Antes disso, vale relatar alguns acontecimentos ocorridos nos dias imediatamente anteriores à Revolução.

Às vésperas do 31 de março, houve uma reunião no Clube Naval. Meu colega, Tenente-Coronel Ruy de Castro, e eu fomos ao Clube, onde assistimos àquela sessão melancólica, em que não se resolveu nada, já que nada se podia resolver, pois não mais havia uma estrutura de comando da Marinha. A horas tantas, chegou a notícia de que Kruel havia se levantado em S. Paulo. Houve palmas, mas logo se constatou tratar-se de boato.

Na manhã do dia 31, saí de meu apartamento em Botafogo, para encontrar-me com o Ruy de Castro que morava na Tijuca. Fui de carro e, ao passar em frente ao Palácio Guanabara, vi-o cercado por tropas. Alguma coisa havia acontecido. Voltei para Botafogo, para o edifício de apartamentos do Portella, imóvel muito modesto, sem elevador, situado em uma vila transversal à Rua Real Grandeza. Ao chegar ao apartamento, a mulher de Portella, Dona Cylene, emocionada, mas exultante, disse-me:

– Olhe Coronel, "estourou" a Revolução em Minas, e o Jayme está no apartamento do vizinho, aí em frente.

Portella estava ao telefone, e anunciou-me, apenas com um sorriso:

– Recebi uma ligação do Mourão, a Revolução começou em Minas!

– Coronel! Vamos cair fora daqui, porque essa vila está mais do que referenciada, respondi.

Pensava que eles (o pessoal do Jango) eram competentes, tinham um serviço de inteligência nos acompanhando. Em seu livro, para dar um tom heróico às nossas atividades de revolucionários, Portella fala em ruídos indicando escuta telefônica e na intensificação de buscas do I Exército, para localizar os "QG" revolucionários. Nada disso existiu, ficou provado, após o desmoronamento do Governo Jango.

– Para onde nós vamos? – perguntou o Portella.

– Vamos para a minha casa, respondi.

Não havia outro lugar para ir, prova de que nada havia sido planejado. Assim, fomos para o meu apartamento, ali perto, à Rua Voluntários da Pátria, 410. Um aspecto pitoresco do episódio, porque nesse mesmo edifício morava, nada mais nada menos, do que Luís Carlos Prestes e sua filha Ana Leocádia. Encontrávamo-

nos no elevador, de vez em quando. O carro de Prestes na garagem era cedido por um deputado comunista, Roberto Morena, se não me engano. Vê-se que o lugar não era muito saudável. À falta de alternativa, fomos para lá.

Portella deu telefonemas e mandou telegramas para Niterói e para outras cidades, anunciando à sua turma – "os meus meninos" – como chamava – a deflagração do Movimento em Minas.

Hoje, pode parecer estranho, mas, a 31 de março, ninguém sabia do início da Revolução em Minas. Até mesmo no Quartel-General (QG), pouquíssimos sabiam. A cidade estava em completa tranqüilidade. Mourão e Magalhães Pinto haviam selado as fronteiras de Minas, e a um telefonema do Rio, perguntando o que estava ocorrendo, Mourão respondera, mesmo depois do deslocamento das tropas:

– Não, aqui está normal, aqui não há nada. Estava no papel dele.

De minha casa, Portella e eu fomos para um apartamento à Rua Duvivier, em Copacabana, residência do Dr.Aurélio Guimarães, falecido há pouco tempo. Aurélio era médico, e se dizia coronel. Até hoje não apurei o porquê do coronel, mas o fato é que se tratava de corajoso e entusiasmado partidário da Revolução. No apartamento, estava o pessoal do grupo do Portella e Costa e Silva: General Syseno Sarmento, Coronel Munhoz, tenentes-coronéis Epitácio, Massa e outros.

Às horas tantas, explodiu no apartamento um telefonema de Costa e Silva a Portella. O General anunciava que iria para o QG (o então Quartel-General do Exército, na Praça Duque de Caxias – Campo de Santana.).

– Mas General, o senhor vai para o QG?! A Revolução "estourou" em Minas, e o senhor vai para lá?! – perguntou admirado Portella. – Costa e Silva explicou que não queria ir. Mas acrescentou:

– O Castello está lá. Não sei o que deu na cabeça dele. Disse-lhe que não fosse e ele foi. Não vou deixá-lo sozinho[5].

Nenhum de nós aceitou a explicação, e passamos a conjecturar sobre ela.

Eram típicos do Costa e Silva esses rompantes, esses lances gauchescos, no caso, um tanto sem sentido. E lá se foi Costa e Silva para o QG. Não terem prendido os dois dá uma idéia do que chamavam o "dispositivo militar" do Governo. Chegaram a mandar fechar os portões e não deixar ninguém sair. Mas Castello, Costa e Silva e os seus oficiais saíram. No pátio do QG, estava estacionada uma Bateria do Grupo de Canhões de 40mm (G Can 40). Esta Unidade, por sinal, era comandada por um

[5] O General Carlos Luis Guedes, em *Tinha que ser Minas* - Editora Nova Fronteira, 1979, escreve que Castello, depois de tentar convencê-lo a mandar a tropa de Minas de volta aos quartéis, foi para seu gabinete no Estado-Maior do Exército, pois estava certo do fracasso do Movimento. Até hoje, não encontrei outra explicação para a ida de Castello para o QG.

parente meu, Tenente-Coronel Celso Freire de Alencar Araripe, que era janguista. Na renúncia do Jânio, oficial do Estado-Maior do Grupamento de Unidades Escolas (GUEs), fiquei contra a posse do Jango. Celso apoiara a posse. Vitoriosa a Revolução, nos encontramos, e ele comentou melancólico: "Não tive dúvidas de que lado estava você. Coisas de política."

Permanecemos no apartamento do Aurélio, com a alma em pedaços, esperando o pior. Comentávamos:

– O nosso chefe vai ser preso, e esta Revolução vai abortar, vai dar em coisa nenhuma.

As informações eram extremamente precárias. De Minas não vinha mais nada; tudo o que se sabia era que o Mourão havia "saído". Mais tarde, informou-se que Magalhães havia lançado um manifesto, e Mourão, outro. Chegavam notícias nebulosas, desconexas... A Vila Militar está se movimentando... Mas ninguém sabia para onde nem de que lado.

No apartamento de Aurélio, Portella recebeu uma informação, aliás, uma ordem – deveríamos nos deslocar para a casa de Carlos Eduardo Marcondes Ferraz – o Carlô, amigo de Costa e Silva – à Rua Estácio Coimbra, 84, que Portela em seu livro chama de "QG 1". Aliás, os três QGs mencionados por Portella e, provavelmente todos os outros, eram simples apartamentos de simpatizantes da Revolução, onde se reuniam os oficiais com ela comprometidos, "estados-maiores". O emprego dos termos "QG" e "estados-maiores", exige certa "licença revolucionária". As atividades dos oficiais nos apartamentos se resumiam em dar e receber telefonemas, no único aparelho existente. E, como o que mais faz o soldado na guerra, esperar...

Tais coisas não são ignoradas pelas esquerdas, mas nenhum interesse têm elas em alardeá-las. Mais vale cultivar o mito de terem sido vencidas por uma Revolução sinistramente preparada pelos militares, com a ajuda dos Estados Unidos.

Estácio Coimbra é o nome de uma rua sem saída, note-se, transversal da São Clemente, em Botafogo. A ela cheguei, no início da noite, e encontrei, no seu extremo, uma casa luxuosa e um ambiente meio de *society*. Serviam-se cafezinho, biscoitos. A conversa corria animada. Costa e Silva dominando o ambiente. Até então, eu não o conhecera pessoalmente. Pareceu-me um cenário um tanto "feliniano": que Revolução é esta, em que nós estamos numa casa de um rico senhor, a especular sobre o que estaria acontecendo no Rio, em S. Paulo e em Minas, a tomar cafezinho e a comer bolinhos? – pensei, um tanto inquieto.

O cenário parecia confirmar o dito que corria entre nós, de que nossas conspirações eram de "fritar bolinho". Reuniam-se oficiais num apartamento, a dona da casa fritava uns bolinhos, trazia-os juntamente com o cafezinho, e lá ficávamos

até tarde, falando mal do Governo e de como afastá-lo. Tudo sem nenhuma objetividade, porque, como disse, não existia base militar e planejamento para a Revolução. Nós militares somos visceralmente legalistas e cultores da hierarquia e disciplina. Rebelar-se fora da cadeia de comando não faz parte da nossa cultura. Da cultura da minha geração, é claro. A de Cordeiro de Faria era diferente, os oficiais, com freqüência revoltavam-se, abandonavam tudo, carreira, família, para se baterem pela causa revolucionária. Cordeiro tinha dificuldade em conviver com essa diferença, mas é certo que os que se engajaram na Revolução de 1964 o fizeram com a mesma disposição dos revolucionários da década de 1920.

O cenário da Estácio Coimbra foi me deixando alarmado. Chegavam boatos de que o Governo mandara comprar (na Casa Garson, precisava-se), cinqüenta gravadores para monitorar os telefones. Por essa e outras informações, achava absurdo permanecermos dentro de uma casa situada no fundo de uma rua sem saída, recebendo e fazendo ligações telefônicas pela rede comercial. Na verdade, porém, o ambiente era esse, mais para o "society" que para o revolucionário. Vitoriosa a Revolução, comentando o episódio com o Marechal Ademar de Queiroz, homem de inteligência e humor, ouvi dele que no seu grupo se passava coisa semelhante, e que quando alguém lhe assinalara o ambiente de "esculhambação" (sic), ele contestara: – Sossegue. Do lado de lá (do Jango), a "esculhambação" é muito pior. "Piioríssima", diria José Dias, como nos contaria Machado de Assis.

No meio da noite, testemunhei um telefonema de Costa e Silva para Kruel, em que o primeiro dizia:

– Amaury (General-de-Exército Amaury Kruel), você não sai? Nós estamos esperando você!

Não sabíamos o que o Kruel respondia, e Costa e Silva continuava falando alto, pois era aos berros que se falava nas primitivas ligações interurbanas de antes da Revolução.

– Isso é coisa do Aluízio, que está te atrapalhando. Manda ele embora e sai.

Aluízio, Aluízio de Miranda Mendes era o General Comandante da 2ª Divisão de Infantaria, e Kruel, falando do QG do II Exército, parecia contemporizar. Falaram bastante. Terminada a conversa telefônica de Costa e Silva com o seu amigo e compadre Amaury, agravou-se o meu desespero ante as mirabolantes notícias sobre os gravadores da Casa Garson. Com irreverência, antiga e incurável – eu não conhecia o Costa e Silva, nem lhe tinha dado "boa-noite" ao entrar – aproximei-me do General e disse-lhe:

– Oh General! O senhor não pode ficar aqui. O senhor é o nosso chefe da Revolução e está falando com o Comandante do II Exército. Vamos ser todos engaiolados neste fundo de beco. Vamos sair daqui! O senhor tem que sair daqui!

A resposta foi realmente estarrecedora. Disse ele, com toda a candura:

– Eu não tenho para onde ir...

– Não seja por isso. O senhor vai para casa do meu tio.

Era o único lugar. Na minha casa não dava, porque o Luís Carlos Prestes se encontrava no edifício.

– Posso ir para lá? - perguntou Costa e Silva.

– Pode. – Sem ter falado com o meu tio; decidi ali, na hora. E dei o endereço do apartamento.

Complementei:

– Vou para lá esperá-lo.

Eu havia pedido ao meu tio a chave do apartamento, avisando-o:

– Olhe, a Revolução vai estourar. Se der errado, se fracassar, vou-me embora do Brasil, não quero viver aqui. E pedira-lhe para tirar dinheiro do Banco e cuidar de minha família. Excessivamente dramático, admito, mas o desfecho da Revolução que, àquela altura tardava, era imprevisível.

Meu tio morava em Copacabana, à Rua Rodolfo Dantas, 97, apartamento 301, um apartamento de grande luxo. Chamava-se João Augusto da Fonseca e Silva, casado com minha tia, Alice Araripe da Fonseca e Silva. Cheguei ao escritório do apartamento, que era amplo, arrumei-o, mais ou menos, e, pouco depois, chegava Costa e Silva com o Ajudante-de-Ordens (Aj O), Capitão Hilton do Valle, e todo o grupo. Há pouco tempo, quando fiz palestra sobre Costa e Silva, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Valle e eu recordamos aquela noite. Acompanhavam Costa e Silva o General Syzeno Sarmento, o Tenente-Coronel Teotônio, enfim, o pessoal que ele chamava de seu estado-maior. Hilton do Valle trazia uma caixa de madeira clara, de forma altamente suspeita, contendo uma metralhadora INA. Todos tinham uma arma portátil, e nada mais. Era tudo improvisado. Não havia segurança... Nada que lembrasse um QG ou um estado-maior. Mas sobrava determinação de fazer o que fosse possível, sem nenhuma consideração para com os riscos incorridos.

Levei o grupo para o escritório. Bati à porta do quarto de meus tios e anunciei:

– Tio João! Não se assuste, mas o comando da Revolução está aqui.

– Está muito bem – respondeu ele, abrindo a porta, com mais naturalidade do que se eu houvesse anunciado a chegada de um outro sobrinho dele, vindo do Rio Grande do Norte, a sua terra.

Como estava, de pijama e todo descabelado, Tio João foi falar com Costa e Silva:

– General, o senhor disponha de tudo aqui. Tudo. Se precisar dinheiro...

Meu tio era um homem muito rico, e estava furioso com baderna nacional. Septuagenário e não mais trabalhando, estava disposto a tudo para opor-se a ela.

Apareceu então minha Tia Alice, anunciando:

– Vou fazer um café, não vou acordar a Rita.

Mais um flagrante pitoresco. A empregada chamava-se Rita, pessoa muito boa, muito querida, mas "janguista doente". Quando se falava mal do Jango, até saía da sala.

Minha tia trancou a porta da cozinha e fez café e sanduíches, para o Costa e Silva e para todos nós.

Quase ao raiar do dia, viu-se da janela o que pareceu um movimento suspeito, nas imediações do apartamento. Não era nada, apenas uns vagabundos que passavam. O local era de bares da boêmia carioca, mas o grupo achou melhor não arriscar. Também achei... Então, resolveram sair para outro apartamento.

Costa e Silva rumou para um apartamento, na Avenida Atlântica, de um civil seu amigo, se não me engano Comodoro do Iate Clube. Quanto a nós, voltamos para o apartamento do Aurélio. Finalmente, soubemos que Jango havia fugido. Era a noite de 1º de abril de 1964.

Quase tudo isso está registrado no livro do Portella, que é um depoimento muito interessante e minucioso sobre a Revolução e Costa e Silva. Depoimento compreensivelmente contaminado pela exaltação do Movimento de 1964 e pela admiração muito grande – e justificada – do autor pelo seu chefe.

Da minha participação pessoal, no que poderíamos enquadrar nas chamadas conseqüências, resume-se o seguinte: Costa e Silva se autonomeou Comandante-Chefe do Exército Nacional. De minhas Folhas de Alterações, consta ter sido eu, a 1º de abril de 1964, nomeado "para fazer parte de seu Estado-Maior". Costa e Silva mandou Portella assumir a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, localizada no prédio da antiga Casa da Borracha, na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana. Portella e eu a encontramos ocupada por uma equipe de oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, chefiada pelo Major José Tancredo Ramos Jubé.

A Secretaria fora deixada vazia, exceto pela presença de um delegado da Polícia Federal, Dr. Luiz Sette Câmara, por sinal primo de minha mulher, e de um soldado. Os oficiais da Secretaria, companheiros como Donato Ferreira Machado e outros tinham ido embora. Eram de esquerda e atuantes, tendo sido cassados. Portella deu-me um pedaço de papel onde escrevera o nome de alguns oficiais a convidar para o Conselho. Lembro-me de que um dos que chamou pessoalmente foi o João Figueiredo, então Coronel, também seu amigo. Mas Figueiredo já tinha compromisso com Castello. Tive um candidato pessoal, o querido colega de turma Tenente-Coronel Edmundo Adolpho Murgel. Organizamos as seções, cabendo-me a Seção de Informa-

ções, área em que possuía alguma experiência. Nas minhas funções, fiz contatos, recebi visitas e tive uma primeira visão da parte não ostensiva do 31 de Março.

Sobre visitas, e a propósito da adesão do povo à Revolução, há um episódio interessante. Portella, certa feita, chamou-me e ordenou:

– Araripe, estou muito ocupado, e há umas mulheres da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) que pediram uma entrevista. Você as recebe.

Ingenuamente, preparei-me para uma amena conversa com circunspetas damas da sociedade. A CAMDE era uma associação de senhoras, militantes, muito aguerridas, e que representaram papel relevante na mobilização do povo em favor do Movimento. Elas chegaram, bem vestidas, falantes, seguras. Nos sentamos, foi servido cafezinho de estilo, e em dois minutos a cerimônia havia sido posta de lado. Subitamente, uma das senhoras virou-se para mim e disparou:

– Os senhores estão pensando que fizeram a Revolução? Quem fez a Revolução fomos nós, os senhores aderiram.

Não estava longe da verdade. Cordeiro de Faria dá grande crédito à participação civil, em particular das mulheres, no desencadear da Revolução[6]. Esse fato contrapõe-se à qualificação de golpe militar do Movimento de 1964. Não há dúvida de que as mulheres foram atuantes, saíram para as ruas, fizeram discursos e reuniram gente. A Revolução andou mal em não lhes cultivar o apoio.

As senhoras, em coro, continuaram:

– Os senhores estão sendo muito moles com essa gente. Eles vão enterrar os senhores. A nossa Revolução vai para o "buraco" pela fraqueza dos senhores. Os senhores não sabem com quem estão lidando.

E muito mais disseram que, atônito, não pude guardar. Resumindo: passaram-me uma educada, mas severa descompostura. Eu não ia entrar em polêmica com elas, e só pensava que Portella me aprontara uma boa. Naturalmente, ele previra tudo, era "malandro", já conhecia bem aquele pessoal.

Limitei-me a responder à dura advertência:

– A senhora tem razão. Vou levar o assunto para o meu chefe etc.

Elas saíram, firmes, não satisfeitas, mas, pelo menos, bem atendidas. Foi outro episódio curioso de 1964.

Apareceram mais pessoas, para informar-se e para...aderir. Aliás, esse verbo foi extensamente conjugado, pós-31 de março. Contaram-me, eu não estava lá, o caso do Gabinete do Ministro da Guerra, que teria sido "tomado de assalto". Os

---

[6] Sempre faço questão de deixar claro que nós militares fomos a retaguarda da Revolução. A vanguarda foi a opinião pública e, dentro delas, as mulheres. *Meio Século de Combate... Obra cit. P. 548.*

membros do Gabinete do General Jair (Jair Dantas Ribeiro) saíram, e um pessoal novo assumiu, apossou-se das mesas. Alguns conseguiram "segurar-se" por lá. Nessa hora, está sempre faltando mão-de-obra qualificada. Mas, todo movimento no mundo é assim.

Na Secretaria Geral do Conselho, assisti ao delinear de um conflito virulento e de conseqüências lamentáveis para a Revolução, e para o Exército. Foi a guerra de atrito entre o "grupo Costa e Silva" e o "grupo Castello Branco". Sem economizar palavras, seus líderes odiavam-se. Portella não tolerava os Geisel, e não tolerava o que ele chamava "o pessoal da Sorbonne", que era o pessoal dos Geisel, Golbery à frente. Desse último, tinha ódio; em certa medida correspondido.

Portella queria permanecer como Secretário do Conselho, e Castello, que não era tolo, não iria permitir isso. Escolheu o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, à época fora do Exército, prestando serviços na polícia do Estado. Como ele, estavam outros oficiais, como o Tenente-Coronel Aviador Gustavo Borges, radical, que teve intensa atuação na Revolução. Era homem do Governador Carlos Lacerda, mas foi um dos raros lacerdistas das Forças Armadas a romper com seu guru, após aquela associação espúria com Juscelino, Jango e outros, na chamada Frente Ampla. Nunca mais quis conversa com Lacerda.

Em depoimento a Aspásia Camargo, a mesma que entrevistou Cordeiro de Faria, Lacerda queixa-se de não ter esse ex-colaborador e amigo entendido a Frente Ampla. Lacerda, com seu carisma, transmitiu a alguns oficiais de destacada ação no Movimento de 1964, amigos meus, a crença da validade da Frente. De minha parte, vejo-a como expressão da fome de poder de Lacerda e da ânsia de seus parceiros de Frente de voltar ao Poder.

É curioso como um homem de talento, genial, como era Carlos Lacerda, possa ter cometido um erro palmar daqueles. Castello tinha uma admiração profunda por ele, era o seu candidato à sucessão. Mas Lacerda colocou na cabeça que o Castello queria eliminá-lo da sucessão.

Castello colocou Ariel na Secretaria do Conselho, como disse, e Costa e Silva, nomeado Ministro da Guerra, designou Portella Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, em Brasília, o Escav. Posição importante, porque embora o Gabinete do Ministro ainda permanecesse no Rio, como foi o caso de grande parte dos órgãos de governo, Brasília ganhava força, tornava-se "a Corte" de fato. Lá se tem constante ligação, até visual, com o Poder. Costa e Silva, levando Portella para a Corte, conferia-lhe posição de prestígio e, o que é mais importante, dava-lhe o "ouvido do chefe". Indo com Portella, pude assistir, mas não participei, dessa luta surda entre ele e os líderes do "grupo Castello".

Portella, exímio manipulador, construía em torno do Costa e Silva toda uma legenda de ser ele o paladino da Revolução, o que não aconteceria com Castello que, Cristão Novo, aderira ao Movimento à última hora. O que era verdade, mas não resultava de covardia, tibieza ou aventureirismo, mas porque Castello era, visceralmente, um democrata. Não acreditava em soluções militares, não queria revoluções, queria preservar o Exército de envolvimento na política.

Castello Branco acreditava – e nisso, no meu entender, demonstrou extrema falta de capacidade de julgamento – que a crise de Jango se resolveria, como todas as crises brasileiras, através de um jogo político. Como acontecera com a renúncia do Jânio, sem haver o comprometimento do Exército, o apelo à força. Acreditava que seria possível terminar aquela desagregação com acertos políticos. Não queria a Revolução. Quando ela triunfou, fez o que lhe pareceu adequado para que fosse de curta duração. O resultado foi o contrário.

O General Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (Belo Horizonte), conta haver Castello lhe telefonado e, depois, telefonado ao Governador Magalhães Pinto, instando para que fizessem suas tropas voltar a quartéis, porque seriam massacradas[7]. Seguido o conselho, teria sido o desastre total. Alertado, o Governo de Jango tomaria medidas que fariam extremamente difícil nova eclosão do Movimento. Castello, com todas as suas inegáveis qualidades de chefe militar, no episódio, foi de uma falta de visão surpreendente.

Ele cismou que aquilo era uma "quartelada?

Castello cismou que o Movimento eclodido em Minas era uma quartelada, e ele não queria uma quartelada, até porque a julgava fadada ao fracasso.

O clima conflituoso com o Planalto foi muito estimulado por Portella. Ele construía a imagem de Costa e Silva e minava a de Castello e a do pessoal dele, a turma da "Sorbonne", como dizia. A questão era haver quem preconizasse o que chamavam uma "faxina", e Castello contemporizava com as punições, às vezes demasiado. Achava que os problemas podiam ser revolvidos através de cooptação, e não da punição. Na verdade, muitos gostariam de ser cooptados. Portella criou um ambiente em que se atribuíam à tibieza de Castello e do grupo dele os erros cometidos em não sancionar "a", "b" ou "c".

Isto era uma constante, até que um dia ocorreu um episódio fortuito, causador do primeiro forte atrito meu com Portella. Os processos de cassação saíam do Rio de Janeiro e iam, por intermédio do Gabinete do Ministro do Exército, diretamente para o Planalto, onde Castello os despachava. Não passavam

---

[7] Carlos Luís Guedes – Obra citada.

por mim, que era o Chefe da D-2, o serviço de informações do Escav, nem antes nem depois do despacho.

Certo dia, houve um curto-circuito nesse esquema. Recebi um envelope da Presidência da República, contendo o processo de cassação de um general. Dele constava um despacho insidioso de Castello: "Deixo de aplicar as sanções do Ato Institucional à vista das ponderações do Ministro da Guerra." Quando o processo "bateu" na minha mão, acordei: que história é essa! O fraco aqui é o Castello! E, agora, o Presidente escreve ter sido o Ministro quem recomendou a não punição!

Promovi uma reunião com alguns oficiais do Escav, em minha sala – iniciativa audaciosa, reconheço – e convidei Portella para ela. Peguei o processo de cassação e entreguei-lhe, perguntando:

– Que me diz o senhor disso?

Portella, curioso, tomou do papel e, ao perceber-lhe o conteúdo, ficou lívido e explodiu:

– Vocês estão querendo me pressionar! Jogo fora os "arreios" e vou embora.

– Veja, Coronel, a questão não é de pressão. O senhor diz que o fraco é o Castello, e olhe aí, quem não cassou esse malandro – retruquei.

Tratava-se de um malandro, mesmo. Não lhe digo o nome, já morreu. Mas o fato é que esse general foi para Brasília, no dia da Revolução, para ver o que dava. Chegou lá e aderiu, mas fora contra. Por isso, fez-se um processo, mas ele não foi cassado.

Eu sentia pelo Portella uma admiração muito grande, justificada pela sua determinação, correção e pela linha inflexível, invariável, em favor da Revolução. O episódio abalou nossa amizade. Foi o princípio. A partir daí, nossas relações se desagregaram e acabamos inimigos.

No segundo trimestre de 1964, o Congresso prestou uma homenagem solene ao Exército, pelo triunfo da Revolução. Poucos recordarão esse fato, e não sei de quem tenha conhecimento de um curioso episódio que teria tornado "histórica" a homenagem.

Foram designados oficiais do Escav para receber no aeroporto os generais que participariam da cerimônia. Um deles era Machado Lopes, Comandante do III Exército na renúncia do Jânio. Naquela oportunidade, inicialmente, ele formou com o Ministro da Guerra Marechal Denys, mas, pressionado por Brizola, virou a casaca e aderiu ao Movimento em favor da posse de Jango. Seu Chefe de Estado-Maior, General Antônio Carlos Muricy, discordou e foi para o Rio.

No dia marcado para a cerimônia, Ruy de Castro, meu amigo, que servia no Gabinete, encarregado das relações com o Congresso, chegou à minha sala e propôs:

– Araripe, vem aí esse *@#% (um palavrão) do Machado Lopes.

– A homenagem é para todo mundo – respondi.

– Mas esse canalha não pode ser homenageado. Foi ele quem deu origem a tudo que levou à Revolução!

Ruy falava com certo *parti pris*, porque tínhamos marchado para São Paulo com o GUEs, na renúncia do Jânio, para seguir contra o Rio Grande do Sul. Estávamos entusiasmados e, de repente, veio a solução do parlamentarismo. E Ruy continuou:

– Vou fazer o seguinte: vou pedir ao fulano, designado para receber o Machado Lopes, para trocar comigo. Vamos pegar o &*@%$ de carro, levá-lo para a Asa Sul e deixá-lo nu.

– Vamos largar um General-de-Exército nu, na Asa Sul?! Olha Ruy, essa idéia tem certas virtudes, mas francamente, não tenho coragem de fazer isso.

– Então, a gente pega e dá umas "porradas" nele.

– Não pode! O "cara" é velho! , argumentei, divertido. Ruy ainda insistiu, mas terminamos nos contentando em saborear a idéia. Que tinha suas virtudes, repito.

Machado Lopes, sem se dar por achado, ignorante do risco corrido, partilhou das homenagens tranqüilamente, depois de ter feito aquela "porcaria" no Rio Grande. E não se posicionou por convicção, como foi o caso do General Ladário Pereira Telles, anos depois. Ladário, meu comandante no GUEs, ficara a favor da posse de Jango, quando da renúncia de Jânio. Era a legalidade, argumentou inflexível, ainda que isso implicasse ficar contra o Marechal Odílio Denys, seu amigo. Resistiu a todos os meus argumentos para rever sua decisão. Fracassados os meus esforços, pedi para ser transferido. Ele me respondeu, melancólico:

– Não saia, porque vou perder. Não perdeu, venceu. Quando lhe disse que a sua vitória inviabilizara minha permanência no GUEs, tentou convencer-me a ficar. Não conseguindo, concluiu: Então diga para onde quer ir. Respondi: Para a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. E para lá fui, praticamente imposto por Ladário.

Ladário, em 1964, de forma coerente, ficou favorável à legalidade, à posse de Jango, indo para o Rio Grande, unindo-se a Brizola. Por esta e por outras atitudes, foi um dos chefes que mais admirei em minha carreira. Era um general. Mas, felizmente, não repetiu em 1964 o êxito que teve em 1961.

Aprovado em concurso para redator da Military Review, em 1965, prometera a Portella abrir mão da nomeação. O conflito levou-me a mudar de idéia, o que deixou Portella feliz. Apesar de inimigo, ao desligar-me do Escav deu-me um honroso e circunstanciado elogio. Assim era o depois General Jayme Portella de Mello, todo-poderoso Chefe do Gabinete-Militar do Presidente Costa e Silva.

Nos Estados Unidos, recebi a visita do Costa e Silva, evidentemente agastado comigo. Como já disse, quem tinha o Portella como inimigo, não precisava de outro. O Ministro tratou-me secamente, fez-me umas perguntas, meio tolas, sobre a Revista, dando-me a certeza de não freqüentá-la.

Mas era inteligente.

De cultura humanística deficiente, Costa e Silva era extremamente inteligente e sagaz. Via as coisas ao longe, possuía muito boa capacidade de julgamento e expressava-se bem. Inspirava confiança nos subordinados, decidia com oportunidade e rara firmeza.

Nós, oficiais do Escav, preparamos uma exposição sobre a Revolução, a ser feita por Costa e Silva, em São Paulo, e transmitida pelo rádio. Reunimo-nos durante horas, tentando prever perguntas e formular respostas. Tudo pronto, propusemos-lhe um treino para "enfrentar" os repórteres. Ele aceitou, mas ficou protelando, porque era um tanto preguiçoso, não era de gastar o tempo com o que não lhe interessava. Até que, um dia, como insistíssemos, respondeu:

– Me dá esse negócio aí.

Nós lhe demos o "negócio", um calhamaço. Ele não fez o treinamento proposto. Creio que nem leu o "negócio". Mas falou e respondeu com desembaraço de um velho conhecedor dos assuntos tratados.

Aliás, há no livro do Senador Auro de Moura Andrade, que foi Presidente do Congresso, um trecho de comentário de Adhemar de Barros sobre Costa e Silva, bastante expressivo: "Cuidado com ele. É muito mais esperto que nós, que todos nós".[8] Costa e Silva somava à argúcia a habilidade política. Basta dizer que manteve invariável lealdade a Castello, mas conseguiu se sustentar e preservar a ambição de sucedê-lo na Presidência, derrotando os desafetos castelistas.

Portella adquiriu influência crescente sobre Costa e Silva, começada com a conspiração e com ponto de inflexão no episódio da Comissão Militar Brasileira em Washington, a CMBW.

Dois ou três meses após ter assumido a chefia do Escav, recebi do Rio uma portaria com a nomeação do Portella para a Chefia da Comissão Militar Brasileira, em Washington. Portella era pobre como um "rato de igreja", seu apartamento era humilde, num terceiro andar, prédio sem elevador. Entreguei-lhe a portaria para que a entregasse a Costa e Silva, que a levaria à assinatura de Castello – uma "casca de banana". Portella reagiu, usando expressão muito de seu gosto.

---

[8] Moura Andrade, Auro de – *Um Congresso contra o arbítrio –Diário e Memórias – 1961-1967, Editora Nova Fronteira, 1985 – pág. 263.*

– "Seu Arthur" está enganado comigo. Não vou.

– O senhor vai para Washington, e depois volta.

– Eu não vou. Não fiz a Revolução para ganhar comissão no exterior. Me dá isso aqui.

Portella pegou a portaria e foi despachar com o Costa e Silva. Voltou sorrindo, e eu perguntei-lhe:

– Como é que foi a história?

– Disse a ele que se quisesse levar isso ao Presidente, que levasse também o meu decreto de transferência para reserva, porque não aceito, em hipótese nenhuma.

Não sei de colega que teria feito esse gesto.

Mas Portella não tinha gosto algum pelas coisas materiais. Queria Poder. Amava o Poder, mas nada de sua "pompa e circunstância". O "negócio" dele era o exercício do Poder, principalmente, para "arrebentar" os comunistas, os "gregórios" e os seus inimigos particulares. Levei a portaria aos camaradas de gabinete para que a assinassem, e a entregamos ao Portella, como lembrança. O episódio reforçou a nossa admiração por ele, e firmou-o na estima de Costa e Silva.

Conspirador por natureza, Portella cultivava o segredo e monopolizava o contato com o Ministro. Aos poucos, fui me dando conta de que o Chefe do Escav tinha uma rede de informações particular, muito superior à da D-2, chefiada por mim. Meu ressentimento foi agravado por ter acedido em ir para Brasília, a instâncias de Portella, pois minha mulher havia perdido um filho prematuro, e estava novamente grávida. Não podia ir para Brasília, onde se dizia serem Varig e Vasp os nomes dos bons médicos da cidade.

O conflito entre nós foi-se agravando, e chegou à troca de desaforos. Sempre tive dificuldade em conviver com a deslealdade e a invasão de minha área de atribuições. Como medida de precaução, fizera o concurso para redator da *Military Review*, assegurando a retirada do Escav.

Cumprido meu tempo na Military Review, voltei ao Brasil em 1966. Indicado pelo meu querido colega Octávio Aguiar de Medeiros, fui nomeado para o Serviço Nacional de Informações, o SNI, chefiado pelo General da Reserva Golbery do Couto e Silva.

Lotado na SC/2 - Seção do Exterior, mantive constantes relações de trabalho com Golbery, uma das culturas mais amplas e intelectos mais poderosos que conheci, dentro e fora do Exército. De longa data, mantinha com ele relações pessoais, estimuladas pelas nossas afinidades políticas.

Relembro outro episódio que ajuda a entender o ambiente do período revolucionário. Já no Governo Costa e Silva, nosso colega, Coronel Sérgio Faria

Lemos, assessor do Ministro da Fazenda, de Costa e Silva, Professor Delfim Neto, promoveu uma reunião de oficiais revolucionários, dentre eles Ruy de Castro, na casa do Tenente-Coronel Amerino Raposo. Analfabetos em economia, ouvimos uma fascinante aula do Ministro sobre sua pasta, e lhe fizemos várias perguntas. Guardei a impressão de tratar-se de um homem extraordinário, de inteligência ágil, capacidade de expositor e invejável senso de humor. Muito simpática a reunião.

No dia seguinte, os jornais noticiam: "Delfim sabatinado pelos coronéis". Costa e Silva, fulminante, mandou demitir todos os episódicos "alunos" de seu Ministro.

No meu caso específico, constava da relação de oficiais previstos para comandar no ano seguinte, mas tinha sido considerado imprescindível e não iria sair do SNI. Quando você é amigo, é importante. Em quinze dias, deixei de sê-lo. Telefonaram-me do Gabinete do Ministro:

– Araripe, que diz você de ir comandar o Grupo da Lapa?

– Grande honra para mim ser Comandante de Unidade de Artilharia. Fantástico para mim! Ótimo! Quando é que vou ser nomeado?

– Já, estou aqui com a Portaria assinada.

– Está bom, ótimo! Quando devo seguir?

– O mais depressa possível.

Só sei que saí do SNI um tanto às pressas, por causa daquela reunião, que vazou para a imprensa. Costa e Silva ficara uma "fera", achando que os coronéis estavam querendo mandar no seu governo. E queriam mesmo. Mas faltou-nos competência. Éramos idealistas e ingênuos.

No comando da Unidade, localizada na Cidade da Lapa (Paraná), participei da reação dos camaradas do Exército, ante agitação estudantil e tentativas de derrubar a Revolução, que resultaram no AI-5;

Os programas nucleares brasileiros

Passei para a reserva em 1975, trabalhei em duas empresas privadas, em S. Paulo e no Rio. Em 1979, meu amigo Medeiros levou-me novamente para o SNI, a fim de assessorá-lo no acompanhamento dos programas nucleares e de desenvolvimento de mísseis.

Se existe um assunto no Brasil, sobre o qual muito se fala, e pouco se conhece, é o Programa Nuclear brasileiro. Ou os programas nucleares. O Governo Geisel verificou que o País estava ignorando um ramo da tecnologia e, mais do que isso, um componente do Poder de importância vital, principalmente, para um País que, àquela época, aspirava tornar-se potência mundial. O Brasil havia deixado no limbo, por anos, a energia

nuclear. A única coisa que se havia feito, até então, fora comprar uma usina Westinghouse, para equipar Angra 1, numa transação desastrosa para o Brasil.

Quando se fala em energia nuclear, muitos pensam que Angra 1 e Angra 2 são duas usinas semelhantes. Não é verdade. Elas, apenas, são do mesmo tipo, a urânio enriquecido, refrigerada a água leve pressurizada. O grande erro de Angra 1 foi não ser uma usina contratada no modelo "turn key - chave na mão". Acreditava-se que um País com larga experiência em hidrelétricas, para construir uma usina nuclear, não enfrentaria algo muito diverso; dela poderíamos participar amplamente. Como conseqüência, o contrato de fornecimento da usina de Angra 1, pela americana "Westinghouse", contemplou forte participação brasileira no processo construtivo. Aproveitando-se disso, os americanos livraram-se de grande parcela de responsabilidade por esse processo. Angra 1, aliás, como outras usinas da Westinghouse no mundo, demandaram muitos anos, além do previsto, para entrar em funcionamento. Em Angra 1, aconteceu toda sorte de incidentes: incêndios, defeitos de equipamento, má gerência de fundos e tudo mais que é possível ocorrer de errado numa usina. No caso de Angra 2, do Programa de Centrais Nucleares do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, contratada com a alemã "KWU-Siemens", a dilação nos prazos de construção decorreu da falta de recursos financeiros e do retardo de decisões do Governo brasileiro.

No Programa do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, a construção é feita com crescente participação brasileira, sob o controle conjunto de brasileiros e da "KWU-Siemens", permanecendo com esta a responsabilidade final ao longo de todo o processo construtivo. Pronta, a usina só é recebida depois dos testes e da aprovação alemã. Não aconteceram em Angra 2 as barbaridades que houve em Angra 1.

Ressuscitar a energia nuclear foi uma das grandes iniciativas do Presidente Geisel, mas o projeto, incluindo o desenvolvimento e implantação de todas as instalações do ciclo nuclear, e a construção de oito usinas, foi demasiado ambicioso. No acompanhamento do Programa Nuclear do Acordo, trabalhei em estreita ligação com o Presidente da Nuclebrás, Embaixador Nogueira Batista, homem extremamente inteligente, dedicado e competente. Mas, ao Programa, faltou o que é essencial em qualquer projeto: a previsão de recursos. Eles não foram garantidos e eram extremamente vultosos. A sobrevinda da crise econômica da década de 1980 não suportou o esforço financeiro correspondente, e o Programa entrou em colapso. Das oito usinas, somente duas foram construídas, a um custo enorme, decorrente da ampliação dos prazos de financiamento.

O Governo Figueiredo, que sucedeu ao de Geisel, teve a grande virtude de, sobrevindo a crise financeira, lançar o chamado Programa Paralelo ou Autônomo,

bem mais modesto, mas com a vantagem de serem, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, feitos no Brasil. O Programa contou com a direção do Professor Rex Nazareth Alves, Presidente da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, um *workaholic* de extraordinária competência técnico-científica, e recebeu forte apoio de dois militares, generais Otávio Aguiar de Medeiros (SNI) e Danilo Venturini (Gabinete Militar). O Programa Autônomo produziu resultados importantes, levando ao domínio do processo de enriquecimento do urânio, ao desenvolvimento de outras tecnologias do ciclo do combustível nuclear e ao projeto de construção de um submarino de propulsão nuclear, conduzido pela Marinha. Trata-se de uma grande iniciativa do Governo Figueiredo, à qual o Presidente Sarney deu continuidade. O Presidente Collor matou-o com estardalhaço, emprestando credibilidade à crítica de que, apoiado por militares, visava à construção de armas nucleares.

Desengajamento controlado: o discurso do General Malan

As manchetes dos jornais de 15 de dezembro de 1970 reproduziam frases do discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Alfredo Souto Malan, preconizando o que chamou de " o desengajamento controlado das Forças Armadas de outras atividades que não fossem as de soldado, e o advento de um Brasil democrático, forte e livre. Estávamos no segundo ano do Governo Médici, nos, agora, cognominados, por importação do francês, "anos de chumbo".

O discurso fora proferido por Malan na solenidade de entrega de espadas aos novos generais, presente o Ministro Orlando Geisel. Eu tinha o encargo de assessorá-lo na feitura de certos documentos, como discursos dessa natureza. Ao receber a primeira minuta daquela fala, Malan comentara zombeteiro:

– Você está propondo um discurso de Presidente. O Médici não vai gostar. Mude esse texto.

Naquela época, perseguíamos o ideal de um Brasil, grande, forte. Tínhamos a convicção de que o País, crescendo como vinha, teria ponderável projeção no concerto das nações. O discurso que preparei refletia tal idéia. Reescrevi-o, abaixei-lhe o tom e entreguei-o ao General. Ele sorriu e plantou-me outra bandarilha:

– Agora deixei de ser Presidente e sou Ministro. O Orlando não vai gostar.

– Então, diga-me o que o senhor quer, porque eu não sei.

– Já vi que você não sabe mais escrever. Vou ter que eu mesmo fazer isso.

No dia seguinte, Malan teve um encontro com Geisel. Ele ia sempre conversar com o Ministro, o Orlando, como chamava, ao baixar a sua guarda de cerimônia,

não muito forte, e por mim sempre alfinetada. Horas depois, entregou-me duas folhinhas de papel que, ainda, tenho em casa, e perguntou:

– O que você acha disso?

Olhei o papel e resumi:

– General, isso dá um magnífico discurso. Mas será um discurso político.

Eu dizia o óbvio, por provocação, pois Malan a toda hora cortava uma conversa, acusando-me de trazer política para dentro de seu gabinete. Pretendia salvar as aparências, pois fazia a observação e deixava-me falar. Provocou-me:

– Então, escreva, vamos ver.

Escrevi. As linhas gerais do discurso são: uma breve introdução sobre as razões da participação do Exército no processo político; a seguir, explicava-se porque esse processo havia se intensificado, em grau nunca visto na nossa História; contudo, havia uma constante nessa participação militar: a certeza da sua transitoriedade, ou seja, em momento algum se pretendeu substituir os poderes políticos do regime democrático; a conclusão era de que já se desfrutava de um grau de segurança interna razoável para promover o desengajamento controlado do Exército do processo político.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e a primeira idéia de "Abertura"

Naquele discurso de Malan, pela primeira vez, foi lançada, em ambiente militar, a idéia da necessidade de uma abertura. A idéia da abertura, Malan provavelmente a trouxe "lá de cima", e eu fiz o "bordado", para justificá-la, fundamentar suas razões. Do meu ponto de vista, a oportunidade era excelente. As relações das Instituições com o Governo eram muito boas. Médici tinha um grau de popularidade que nenhum outro presidente alcançara, nem Juscelino, nem Getúlio.

A idéia do "desengajamento controlado" foi mais tarde reproduzida por Golbery, com o nome de "distensão lenta e segura". É a mesma coisa. Tratava-se de desmontar do tigre, sem ser por ele devorado.

Para tranqüilizar, ou melhor, não excitar muito o Médici, coloquei uma frase que dizia: "... deveria se pensar nisso, e o juiz dessa oportunidade seria o Presidente da República". Malan perguntou:

– Por que você diz isso? Por que colocou que ele é o juiz? O juiz é o País, não é o Médici.

– General, eu também acho, mas há que fazer uma concessão. Afinal, o homem é Presidente da República, não convém irritá-lo desnecessariamente.

Discutimos muito, mas ele concordou. O discurso ocupou as manchetes de todos os jornais do Brasil. Guardo-os em casa: *O Globo*, *Estado de São Paulo*. Foi um furor...

Há uma passagem que não consigo explicar satisfatoriamente. O ritual da solenidade de entrega das espadas, aliás, codificado por Malan com minha cooperação, tinha como complemento um almoço no Hotel Nacional. Orlando Geisel, com sua postura de imperador – não se dirigia a uma pessoa qualquer – conversava com Malan, no corredor em frente ao restaurante. Ao passar pelos dois, Malan chamou-me:

– Araripe, você tem aí uma cópia do meu discurso?

– Tenho.

– O Ministro está pedindo.

Entreguei a cópia a Malan que a repassou ao Ministro. Este comentou, aquele jeito sentencioso, a voz grossa, que eram a sua marca:

– Malan, seu discurso está muito bom. Discurso de estadista! Por que você não faz uma plaquette dele e distribui?

– Podemos fazer isso? – perguntou o Malan, virando-se para mim.

– Claro! – respondi e fui cuidar do assunto, antes que mudassem de idéia.

Geisel empregou uma palavra de origem francesa – *plaquette* – que há muito eu não ouvia. Chamei o Coronel Milton Wanderlei, meu adjunto, e mandamos fazer não sei quantas centenas de cópias, para distribuir em todo o Brasil: universidades, unidades, generais, políticos. Enviamos para tudo que foi lugar, em 24 horas. Wanderley e os ajudantes-de-ordem de Malan formaram dentre os poucos que haviam gostado do discurso. O Tenente-Coronel Eliano Moreira de Sousa, Assistente do General, era um entusiasta da idéia do desengajamento, e quem o conhece sabe que não era por ser Assistente.

A resposta ao discurso de Malan ficou bem aquém do esperado. Políticos, da oposição ao Governo, o exaltaram. Pedro Aleixo, Vice-Presidente de Costa e Silva, Amaral Peixoto, Tales Ramalho, Tancredo Neves e outros. Mas a maioria calou. Jornalistas, como Carlos Castello Branco, dedicaram-lhe análises elogiosas. Naquela época, a inflação estava em 10%, o crescimento em 10%, e não faltava emprego. Tudo estava dando certo, a popularidade de Médici era enorme. Além do que a lembrança de 1964 ainda estava viva.

Ullyses Guimarães, em 1964, fora co-autor de um projeto de Ato Institucional que previa cassações por 15, em lugar de 10 anos. Em 1970, na oposição, líder do MDB, exasperava-se: “Enquanto houver, cachaça, samba, carnaval, mulata e campeonato de futebol, não haverá rebelião no Brasil. O Corinthians segura mais o

povo do que a Lei de Segurança Nacional." Existe mesmo um desabafo do ex-Capitão Lamarca, terrorista em fuga para a Bahia: "Há três anos o Brasil está crescendo a 10% ao ano e a esquerda foi a última a saber." Tudo isso está registrado em livro do brasilianista "Thomas Skidmore"[9].

Quanto ao cidadão comum, perguntava ele: "Se está dando certo, para que mudar"; e não se aceitava a resposta de ser quando tudo está dando certo é que é a hora de mudar. Quando a situação está ruim, não se pode. Naquele momento, era hora de "desmontar do tigre". Se deixar o tigre com fome, ele nos devora. Aliás, a demora em desmontar vai-nos fazer perder bons nacos de carne abocanhados pelas jaguatiricas revanchistas.

Orlando, irmão do sucessor do Presidente Médici, Ernesto Geisel, era o Condestável do Governo. A ele, o Presidente confiou a área de segurança. Qual teria sido sua motivação, ao dar a Malan a pauta para o discurso do desengajamento – e há indícios de que deu – e ao sugerir a feitura da "plaquette"? Aí está um aspecto intrigante do discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O "Estado de S. Paulo", após uma seqüência de análises e de elogios ao discurso, publicou matéria criticando a omissão dos políticos ante a proposta de Malan.[10]

Quanto ao Exército, a reação foi negativa.

Desengajamento controlado: críticas & silêncio

A maior crítica dos militares foi a do silêncio. No Estado-Maior, ninguém falava no assunto. Pelo menos comigo não falava. Houve duas exceções, que eu saiba. Os generais Rodrigo Octávio Jordão Ramos e Vinício Nazareth Notare foram ao gabinete de Malan para cumprimentá-lo. O resto parece que não gostou. Malan disse-me ter recebido "pauladas", mas resistiu ao peso da minha indiscrição, não revelou de quem. Só me contou haver pedido demissão ao Geisel, que descartara a idéia.

O discurso de Malan voltou a ser mencionado por políticos e pela imprensa. Um ano depois de pronunciado o discurso, a revista *Veja* publicou o artigo "O Desengajamento Controlado", no qual assinala o que muito poucos viram: a motivação do discurso não é política, e sim reflete uma necessidade das Forças Armadas. Ainda em 1971, *O Estado de São Paulo;* em 1974, a revista *Visão;* em

[9] Skidmore, Thomaz – BRASIL – *De Castello a Tancredo* Editora Paz e Terra, 1988 – Traduzido do original em inglês *The Politics of Military Rule in Brasil – 1964-1985.*

[10] *O Estado de S. Paulo,* 19 Dez 1971 – p. 3 – "A fala de Malan cai no vazio da omissão".

1983 *O Globo*, voltam a falar no discurso de Malan. Mas falta, até hoje, uma análise crítica dos motivos pelos quais não se aproveitou aquela oportunidade para a desejável abertura.

Depondo sobre a abertura, em 1992, um general, aliás, talentoso ex-colaborador do Presidente Médici, opinou que se ele fosse um estadista, teria feito a abertura. Mas não passava de um Capitão de cavalaria, fulminou. O General Carlos Alberto Fontoura, em artigo no "Ombro a Ombro" contestou esse juízo. Profundamente injusto e preconceituoso.

A transição e Pedro Aleixo

A transição deveria ser feita por um civil habilmente selecionado. Pedro Aleixo, Vice-Presidente de Costa e Silva, por exemplo, revolucionário de forte personalidade, seria de difícil aceitação, por ter-se oposto ao AI-5. Aliás, meu bravo conterrâneo fora o único parlamentar a não aderir ao golpe de Getúlio, em 1937.

Médici, em depoimento prestado a um jornalista, pouco antes de falecer, disse que não teria sido viável ser sucedido por um civil, porque ainda havia a subversão. Realmente, a guerrilha de Xambioá não havia sido debelada. Embora em História seja difícil falar-se em hipóteses, é possível que a luta contra as esquerdas armadas pudesse ter sido ultimada sob um presidente civil, com forças policiais, desonerando o Exército desse ônus. Afinal, a subversão nunca conseguiu o apoio da população, que via, na ordem, a garantia do bom estado da economia.

O Presidente tinha um prestígio imenso. Sua figura inspirava respeito, parecia um grande patriarca. Ele e a família eram absolutamente intangíveis. Gostava de futebol. Que presidente arrisca-se a ir ao Estádio do Maracanã? Nenhum, só o Médici. Pediram-lhe um palpite sobre o resultado do jogo contra a Itália, pela decisão da Copa do Mundo de futebol de 1970, e ele acertou a vitória do Brasil por "4 a 1". Tinha o dom que Napoleão dizia ser indispensável aos generais: sorte.

É preciso restaurar essas verdades, contrapondo-as ao constante fustigamento à memória do Presidente Médici. Quanto ao desengajamento, perdeu-se a oportunidade, e nada mais há que fazer, senão melancolicamente, registrar essa perda.

Líderes da Revolução

O grande líder civil da Revolução, completamente esquecido, ou posto em segundo plano, é o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Ele teve mais coragem do que todos. Mobilizou seu Estado e administrou o bravo, difícil e

imprevisível revolucionário Comandante da 4ª Região Militar, General Olympio Mourão Filho. Conspirou com governadores, políticos e militares. Somou coragem e senso de oportunidade. Arriscou sua fortuna de banqueiro, pois se a Revolução fracassasse, a primeira coisa que fariam seria apropriar-se do dinheiro dele. Afirmou-se ter-se empenhado na Revolução para salvar seu dinheiro. Não precisava disso, colocava-o nas Bahamas, onde estaria bem protegido. O fato é que, sem Magalhães Pinto, dificilmente a Revolução eclodiria em março. É possível mesmo que um golpe de esquerda viesse a impedir qualquer movimento nosso. Lembre-se da frase do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes: "Não sei de que lado virá o golpe, mas sei que virá, e a primeira vítima serei eu."

Magalhães foi posto de lado por ter a ambição legítima de ser presidente. Nós militares nunca confessamos desejar postos ou funções, não achamos isso de bom tom. O máximo que conseguiu Magalhães vitorioso foi ser Ministro do Exterior, e somente terminado o período de Castello, no Governo de Costa e Silva. Quanto aos militares, o único que não queria ser presidente chamava-se General Emílio Garrastazu Médici. Todos os outros quiseram e perseguiram a Presidência, ou o governo de Estados. Por outro lado, terminados seus mandatos, nenhum Presidente militar admitiu a quebra da tradição republicana, aceitando uma prorrogação de mandato. E não lhes faltaram estímulos para isso.

Tivemos outros líderes civis, cujos nomes não me ocorrem agora. Daniel Krieger, por exemplo, foi um grande líder civil, Bilac Pinto, outro. Não os soubemos aproveitar e muito menos estimular vocações de líderes civis autônomos.

Sobre os líderes militares. Mourão e Guedes, em Minas foram os que tiveram a coragem de sair à frente, quando ninguém se animava a ser o primeiro. Depois deles, tudo foi mais fácil. Cordeiro de Faria, sobre quem publiquei um artigo no centenário de seu nascimento[11], foi um grande líder, homem muito injustiçado no Exército. Soldado, viu tiros disparados em combate, esteve na guerra, o que poucos podem dizer; tenente, muito moço, comandou um destacamento da Coluna Prestes; participou de revoluções, onde "arriscou o pelego"; fundou a ESG e foi governador. Tinha um jeito especial de lidar com as pessoas, um talento extraordinário para persuadir. Com tudo isso, sua receptividade dentro do Exército era fraca. Era um político, alegava-se.

O Marechal Denys foi outro chefe de grande importância. Já idoso, articulou, conspirou, e foi para Juiz de Fora, participar da eclosão da Revolução. Não tinha

---

[11] Araripe, Luiz de Alencar – Marechal Cordeiro de Faria – O Soldado e o Político – : Convivência e Conflito – *A Defesa Nacional,* nº 790 – Mai-Jun-Jul-Ago 2000.

tropa sob seu comando, mas conseguiu a adesão de um regimento comandado por amigo seu e que se preparava para atacar a tropa comandada por Muricy.

Kruel, no II Exército, Justino Alves Bastos, no IV Exército, o bravo Muricy, largando seu posto no Rio, para comandar a vanguarda de Mourão (clamoroso erro político de que Mourão haveria de se penitenciar), Meira Mattos, arrancando de Mato Grosso com seu batalhão, sem dar satisfações a seu vacilante general. E, por último, entretanto mais importante, Costa e Silva e Castello, camaradas, amigos, duas figuras que encontraram, na antinomia, os mecanismos hábeis para a integração.

A Revolução: Movimento exclusivamente brasileiro

Está fartamente provado que não houve auxílio externo, apesar de, por motivos óbvios, continuarem as esquerdas a dizer o contrário. Nos primeiros dias de abril de 1964, o então Coronel Vernon Walters, adido militar americano, esteve na Secretaria do Conselho, onde falou sobre navios americanos carregados de suprimentos e rumando para o Brasil. A rápida vitória da Revolução mandou-os de volta à posição onde ficam, prontos para serem orientados para áreas de crise. Tratava-se da Operação Brother Sam, da qual mais tarde se ouviria falar. O Senador Afonso Arinos, Ministro do Exterior escolhido por Magalhães Pinto para negociar o reconhecimento do Governo revolucionário de Minas, teria a missão de negociar, também, o apoio aos governos estrangeiros, inclusive ao americano. Mas nem houve tempo para isso, contou-me.

Walters fora oficial de ligação com a FEB, na Itália, e possuía largo círculo de amigos no Exército, a começar por Castello; amigos tanto revolucionários como partidários de Jango, como foi o caso do General Cunha Mello. Oficial de Inteligência, era seu dever manter informado o Governo dos Estados Unidos, diria o Conselheiro Acácio. Walters fez isso com a sua conhecida competência.

O desmoronamento e o "esquema militar" do Governo

Quando no Escav, em Brasília, ouvi – não é anedota, aconteceu – que Jango, no aeroporto de São Borja, ao embarcar no avião que o levaria para o Uruguai, voltou-se para o General Assis Brasil, seu Chefe de Gabinete Militar e disse-lhe, no melhor sotaque de gaúcho fronteiriço:

– General, muito obrigado por tudo. Agora, queria lhe dizer uma coisa: aquele seu dispositivo militar... Mas que dispositivo de m... E soltou o palavrão adequado.

Não havia dispositivo algum, a não ser que se dê esse nome a uns poucos oficiais e generais que estavam ao lado de Jango, uns por ideologia, outros por

puro aventureirismo. Excetue-se a figura por todos os títulos respeitável do General Ladário Pereira Telles, Comandante da 1ª Região Militar e que aceitou assumir o comando do III Exército em Porto Alegre. Pelos motivos que já expus.

Aventureirismo semelhante ocorreu na Marinha, onde se destacou o inefável Almirante de Fuzileiros Cândido Aragão. Assinale-se ter sido na Marinha que ocorreu o maior número de cassações.

Chefia e liderança: a iminência do combate

Ao agravar-se a desordem do Governo Jango, fui à casa do ex-Chefe de Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas, de quem me fizera amigo na Conferência de Desarmamento, em Genebra, para falar-lhe do desespero ante a omissão dos chefes militares. Ribas, que fora Chefe de Estado-Maior de Cordeiro, na FEB, procurou tranqüilizar-me, dizendo haver chefes militares que não estavam parados. Cordeiro era um deles, mas seu juízo sobre os colegas era devastador e traduz o que vi: "Os generais, com raras exceções, viviam de cabeça baixa. Todos eram contrários ao Governo, mas não tinha coragem de manifestar suas posições... a cúpula militar, é triste dizer isso, aderiu por força das circunstâncias."[12]

Não convivi com os oficiais da tropa que esteve na iminência de combate, como esteve o GUEs em 1961. Não posso julgar a motivação, os planos e o comportamento dos que saíram do Rio para combater a tropa de Mourão e aderiram. Agora, quem se rebelou, saiu de quartel e ocupou posição, para mim, já é alguém que merece respeito, porque a maioria ficou a ver "que lado dava". O General Walter Pires de Albuquerque, por exemplo, largou sua função aqui no Rio e, juntamente com alguns oficiais, foi se apresentar a Mourão, em Juiz de Fora. A AMAN, sob o comando de Médici, entrou em posição, para fazer frente aos que marchavam do Rio, evitando o choque dessas forças com as que viessem de S. Paulo. Deflagrada a Revolução em Minas, o IV Exército, sob o comando do General Justino Alves Bastos, levantou-se. Esse pessoal tem valor. "Há que se tirar o chapéu para ele."

Os cadetes da AMAN na Revolução

Li um opúsculo, escrito pelo Coronel Soriano, com depoimentos de oficiais que participaram do emprego da AMAN em apoio à Revolução, e verifiquei que seu comandante, General Médici, não tinha outra atitude a tomar.

[12] Meio século de Combate – Cordeiro de Farias... Obra citada, pág. 567 e 566.

Médici, em reunião de que participei no SNI, com o comparecimento do General Câmara Senna, Adido no Uruguai e em férias no Rio, falou da participação da AMAN na Revolução, da entrada em posição da Academia para fazer face às tropas que vinham do Rio de Janeiro, pela via Dutra, na direção de São Paulo. Integravam a coluna, que viera da Vila Militar, o Regimento Escola de Infantaria (REI) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA), ambos do Grupamento de Unidades-Escola.

Kruel era amigo do Jango e demorou-se a decidir. Mas, São Paulo trabalhou bem, assim como Pernambuco, graças às lideranças locais, militares e civis. Em outros lugares não foi assim. O Rio ficou “morno”. O pessoal saiu daqui simpático ao Movimento, e juntou-se à tropa de Mourão.

Havia uma “listinha”, que está comigo – poderia ter trazido – escrita à mão pelo Portella, com o nome de oficiais; ao lado de cada nome, ele colocava a classificação simplista: “nosso” ou “Gregório”[13].

Um Movimento sem ideologia

A esquerda estabeleceu uma dicotomia infernal: direita e esquerda. São de direita todos movimentos que não forem de esquerda. O Movimento de 31 de Março de 1964 não teve nenhuma ideologia. Foi contra: contra o comunismo, contra a quebra da hierarquia e da disciplina, contra a incompetência levada ao mais alto nível, da administração e da política do Governo Jango. Esse ponto, talvez, tenha sido mais significativo do que o comunismo, diretamente. Jango estancieiro, rico, não era comunista.

Muitas ações desenvolvidas ao longo da Revolução de 1964 se aproximam do ideário de esquerda. Uma delas, por exemplo, é o nacionalismo e a estatização, idéias às quais sou infenso. Chamar a Revolução de direita é esforço para estigmatizar os participantes do Movimento, especialmente os militares.

A Mídia e o apoio ao Movimento

A mídia apoiou a Revolução. Apoiou em massa. Em certa oportunidade, pesquisando sobre o discurso do General Malan, consultei microfilmes na Biblioteca Nacional, e lá recordei os títulos de jornais relativos ao combate ao terrorismo

[13] Gregório Fortunato era o nome do fiel guarda-costas de Getúlio, que se entregou ao tráfico de influência e se tornou personalidade poderosa. Foi o mandante do atentado em que morreu o Major da Aeronáutica Rubens Vaz e ficou ferido Carlos Lacerda. “Gregório” passou a ser o apelido desse tipo de auxiliar, e depois, foi aplicado aos que foram favoráveis à posse de Juscelino, à posse de Jango etc.

durante o Governo Médici. Todos eles elogiosos. O apoio era total, sem exceção, uns mais firmes outros menos, mas o apoio da mídia, principalmente dos grandes jornais, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, era claro. Todos a favor do combate.

Revolução, golpe ou Movimento de 31 de Março de 1964?

Substituir a palavra "revolução" por "golpe" é outro expediente semântico que as esquerdas manipulam. Revolução seria somente a soviética, a de Fidel Castro. E a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, a Revolução Americana etc. Em termos contemporâneos, revolução somente os movimentos de inspiração comunista. Mas na tradição brasileira, chama-se revolução a todos os movimentos armados que aconteceram, desde o Império até os nossos dias.

Embora não fosse tão profundo como devesse, o Movimento de 1964 representou uma ruptura violenta da ordem institucional, seguida de substancial modificação nas estruturas e nos processos de governo. Tratada inicialmente de Revolução, só mais tarde, com objetivos óbvios, os esquerdistas passaram a chamá-la de golpe – "golpe militar" –, deixando de lado Magalhães Pinto e todos os civis que, mais do que muitos militares, trabalharam pela Revolução. No Brasil, com Deodoro, nas deposições de Getúlio, na renúncia de Jânio, por exemplo, houve golpes de estado. Em 1930 e 1964, houve revoluções, na terminologia brasileira, até então aceita.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

Os governos da Revolução não podem ser reunidos sob a rubrica de governos militares, o que se faz com o objetivo de estigmatizá-los. Foram governos de presidentes militares, nos quais preponderava o elemento civil, os três poderes funcionavam e os pressupostos da democracia, com raros intervalos de crise, funcionavam. Foram governos de presidentes militares, com períodos de maior ou menor autoritarismo.

Benefícios ou prejuízos, ou, uns e outros?

O benefício primordial da Revolução foi ter posto um termo àquela "marcha batida" para a comunização; e, pior ainda, para o caos social, político e econômico. O segundo benefício é perfeitamente quantificado por índices de desenvolvimento. Para qualquer lado que se olhe, o que se vê é um gigantesco salto nos transportes, energia, comunicações, indústria, agricultura, educação, fazendo com que o Brasil

alcançasse o 8º lugar na escala mundial de desenvolvimento. Posição de que já decaiu. São dados objetivos, matemáticos, com resultados visíveis, que continuam sem a devida divulgação ou são negados hoje, por motivos óbvios.

Uma negativa torna-se muito mais fácil de adquirir credibilidade, se feita em termos absolutos, sem concessões. É muito simples dizer: "Paulo é um mau sujeito." Dizer que ele fez coisas boas e más dificulta dar credibilidade à sua ruindade, não corresponde ao interesse, que não é de avaliar, e sim de degradar Paulo. Assim, só se reconhece o que houve de mau na Revolução e, mais do que reconhecer, inventa-se.

É certo que houve prejuízo para o País, decorrente do fato de a Revolução haver durado mais do que deveria. Os revolucionários são os primeiros a reconhecer isso. Houve um momento em que se poderia ter desmontado do tigre, durante o Governo Médici, época áurea da Revolução, em termos de prosperidade do País e prestígio popular do Governo.

Aquele foi o grande erro que cometemos, mas não o cometemos sozinhos, porque, se nos reportarmos aos jornais da época de Médici, não havia uma opinião pública nacional querendo mudança; pelo contrário, as eleições foram ganhas pelo Governo, em todos os planos. "Ah não! Mas houve pressão." Então como explicar que na época de Geisel, o Governo tenha perdido fragorosamente nas urnas? Tiveram até que inventar aquela história do "biônico". Mas, no Governo Médici não, a Arena, partido do Governo, venceu ampla e democraticamente. E não houve uma única cassação.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada?

A batalha da comunicação social, perdida pela Revolução, começou logo nos primeiros dias do Movimento. Castello tinha profunda aversão a qualquer idéia de DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda, da ditadura de Getúlio Vargas, ícone de muitos libertários anti-Revolução. Os outros governos da Revolução participavam dessa idéia, embora, com certo acanhamento, tenham divulgado suas realizações. Mas não cuidaram da conquista da opinião pública. No Governo Médici, a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, sob a orientação extraordinariamente capaz do então Coronel Otávio Costa, realizou um trabalho que lembra, mas não é igual, ao dos marqueteiros dos nossos dias. Trabalho facilitado pelo alto desempenho da economia e pela imagem de Médici. Os outros presidentes, por excesso de escrúpulo, não atuaram sobre a opinião pública, deixando livre o espaço para as esquerdas, extremamente ativas, dentro e fora do Brasil. Foi um erro fatal para a imagem da Revolução.

Guerrilha & terrorismo

A Revolução cometeu muitos erros, é verdade – é acaciano dizer que erros todos cometem – mas a esquerda cometeu erros palmares, reconhecidos por ela própria. Um desses erros foi partir para luta armada, que não deu o resultado visado por ela; pelo contrário, antagonizou a opinião pública, que se colocou do lado das forças da ordem. E sem apoio popular não há guerrilha que sobreviva.

A luta armada esteve longe de atingir seus objetivos de conquista do Poder e exacerbou as correntes mais radicais da Revolução. Levou água para o moinho daqueles que achavam ser preciso manter o regime de presidentes militares, durante um tempo maior. Assinale-se o êxito da Revolução em rapidamente ajustar-se à luta contra o terrorismo e a guerrilha, debelando-os com um mínimo de baixas, dos dois lados. Há que comparar os números de mortos e desaparecidos citados pelas esquerdas com os de lutas semelhantes, na América Latina e em outros países.

A Revolução e a liberdade

Durante os governos dos presidentes militares houve cerceamento da liberdade, em grau variável, isto é um fato. O cerceamento deve ser avaliado sob dois aspectos. Ninguém conduz uma guerra, principalmente uma guerra contra a subversão, que envolvia, além dos militantes engajados na luta armada, elementos de universidades, da imprensa, da Igreja etc., sem realizar um certo controle de opinião. Assim, foi e é em todos os países ao enfrentarem a subversão

Outro aspecto da luta foi o excesso de zelo dos que consideravam qualquer divergência como “contestação”, a um passo da subversão. Realmente, cometemos esse erro, também ocorrido em outros lugares. Houve, às vezes, certos tipos de cerceamento desnecessários, nada inteligentes, mas que serviram para antagonizar a Revolução, e que são explorados até hoje.

Canais para a manifestação da oposição & luta armada

Essa falácia já tem sido destruída através de uma simples cronologia. No dia 30 de março de 1964, ao iniciar-se a Revolução, em Minas, embarcou para a China um grupo de esquerdistas para treinamento de guerrilha. A guerrilha também fora preparada, de forma bisonha, é verdade, em Goiás, antes da Revolução.

O desencadeamento da luta armada, antes que conseqüência, foi fator de estreitamento dos canais de expressão, isso sim. A própria esquerda, hoje, na autocrítica que Jacob Gorender faz no livro *Combate nas Trevas,* reconhece a falta de resultados positivos na guerrilha[14].

Objetivos da luta armada

As esquerdas continuam a repetir, com notável desenvoltura e sucesso, que a luta armada visou a restituir o Brasil à democracia. A luta armada nunca teve esse objetivo. Isso foi confirmado por Gorender e por combatentes de todas as facções de esquerda. Eles lutavam por uma mudança radical nas instituições, divergindo apenas sobre qual o tipo de regime de esquerda que instalariam no Brasil. Uns eram favoráveis ao regime de Cuba, e para lá foram em busca de inspiração ideológica e de treinamento militar. Outros fizeram o mesmo em relação à China, e até a Albânia! Os mais moderados preferiam o sistema praticado na então União Soviética.Não havia quem preconizasse a adoção de uma democracia nos moldes da Suíça, ou da Alemanha, do Japão e, muito menos, dos Estados Unidos. Os nossos terroristas não elegeram esses países como fornecedores de modelos de democracia, e sim como supridores de diplomatas a serem seqüestrados. Assim, difícil seria encontrar-se "combatentes da liberdade" entre os nossos guerrilheiros e terroristas.

Felizmente, não conseguiram eles recrutar combatentes dentre democratas infensos à Revolução. Alem do que, faltos de apoio popular, fracassaram na luta armada.

O AI-5: necessidade ou excesso?

Não havia como deixar de decretar o AI-5. Costa e Silva resistiu o quanto pôde, mas, se não assinasse o Ato, cairia, ou seu o Governo ficaria tão desmoralizado, que depois era só dar um "empurrãozinho" para alijá-lo. O AI-5 foi uma contingência, e o seu desencadeamento se dá em decorrência do ato insano de um jovem deputado, Marcito (Márcio Moreira Alves), que "acendeu o fósforo para ver se tinha gasolina no tanque". Ele até hoje se defende, dizendo que não, que aquilo foi pretexto. Não foi, mas serviu para explodir o paiol, porque já havia todo um clima de revolta contra a audácia crescente dos adversários da Revolução.

[14] *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada* – Editora Ática S.A. – S. Paulo – SP, 1987.

SNI, DOI e Lei de Segurança Nacional

O SNI foi criado logo no início da Revolução. Foi uma iniciativa importante, pois todos os países desenvolvidos possuíam órgãos semelhantes. O Governo não se preparou para o combate à subversão armada, e foi perdendo terreno na luta contra elementos treinados nas técnicas de terrorismo e de guerrilha, em Cuba, na China e em países satélites da União Soviética. Criados no aceso da luta, a OBAN-Operação Bandeirantes e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), bem como os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), conseguiram reverter a maré montante das ações armadas das esquerdas.

Ótimos resultados foram obtidos na luta antiterrorista, com mínimo de sacrifício de vidas, em tempo curto, algo de fazer inveja a países como a Colômbia, com quarenta anos de guerrilha e 40% de seu território dominado pelas FARC (Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia), para mencionar a mais importante das forças subversivas colombianas.

Forças Armadas: vantagens & ônus

A restauração da ordem, da hierarquia e da disciplina constituiu o primeiro e essencial benefício que as Forças Armadas – e com elas, o País – receberam da Revolução. Como contrapartida, pesados foram os ônus que 1964 trouxe às Forças Armadas e, principalmente, ao Exército.

Lembre-se do lema do General Ernesto Geisel: "O máximo de desenvolvimento, com o mínimo de segurança", que explica o baixo nível de prioridade que mereceram a modernização do equipamento do Exército e, mesmo, a questão salarial dos militares.

Os presidentes militares colocaram, nas mãos de oficiais da reserva, áreas de importância vital nos planos de desenvolvimento de seus governos. Esses militares, como os coronéis Andreazza, Guedes, Corsetti, Haroldo, o Comandante Quandt, os coronéis Costa Cavalacanti e Osíris Silva, para citar somente alguns deles, realizaram empreendimentos extraordinários nos terrenos dos transportes, das comunicações, da energia, da indústria aeronáutica, do desenvolvimento tecnológico e de outras áreas. A Revolução liberou o potencial de competência desses oficiais para a aplicação em projetos de interesse nacional. Tivessem eles permanecido em suas corporações, e não teriam tido a oportunidade de realizar-se como grandes empreendedores que foram, de fazer em favor de sua Força Armada o que fizeram em benefício do País.

Razões do desengajamento

A oportunidade do desengajamento das Forças Armadas do processo político nacional foi decisão dos próprios governos revolucionários, como preconizara o discurso do chefe do Chefe de Estado-Maior do Exército, de dezembro de 1971. Assim é que, desde Castello, todos os presidentes militares expressaram, por palavra e atos, a consciência da transitoriedade do processo revolucionário. Trata-se de uma constante que pode ser observada nos discursos de posse, onde a tônica, com variadas expressões, era a retirada, a normalização democrática, ou como chamavam alguns, a redemocratização do Brasil.

O processo da anistia, por exemplo, foi conduzido pelos presidentes militares. Geisel anulou o AI-5 antes de passar a Presidência para o Figueiredo. Figueiredo levou a anistia ao paroxismo.

Jô Soares, em engraçado programa de TV da década de 80, que retratava as atribulações de um "exilado" brasileiro em Paris, que vivia de bicos (*je vive de becs*, comentava o "exilado"), coloca na boca do personagem o comentário que faz ao saber da extensão da anistia decretada pelo Presidente: *"Então, o Figueiredo entrou para o PMDB!"*

Afirmar que o desengajamento dos militares decorreu de pressões visa, naturalmente, a valorizar a atuação dos "combatentes da liberdade", mais do que a daqueles que, honestamente, queriam o aceleramento do processo de redemocratização. Mas não é certo. Claro é que o clima político interno e internacional contribuiu para a abertura, mas foi a vontade dos militares que desencadeou e conduziu o processo, segundo ritmo que não contemplou a adoção das eleições diretas. Certamente, as Forças Armadas assim agiram desejosas de se desonerarem do alto preço que estavam pagando pela responsabilidade assumida. A instâncias da opinião nacional, lembre-se sempre. Raras e pouco importantes foram as divergências entre militares sobre o imperativo do desengajamento.

O desgaste da imagem da Revolução

O segundo choque do petróleo, de 1979/80, com efeitos devastadores sobre a economia mundial, abalou o milagre brasileiro (sempre colocado entre aspas pelas esquerdas). Milagre que teve seu zênite no Governo Médici, despencando em curva descendente no Governo Geisel, para experimentar uma inflexão positiva no período Figueiredo. O conseqüente desgaste político era inevitável, e a oposição explorou-o impiedosamente, como era de seu dever. Exploração que incluiu fazer

tábua rasa de indicativos da recuperação da economia, em curso quando da transmissão do governo por Figueiredo. Foi uma notável inversão de tendência da crise econômica, que vai desabar, isto sim, com o primeiro governo civil, em que a inflação vai a mais de 1.000%.

Comparem-se os índices de desempenho econômico do Governo Figueiredo, com os dos governos que o sucederam – taxas de inflação e de crescimento, por exemplo – e ver-se-á que o paralelo é extremamente lisonjeiro para o último Presidente da Revolução. Mas a população não estuda índices, e as dificuldades econômicas agravaram o desgaste da Revolução.

O "revanchismo"

O "revanchismo" é a reação natural do perdedor. No caso da Revolução, é algo tão flagrante, que nem as esquerdas se interessam em negar. A anistia é o instrumento legal que o Estado usa para coibir o revanchismo. Entre nós, a anistia somente tem validade plena em relação a um lado, em relação ao outro, o da Revolução, não. Um terrorista condenado pela Justiça é nomeado ministro, juiz; um general-médico de quem se diz, apenas, ter participado de tortura, não pode ocupar funções em sua corporação. Os exemplos de dois pesos e duas medidas são abundantes. É o "revanchismo".

Os velhos profissionais da mídia ressentem-se de restrições ao trabalho sofridas ao tempo dos presidentes militares. Ressentimento natural. Eles transmitem esse ressentimento aos novos profissionais, cujo conhecimento da história da Revolução se restringe à abundante e bem difundida bibliografia de esquerda. Cabe aqui uma crítica às Forças Armadas, que não estimularam a produção de escritos, livros e artigos sobre o Movimento de 1964. Tome-se esta muito louvável História Oral que chega com mais de 35 anos de atraso. Castello Branco convidou para Chefe de seu Gabinete Civil, o acadêmico Luiz Vianna Filho, e entregou-lhe documentação que resultou na biografia do primeiro Presidente militar. Os outros presidentes não tiveram esse cuidado.

Tenho alguma experiência sobre "revanchismo", pois fui alvo de dois ataques deles. No primeiro sobrevivi. No segundo fui abatido.

O Presidente eleito Tancredo Neves havia me convidado para ser Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; Tancredo faleceu antes de assumir, mas seu substituto, o Vice-Presidente José Sarney, nomeou todos os escolhidos por Tancredo.

Já no Departamento, fui convidado pelo Senador Afonso Arinos de Melo Franco, para ser seu assessor na Comissão de Estudos Constitucionais, mandada

organizar por Tancredo e mantida por Sarney. Além de assessorá-lo, tornara-me seu amigo. Em 1961, na Conferência de Desarmamento, em Genebra, Suíça, lembrei-lhe minha "comprometedora" "folha corrida", de resto sua conhecida: integrante do Estado-Maior do Comandante do Exército na Revolução, do Gabinete de Ministro da Guerra Costa e Silva, do SNI, duas vezes. Afonso Arinos riu, insistiu na minha presença, e eu aceitei. No dia seguinte, um simpático jornalista do *Jornal do Brasil* entrevistou-me e foi pedindo cuidadosamente o meu currículo. Ditei-o.

Divulgado o meu nome, desencadeou-se uma onda na imprensa sobre minha nomeação, com entrevistas de políticos fulminando-a. Diziam que o Senador havia levado para a comissão alguém que servira ao regime militar, em particular ao SNI. Desencadearam-se pressões para que Afonso Arinos desfizesse minha nomeação. Um furibundo deputado sentenciou que eu deveria ir para o purgatório, ou melhor, para o inferno, expirar minhas culpas, antes de participar da Comissão. Dias depois, encontramo-nos no aeroporto de Brasília e conversamos animadamente.

Afonso Arinos foi inflexível. Conhecia-me desde Genebra, disse, e não via motivo algum para desfazer minha designação. Assim, fiquei eu na Comissão, até o fim de seus trabalhos, tendo o privilégio de voltar a conviver estreitamente com um homem do nível de Afonso Arinos. No decorrer das atividades da Comissão, que se estenderam ao longo de muitos meses, constatei o amargo ressentimento existente em relação ao regime, que eles chamavam de "regime militar". Naquela época, ainda não se chegara à perfeição de falar de "ditadura militar".

Durante a elaboração do anteprojeto de Constituição a ser oferecido ao Governo, constatei que tudo o que fora feito no período dos presidentes militares não era digno de consideração, ou merecia referências desprimorosas. Eis, pois, já no Governo do Presidente Sarney, um exemplo de "revanchismo"; e de rara resistência a ele, como não me canso de assinalar, do meu querido amigo, já falecido, Senador Afonso Arinos. Sempre se referindo com naturalidade à minha participação na Revolução, tirante algumas alfinetadas prontamente retribuídas, meu convívio com os membros da Comissão foi muito cordial e proveitoso, sob todos os aspectos.

Já no segundo ataque de revanchismo não tive semelhante êxito.

– Você tem medo de ser Diretor da Polícia Federal? – perguntou-me, de repente o Presidente eleito Tancredo Neves. Já corriam rumores sobre minha nomeação para Diretor, de modo que não vacilei: – Não, Presidente. Tenho duas condições: nenhuma interferência política no Departamento e recursos adequados para cumprir as missões precípuas. Encerrando o diálogo sobre o assunto, Tancredo respondeu: –Você terá isso. Tancredo, advogado em Belo Horizonte, era velho amigo de meu Pai, Arnaldo de Alencar Araripe. Desembargador em Minas.

Em minha primeira entrevista com o Ministro da Justiça, acordamos em que as nomeações e exonerações, que lhe levasse para assinatura, seriam feitas segundo critérios estritamente técnicos. Nada de política. Assim aconteceu durante um ano, durante o qual tive muito boa convivência com o Ministro, político hábil, de viva inteligência. Com os membros de seu gabinete, homens de esquerda, todos de excelente nível, como o Dr. Cristóvão Buarque, mantive relações igualmente cordiais.

Nomeado o Superintendente da Polícia Federal no Ceará, a Prefeita de Fortaleza, Maria Luiza, do PT, denunciou a nomeação, por tratar-se, segundo ela, de um delegado torturador. Nenhuma prova aduziu disso, nem poderia aduzir, porque não existia. Simultaneamente, desencadeou-se na imprensa um movimento para "fulminar" esse delegado, como torturador.

Desde o primeiro momento, deixei muito claro que a anulação somente seria feita após a minha saída do DPF. Criado o impasse, enviei carta ao Presidente Sarney, dizendo-lhe compreender o ingrediente político da questão, mas que eu não mais tinha condições de permanecer à frente do DPF. O Presidente chamou-me ao Planalto e entregou-me carta vazada em termos muito honrosos para mim. Como conseqüência, passei o cargo ao meu substituto legal, e o delegado teve a sua nomeação anulada.

Desaparecimento do comunismo

A queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da pátria do socialismo foram o enterro de segunda classe do comunismo, na Europa. A guerra fria terminou, a bipolaridade foi substituída pela unipolaridade, em que reina, incontrastável, uma única hiperpotência. O comunismo, como ideologia, não desapareceu inteiramente, mas está alquebrado, tendo por menagem certos círculos intelectuais. Dele, ocasionalmente, irradia-se para os meios estudantis. Na Rússia, sobrevive, desmoralizado pelo monumental fracasso da União Soviética. Na China, o Partido é mais um instrumento de exercício do Poder do que uma ferramenta ideológica. Restam a Coréia do Norte e aquela "relíquia" que se chama Cuba.

Em todo lugar do mundo, os partidos comunistas mudaram o desacreditado nome. Com a mudança fizeram-se respeitáveis, repudiam a herança infame de Stálin, Mao Tsé-tung e preparam-se para repudiar a de Fidel. Mas estão atentos às conquistas das FARC, e acreditam que elas possam servir ao Brasil.

Nos países subdesenvolvidos, o comunismo não morreu. Está encantado, como diria um poeta de esquerda.

Exército – A recompensa do sacrifício

As pesquisas de opinião registram, invariavelmente, altos índices de aceitação do Exército. Isto pode ser interpretado sob dois aspectos. O primeiro é que a verdade, por mais que se a jogue no fundo do poço, termina por aflorar. A segunda é que o Exército tem demonstrado extraordinária resistência, uma forte capacidade de sobreviver às duras provações que lhe têm sido impostas. Estamos fazendo a nossa "travessia do deserto", debaixo do sol do patrulhamento, e do frio do menoscabo, sem comida, literalmente, e quase sem água, mas sem desanimar. Se o objetivo for quebrar os dentes da Força, desmoralizá-la, tirar a motivação do soldado – e eu acho que é – não têm conseguido. Com todas as restrições e agruras, continuamos a acreditar em Pátria, servir, sacrifício, e em outras noções ora em desuso. O povo percebe isso através da densa cortina estabelecida pela mídia.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Considero o Projeto de História Oral do Exército brasileiro uma contribuição extraordinária para recuperação da memória da Revolução de 1964. Empreendido quase dez anos depois de projeto semelhante, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas, e com recursos incomensuravelmente menores, não será possível louvá-lo suficientemente, na medida de seu valor. Além do objetivo imediato, a reconstituição de fatos e de suas percepções pelos atores de 64, ele terá amplo efeito multiplicador, dando oportunidade a quem queira fazer análises críticas, factuais, honestas que hão de sobrepor-se a textos meramente laudatórios, simétricos dos que visam a infamar a Revolução.

A Revolução de 1964 e os que a fizeram não têm por que temer a Verdade Histórica. Colecionem-se os muitos e graves erros cometidos, e coloque-se, a seu lado, o portentoso elenco de acertos da Revolução. Avaliem-se as alternativas para as decisões maiores tomadas ao longo de duas décadas de presidentes militares. Faça-se exercício semelhante com os períodos de governo que precederam e sucederam a Revolução e, ao fazê-lo, comparem-se virtudes e fragilidades de presidentes militares e de presidentes civis. Ao fim desse esforço, feito com reta intenção e boa técnica, emergirá uma Revolução da qual o Brasil e os revolucionários de 1964 muito têm de se orgulhar.

Quando se fala em transferência do Poder para o civil, é preciso não promover uma autoflagelação, assumindo culpas que não nossas, ou pelo menos, que não serão somente nossas. Em 1964, a participação do Exército no processo político

ocorre no vácuo gerado pelo Poder civil. Não se viu o militar pressuroso em intrometer-se na arena política; pelo contrário, ele resistiu muito a essa incursão. Por fim, não mais havia como ignorar um universo de desordem, ausência de autoridade e medo, para o qual resvalavam as Forças Armadas e, com elas, o País. Eis por que o militar, em união com líderes civis e com sólido apoio do Povo, assumiu a responsabilidade de gerir a massa falida que, na palavra de Castello, era o Brasil de 1964; e de, recuperada, restituí-la à plenitude democrática. Assim, não é justo nem verdadeiro fazer recair sobre os militares todos os desacertos do processo revolucionário de 1964, silenciando, ao mesmo tempo, sobre suas grandes realizações.

O efeito demonstração destas entrevistas haverá de criar no Exército a consciência, já existente em muitos países, das vantagens – e, também, das limitações – da colheita de depoimentos no calor dos acontecimentos. Não há por que se restringir a fontes tradicionais o trabalho do historiador militar. Incompleta será a história de 1964 sem o testemunho de seus atores, maiores e menores, transmitindo, oralmente, sem cautelas de escritor, sua visão de acontecimentos vividos.

De meu ponto de vista, qualquer depoimento de pessoa qualificada é útil para a reconstituição do fato histórico, quando não seja porque o cruzamento de fontes permite confirmar a veracidade de versões, e identificar sua distorção, intencional ou não.

De inteligente professor, com o vezo de ir diretamente ao ponto das questões, guardo a resposta a um oficial, que fazia a defesa prévia de não estar pretendendo denegrir a FEB:

– Em um trabalho de História é redundante dizer que não se pretende denegrir ou exaltar alguém ou alguma coisa. Do que se trata é de perseguir a verdade.

Creio que esta História Oral está fazendo exatamente isso.

Coronel Amerino Raposo Filho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Exerceu, pós-1964, funções no Ministério da Justiça, com destaque para a reorganização da Polícia Federal.
- Conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola Superior de Guerra (ESG) e Escola de Guerra Naval (EGN). Membro fundador do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos).
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA.
- Em 1964, como Tenente-Coronel, comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, em Uruguaiana, RS. Em 25 de abril desse ano, foi transferido para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; mais tarde, passou a servir na Agência Nacional do recém-criado SNI.

Entrevista realizada no dia 3 de fevereiro de 2000.

Não sei se os já decorridos 36 anos de espaço-tempo histórico político permitem construir uma retrospectiva e um desenho nítido do cenário político-estratégico do intervalo compreendido entre 1945 e 1964, que teve, em 31 de Março de 1964, o seu epicentro e desfecho político-militar.

Embora tenhamos que recuar, na história, para o período pós-Segunda Guerra Mundial, para melhor compreendermos as motivações do 31 de Março de 1964, é impositivo, também, percorrer os decênios seguintes, de 1965 a 1984, analisando os principais aspectos do cenário político-estratégico para se recolherem observações consistentes acerca desse Movimento revolucionário. É uma tarefa na verdade difícil, não só pela proximidade do cenário vivido, como pelo fato de tratar-se de conflito político-estratégico, de caráter interno, e com nuanças de índole político-militar. Ademais, muitos dos personagens, atores e coadjuvantes, dos dois lados, estão vivos. De qualquer forma, comentaremos alguns pontos, desde o período antecedente a março de 1964 até a abertura política, nos anos de 1980.

Antes, porém, para definição de responsabilidade histórico-militar e profissional, ofereço meu depoimento, escrito em 1972, sobre a participação da Unidade que tive a honra e o privilégio de comandar, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, de 11 de janeiro de 1962 a 25 de abril de 1964, o então 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4º GA75 Cav). Minha designação fora proposital, por castigo, por ter sido contra a posse do Vice-Presidente João Goulart, em setembro de 1961, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Farei um resumo dos antecedentes e da participação decisiva do 4º Grupo e da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), no Movimento de 31 de Março de 1964. É importante, sobretudo, por terem se constituído no centro de resistência na fronteira sudoeste e o pólo de irradiação da Revolução no Rio Grande do Sul. Com referência ao período posterior a 1964, comentarei sobre o que pude observar, inclusive como ativo participante, principalmente na segunda metade dos anos de 1960, uma vez que, de Uruguaiana, fui para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, em seguida, para a Agência Nacional do SNI, então nascente. Cumulativamente, exerci outras funções no âmbito do Ministério da Justiça, de reorganização da Polícia Federal e na presidência de comissão interministerial para reformular os crimes contra a Fazenda Nacional.

Os acontecimentos, a seguir citados, estão detalhados nesse documento entregue ao Projeto de História Oral do Exército. Vou apenas mencioná-los, evitando-me alongar em demasia.

Antes da minha chegada ao 4º Grupo, deu-se a renúncia de Jânio e a conseqüente Cadeia da Legalidade de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, com

graves reflexos em Uruguaiana. O Comandante e o Subcomandante do Grupo foram presos e transferidos da guarnição. Eles eram abertamente contra a posse de João Goulart. As atitudes dúbias do então Comandante da 2ª DC, General Ênio da Cunha Garcia, que logo em seguida foi chefiar o Gabinete do Ministro Segadas Vianna, contribuíram para criar um ambiente insuportável nas relações entre o Grupo e o 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), outra Unidade da Divisão com sede em Uruguaiana, inclusive com reflexos na família militar reunida em um único quarteirão, na cidade. O Grupo quase foi cercado e atacado pelo 8º RC.

Foi esse o quadro de desarmonia que encontrei, em 11 de janeiro de 1962. Através de ligações com o Comandante do 8º RC, Coronel Carlos Alberto da Fontoura, que já conhecia, do tempo de instrutor na Escola de Estado-Maior, entendemos que a união das duas Unidades seria fundamental. Já prevíamos uma situação de gravidade crescente para o País e não poderia ocorrer, no futuro, essa desunião. Felizmente, conseguimos, nos anos de 1962 e 1963, um relacionamento crescente de absoluta sintonia entre os oficiais. Empenhei-me a fundo, nesse sentido, com verdadeira obstinação.

Ainda, sobre o ambiente, em 1962 e início de 1963, devo mencionar o relacionamento bastante estreito com a guarnição militar de Paso de Los Libres, na Argentina. O grau de amizade entre os militares de Libres e Uruguaiana, cidades vizinhas, na fronteira entre os dois países, era tal que os argentinos nos pediam que abrigássemos suas famílias em nossas casas, em Uruguaiana, caso os acontecimentos internos da Argentina não lhes fossem favoráveis. Ao contrário de nós, não tinham confiança na população civil, pois havia uma separação muito grande entre esta e a casta militar. No 7º Grupo de Artilharia Leviano, no 6º Batalhão de Pontoneiros e no 9º Regimento de Infantaria, Unidade-Escola, fizemos muitos amigos. Já naquela época, eles tinham um Serviço Nacional de Informações, com agência em Libres.

Em meados de 1963, o Comandante do III Exército, General Jair Dantas Ribeiro, já assumira o cargo de Ministro da Guerra. Dois oficiais do seu Gabinete, ambos de sua absoluta confiança, Coronel Carlos Ramos de Alencar e Coronel Geraldo Knaack de Souza, foram nomeados Comandantes do 8º e do 7º RC, em Uruguaiana e Livramento, respectivamente. De lá, também, saiu, por promoção a General, o Coronel Joaquim de Melo Camarinha, designado Comandante da 2ª DC, em substituição ao General José Horácio da Cunha Garcia, irmão do General Ênio e de atuação anticomunista. Tornou-se evidente, com o desenrolar dos acontecimentos, que eram pessoas da absoluta confiança do Governo de então. As relações de comando silenciaram totalmente, restringindo-se aos assuntos de instrução da tropa.

É importante ressaltar que o fundamento do nosso comando estava baseado no respeito à Lei, à Ordem, à Constituição e aos poderes constituídos – na época dizia-se constituídos, e não constitucionais – mas independentes e harmônicos. Repúdio à demagogia e à pregação subversiva e comunista. Compromisso, sempre renovado todo sábado, no comentário que fazíamos à tropa e, em especial, aos oficiais e sargentos reunidos na mesma sala de instrução.

A coerência e a pregação crescente, inclusive na área civil, na Faculdade de Filosofia de Uruguaiana, onde lecionava História, três noites por semana, na Rádio Charrua e em palestras nas associações civis, serviram para semear idéias em face das "nuvens negras" que surgiam no panorama nacional.

Essa nos pareceu uma estratégia fundamental e decisiva para que nossa Unidade se tornasse um pólo de irradiação, para o que viesse a ocorrer, no Rio Grande.

Ainda outro ponto, que frisávamos nesse período, era que, enquanto estivéssemos no Comando do Grupo, não se repetiriam os fatos que se seguiram a 25 de agosto de 1961, quando houve suicídio, exoneração e a punição de oficiais superiores. O Grupo não seria conduzido pelos acontecimentos, mas a eles se anteciparia, no mínimo.

Em 1963, no que tange a Uruguaiana e à 2ª DC, o ambiente era muito bom, a despeito da chegada dos oficiais oriundos do Gabinete do Ministro. Nossas relações com o Comando da DC eram as melhores possíveis. Os oficiais do Estado-Maior haviam sido nossos alunos na Escola da Praia Vermelha, e estavam identificados com o mesmo propósito. O recém-nomeado Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, Coronel Luiz Serff Sellmann, cursara a Escola de Estado-Maior comigo e comandara o Grupo de Uruguaiana por três anos (1958/1959/1960). Era o oficial mais antigo, de absoluta seriedade e idoneidade.

Um episódio, com reflexo em todo o Exército, foi o famoso telegrama do Comandante do III Exército, General Jair, ao Presidente Goulart, dizendo-lhe que não tinha condições de garantir a ordem, se o povo se insurgisse contra a recusa do Congresso em promover o plebiscito para a volta do presidencialismo. Houve uma reunião dos Comandantes de Unidades com o Comandante da 2ª DC, ainda o General José Horácio da Cunha Garcia, decidindo-se pela necessidade urgente e imperativa de uma comunicação, pois, consultadas as cinco guarnições, Livramento, Quaraí, Alegrete, Rosário e, obviamente, Uruguaiana, a resposta foi unânime: não existiam problemas para manter a ordem, ou mesmo se identificavam sinais de fraqueza, do ponto de vista da cadeia de Comando.

O Comandante da DC aquiesceu e um rádio seguiu para o Comandante do III Exército, enfatizando que a Divisão se mantinha absolutamente coesa, disciplinada,

cumpridora de seus encargos constitucionais e profissionais. A segurança, a ordem e a tranqüilidade estavam asseguradas em todas as cinco guarnições. A repercussão desse telegrama serviu para integrar e unir ainda mais as Unidades, definindo nossas posições em face do que pudesse acontecer, no futuro.

Outro fato estranho, que não se menciona, foi a coincidência do levante dos sargentos, em Brasília, com a ida do Presidente João Goulart ao Rio Grande, não se sabe com que propósito. Sublinho sua omissão e tolerância nas decisões relativas a esse episódio, gerando conseqüências graves. No cenário que precedeu 1964, a meu ver, é importante revelar essa situação, e o agravamento do quadro em todo o País.

Acompanhávamos as notícias de perturbação e indisciplina que começaram a chegar do Rio de Janeiro e de outras áreas. Aproveitamos para alertar oficiais e sargentos, na instrução de quadros, para os dias sombrios que o País estava enfrentando. Ligações foram feitas para os oficiais do QG e as guarnições sob o Comando da 2ª Divisão de Cavalaria – em Uruguaiana, o Grupo de Artilharia, o 8º Regimento de Cavalaria, além do Hospital e Esquadrão Comando; em Quaraí, o 5º RC; em Livramento, o 7º RC e o 8º GA75 Cav; em Alegrete, o 6º RC, o 12º Batalhão de Engenharia de Combate e o 3º GCan75 AR e, em Rosário, o 2º RCM. Tínhamos absoluta segurança, com exceção do Comandante do Batalhão de Engenharia e de um capitão, Subcomandante do Grupo de Artilharia, em Alegrete, além do Comandante do 7º RC, em Livramento, e talvez, em Uruguaiana, do Comandante do 8º RC, de que a 2ª DC estava absolutamente comprometida com uma reação unânime contra a subversão da hierarquia, da disciplina e da ordem constitucional vigente. Essa foi a força irradiada de Uruguaiana, que se refletia para todas as guarnições da 2ª DC.

Um outro episódio que devo mencionar foi o da ida do Presidente da República, acompanhado do Chefe da Casa Militar, a Uruguaiana, em dezembro de 1963, a fim de paraninfar a turma de formandos do Colégio Santana e da Faculdade de Filosofia – o Presidente fora aluno desse colégio e, no ano de 1941 ou 1942, por sinal, fora expulso por falta de aproveitamento e razões disciplinares. Fomos todos, oficiais e sargentos da guarnição, ao ato militar no aeroporto. Ao término do mesmo, o Comandante da DC convidou-me para, junto com o Comandante do 8º RC, seguir, no carro dele, para a solenidade na Faculdade. Mas não aceitei, iria recolher-me com os oficiais e sargentos. Ao ato militar eu comparecera, mas ao ato político não iria. Como professor da faculdade, não haveria nenhum problema, mas não o faria porque não podia me dissociar da condição de Comandante de Unidade. A segurança da faculdade e de toda aquela região era promovida por

uma Bateria sob meu comando. Ele insistiu para que meditasse no que estava fazendo, mas não fui.

Esse fato é importante pelo que sucedeu dois meses depois, quando fui convidado para Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da EsAO, em substituição ao Major Fontoura. Fiquei em Uruguaiana, aguardando a nomeação que sairia em uma semana. Mas nada aconteceu. Recebi a comunicação, do Comandante da EsAO, de que minha nomeação fora suspensa, por ordem do Chefe da Casa Militar e, logo a seguir, fui transferido do comando da Unidade para a Diretoria de Ensino, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1964. O que, de fato, não chegou a acontecer, pois, como entrei em férias antes do período de trânsito, ainda estava no Comando do Grupo em 31 de março de 1964. Faço esse registro, porque é quando começa a ficar bem nítido o divisor entre coisas certas e legais e coisas arbitrárias e ilegais. O motivo foi a minha não ida à solenidade na faculdade, em dezembro de 1963.

Em Uruguaiana, esperava-se uma festa muito grande para o Presidente, porque, na fronteira sudoeste, 77% do eleitorado eram do PTB. No entanto, a manifestação da população não correspondeu à expectativa.

Dois meses depois, em fevereiro de 1964, em um avião especial chamado *Esperança,* o Governador Lacerda foi dar início a sua campanha à Presidência da República, começando por Uruguaiana. A praça, onde se realizou o comício, ficou absolutamente apinhada de gente para saudá-lo e ouvir os discursos. Ninguém esperava. Foi um fenômeno que surpreendeu a todos os observadores e que criou um desnível muito grande, confrontando-se a ida do Presidente da República, precedida de muitas providências, com o comparecimento massivo da população quando o Governador iniciou sua campanha, dois meses depois. Foi impressionante.

O Governador ficou hospedado no Hotel Glória e me mandou um convite para ir ter com ele. Fui ao seu encontro, tendo dado ciência ao Comandante da DC, que nada comentou em relação a isso.

Ainda, nessa época, dezembro de 1963, coube ao Grupo atualizar o Plano de Segurança Interna de Uruguaiana. Nesse sentido, desenvolvi e intensifiquei ao máximo as reuniões e contatos com os quadros, principalmente para reconhecimentos e estabelecimento de medidas do que caberia a cada fração executar, em caso de perturbação da ordem. Esse período foi importante para estabelecer perfeita unidade de vistas e de propósitos entre tenentes, capitães e oficiais superiores do Grupo, do 8º RC e do QG/DC.

Concomitante a tudo isso, uma diretriz do General Castello Branco, do Estado-Maior do Exército, determinava que fosse ministrada, aos quadros, com intensidade, a instrução de Guerra Revolucionária. Em virtude de uma série de

razões, inclusive por estar em dia com esta matéria, e porque não transferiria a tarefa para oficiais sob meu Comando, antevia uma oportunidade para o Comandante do Grupo transmitir, a seus quadros, o que realmente pensava. Passei a ministrar, semanalmente, duas horas de aula, conjuntamente para oficiais e sargentos do Grupo, nos meses de fevereiro e março. Enquanto isso, no 8º RC, aspirantes e segundos-tenentes eram designados como instrutores. Em nenhuma ocasião, o Comandante, embora um homem preparado, se apresentou para desenvolver o tema. O resultado foi que os oficiais do 8º, incluindo o Subcomandante, começaram a fazer ligações com os oficiais do meu Grupo para saber como era conduzida a instrução de Guerra Revolucionária e para esclarecer pontos que ficaram confusos nas sessões de instrução.

Em 28 de março, deu-se a última aula, quando declarei que encerraria aquela programação do Estado-Maior do Exército porque não tinha cabimento estar transmitindo conhecimento sobre aquelas fases de Guerra Revolucionária para oficiais e sargentos, quando, a meu ver, o Brasil estava se comunizando, de cima para baixo. Haja vista, enfatizei, os episódios do Sindicato dos Marinheiros, a passeata do Almirante Aragão, com a presença da bandeira brasileira. Não via mais razão para continuar com o programa, previsto até meados de abril, e dei ciência ao Comandante da 2ª DC, naquela mesma manhã de sábado, 28 de março. Para minha surpresa, o General não esboçou qualquer reação, apenas dizendo que achava precipitada a minha decisão.

Dias antes, em 13 de março, os jornais chegaram a Uruguaiana, como todos os dias, no avião da Varig das 5h da tarde. No final da jornada daquele dia, já estávamos cientes dos acontecimentos – mais tarde, exibi aos oficiais e sargentos as fotografias estampadas nos jornais, como material da "última aula". Bem, fui ao Comandante da DC e, diante dos oficiais do seu Estado-Maior, perguntei-lhe o que achava de tudo aquilo. Respondeu não ter nada a comentar. Todo mês, desde que assumira, em meados do ano anterior, o General Camarinha visitava o Rio de Janeiro, em virtude de razões particulares, e ia ao Gabinete do Ministro, onde antes servira, voltando orientado e atualizado. Não nos disse absolutamente nada, nenhuma orientação ou definição sobre os episódios da Central do Brasil – ele estava no Rio, no dia 13 – apesar de minha insistência.

Com isso, fui adquirindo autonomia, como desejava, para fazer as ligações com lideranças civis e outras guarnições, visando uma alternativa em que tivesse de tomar qualquer decisão.

A partir do comício da Central do Brasil, tomamos a iniciativa de intensificar o contato com os estancieiros, principalmente de Uruguaiana e Quaraí, porque

sabíamos da grande quantidade de metralhadoras, granadas e munições contrabandeada para aquelas localidades. Seria uma coisa terrível, aqueles homens não tinham preparo e sua intenção era resistir à comunização e à tomada da terra. Então, sob a minha responsabilidade e a de vários outros oficiais do Estado-Maior da DC, orientamos os estancieiros, em reuniões noturnas, sobre medidas para atuação coordenada. Tudo isso se deu no mês de março. Essas medidas foram intensificadas, juntamente com o compromisso dos estancieiros em ceder dezenas de viaturas, caso a 2ª DC solicitasse, em qualquer eventualidade.

Na semana que precedeu o 31 de março, a Rádio Charrua e os alto-falantes anunciavam a vinda do Presidente João Goulart a Uruguaiana, em 4 de abril, para assinar os nove primeiros atos de reforma agrária, na própria área a ser desapropriada. Diariamente, as notícias eram difundidas; seriam fretados dezenas de aviões para transportar a Banda de Fuzileiros, do Almirante Aragão, autoridades, representações de classes, estudantes etc.

Não tínhamos dúvida de que teríamos problemas em Uruguaiana, pois com a notícia, começou a afluência de líderes, políticos e agitadores. Entre eles, o que só vim a saber em 2 de abril, estava um coitado que não sabia nem assinar o nome, mas que tinha a missão de matar o Comandante do Grupo. Mais tarde virou um grande aliado nosso. Curiosamente, o mais idoso deles instalou-se em um barraco exatamente em frente ao paiol do Grupo. Tínhamos tudo absolutamente levantado e acompanhado. Deslocar-se-iam para Uruguaiana comunistas "históricos" de outras partes do Rio Grande e, até, de outros Estados. O resto do País, inclusive o Estado-Maior do Exército, ignorava o que de extremamente grave e sério se preparava para Uruguaiana, a 4 de abril.

Perguntei ao comandante da DC qual era a orientação e não houve resposta. Apenas se cumpririam as ordens do Ministro e do Governo, com relação às medidas de segurança para a chegada do Presidente e comitiva. Disse-lhe, então, que achava estar ele equivocado e que, provavelmente, isso não ocorreria em Uruguaiana, em 4 de abril. Quem afirmava isso era o Comandante com a responsabilidade pela segurança de Uruguaiana, desde o aeroporto. Nenhum comentário foi feito. Também, o Comandante do 8º RC, Coronel Alencar, ao ser por mim interpelado, disse que cumpria as ordens do Ministro Jair, pois viera de seu Gabinete e não queria discutir assuntos políticos.

O General Heraldo Alves, na época instrutor da ECEME, pôde testemunhar que o Comandante do 8º RC não tratava de problemas que considerasse fofoca política. Quando veio ao meu Grupo, com um questionário, expliquei-lhe tudo "em meia hora". Ao declarar que iria levá-lo ao 8º RC, alertei-o para que tomasse

cuidado, pois se não fosse muito hábil, o Comandante o colocaria para fora, o que efetivamente aconteceu. O silêncio, a omissão, tudo isso era sintomático.

Intensificamos as reuniões entre os militares da guarnição, buscando manter-nos unidos, informados e preparados para o pior. As providências passaram a ser mais cuidadosamente implementadas. Ficou assentado que não se reproduziria o comício da Central do Brasil, em 4 de abril.

Coincidentemente, no dia 28 de março, à tarde, após encerrar o programa de instrução de guerra revolucionária e comunicar ao Comandante da DC o porquê de minha decisão, fui levar um oficial ao aeroporto. Lá chegando, encontrei o Coronel João Jacobus Pelegrini, antigo Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, ao tempo de minha chegada à Uruguaiana, na época servindo em Porto Alegre; nos conhecíamos muito bem. Ele me levou para um canto do aeroporto e disse que trazia uma missão "pessoal e secreta" do General Adalberto Pereira do Santos, Comandante da 6ª DI, em Porto Alegre, e do Coronel Carlos Alberto Fontoura, que fora Chefe do Estado-Maior em Uruguaiana, depois de Comandante do 8º RC e que fora para Porto Alegre chefiar o Estado-Maior do General Adalberto, na 6ª DI. Disse-me o Coronel Pelegrini que ficaria em Uruguaiana por mais alguns dias, tempo suficiente para que eu fizesse a ligação com as cinco guarnições e desse resposta ao documento que trazia. Ele era portador da diretriz do General Castello Branco, de 20 de março de 1964, e de um questionário anexo que deveria ser respondido e, mais tarde, consolidado com o de outras guarnições e remetido para o Rio de Janeiro. O Estado-Maior do Exército poderia, então, tomar ciência de como estava a situação no III Exército. Em síntese, o longo questionário pretendia conhecer a situação da DC, em face do que estava ocorrendo no País. Inclusive, indagava, em termos percentuais, qual a parte pró e contra, em cada OM, em oficiais e sargentos.

Disse-lhe que se quisesse poderia voltar no mesmo avião, que partiria a seguir para Porto Alegre. Ele sorriu e perguntou-me se eu não entendera. Respondi que sim e ele tornou a afirmar que ficaria por uns quatro ou cinco dias até que eu fizesse contato com as cinco guarnições. Expliquei que não faria contato nenhum, pois já os havia feito. Não éramos crianças para não percebermos o grau de agitação vivido pelo País e já tínhamos assumido a nossa responsabilidade, em Uruguaiana, como comandantes operacionais. As únicas exceções estavam nas Unidades de Artilharia e Engenharia de Alegrete, e em um graduado de uma outra Unidade.

Insistiu, pois o questionário deveria ser preenchido. Ao que retruquei que, numa situação de crise, o chefe não precisa de documento escrito, bastando ter a confiança em quem mandava auscultar. Pedi que transmitisse ao Coronel Fontoura

e ao General Adalberto que estivessem absolutamente certos de que, havendo alguma reação, nós, da 2ª DC, nos levantaríamos solidários. Mesmo assim, ele não retornou naquele dia e ficou até o domingo.

Ainda no aeroporto, afirmei que "aquele que está preparado para o pior pode fazer o melhor" e estávamos preparados para a vinda do Presidente a Uruguaiana, no dia 4 de abril, fato que não chegara a seu conhecimento em Porto Alegre. Relatei-lhe as providências que tomaríamos e, portanto, qualquer outro problema que surgisse seria de somenos. Estávamos preparados para o pior. Voltou a insistir para que lhe desse tudo por escrito o que me fez recusar pela segunda vez, com os mesmos argumentos anteriores. Empenhava a minha palavra ao Comando da 6ª DI.

Em resposta a uma indagação que lhe fiz, o Coronel Pelegrini disse que o General Adalberto, como mais antigo na área de Porto Alegre, depois do General Benjamim Rodrigues Galhardo, assumiria o Comando do III Exército, caso necessário, e iniciaria a resistência. E, mais, dispunha de 77 oficiais em Porto Alegre que pensavam da mesma maneira. Disse ao Coronel Pelegrini que reagiríamos por nossa conta quando Goulart e Brizola viessem a Uruguaiana, em 4 de abril. Na hipótese de reação isolada nossa, solicitava que o General Adalberto entrasse em ligação com o Major Léo Etchegoyen, em Porto Alegre, que tinha ligação com a Varig, para conseguir os aviões necessários ao transporte dos 77 oficiais para a minha cabeça-de-ponte em Uruguaiana, onde teríamos função para todos. Até hoje, nenhum oficial chegou e eu cumpri tudo o que prometera.

Mais tarde, no Estado-Maior do Exército, declarei, ao então Comandante da 6ª DI, agora nas funções de Chefe do Estado-Maior do Exército, que a única solicitação que lhe fizera não fora atendida. O fato é que ele e o Coronel Fontoura disfarçaram-se de padres e foram para Cruz Alta, alegando, depois, que o fizeram para readquirir a liberdade de ação. Conseguiram sair de Porto Alegre, para obter uma nova capacidade operacional, o que, no meu entender, não responde a absolutamente nada. Numa crise, e numa crise interna, quem estiver no seu bojo não pode sair, caso contrário é porque não quer correr o risco que esta acarreta.

É relevante afirmar que, nessa fase pré-revolucionária, tudo fizemos para que houvesse uma definição mais clara do Comandante da 2ª DC, em Uruguaiana.

De 11 de janeiro de 1962 a 25 de abril de 1964, quando embarquei de Uruguaiana para o Rio, as responsabilidades por todos os atos praticados pelo Grupo foram da exclusiva responsabilidade de seu comandante. Tivemos esse cuidado, porque de maneira nenhuma iríamos seguir o caminho que estávamos vendo, em outras áreas, com a descentralização da responsabilidade, para depois

as autoridades de cima se absterem, "tirando o corpo fora", como ocorrera comigo em Uruguaiana. O Comandante da 2ª DC se omitiu, dizendo estar havendo precipitação de nossa parte, por estarmos julgando com muito rigor o que ocorria no País e, especialmente, no Rio de Janeiro. Contra-argumentava, afirmando que a noção que tínhamos de disciplina, de hierarquia e de legalidade ou ilegalidade era uma só; não poderia haver outra interpretação. À frente de uma tropa, não poderíamos proceder de forma dúbia. Se ele não me orientava, podia ter certeza, no entanto, que eu, aos meus oficiais e sargentos, os orientava a todos.

Em nenhum momento, caso fracassasse o movimento eclodido em Uruguaiana, outros profissionais, pelo menos na minha Unidade, poderiam correr qualquer risco. Registro esse aspecto devido a sua importância. Em situações de crise e segurança interna, o fundamento de qualquer comando deve ser: assumir a responsabilidade pelos atos que sejam praticados. Em conflitos bélicos com outros países, toda a estruturação é feita contra o inimigo definido, do lado oposto, e até por uma questão de sobrevivência, todos naturalmente se acomodam à estrutura piramidal. No entanto, isso é raro ocorrer nos conflitos de segurança interna.

A partir de 28 de março, sábado de Aleluia, os fatos estavam se acelerando e a ida do Coronel Pelegrini a Uruguaiana nos aguçou ainda mais e nos alertou para outro aspecto, o de que não estávamos sós. Pela primeira vez, tivemos conhecimento de que alguma coisa estava preocupando o Estado-Maior do Exército. Até então estávamos em Uruguaiana por conta de uma programação e procedimentos nossos, enquanto os fatos se desenrolavam no País.

No sábado e no domingo, promovemos uma série de reuniões na minha casa e na de outros oficiais. Nenhuma ligação havia entre essas reuniões e os Comandantes da 2ª DC e do 8º RC, embora parecessem acompanhar, preocupados e vigilantes, as reuniões que fazíamos, a pretexto de tomar uma cerveja e comer um bolo, para comemorar um aniversário fictício. A peça chave no 8º RC era o Major Tolentino Job Barbieri, S3 da Unidade, um homem excepcional, seja na coordenação, seja no que pudesse vir a ocorrer.

Chegamos ao 31 de março, às 5h da tarde. Oficialmente, eu estava em férias, transferido para a Diretoria de Ensino. O Major José Campedelli, E2 da 2ª DC, à paisana, entregou os jornais que vinham do Rio de Janeiro, ao General Camarinha, no portão de sua residência, ao lado da minha. O jornal *O Globo* dizia "Minas se levanta, risco de guerra civil." Junto com o jornal, apresentou-lhe um radiograma ostensivo do Ministro da Guerra, General Jair, determinando prontidão rigorosa e aplicação do plano SEGIN, de Segurança Interna. Citava, ainda, o artigo relativo à "ordem de marcha", do RISG.

Aproximei-me deles, também à paisana, e o Comandante da DC pediu que o texto também fosse lido para mim. Quando o Major Campedelli acabou de ler eu disse ao General Camarinha que me fardaria e me recolheria ao Grupo, reassumindo o Comando. Determinaria prontidão e prepararia as subunidades para a execução das medidas, inclusive fora do quartel – plano SEGIN repressivo –, mas precisava saber qual era a orientação dele para que a transmitisse aos oficiais e sargentos. Respondeu-me que nada sabia; que o texto era claro e era uma determinação do próprio Ministro.

Continuei chamando-lhe a atenção para o que o jornal estampava na primeira página. Contou-me, então – ele estivera no Rio de Janeiro e sabia de todas as informações, obtidas junto ao Gabinete, de onde saíra, promovido a General, para comandar a 2ª DC, como homem de confiança do Ministro –, que presenciara o comício da Central do Brasil e que tudo isso era "coisa do Mourão que, dentro de poucos dias, vai cair na compulsória, por idade". Não me contive. Ele não estava falando com uma criança, mas estava usando um argumento absolutamente infantil. Então, um General, porque está para cair na compulsória, vai levantar um Comando de Divisão e um Governador de Estado e colocar o País no risco de uma guerra civil? Ele, caindo em si com relação à bobagem que dissera, completou que precisávamos estar unidos. Perguntei-lhe, então, em torno do quê? E ele respondeu que em torno do nosso Ministro, o General Jair. Contrapus, pois o que ocorrera no comício comprometia-o, e o que se desenrolava no resto do País deixava dúvidas sobre seu comportamento. Ele então abriu o flanco totalmente, dizendo que devia sua promoção ao Ministro. Refutei suas palavras. Entre o compromisso motivado pela sua promoção e a minha fidelidade a princípios voltados contra a subversão, a corrupção e a comunização do País, eu não tinha dúvidas quanto à minha escolha. Se ele achava que devia ficar submetido ao telegrama do Ministro Jair e só, então eu não precisava mais da orientação dele. Sabia o que diria aos meus oficiais e sargentos. Pedi licença e saí.

Antes, ainda em minha casa, recebi a visita de cinco ou seis líderes civis – comerciantes e fazendeiros – que ali estavam para hipotecar solidariedade a todas as medidas de reação que o Comandante do Grupo viesse a tomar contra o Governo Goulart e oferecer as viaturas de que precisássemos. Fiquei constrangido porque pessoas estranhas ouviram minha discussão com o Comandante da DC.

Na outra casa ao lado da minha, na varanda, estava o Coronel Luiz Serff Sellmann, Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, apresentado em dezembro de 1963, que assistira a discussão que se dera ali na calçada, na presença do E2. O Coronel Sellmann pediu-me cuidado, para que não perdesse a calma, e sugeriu levar, à noite, o Comandante da DC para visitar o Grupo e o 8º RC, com a intenção de

amenizar a situação. O Sellmann, de quem conhecia muito bem o pensamento, só queria me poupar. Fui para o Grupo, sabendo que o Coronel Sellmann levaria o Comandante da DC, às 11h30min da noite. Reassumi o Comando e todo o pessoal foi notificado para, imediatamente, apresentar-se. Orientei os quadros quanto ao que se passava, o que ouvira do Comandante da 2ª DC e o que, a partir de então, me parecia ser a atitude adequada. Determinei que o Grupo ficasse em condições de operacionalizar, imediatamente após a ordem, as medidas previstas no Plano de Segurança Interna, Repressivo (SEGIN – REPRESSIVO).

Às 23h30min, chegou o Comandante da DC com o Chefe do Estado-Maior. Já estávamos todos armados, aguardando. Ele conversou durante uns 40min a 50min, falando sobre a Revolução de 1932, em São Paulo, pois fora revolucionário, ainda como Tenente. Conversamos outros assuntos, mas sobre a situação do País nenhuma palavra do General. Obviamente, também nada perguntei. Não era o caso. O impasse da tarde continuava. Nada de importante ocorreu.

Ultimadas as medidas de segurança, passamos a noite com o rádio ligado, procurando saber o que ocorria em Minas e no resto do País. Preparamos um documento para ser lido às 6h da manhã, na Rádio Charrua, de solidariedade ao levante de Minas Gerais, informando que estaríamos desencadeando um planejamento repressivo.

Às 5h30min, reuni os oficiais e sargentos no cassino e disse a eles que convidaria o Coronel Sellmann, Chefe do Estado-Maior da Divisão, para assumir o Comando da 2ª DC, no quartel do Grupo revoltado, pois era o Coronel mais antigo das cinco guarnições e fora Comandante da Unidade, por três anos. Fui, no meu jipe, ao QG e o encontrei reunido com o Estado-Maior, decidindo sobre o que iriam fazer. Pensavam da mesma maneira, favorável ao Movimento. Disse, então, ao Coronel Sellmann que estava ali para convidá-lo a assumir o Comando da 2ª DC, no meu Grupo. Ele se emocionou e disse, sem hesitação, que me acompanharia. Então, junto com o E5, o Major Gilberto Oscar Miranda Schmidt – também aluno nosso e primeiro da turma dele, oficial de primeira ordem, que até ficou como interventor na prefeitura, logo depois de 1964 – assim procedeu. Quando chegamos ao meu Gabinete, pediu que reunisse os oficiais e sargentos e, antes, lhes explicasse tudo, para melhor compreensão do quadro de gravidade vivido pelo País, e sobre a necessidade de uma atitude da 2ª DC. Depois, ele, Coronel Sellmann, compareceria à reunião. Respondi-lhe que não era necessário, pois já estavam reunidos, no Cassino dos Oficiais, esperando sua vinda, sabendo já do que se tratava. Ele, mais uma vez visivelmente emocionado, depois de referir-se ao fato de já ter sido Comandante do Grupo, assumiu o Comando da GU, solidarizando-se conosco.

Em seguida a esse ato, que há de ficar, para sempre, para honra e glória do Grupo, fomos ao 8º RC verificar se a Unidade iria aderir ao nosso movimento e acompanhar a decisão tomada. Era só atravessar uma cerca. Combinamos que ficaria melhor, para evitar constrangimentos, que eu mesmo falasse com o Comandante do 8º. Atravessamos a cerca. O Comandante, Coronel Alencar, estava andando de um lado para outro, no pátio, preocupado, porque vira a viatura do Chefe do Estado-Maior entrar no Grupo e não sabia o que estava acontecendo. Fomos ao seu Gabinete e solicitamos sua vinda ao nosso encontro, pois não percebera a nossa presença.

Ao chegar, declarei, de forma direta e curta, que a 2ª DC se levantava em apoio ao Movimento desencadeado de Minas e queríamos saber se ele nos acompanhava. Indagou se todas as Guarnições estavam de acordo, ao que respondi positivamente. Após um lapso de tempo, precisou: "O Coronel Knaack, Comandante do 7º RC, está de acordo?" Eu já esperava, era a dobradinha que saíra do Gabinete do Ministro. Respondi que a estação rádio do Grupo já estava no ar, em contato com todas as Guarnições e Unidades da DC e, se ele quisesse, poderia falar com o Comandante do 7º RC.

Todas as Guarnições estavam conosco, incluindo o 7º RC. Sabia-o, porque quem, efetivamente, comandava a Guarnição de Livramento, o Subcomandante do 8º Grupo de Artilharia 75, a Cavalo, Tenente-Coronel Nivelli Vossio Brígido, meu colega de turma do Realengo. Nós nos conhecíamos bastante e ele estava radicado em Livramento, desde Aspirante. O 7º RC, com certeza, acompanharia o Grupo... Iria no "bolo"... O Knaack acompanhava tudo.

De qualquer modo, ele ouviria a palavra do Comandante. Liguei para o Knaack e a frase que disse ficou famosa. Ao ser perguntado se estava conosco ou contra nós, respondeu: "Estou na direção de Belo Horizonte." Nas várias vezes que seu nome subiu para promoção, o General Orlando Geisel, quando Ministro, invocava esse diálogo. Era tão esperto que não se colocava, nem a favor nem contra e, por isso, algumas vezes, fora retirado da lista. Só conseguiu ser promovido, por causa do General Humberto Souza Mello.

O Coronel Alencar, ouvindo a resposta do Knaack e percebendo que, praticamente, havia unanimidade pelo Movimento, respondeu que, também, acompanharia a DC e não iria destoar das outras Unidades. Logo a seguir, perguntou: "E o General Camarinha?" Informei-lhe que estava em casa, "se omitira", e que o Coronel Sellmann acabara, minutos antes, de assumir o Comando da 2ª DC, no 4º GA 75 Cav e, inclusive, estava presente ali, no seu quartel, e que eu lhe falava na qualidade de Comandante de Unidade. Nesse momento, o Coronel Sellmann

interveio, como combinado, confirmando tudo o que eu havia dito e explicando as razões do General estar "fora do quadro". Ele, então, se assustou. Fez, a seguir, a proposta de irmos, nós dois e o Sellmann, à casa do General Camarinha convencê-lo a participar do Movimento e reassumir o Comando da DC.

Nesse ponto, deixamos claro – Coronel Sellmann e eu – que isso poderia ficar para depois. A situação era absolutamente concreta e não tínhamos tempo a perder. Enviaríamos uma mensagem pela Rádio Charrua e desencadearíamos as medidas de segurança repressivas, em Uruguaiana e nas demais Guarnições da DC. Sairíamos com as Unidades.

Efetivamente, horas depois, o Coronel Sellmann, por sugestão do próprio Estado-Maior da DC e nossa, foi à casa do General Camarinha tentar convencê-lo. Na verdade, uma longa conversa, penosa, ao cabo da qual e depois de cena dolorosa, acedeu ele em ficar à testa da Divisão.

O curioso desse fato é que, depois, ele virou herói. Dava ordem para todo mundo e fez elogios enormes para cada um de nós. Mas, foi bom, porque isso facilitou a tarefa da 2ª DC em termos de coordenação. Primeiro, polarizar o levante no Rio Grande; segundo, irradiar esse procedimento para a GU de Santa Maria. Nós conhecíamos a posição do Coronel Ramão Mena Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) e a de vários oficiais, mas o General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante da Divisão, que se dizia nosso, ainda estava indeciso. Era preciso "catucá-lo" e, com o General Camarinha no Comando da DC, ficou mais fácil o diálogo. O General Poppe foi convencido a assumir o Comando do III Exército, por ser o mais antigo. Assim sendo, o problema se resolveu da periferia para o centro.

Paralelamente a tudo isso, o Governador Leonel Brizola, ensandecido, histérico, aos gritos desesperados, mandava insistentes mensagens para os sargentos de Uruguaiana, principalmente do 4º Grupo de Artilharia, durante a jornada de 1º de abril. Exortava-os a pendurar, nos postes da Praça Central, em frente ao QG, e nas ruas principais, o Comandante e oficiais. Dizia que, enquanto não conseguissem fazer isso, que pegassem suas mulheres e filhos. Mandava pendurar no poste com as solas dos pés cortadas – como faziam os farroupilhas, que penduravam o inimigo em um poste, ou numa árvore qualquer, com as solas dos pés cortadas. Em minutos, a pessoa morria, porque a sola do pé é extremamente irrigada por capilares. Tanto que os orientais usam muito os pés na acupuntura. Permitam-me estar reproduzindo isso, mas são expressões textuais do Brizola.

A mensagem era repetida o dia inteiro, por horas. A certa altura, dizia: "... Aos heróicos e bravos sargentos do 4º Grupo. Reproduzam o feito dos irmãos de

Bagé." Eles tinham acabado de tomar o QG da 3ª DC. Adotei, então, uma medida, que, no meu entendimento, era adequada do ponto de vista psicológico. A Bateria de Comando ligou os alto-falantes do quartel para a transmissão da palavra do Brizola e dos locutores. Tudo era ouvido, 24h, pela tropa, assim como, a população no entorno. O som também era ouvido no quartel do 8º RC. Partíamos da premissa de que não adiantava esconder porque todos possuíam rádio. Sabiam da exortação do Brizola, lá de Porto Alegre, tentando reproduzir a "Cadeia da Legalidade". Não digo isso para condená-lo, mas até para exaltá-lo, para mostrar que ele realmente assumiu uma posição de risco total e dela não se afastou, a não ser quando foi para o exílio, no Uruguai.

Tomei, então, a iniciativa de discutir, em reuniões de manhã e à tarde, para oficiais e sargentos, o que acabavam de ouvir e deixávamos clara a nossa posição. Com isso, não tivemos problema algum; o procedimento foi irrepreensível. De meu conhecimento, somente dois casos de dúvida.

O problema mais sério ocorreu no 5º RC de Quaraí, onde 49 sargentos, dos 53 existentes se recusaram a cumprir ordens de se deslocarem, na manhã de 2 de abril, junto com o Regimento, para a região de Harmonia. Apenas quatro sargentos haviam permanecido fiéis ao Movimento. Um sargento disse: "Eu não sei o que está ocorrendo. Nós estamos com o Presidente", e 48 o acompanharam. O Comandante os substituiu por cabos que foram comissionados para as funções desses sargentos, e o Regimento deslocou-se para cumprir sua missão. Os 49 sargentos foram recolhidos ao meu Grupo, onde ficaram presos, tendo o quartel por *ménage*. Houve, além desses, o recolhimento de um capitão, do Grupo de Artilharia de Alegrete, que estimulara a reação dos sargentos, sobre quem, aliás, já pairava uma dúvida, agora confirmada. Excelente oficial, por sinal.

No dia 2 de abril, os sargentos e o oficial presos ocupavam todas as instalações da Unidade. Assim, os líderes comunistas civis foram trancafiados em compartimentos adaptados para prisão. Entre eles, um arquimilionário que jogava todas as noites na Associação Comercial e era tido como líder comunista, no Rio Grande do Sul. Na verdade, era um grande burguês. Foi o primeiro a ser preso.

Nos contatos feitos da própria estação rádio do Grupo, repeti ao Comandante do Batalhão de Engenharia, de Alegrete, Coronel Monte, a mesma pergunta que fizera a todos os Comandantes de Unidade, nas cinco guarnições: "Se estava conosco ou contra nós?" A primeira resposta que deu foi a de que estava com o Governador Brizola. Perguntei-lhe se meditara sobre o que estava dizendo, pois, em Alegrete, sede do BE, todos estavam com a 2ª DC. Confirmou a resposta anterior e desligou. Algum tempo depois, quando de uma segunda rodada de contatos, falei-lhe

diretamente, pelo rádio, dizendo que renovava meu apelo. Nos conhecíamos das manobras de quadro e com tropa. Conto esse episódio, também, com emoção e valorizando sua figura. Ele meditou e cerca de meia hora depois, anunciou: "Eu, afinal, não fico contra a minha Instituição." Logo após, sofreu uma forte ameaça de enfarto, baixando o Hospital da Guarnição. Pesou a estrutura piramidal, naquela situação extrema.

Neste ponto, gostaria de destacar a eficácia das medidas repressivas tomadas, em Uruguaiana, no desembocar do Movimento Revolucionário. O Estado-Maior da DC, procedendo de maneira excepcional, funcionou como se fosse o desenvolvimento de um quadro operacional, um tema tático, coordenando as cinco guarnições, em solidariedade a Minas. Não houve problema algum; todo o Estado-Maior da DC estava conosco. Os Comandantes do 8º e do 7º RC não ofereceram qualquer dificuldade às ações desencadeadas. O próprio Comandante da DC, após sua adesão, queria fazer coisas absurdas, "ser mais realista do que o rei", como se fala, sendo necessária a intervenção do Chefe do Estado-Maior. É um fenômeno psicológico curioso, em que a pessoa parece querer recuperar-se de um drama anterior.

Durante o mês de abril, desenvolveu-se uma atividade muito intensa, no Grupo. Instaurou-se mais de uma dezena de inquéritos, simultaneamente, para ouvir todos os agitadores, que já se encontravam em Uruguaiana, para aquele "encontro de João Goulart" com o "povo de Uruguaiana", em 4 de abril, líderes e pseudolíderes políticos, recolhidos ao Grupo.

No dia 25 de abril, acredito que, do Gabinete do Ministro, foi enviado um avião da FAB, pilotado pelo Comandante Hélio da Costa Campos, tendo por co-piloto o Tenente Gomes, para levar-nos, minha senhora e eu, de volta ao Rio de Janeiro. Ao chegar ao aeroporto Santos Dumont, lá se encontravam, dentre outras personalidades, o General José Horácio da Cunha Garcia, que fora Comandante da 2ª DC, no início do meu período no Grupo até meados de 1963, e o General Syseno Sarmento, Chefe de Gabinete do General Costa e Silva. Passei o resto daquela noite redigindo um relatório sobre os fatos de meu conhecimento, no Rio Grande do Sul, pois deveria entregá-lo no dia seguinte, pela manhã, ao General Syseno. Objetivava, entre outros fins, a transferência de determinados elementos da 2ª e da 3ª DC.

Ao final deste relato dos acontecimentos da extrema fronteira sudoeste, gostaria, ainda, de ressaltar três episódios ocorridos nesse mês de abril de 1964, que me parecem de relevo. Em geral, relacionam-se à compreensão psicológica do procedimento de determinados homens.

O primeiro se deu a 2 de abril: uma senhora, toda rasgada, chegou ao Grupo, fugindo do marido que tentara matá-la e quebrara todo o barraco onde

moravam, após ingerir mais de meio litro de cachaça. Contou-nos que ele achava-se um desgraçado, por não ter cumprido a missão de matar o Comandante do Grupo de Artilharia, como lhe fora determinado. Agora, estava querendo, inclusive, matá-la. A senhora conseguiu fugir e foi relatar o ocorrido. Disse-lhe que não se preocupasse e mandei que cuidassem dela. Peguei o jipe e fui, com o Comandante da Guarda, conversar com ele. O Subcomandante queria mandar uma escolta, mas recusei, pois não seria o caso de prisão, mas de usar meios psicológicos para resolver o caso. Obviamente, fomos ambos armados. Cerca de 3h da tarde, chegamos ao barraco, naquela região do meretrício, estando as mulheres fora das casas; um alvoroço. Combinei com o sargento que tentaria, com toda paciência, falar com o homem pela porta da frente do barraco e, caso não conseguisse convencê-lo a abri-la e tivesse que forçar a porta, ele entraria pela de trás, evitando surpresas.

A voz do homem estava meio enrolada pela bebida e por mais de 10min tentei convencê-lo a uma conversa, sem sucesso. Estava obstinado numa única coisa: que eu entrasse, porque iria me matar, mantendo a porta entreaberta. Notei que ele estava atrás da porta que empurrei com um pontapé, surpreendendo-o. Ele caiu ao chão, como previsto, e entrei. Presenciei uma cena dolorosa. Ele chorava, com um pedaço de pau na mão, dizendo ser um desgraçado. Tentei convencê-lo de que não havia nada contra ele e que fosse comigo para o Grupo. Convencê-lo a ir, sem forçá-lo, foi outra dificuldade. No Grupo, mandei dar-lhe um banho e chamei um dos encarregados de inquérito para ouvi-lo. O homem era pequenininho e usava um gorro alpino, não sei porquê. Estava descalço e não sabia assinar o nome, totalmente analfabeto. Fiz o interrogatório. Perguntei-lhe porque dissera que tinha sido, era e sempre seria comunista, e ele respondeu que os seus chefes sempre lhe disseram que no Nordeste o homem é explorado pelo homem. Disse-lhe que se era comunista por esse motivo eu também o era, porque pensava da mesma maneira. Ele me olhou. O encarregado do inquérito e o escrivão não estavam percebendo onde eu queria chegar e ficaram assustados. Insisti nesse ponto, com mais umas cinco perguntas.

Quando terminei, esclareci que os chefes que lhe puseram tais idéias na cabeça estavam trancafiados no xadrez. Um desses, muito rico, o mais importante, negava a todo momento que fosse comunista, enquanto ele continuava absolutamente convicto de que era e sempre seria comunista. Perguntei: "Sabe o que eu vou mandar fazer com você?" Respondeu, sem titubear, que seria fuzilado. Disse-lhe que um cidadão como ele merecia respeito, principalmente meu. Era um homem de bem que não sabia o que estava dizendo, queria fazer o que lhe mandaram. Ofereci a proteção

do Grupo para o tempo que quisesse; se desejasse ir para casa e fosse necessário, providenciaria proteção para ele e a mulher. Coloquei-o à vontade para escolher o que quisesse, com a certeza de que teria a minha garantia de que nada lhe aconteceria.

O homem chorava. Ajoelhou-se para beijar meu coturno e pedi que não o fizesse, pois merecia muito respeito. Assumira uma responsabilidade, correndo riscos, por absoluta pureza de sua alma, e os patifes que puseram essas idéias em sua cabeça continuavam afirmando que nunca tinham sido comunistas. Para tirá-lo daquela sala, foi difícil, e ele ficou grato pelo resto do tempo que passei lá.

Um outro episódio que até hoje me emociona, quando rememoro, ocorreu a meia hora de despedir-me de todos e ir para o aeroporto com minha mulher. Estava no meu PC, quando o Subcomandante avisou-me que o Sargento Osório, o mais antigo dos 49 presos do 5º RC, de Quaraí, pedira permissão para falar comigo. Inclusive, prontificava-se a ouvi-lo, não havia inconveniente, pois eu já estava de saída e o sargento encontrava-se muito tenso. Respondi-lhe que queria saber o que ele tinha a falar. O Sargento Osório era daqueles graduados que davam gosto de ver. Absolutamente profissional!

Disse que sabia que eu estava para ir embora e que não pensasse que o seu propósito seria o de minimizar a pena que lhe viesse a caber, como sargento mais antigo. Eu ouvira o seu depoimento, ele assumira tudo. Afirmou estar convicto de que sua carreira estava encerrada, mas que falara tudo o que achara que deveria dizer. Manteve-se calado por alguns instantes. Perguntei-lhe se tinha algo mais para comunicar-me, além disso. Aí, ele começou a falar, se emocionou e eu também. Contou que, se os 49 sargentos do 5º RC, de Quaraí, estivessem no meu Grupo nada daquilo teria ocorrido. Não sabiam de nada, porque não tinham sido preparados para os acontecimentos que acabaram por acontecer. Naquele dia 2 de abril, quando se recusaram a acompanhar o Regimento que iria deslocar-se para a Região de Harmonia, o que sabiam era que a Unidade estava se levantando contra o Presidente da República. Somente a partir do convívio de 20 e poucos dias com os sargentos do meu Grupo, foi que tomaram ciência de tudo o que ocorrera durante o ano, e naquele mês de março.

O terceiro episódio aconteceu há dois meses, quando o então Capitão de Artilharia Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas, de Alegrete, Subcomandante do 3º GCan 75 AR, notório esquerdista, veio ao Rio de Janeiro e telefonou para mim. Ele foi reformado. É muito inteligente e formou-se em Engenharia, em Porto Alegre. Hoje, está muito bem e aposentado. Quando atendi, disse que eu ficaria surpreso ao saber com quem estava falando, mas logo o identifiquei. Ele comentou sobre minha memória e eu disse que era por não ter me esquecido do comportamento que tivera,

quando preso no Grupo. Repetiu-me aquela história toda e mais uma passagem que não conhecia, a respeito do nosso Comandante da DC.

Dias antes do 31 de março, o Comandante estivera em Alegrete, chamara-o à parte e lhe disse: "Freitas, em breve irei precisar muito de você." Bateu-lhe no ombro e saiu. Depois, foi falar, não se sabe o que conversaram, com o Comandante do Batalhão de Engenharia, brizolista. Depois de me contar isso, perguntou: "Agora, o senhor quer saber da segunda parte?" E, de imediato, passou a relatar o acontecido, quando estava preso. O General Camarinha na visita que fizera ao Grupo, andando pelo seu interior, encontrou-o, pois a prisão era o quartel como *ménage*. Levou-o a um canto e disse-lhe: "Freitas, infelizmente a coisa ocorreu um pouco diferente, mas se você quiser, vou ver o que posso fazer para minimizar as conseqüências, enfim, a sua pena." Disse-me o Freitas que deu-lhe uma lição: "General, não faça nada! O senhor me procurou lá em Alegrete e disse que contava comigo. Agora, o senhor está querendo 'lavar as mãos' do que ocorreu! Eu não preciso de nenhuma interferência sua! Assumi tudo e sei o que vai ocorrer comigo. Muito obrigado."

Isso é mais um aspecto daquilo que sabíamos, em relação à posição evasiva do Comandante da DC. Ele tinha um compromisso com o Ministro, mas o problema é que foram surpreendidos com a reação, em Uruguaiana, da 2ª DC.

Agora, à guisa de uma pequena conclusão, considero importante mostrar o cenário anterior a 1964, no Brasil, fora do Brasil, no Rio Grande e em Uruguaiana, para que se tenha a visão nítida de que vivíamos uma situação absolutamente anômala, com desestruturação, inclusive, do Poder: indisciplina, desrespeito às autoridades e aos chefes militares e omissão de alguns. Esse quadro cresceu até ser interrompido. O papel das Forças Armadas foi atender à convocação da sociedade brasileira para estancar aquele mar de desordem e de indisciplina.

Existia, à época, o risco da implantação de uma ideologia esquerdista ou mesmo comunista. Portanto, o que as Forças Armadas fizeram foi intervir no processo que estava em marcha acelerada, para deter, conjurar e extirpar as promessas e instrumentos de subversão da ordem, em nível governamental e institucional, que poderiam redundar na implantação de um regime de extrema esquerda. Daí, meu ponto de vista de que o Movimento de Março não foi uma revolução. Absolutamente. Teve um sentido contra-revolucionário, visando a impedir que o golpe, que estava em progressão, descambasse numa revolução.

Mas gostaria de lembrar que o risco, muito grande, era de natureza institucional, governamental e interno. Em nossos dias, é imensamente maior, porque atenta contra a soberania e a autodeterminação. Está voltado contra a integridade do patrimônio territorial e cívico, portanto, em oposição ao Estado Nacional. Pois

bem, o que hoje ameaça o Brasil, o risco que nosso País corre, é o da desestruturação do Estado Nacional, podendo, inclusive, fragmentar-se. Portanto, muito pior do que o que estava ocorrendo em 31 de março de 1964. Amanhã, o que dirão as futuras gerações sobre cenário atual brasileiro, presenciado por nós outros?

Raízes do Movimento revolucionário

Podem ser considerados como raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, de origem externa, os seguintes fatos: a expansão do comunismo soviético, no período pós-1945, na Europa e em outros continentes; a vitória do comunismo de Mao Tsé-Tung, na China, em 1949, exportando sua ideologia, inclusive para a América Latina; a divisão da Coréia pelo Paralelo 38, decorrente do comunismo ali implantado; a introdução do comunismo, por Fidel Castro, em Cuba, e a expansão de sua ideologia marxista-leninista para a América Latina; a Guerra dos 30 Anos no Vietnã, 1946/1976, culminando na derrota e expulsão dos franceses e, depois, dos norte-americanos; radicalização da bipolaridade, com a ameaça de conflito nuclear entre Estados Unidos e a União Soviética, com a instalação de mísseis soviéticos em Cuba.

De origem interna: antagonismo político-militar, envolvendo parcela das Forças Armadas, nos anos 1950; o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, acentuando a dicotomia entre os denominados "golpistas gorilas", direitistas e os esquerdistas "comunistas populistas". O antagonismo entre esses grupos aumenta, radicalizando-se as posições nos anos de 1950 e início dos anos de 1960; reflexo da guerra fria, com poucas opções político-estratégicas e político-econômicas para o Brasil e cenário interno instável, do ponto de vista político-ideológico. No período de 1960 a 1964, quatro governos no Brasil de características contraditórias e antagônicas: Juscelino Kubitschek, final de Governo, Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco, este a partir de abril de 1964.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Sem dúvida nenhuma, as Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrarem o Movimento de 31 de Março de 1964. A reação das Forças Armadas deu-se no sentido de acolher os reclamos da Sociedade Brasileira, sobretudo da classe média, que se preocupava e se desesperava com a desordem que estava se generalizando no País, atingindo até a cúpula do Governo central. Isso estava exigindo uma providência que, em última análise,

traduzia uma vontade nacional. Nesse sentido, a intervenção das Forças Armadas, a que não quero chamar de revolução, foi um Movimento para impedir e deter aquela avalanche de indisciplina em todos os níveis, exigido pela sociedade brasileira.

Revolução comunista: propósito das esquerdas

Eu, na verdade, não diria, com ênfase, que o movimento das esquerdas pudesse conduzir necessariamente à implantação de um regime comunista. O fato é que as agitações eram um estímulo para os movimentos ideológicos de esquerda pretenderem tirar proveito. Isso era evidente. Vi acontecer na Cidade de Uruguaiana. As esquerdas aproveitaram-se disso e exacerbaram-no. Resta a dúvida se seria, então, para implantar o regime de natureza ideológica, marxista, comunista. Eis um problema que deixou de ser concretizado pelo fato de as Forças Armadas, na sua intervenção, interromperem o processo. Nesse sentido, fica claro que a grave subversão da ordem foi interrompida. Se chegaria a concretizar-se num quadro político-ideológico de índole comunista, os fatos posteriores é que iriam mostrar.

Atitude do Congresso Nacional

Não tenho dúvida nenhuma de que a participação do Congresso, pelo menos em sua grande maioria, foi no sentido de dar apoio irrestrito ao movimento. O Congresso partiu de uma compreensão lógica e inteligente. Tratava-se de um fato consumado, cabendo-lhe minimizar os problemas que pudessem surgir. Nesse sentido, o Congresso interveio para encerrar qualquer crise, acolhendo o pleito que as Forças Armadas apresentavam, no sentido de buscar a normalização da vida do País.

Comportamento dos sindicatos e entidades esquerdistas, logo após o início da Revolução

É uma coisa curiosa. Os sindicatos e entidades tidas como esquerdistas obviamente vinham participando do processo de agitação, estimuladas por líderes idealistas e entusiastas. A UNE, de estudantes universitários, era um caso típico. Estava envolvida por aquela propaganda que podia até ter modificado alguns de seus ideais. No entanto, depois de 31 de março de 1964, houve uma calmaria muito grande e isso facilitou o processo de intervenção em algumas instituições.

Principais líderes, civis e militares

Lembro que o Presidente Castello Branco, nos dois primeiros meses de Governo, disse, inúmeras vezes, no seu Gabinete, que o líder civil desse Movimento fora o Governador Carlos Lacerda. Até mesmo, chegou a falar que ele deveria estar no lugar dele, na Presidência. Veja a colocação do próprio Presidente Castello Branco, porque Lacerda era a pessoa que estava polarizando toda aquela reação ao Governo deposto. Além dele, o Governador Magalhães Pinto, figura notável. Foi do seu Estado que o Movimento de 1964 começou, com o General Mourão Filho. Ademais desses dois civis, considero, também, o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Foi pronto na sua adesão, o que facilitou, em muito, a ação do II Exército.

Entre os líderes militares, destaco o General Costa e Silva que, desde antes da eclosão do Movimento, se posicionara contra o Governo Goulart, e o Marechal Odylio Denys, que se deslocou para Minas e, graças a seu prestígio e passado exemplar de Chefe Militar, foi muito importante para a deflagração do Movimento. E, sem dúvida alguma, também, a figura, já histórica, do Marechal Dutra, que fizera um ou dois pequenos pronunciamentos. Ele não era homem de fazer declarações, mas devido a seu passado, o posicionamento favorável ao Movimento era um estímulo. Posicionou-se antes da eclosão do Movimento.

Gostaria também de ressaltar uma outra figura da maior importância na conspiração militar, por todas as articulações que fez: o Marechal Ademar de Queiroz. Pela forma como atuava, exercia uma liderança tipo horizontal, diria interior, ele não aparecia. No entanto, sendo, seguramente, o maior amigo do Presidente Castello Branco, influiu sobremaneira no sentido de trazer o então Chefe do Estado-Maior do Exército para o processo revolucionário. Cabe a ele, Marechal Ademar de Queiroz, este cometimento. Foi, inclusive, quem sugeriu alguns nomes para participarem da cúpula do Governo Castello Branco. Cito, por exemplo, o General Ernesto Geisel e o General Golbery do Couto e Silva. Dois nomes que ele apresentou como sendo indispensáveis na composição do Governo. De maneira que o destaco, sem embargo de figuras de proa, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, na Aeronáutica, por sua atuação equilibrada, e o Almirante Rademaker, na Marinha, dentre vários outros.

A Revolução de 31 de Março de 1964: auxílio externo

Este é um tema muito explorado. Existem, inclusive, livros de brasilianistas, pesquisadores norte-americanos, tratando com muito cuidado desse aspecto: o

Movimento Revolucionário teria sido exclusivamente preparado em âmbito interno ou teria recebido algum tipo de auxílio externo, em especial dos Estados Unidos.

Na minha opinião, é evidente que as embaixadas e os adidos militares, sobretudo dos Estados Unidos, estavam acompanhando aquele desacerto crescente, de crise sobre crise, aguardando um desfecho, como efetivamente ocorreu. Eles não poderiam deixar de acompanhar a evolução daquela conjuntura. O que se pode discutir, dessa questão, é se eles estariam interferindo. Até onde sei, também havia preocupação de outras representações diplomáticas, como as da União Soviética e da China.

Eu mesmo posso dar um testemunho. Quando o avião, que me conduzia de Uruguaiana ao Rio de Janeiro, fez escala em Porto Alegre, em 25 de abril de 1964, ao descer no aeroporto Salgado Filho, com minha família, encontrei o Adido Militar dos Estados Unidos, Coronel Vernon Walters. Conhecia-o da FEB, quando ele ainda era Capitão e intérprete junto ao V Exército. Aproximou-se de mim e falou, demonstrando surpresa:

– Puxa! Você está aqui!?

– O que você está fazendo aqui? — perguntei-lhe do mesmo modo, também surpreso, por encontrá-lo em Porto Alegre.

– Estou indo para a 3ª DC, em Bagé. Ouvi dizer que houve problemas naquela região e quero observar os acontecimentos.

– Você está bem informado! — eu gostava de brincar e, também, dizer o que queria.

– Olha, já sei de tudo o que aconteceu, em Uruguaiana, com a 2ª DC — completou o, então, Coronel Walters.

Vejo isso de uma maneira quase natural, porque eles deviam estar acompanhando a evolução do movimento.

"Esquema militar" do Governo Federal

Foi rápido o desmoronamento do chamado "esquema militar" apregoado pelo Governo Federal, a partir do desencadeamento do Movimento. Acredito que os maiores surpreendidos, sem dúvida nenhuma, foram os assessores diretos do então Presidente João Goulart. Ele próprio, antes de partir para o exílio, em Porto Alegre, perguntou, ao General Assis Brasil, de que valera o esquema. O que me parece é que a surpresa foi resultante da rapidez com que se realizou o Movimento de 31 de Março.

Tive a oportunidade de deixar claro, nesta entrevista, que tal surpresa também ocorreu em relação aos Comandantes da 2ª DC e de algumas Unidades subordinadas. Inegavelmente, estavam comprometidos com o Ministro, o General

Jair, e foram surpreendidos pela maneira extremamente rápida e silenciosa com que explodiu a reação da grande Unidade.

De maneira que, na minha opinião, a surpresa foi dupla. Tanto da parte do Governo, portanto do General Assis Brasil e do General Jair, como também da nossa parte. Esperava-se um Movimento, até sangrento, de dificuldades crescentes, mas, afinal, predominou a compreensão.

Até onde sei, no Rio Grande do Sul, houve a perda da vida de um oficial da Aeronáutica, em Porto Alegre, que tentou atirar no Brigadeiro Wanderley, quando este, a pedido do General Castello Branco, foi verificar o que ocorria por lá, com a Força Aérea. O oficial fora, até, subordinado do Brigadeiro Wanderley que gostava muito dele. Era um Coronel muito agitado, muito nervoso, e num momento irrefletido tirou a "ponto 45" e disparou duas vezes contra o Brigadeiro Wanderley, atingindo-o, porém, de raspão. O Assistente do Brigadeiro reagiu rápido e eliminou o oficial. A viúva do Brigadeiro mostrou-me a camisa com as manchas de sangue, há uns anos. Foi essa a baixa no Rio Grande.

Graças a Deus, o Movimento conseguiu a concórdia nacional, pouco depois.

"Chefia e liderança"

Existe sempre uma indagação em torno do aspecto "chefia e liderança", no tocante ao desempenho dos oficiais das Forças Armadas, especialmente das tropas do Exército, em todo esse episódio, com ênfase para os que estiveram na iminência de um combate. Essa questão, ligada à anterior, deve servir, inclusive, de lição para a atualidade brasileira e o futuro do nosso País. Enganam-se todos aqueles que acham que as Forças Armadas estão inermes, sem acompanhar o desenrolar de determinadas conjunturas. O que ocorreu, naquela época, foi exatamente isso. Havia agressão, desafio, desrespeito, greves, comícios, agitação generalizada; enfim, demonstrações de toda ordem do poder cada vez maior do lado da subversão. Algumas autoridades diziam, inclusive, contar com o apoio unânime dos chefes militares. Nada menos verdadeiro. O silêncio não queria dizer passividade ou submissão àqueles fatos que esboçavam a desgraça para o nosso País. A prova está no que ocorreu, em Uruguaiana, com a 2ª DC, depois com a 3ª DI, em Santa Maria, a seguir, no Rio Grande e no País inteiro, de uma maneira muito rápida e fulminante. E essa rapidez demonstrou que havia "chefia e liderança", em todos os escalões e áreas e impediu que ocorresse um choque mais sério no movimento.

Torno a enfatizar que, ainda hoje, se enganam aqueles que pensam que o fato das Forças Armadas estarem sendo agredidas, ofendidas, seus chefes militares alvo,

inclusive, de vilipêndios, isto signifique que estejam desatentas e desinteressadas. Venho de uma família absolutamente de civis e tenho orgulho de ter pertencido às Forças Armadas. Tenho absoluta convicção de que elas estão ciosas de seu propósito de defender a soberania e a integridade do patrimônio territorial e cívico, a autodeterminação e, seguramente, como foram ontem e são hoje, serão amanhã, inteiramente fiéis ao nosso País.

Lembro-me de uma frase dita no final do discurso do Comandante da Escola Militar do Realengo, a 25 de agosto de 1940, o então Coronel Álvaro Fiúza de Castro, quando recebemos o espadim de Caxias e prestamos o primeiro juramento diante da Bandeira Nacional. Estavam presentes o Presidente da República e o corpo diplomático com diversos embaixadores. Naquela época, todo o mundo oficial comparecia a uma solenidade daquelas. Ele terminou o discurso com uma expressão que jamais esqueci: "Sede, em última análise, Cadetes, servos da Soberania e da Integridade da Pátria, tudo sacrificando, inclusive a vida, pela sua sobrevivência integral, intangível, para os pósteros." Ainda me emociono, ao lembrar.

Isso é o que norteia a vida de todos nós, a partir de um juramento, como esse, diante da Bandeira.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN

Não tenho dúvida alguma de que foi um procedimento extremamente correto. Se fosse Comandante da AMAN, como era o General Emílio Garrastazu Médici, teria tomado a mesma decisão. Era a juventude militar que mal iniciara a carreira das Armas, mas valia muito pelo simbolismo, pelo que representava. Jovens que estavam prontos a se imolar, caso fosse necessário, diante de um problema extremamente grave no Brasil.

Graças a essa intervenção da AMAN, encerrou-se o episódio no vale do Paraíba, onde talvez não estivesse longe de reproduzir-se a luta fratricida que ocorrera na Revolução de 1932, naquela mesma região.

A mídia

O apoio da mídia ao Movimento é um problema extremamente complexo. Está claramente reconhecido que a mesma mídia, cujos órgãos reverberavam contra aquela agitação, correndo risco de comprometimento de seu patrimônio, acomodou-se depois de 1964, exceto a Rede Globo que ofereceu o seu irrestrito apoio até outubro de 1984, quando se aproximava o final do Governo Figueiredo, conforme se verifica no artigo do jornalista Roberto Marinho, no jornal *O Globo*, intitulado *Julgamento da Revolução,* de 7 de outubro de 1984.

Na verdade, a mídia em geral julgou que seria beneficiária da restauração da ordem e da tranqüilidade no País, promovida pelas Forças Armadas, com respaldo da sociedade brasileira e, em especial, da classe média, o que sempre é bom relembrar. E o que temos visto de lá para cá? Uma tentativa de solapamento, na medida em que alguns interesses escusos foram, aparentemente, dificultados, porque o Governo, sobretudo o de Castello Branco, não estava preocupado em se promover e agradar a mídia.

Hoje, enquanto as esquerdas da época assumem a liderança, no País, a mídia insiste em continuar a reviver e desenterrar problemas, sem procurar entender a razão de alguns excessos, e ignora as inúmeras realizações, pós-1964. Em toda oportunidade, ressalva o risco de uma ditadura militar, de um governo forte, que traria o ofuscamento da opinião pública, como teria acontecido. Mentira! Ditadura existe agora. Ditadura da mídia e dos bancos. Isso declaro, com responsabilidade, para ficar gravado. Há duas ditaduras no Brasil, hoje, e que não havia, depois de 1964.

O que houve, de 1964 a 1985, foi um Governo forte que se destacou pelo progresso extraordinário que realizou. O País foi estruturado. Passou de uma posição ridícula, na economia mundial, para a oitava economia do mundo. Não é com pouco esforço que se consegue. Organizou em bases modernas a administração pública. O Decreto-lei 200 é um exemplo. Criou um serviço de inteligência. O Brasil, com a imensa dimensão territorial que possui, não dispunha de um serviço de informações, quer externo quer interno. Não há muito, acabaram com o SNI; depois, tentaram fazê-lo ressurgir; verdadeira confusão. Pois hoje, posso falar com segurança, com conhecimento de causa, está uma bagunça. O que se construiu, no período revolucionário, foi absolutamente necessário.

O Governo Castello Branco reestruturou a Polícia Federal, que prestou e está prestando os mais relevantes serviços ao Brasil. Havia, na época, uma polícia local, chamada de Departamento Federal de Segurança Pública.

A Reforma Agrária estaria implantada, caso seguissem o Estatuto da Terra editado pelo primeiro Governo da Revolução. Era e é, ainda, um instrumento absolutamente revolucionário, ou seja, para resolver o problema da distribuição da terra para o trabalhador. Num País, com a dimensão do Brasil, não se pode entender que falte terra para o homem que nela trabalhe.

Benefícios e prejuízos acarretados pela Revolução

Que ela trouxe benefícios para o País, estou absolutamente convicto. Poderia citar mais de uma dezena de grandes realizações. Agora, cometeram-se erros e

vou desfilar alguns deles. Por exemplo: descuidamos da juventude do nosso País. Deveria ter sido a preocupação maior o zelo por aquela geração que iria projetar as reformas que estávamos fazendo, que iria conduzir as bandeiras de um Brasil reformulado. Alguns chefes, preocupados em evitar que se traduzisse em propaganda ou promoções, ficaram muito recolhidos e o trabalho subterrâneo foi-se fazendo na juventude, nas universidades. Daí, as dificuldades que foram observadas depois. Esse, talvez, seja um aspecto.

Outro problema foram os próprios sindicatos. Acho que o Movimento de 1964 deveria ter tido o cuidado, muito grande, de trazê-los para a grande reforma de que o Brasil estava carecendo.

Nós mesmos, nas Forças Armadas, também sofremos. É um paradoxo, é algo até de difícil compreensão, embora possamos entendê-lo, em parte, pela preocupação dos governos, sendo as Forças Armadas tutelares da administração pública, de deixá-las como que meio desequipadas, como uma espécie de exemplo de austeridade. Predominava a máxima do maior desenvolvimento com o mínimo de segurança indispensável. Isso acarretou problemas que, agora, estão se evidenciando, com a necessidade de mais equipamentos. Perdemos o ritmo da evolução. Isso, em parte, decorre de um descuido, tão preocupados estavam os governos em desenvolver e retomar o tempo perdido.

Extremismo: Ações de guerrilha e terrorismo

As ações de guerrilha e terrorismo configuram o cenário que vivemos, depois de 1964, sobretudo nos anos de 1970. Entre elas, uma de grande expressão foi a Guerrilha do Araguaia, na área de Xambioá, no sul do Pará. Evidenciam, aquelas ações, o papel do Movimento de 1964, no sentido de bloquear o processo de subversão que estava se desenvolvendo. A surpresa provocada pelo Movimento revolucionário, democrático, e o êxito dos Governos decorrentes, seguramente, deviam estar estimulando a oposição ideológica a se arregimentar, de uma ou de outra forma, para através de ações isoladas, intimidar, perturbar e, se possível, galgar o Poder.

Isso me faz lembrar o primeiro volume de memórias de Gilberto Amado, onde está escrito: “As autoridades que dispõem do Poder, o usam ou são, por ele, destruídas.” Ele queria dizer, adaptando-se para o caso pós-1964, que um Governo que dispunha até de institutos discricionários e revolucionários, os atos institucionais, na medida em que ficasse em situação difícil e em dúvida quanto a usá-los, estava estimulando o lado contrário a admitir tal situação

como uma fraqueza. Esse "jogo" obrigou os Governos a editarem outros atos institucionais, o que poderia ter sido evitado e, por outro lado, estimulou a subversão e a prática de atos mais agressivos, como assaltos a bancos, assassinatos de autoridades e a tentativa de criar uma área liberada no interior da Amazônia, na região de Xambioá.

Nesse quadro de fluxos e refluxos, compreendo que a uma ação normalmente se antepusesse uma reação, a menos que os governos pós-31 de março abrissem mão do seu Poder para entregá-lo às guerrilhas e à subversão. Não estou justificando determinados atos, que diria excessivos e a mídia generaliza como tortura.

Agora, em qualquer situação, o que não podemos entender, acho inconcebível, é que um companheiro nosso, que prestou juramento perante a Bandeira Nacional, que tinha a responsabilidade constitucional de preparar homens e defender a Instituição, pratique atos de deserção, assassinatos, assaltos e seqüestros. Isso não poderia ficar sem uma resposta.

De maneira que, compreendo esse cenário, lamentando que tenha havido necessidade de redução, em alguns casos, pela violência. Admito que o conflito, a luta, só pode ser entendido como um binário. Uma vez desencadeado o choque, um dos lados é o vencedor e esse Poder maior tem que absorver o menor, se possível pela persuasão, caso necessário pela ação e, até, pela força.

Por exemplo: a bomba no Quartel-General do II Exército. A sentinela que estava ali cumprindo a sua missão foi a primeira a ser sacrificada. O que o inocente soldado tinha a ver com um ato de terrorismo daquele? Ele estava apenas cumprindo seu dever, quando foi vítima daquele ato de terrorismo indiscriminado e odioso. As autoridades teriam que aceitar isso passivamente? Obviamente que não.

SNI, DOI/CODI e Lei de Segurança Nacional

Penso que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI, Centros de Operações de Defesa Interna e Destacamentos de Operações de Informações, bem como impositivo o agravamento da Lei de Segurança Nacional.. Uma escalada em que o avanço de um lado provoca a reação contrária, no caso de instituições bem estruturadas. Lembro-me do que ocorria na Itália, atrás da linha de frente, no Comando do V Exército. Havia dezenas de cursos para acompanhar a doutrina que estava evoluindo: cursos de minas, de comando de pelotão, de alpinismo e muitos outros. O Manual do Instrutor do Exército americano, distribuído à FEB, dizia, na primeira página, que "o oficial ideal é aquele que nada teme... nem mesmo uma idéia nova". Adequavam-se à evolução doutrinária.

O problema de 1964 foi idêntico. Teria que adaptar a estrutura à nova ordem implantada, a uma realidade que exigia medidas mais sérias. Criou-se um órgão de inteligência, o SNI; como órgão operacional, a Polícia Federal, reestruturada por inteiro; e outros órgãos de segurança, para viverem a nova fase. É idêntico ao que ocorreu na guerra convencional, na Itália. Tem-se que adequar os meios, a estrutura e a parte operacional ao fato novo.

Permanência dos governos revolucionários

Sobre a conveniência da demora do Movimento de 1964 no Governo do País, eu responderia sim e não. Minha posição, aliás, é resultante de profunda meditação. Se o primeiro Governo da Revolução fosse mais cirúrgico nas medidas iniciais, seguramente estariam facilitadas a segunda e a terceira fases, podendo haver um encurtamento dos vários períodos. Ao contrário do que aconteceu na área militar, bastante penalizada, todos devem se lembrar do grande número de oficiais reformados, verificamos um cuidado excessivo na área civil.

Acredito que se tivessem sido tomadas determinadas medidas cirúrgicas, talvez pudesse ter sido reduzido o período de 20 anos. No entanto, isso não é e não deveria ser motivo para tanta crítica da mídia. E ela o faz porque não teve chance de tirar proveito, como desejava, do fato de ter aplaudido a eclosão do Movimento de 31 de Março. Passou, então, a criticá-lo.

Até hoje, a mídia insiste nisso na medida em que se beneficia da conjuntura atual. Disse acima que o País, na atualidade, está submetido a duas ditaduras: a da mídia e a dos banqueiros. A mídia faz o que quer e diz o que bem pensa. E a melhor maneira de se beneficiar é procurar denegrir e execrar um passado do qual ela não pôde tirar muito proveito, porque tal comportamento lhe é extremamente compensador, no presente.

Governos revolucionários e as conseqüências para as Forças Armadas

De modo geral, as Forças Armadas não se aproveitaram da existência de governos revolucionários para auferirem qualquer tipo de vantagem, absolutamente; algumas exceções, porém, ocorreram. Já comentei que a desambição das Forças Armadas se traduziu, em grande parte, em um despreparo em relação ao aperfeiçoamento do equipamento. Os governos ficaram obsessivamente preocupados com a retomada do processo de desenvolvimento em detrimento da segurança. Destaquei até uma frase que ficou famosa: "máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança".

Avaliação dos 20 anos de Governo da Revolução

Devido à minha presença muito próxima do núcleo central do Poder, pós-1964, poderia citar as principais realizações do Governo Castello Branco. Claro que estava investido de poderes excepcionais e só assim poderia promover as reformas profundas da estrutura, reformas, portanto, institucionais. Num período extremamente curto – de 14 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 – o rol de realizações foi imenso. No campo da Reforma Administrativa, bastaria citar o Decreto-lei 200, chamado de Lei de Diretrizes, documento extremamente importante que mudou a administração pública. Cada ministério era vértice de um sistema. Esse decreto, infelizmente, está totalmente desrespeitado nos dias de hoje. Essa foi das maiores realizações do Governo Castello Branco. Para a edição definitiva do Decreto-lei 200, houve 11 edições provisórias anteriores até se chegar ao decreto final.

Implementou-se profunda Reforma Eleitoral, de que há muito carecia o País. Outra reforma foi a bancária: Houve a criação do Banco Central, incumbido de definir a política econômica e financeira do País, enquanto que o Banco do Brasil passaria a ser uma instituição bancária normal, como as demais, executiva das atividades financeiras. Reforma Habitacional: Todos se lembram da revolução acontecida no campo habitacional com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e as ações decorrentes.

A Reforma Agrária, sobre a qual já falei, mas gostaria de reiterar. O Engenheiro José Gomes de Souza, autor do Estatuto da Terra, quando fazia, a nosso convite, conferência sobre Reforma Agrária no Colégio Interamericano, citava três momentos revolucionários, em termos de reforma agrária. A primeira grande revolução de reforma agrária foi a das 13 colônias americanas que se emanciparam. Cada revolucionário recebeu um trato de tantos hectares no processo pela independência dos Estados Unidos. A segunda foi no Japão depois de 1945. Pela espada, o General MacArthur promoveu uma reforma agrária profunda. Ambas traduziram-se na criação de um Estado nacional extremamente desenvolvido e poderoso. No caso do Japão, depois de totalmente destruído. A terceira, dizia o conferencista, foi o Estatuto da Terra do Brasil, um instrumento absolutamente revolucionário. Infelizmente, não houve seqüência e está por ser implantado até hoje. O Governo Castello Branco editou-o com a intenção de promover os atos decorrentes, mas terminou o seu período. E as dificuldades estão aí de toda ordem. Há proprietários de terra do primeiro mundo, como o Sr. Rockfeller e empresas multinacionais, que possuem quase metade da Amazônia, impedindo a equação do problema agrário. O Estatuto da Terra foi obra do Governo de 1964.

Outro ato importante foi a criação do chamado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), depois transformado no atual Ministério do Interior. Sua função era coordenar os órgãos que tratavam das regiões menos desenvolvidas como a SUDENE, SUDAM, Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste e outros. Juntamente com esse, foi criado o Ministério Extraordinário do Planejamento e da Coordenação Econômica que, em dois meses, editou o famoso PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Foi o primeiro instrumento elaborado no Brasil decorrente de um planejamento econômico, preciso no diagnóstico e na adequada terapêutica para restaurar o País. Foi o ponto inicial para a mudança de posição do Brasil na ordem econômica mundial.

Dois instrumentos absolutamente fundamentais para um Estado-Nação das dimensões e do peso geoestratégico do Brasil foram instituídos: o SNI, para a produção de informações estratégicas acerca do que estava ocorrendo interna e externamente e que fosse do interesse do País, e a completa reestruturação da Polícia Federal, de que carecia o Brasil.

Tal era o valor emprestado pelo Governo Castello Branco às atividades da Polícia Federal, que foram inseridos, na Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, 14 itens sobre as suas atribuições. Para que se possa avaliar a importância desse órgão, em 1964, quando o Governo Castello Branco assumiu, para nos comunicarmos com a Amazônia Ocidental, usávamos telefones e rádios dos contrabandistas de Belém e Manaus. Afirmo isso com absoluta responsabilidade. Era o que ocorria. A Amazônia Ocidental não existia para a Polícia Federal, como região observada e controlada.

Lamentavelmente, hoje, pela ação da mídia e de pressões externas, procura-se reduzir o valor do Serviço Nacional de Informações e da Polícia Federal, dois órgãos fundamentais, que viabilizam a visão político-estratégica do Governo, através da informação, assim como a atuação operacional, policial, em todo o território nacional.

Podemos, também, falar na Reforma das Telecomunicações. Criamos a Embratel e, graças às reformas promovidas no primeiro Governo da Revolução, o Brasil passou ao primeiro mundo em termos de telecomunicações. Em seguida, no outro período governamental, veio a Telebrás. Chegamos a produzir, em Campinas, a fibra óptica, com pesquisa e tecnologia totalmente nacional, desenvolvida por técnicos militares do IME e do ITA. Todo esse patrimônio está, hoje, totalmente entregue às multinacionais. É doloroso dizer isso.

Poderia citar inúmeras outras medidas do Governo Castello Branco como, em 1965, a reforma do padrão monetário, com a criação do Cruzeiro Novo, a Lei

de Mercado de Capitais e o chamado Plano Mestre Decenal de Pesquisa Mineral, até 1974, com prioridade para encontrar água no subsolo que resolvesse ou minorasse o problema da seca no Nordeste. Foram contratados técnicos do México e de Israel, que tinham experiência no setor.

No plano internacional, é preciso relevar que aderimos muito sofregamente ao Ocidente. Talvez, em razão do cenário internacional, apontado no início, polarizado diante de problemas como o de Cuba, China, Coréia, Vietnã e outros. Uma posição mais equilibrada provavelmente pudesse ter sido mais favorável ao Brasil. Isso é um fato que a História pode registrar.

O Governo Costa e Silva, iniciado em 15 de março de 1967, por pretender liberar mais aceleradamente, encontrou dificuldades que desaguaram na edição do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Como expliquei no início da resposta, me ative ao primeiro Governo.

Polícia Federal

Quando procuro traçar um paralelo entre o atual desempenho da Polícia Federal, em nossos dias, e o de sua época de criação, estabelece-se uma questão que remete à própria reorganização da Polícia Federal. Foi com absoluta prioridade que o Presidente Castello nos deu a missão de reestruturá-la, tornando-a, efetivamente, capaz de atuar no âmbito nacional. Até então, estava restrita ao Distrito Federal, em nível de polícia estadual. Percebia-se a necessidade de um instrumento operacional, em nível federal, vale dizer, de nível mais alto. É essa a colocação piramidal dos serviços de segurança pública num Estado nacional, como o Brasil.

O Governo deveria dispor de uma autoridade com liberdade de ação no nível operacional, processante, isto é, responsável por seus atos, enquanto que um Serviço de Inteligência, como o SNI, fizesse avaliações, estimativas. Apresenta um outro viés, de assessoria ao Poder central.

A missão ficou a nosso cargo, com plena liberdade para a realização desse propósito, que se traduziu no Projeto de Lei da Polícia Federal e pela segunda vez – a primeira foi o Projeto do SNI, de julho a agosto de 1964 – foi invocado o Parágrafo Único do Artigo 4º, do Ato Institucional nº 1, que previa o prazo de 30 dias para a apreciação pelo Congresso de projetos de relevância do Governo. Vejam a importância atribuída a esses dois institutos. Solicitou-se ao relator, Deputado Peracchi Barcelos, que o projeto não sofresse emendas, o que aconteceu. Logo no segundo dia de tramitação foram apresentadas 109 emendas, 107 das quais de uma só origem, dos advogados da H. Stern. Por quê? Porque um dos propósitos da

Polícia Federal, previstos na sua reorganização, era reprimir os ilícitos penais contra os interesses da União e, no caso dessa Firma, o contrabando e o descaminho de pedras preciosas e ouro.

Criamos duas Divisões, uma de repressão ao contrabando e descaminho e outra de polícia fazendária. Em uma exposição que fiz sobre a nova Polícia Federal, o projeto foi considerado modelar pelo FBI, na expressão do próprio Diretor, Sr. J. Edgar Hoover, no seu Gabinete, em julho de 1965, quando fui convidado para conhecer a estrutura do FBI e da CIA. Ele teve a humildade de dizer que esta era a organização dos seus sonhos. Perguntei-lhe, porque, estando há 40 anos na direção, não realizara algo semelhante, e ele respondeu que, ao contrário do que se possa imaginar, os americanos são muito conservadores. Muitas ações que constitucionalmente são da alçada da Polícia Federal estão sendo executadas por outras entidades, que as assumiram, à medida que as necessidades foram exigindo.

Conto esse fato para valorizar o Governo de 1964, na medida em que deu prioridade e garantiu a realização da nova estrutura. A característica dessa Polícia Federal foi a descentralização em superintendências que cobrem todas as áreas do território nacional. Como lembrei, há pouco, não tínhamos nem como falar com a Amazônia Ocidental, a não ser através de contrabandistas. A Direção Central, em Brasília, coordenaria todas as atividades, através das superintendências, cujo número seria variável, consoante a evolução da conjuntura nacional ou regional.

A minha inspiração foram as mesmas idéias que depois geraram o Decreto-lei 200. Conheci-as no trabalho com o Hélio Beltrão, no Governo da Guanabara, em 1961. Basicamente, centraliza a direção e o controle, mas descentraliza a execução, proporcionando, assim, uma dinâmica operacional extremamente flexível e eficaz.

Essa organização, depois de implantada, produziu excepcionais resultados, durante décadas. Lamentavelmente, com profunda tristeza de minha parte, esta pirâmide tão bem concebida, fundada, inclusive, na Constituição de 1967, vem sendo dilapidada. As 14 atribuições foram retiradas da Constituição de 1988.

Consta em uma revista da Interpol da Bélgica, edição francesa – tenho um exemplar em meu poder – uma apresentação que fiz de toda essa reorganização da Polícia Federal, no ano de 1964, inclusive com os comentários da própria Interpol belga.

Acho totalmente inconcebível e incompreensível que esse patrimônio de 1964, incluindo o próprio SNI, venha sendo desmontado, enquanto o próprio FBI, com o consentimento do Governo Federal, instalou uma agência em Brasília. Faço questão de deixar registrado que é com profunda mágoa que vejo o FBI imiscuir-se em nossas atividades, por solicitação do nosso próprio Governo.

Criamos uma Polícia. O Estatuto do Policial, o último dos cinco projetos que deixei pronto, editado em 24 de dezembro de 1964, foi mais rigoroso do que o Estatuto dos Militares, que serviu de modelo. Nele, estavam estabelecidos o processo de seleção, de admissão, cursos de aperfeiçoamento. Criamos uma carreira de policial federal.

Não sei como está hoje, mas a questão que o senhor levantou demonstra preocupação sobre desvios ou o atual destino da Polícia Federal. Procurei responder, mas existe uma gama imensa de aspectos a serem abordados.

"Revanchismo" das autoridades constituídas e da mídia, em relação aos militares. Lei da Anistia

Acho curiosa essa questão do "revanchismo". Se os que foram contra 1964 estão, hoje, na cúpula do Governo Federal, como pode haver "revanchismo", nesse sentido? Eles assumiram o Poder e deviam se preocupar em fazer o que fizemos, de 1964 em diante: promover o desenvolvimento acelerado do País e implementar as reformas necessárias. A segurança do Estado Nacional cada vez torna-se mais frágil e desestruturada. Fortes interesses de alguns países do primeiro mundo voltam-se para nosso subsolo amazônico, rico em minerais estratégicos, como o nióbio, sob a capa de preservar a floresta amazônica.

É exatamente "revanchismo" o que se observa, pois estão procurando denegrir, desmoralizar e até desestruturar as Forças Armadas, esquecidos de que nas constituições, desde o Primeiro Império, as únicas instituições nacionais e permanentes são as instituições militares. Tudo isso tem um sentido absolutamente nítido, porque lhes cabem as preocupações maiores do Estado, ou seja, defender a soberania e o patrimônio nacionais e preservar a sua autodeterminação.

Esquecem os que assim procedem de que, antes de 1964, isso também ocorria e, para surpresa de muitos, o quadro mudou por inteiro.

Agora, verificamos que o panorama é extremamente mais grave, como ressaltei antes, porque estamos desestruturando o estado nacional, estamos assistindo a ofensas gravíssimas à unidade nacional, estamos vendo a intromissão de poderes externos na nossa terra.

Talvez busquem no rótulo do "revanchismo" dominar, definitivamente, o nosso estado nacional já fragilizado, ou silenciar, mais ainda, as Forças Armadas que, como costumamos dizer, não estão cegas, nem surdas e, certamente, estão acompanhando a evolução da conjuntura. Como ocorreu no passado remoto e no passado recente, com certeza ocorrerá no futuro, as Forças Armadas estarão prontas

ao cumprimento de sua destinação constitucional, porque essa está acima dos governos. Está no topo... No estado nacional.

Sobre a segunda questão contida na pergunta, da Lei de Anistia, editada pelo Governo Figueiredo, também acho curiosa. Anistia, pelo próprio conceito, é o perdão com silêncio sobre aquilo que ocorreu de um lado e de outro. Anistiados muitos agitadores, parece que tais atos não os satisfizeram e querem mais ainda.

A intenção da Lei da Anistia promulgada era colocar uma pedra. No entanto, volta e meia, se destampa o poço e ocorrem erupções. A meu ver, são situações descabidas. Obviamente, em detrimento do nosso sofrido País.

A imagem do Exército Brasileiro

O fato conhecido de que a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como o atestam várias pesquisas de opinião, denuncia a angústia da população brasileira, que está sofrendo. Está espantada com tanta privatização, com o volume imenso de recursos financeiros conseguidos e, estranhamente, não se vêem resultados, não se conhece o destino do mesmo, de qual "buraco" está escapando tudo isso. Até a água estamos privatizando, embora não claramente. Quando se privatiza uma hidrelétrica, o mesmo acontece com a água, que a operacionaliza.

Continuam os problemas de saneamento, habitação, saúde, educação, alguns piores do que antes. Veja as epidemias que estão voltando, as doenças contagiosas que estão se ampliando e isso tudo deveria estar bem mais minimizado.

A opinião pública não se deixa enganar por muito tempo. Ela começa a observar que as Instituições que não tiveram a preocupação de se promoverem, que não usaram o Poder, a partir de 1964, para construírem uma imagem faraônica de salvadores da Pátria, que trabalharam para o desenvolvimento nacional foram as Forças Armadas. É o reconhecimento da sociedade brasileira ao papel desempenhado pelas Forças Armadas. E não deixa de ser um alerta dessa mesma comunidade nacional de que algo poderá, no futuro, ocorrer, para reverter este quadro.

Para o escalão superior das Forças Armadas, tal quadro deve motivá-lo, no sentido de que é preciso acompanhar melhor a evolução da situação. Primeiro, porque está havendo esse recado de baixo, a manutenção em alto grau da credibilidade nas Forças Armadas; depois, porque o compromisso das Forças Armadas é com o futuro do País, e não com governos momentâneos. Tudo isso deve servir de meditação para o escalão de chefia, no sentido de conjugar esses dois focos: a expectativa e esperança crescente da sociedade sobre o que possam fazer as Forças

Armadas e as suas responsabilidades em relação ao destino do estado nacional, que hoje corre um risco infinitamente maior do que antes de 1964.

Todas as pesquisas feitas nos últimos anos deixam as Forças Armadas em uma situação muito boa. Entretanto, a própria mídia, os políticos e lideranças de toda natureza, incluindo aqueles que foram beneficiários do Movimento revolucionário, e cito enfaticamente o Presidente do Congresso, Senador Antônio Carlos Magalhães, fazem novamente carga sobre as mesmas, sobre o período revolucionário, em termos como "ditadura", "anos de chumbo" etc. O Senhor não acha isso um paradoxo? O povo diz que as Forças Armadas são muito boas, realizaram e realizam trabalhos meritórios em relação ao País, enquanto as elites insistem em criticar-nos. Não há um propósito muito específico nesse tipo de acusação?

É, na verdade, uma situação antinômica e paradoxal, que a mídia está procurando desfazer, seja minimizando a divulgação dessas pesquisas, omitindo-as, seja por meio de membros do Congresso, procurando obscurecer, via manobras políticas, o papel das Forças Armadas, em razão de interesses não revelados. Pretendem que as Forças Armadas fiquem apenas voltadas ao cumprimento das atividades castrenses, retirando-as do processo decisório nacional.

A criação do Ministério da Defesa vale como teto interpolar aos Ministérios Militares e o Poder político. Todos sabemos, e isso é elementar em qualquer unidade política no mundo, é corolário constitucional, que as Forças Armadas integram e participam da formulação e da execução da política nacional, ou não seriam elas incumbidas da defesa da soberania e do estado nacional. Ora, se elas são retiradas da mesa em que se delibera ou se formula a política nacional, é prova evidente de se contrapor aos resultados da consulta à opinião pública. Às elites políticas, apoiadas pela mídia, interessa retirar as Forças Armadas do processo decisório da política nacional.

Isso é extremamente grave, pois compromete o destino de grandeza do nosso País e, ainda pior, está sendo feito em atendimento a pressões externas. Reiteradas vezes o Secretário de Defesa dos Estados Unidos aqui esteve para cobrar a implantação do Ministério da Defesa. É evidente que não é para defender o Brasil ou prestigiar as Forças Armadas, mas para retirá-las do processo político nacional.

Daí, esse paradoxo entre uma situação de absoluta admiração e preocupação. Cresce a aceitação da opinião pública, mas a mídia está preocupada em que as Forças Armadas não ganhem expressão política nacional. Buscam, sempre que podem, atingi-las. As Forças Armadas são realmente uma preocupação para eles, que não se preocupam com o Brasil, enquanto futuro, enquanto estado nacional. As Forças Armadas só existem com essa preocupação.

Tenho a impressão de que essa aparente antinomia se justifica pelos interesses escusos momentâneos. Antes de 1964, a Globo, na iminência de ser atacada, como ocorreu nos anos de 1950, e prejudicada nos seus interesses financeiros imediatos, fez campanha pró-1964. Logo depois, tirou proveito com a empresa americana *Time Life*, que ficou muito conhecida naqueles anos, conseguindo projetar-se a ponto de, nos anos de 1965 e 1966, fazer seus pagamentos, incluindo o salário dos funcionários, em dólar. Na medida em que foram satisfeitos os propósitos de um Poder novo, passou a ser tempo de afastar a expressão militar, porque pode não ficar muito bem amanhã. Essa mídia cuida zelosamente de seus interesses, e os políticos, obviamente, tiram o maior proveito dela. Quando os índices favoráveis às Forças Armadas aumentam, pressão da mídia sobre o passado recente ou remoto, supostamente comprometedor das Forças Armadas, também aumenta.

Comentários finais

À guisa de conclusão, e de forma resumida, podemos fazer algumas colocações. O 31 de Março se impunha, em decorrência dos cenários externo e interno precedentes. Os acontecimentos dos outros continentes e da própria América Latina importavam em reflexos na conjuntura interna brasileira. Desenvolvia-se um processo que, embora não se possa classificar de desagregador, era, pelo menos, estimulador da indisciplina, da desmoralização de chefes ilustres, do desgaste das Forças Armadas. Parecia, às lideranças da agitação que se promovia no País, em nível governamental e regional, que as Forças Armadas, por seu silêncio, estivessem apoiando toda aquela situação.

No momento decisivo, as Forças Armadas coesas se levantaram. As pequenas deflexões nem tempo tiveram de se apresentar como alvo compensador a alguma disputa nesse conflito. O País, em virtude de um Movimento bem articulado, desencadeado e controlado, restaurou de imediato a hierarquia e a disciplina. Veio o desenvolvimento acelerado e a criação de instituições de que o País carecia, através dos atos dos governos que se seguiram.

Frisamos que o processo de 1964 estava longe de ser uma revolução. Segundo Ortega y Gasset, revolução é mudança de usos jurídicos, políticos, econômicos, sociais e militares. O Movimento de 31 de Março não se propôs a isso, mas a restabelecer a ordem, a normalidade e imprimir uma velocidade crescente no processo de desenvolvimento do País. Apenas impediu a concretização de um golpe que poderia transformar-se em revolução. É esse o meu entendimento conceitual do Movimento de 31 de Março. Não foi de maneira nenhuma uma

revolução como muitos dos nossos companheiros, inclusive no melhor dos propósitos, procuram hoje titular o Movimento. Ao contrário, a ordem constitucional foi estabelecida com a Constituição de 1967, normalizando a vida e sem mudanças jurídicas, econômicas ou políticas. Ao contrário, fortaleceu-as nas várias expressões do Poder Nacional.

Tudo o que ocorreu em 1964 deveria servir de advertência a todos nós, nessa entrada do século XXI. Ao meu ver, o risco que o Brasil está correndo é infinitamente maior. Encaminha-se, aceleradamente, para a desestruturação do Estado-Nação e a desarticulação do todo nacional. Aceita-se, por exemplo, que o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, diga: “Os brasileiros pensam que são donos da Amazônia, mas não são, a Amazônia é de todos.” Aceita-se o Presidente da França, François Mitterrand, dizer: “A Amazônia é patrimônio da humanidade”, reiterado pelo atual Primeiro-Ministro da Inglaterra. E, pior do que tudo, aceita-se autoridade do Departamento de Estado americano, dizer que há três prioridades, e que a terceira delas é preservar a Amazônia. E pergunto: “Preservar a Amazônia para quem?”

É preciso que tenhamos todo o cuidado, desvelo e preocupação com essas tentativas de desestruturação do estado nacional e de supressão de partes do espaço tridimensional brasileiro. É uma situação mais grave que 1964.

A mensagem que deixo aqui é de esperança, porque quando temos fé, os cristãos sabem, a esperança é disso corolário. O Brasil tem tudo para, no século XXI, ser o centro regional de poder da América do Sul, pelos recursos que tem, pela paz reinante em 130 anos com as dez unidades políticas que lhe são vizinhas na América do Sul, o que não ocorreu até hoje com nenhum outro país. Esse é o galardão maior, o destino de grandeza do nosso País.

Coronel Mário Dias

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: Coronel.
- Foi Observador Aéreo do I Grupo de Obuses da FEB, durante a Campanha da Itália.
- Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), (1961/1965); Oficial de Gabinete dos Ministros Costa e Silva e Adhemar de Queiroz (1965/1967); Assistente-Secretário dos Generais Muricy e Lyra Tavares (1967/1969) e Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACos M), Rio de Janeiro (1969/1971).
- Foi Assessor Especial do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1983/1989).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Observador Aéreo.
- Em 1964, era Instrutor da ECEME.

Entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2000.

Primeiramente, gostaria de prestar justa homenagem àquele que muito fez pela Marinha e pela Revolução. Refiro-me ao meu irmão, o falecido João Marcos Dias. Em 1955, por ocasião do golpe militar do General Lott, João Marcos era Oficial de Reparo da Esquadra, comandada pelo Almirante Pena Botto. A propósito, sempre que sua Força saía, o Almirante, que diziam ter sido "vacinado com água salgada" e que "usava óculos vermelhos", pois, para ele, todos eram comunistas, pedia ao capelão:

– Reze para pegarmos mau tempo e, assim, treinar nosso pessoal.

Após o golpe, meu irmão foi premiado com um convite para comandar o Paraguaçu, navio monitor, fluvial, construído em 1893, que estava encostado há vários anos, incapacitado para navegar. João Marcos restaurou o navio e, pouco depois, saiu em viagem para Assunção. Inclusive, durante o período em que esteve lá, navegou muito no Rio Paraguai. Quando voltou ao Rio de Janeiro, foi convidado para montar uma companhia de navegação. Entregaram-lhe uma sala, uma mesa, cadeira e um telefone, a partir do que construiu, em doze anos, a maior companhia de navegação marítima da América Latina: a Docenave. No Governo Geisel, foi destituído da função; a partir daí, resolveu fazer, para si próprio, o que havia realizado em prol daquela companhia. No Ceará, numa cidadezinha litorânea chamada Chaval, comprou uma companhia de navegação que fazia transporte de Belém para Fortaleza e, em pouco tempo, conseguiu alcançar o seu objetivo. Hoje, segue por todos os oceanos, um navio com a palavra "Chaval" no seu costado e, especificamente na popa, uma homenagem de sua família: "Marcos Dias".

Em 1963, meu irmão foi procurado por capitães e tenentes da Marinha que queriam o lançamento de sua candidatura a presidente do Clube Naval. Ele retrucou:

– Vocês estão fazendo bobagem.

E tinha suas razões. O Almirante Rademaker era o candidato do nosso lado e havia um almirante janguista como candidato do lado oposto. Portanto, se o meu irmão aceitasse aquela proposta, dividiria as forças do Almirante Rademaker, mas, mesmo assim, prometeu procurar este último para expor a situação daqueles jovens. Eles queriam ter a posse do Clube Naval que, até então, era privativo de almirantes. Meu irmão cumpriu com sua palavra. A princípio, o Almirante Rademaker deu-lhe uma resposta negativa, argumentando que a chapa já estava montada. Inclusive, meu irmão era do Conselho Diretor do Almirante. Posteriormente, o almirante janguista acabou retirando sua candidatura. Foi quando aqueles jovens voltaram à casa do meu irmão e insistiram no lançamento de sua candidatura. Mais uma vez, ele reagiu contrariamente, alegando que faltavam somente quinze

dias para as eleições e que tal atitude seria loucura. Após tanta insistência, ele se lançou candidato e saiu vitorioso.

Em 1964, com a Revolta dos Marinheiros, o Clube Naval, sob a presidência do meu irmão, lançou um grande manifesto ao Ministro da Marinha, pedindo disciplina naquela Força e demonstrando revolta com a situação. Com certeza, a Marinha foi a maior vítima das Forças Armadas devido à indisciplina dos seus marinheiros e à fraqueza demonstrada por alguns almirantes.

Meu irmão faleceu há sete anos, mas deixou seus descendentes, que, até hoje, mantêm a Chaval funcionando e o navio com o nome do meu irmão singrando os mares. Futuramente, se Deus quiser, teremos vários "Marcos Dias" navegando pelos mares.

Raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964

O Exército, desde a Proclamação da República, sempre esteve presente aos movimentos em busca de um Estado capaz de ser merecedor do respeito e da admiração dos outros povos, pela sua grandeza territorial e também pelas potencialidades de sua gente. Mas, foi na década de 1920, com o Movimento "Tenentista", que o Exército passou a participar, mais efetivamente, dos movimentos revolucionários. Sua presença foi marcante em 1930, 1932 e 1935, e também em 1945, com a queda do famigerado Getúlio Vargas e a derrubada dessa que foi uma verdadeira ditadura. Duas coisas caracterizaram o Governo de Vargas: a corrupção e a chantagem. E por que não incluir a tortura? Enfim, em 1945, tivemos a volta da democracia. Logo depois, voltou, outra vez, o Governo Vargas, com mais demonstração de corrupção e chantagem, sendo que, nessa fase, a tortura deixou de existir, porquanto tal prática era mais difícil numa democracia. Finalmente, houve o suicídio de Vargas que, me desculpem, foi a grandeza do Brasil. Tratava-se de um homem tremendamente pernicioso. Houve também o Movimento de 1955, do General Lott e, posteriormente, os governos de Juscelino, Jânio Quadros (de infeliz memória, porque seu Governo durou pouquíssimo tempo; embora oferecesse muita esperança, pelo menos para o povo que acreditava nele) e João Goulart. Este último era um pelego, um dos maiores latifundiários do Brasil, que se dizia defensor da reforma agrária. Nesse caso, teria que fazê-la nas suas terras, em primeiro lugar. Goulart foi apoiado pelo seu cunhado Leonel Brizola. No seu Governo, a influência comunista e, também, a dos pelegos, já encaminhavam o Brasil para uma situação de caos. A desordem vinha da cúpula. Porém, se temos na nossa bandeira a expressão "Ordem e Progresso", é porque amamos a ordem. Como,

então, aceitar que se provocasse a desordem? Só havia uma solução: o Exército, apoiado pelas outras Forças Singulares, agir de modo a acabar com aquele descalabro existente no Brasil.

Movimento de 31 de Março de 1964: influência externa e o papel da guerra fria

Pode-se pensar nisso de duas maneiras. Primeiramente, sem dúvida alguma, houve influência da guerra fria. A bipolaridade existente no mundo de então, entre a Rússia e os Estados Unidos, fez com que surgissem movimentos, em todos os países, com o objetivo de sustentar a democracia, pois aqueles que não a mantiveram, como Cuba, cederam ao comunismo.

Quanto à influência externa, gostaria de fazer um relato. Vernon Walters, general americano que foi Adido Militar dos Estados Unidos no Brasil, em seu livro *Missões Silenciosas,* diz que não houve movimentação alguma por parte dos americanos. Ele diz que, com base em informações que vinham do Brasil, havia uma "contingência". Esse é o termo usado por ele. Segundo Walters, os Estados Unidos tomaram uma posição de resguardo, preparação e planejamento. Mas não sabia da existência de movimento de tropas para isso. No entanto, em 1965, levei provas do exame de habilitação à Escola de Comando e Estado-Maior, para Juiz de Fora. Lá, o General D'Ávila Mello, que comandava a 4ª RM convidou-me para almoçar. Nesse almoço, apareceu, de repente, o General Vernon Walters. Foi uma surpresa agradável, porque ele era querido por nós dois. Começamos a conversar e ele disse que havia uma força-tarefa ao longo da costa brasileira pronta para atuar em defesa da Revolução. Se ele me desmentir, está desmentido.

No entanto, nós não fomos a eles buscar esse apoio.

Realmente, nunca pedimos auxílio a quem quer que fosse.

O panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

A Câmara e o Senado primavam pelas discussões de plenário. Foi um período de grande oratória, dos discursos famosos de Carlos Lacerda, principalmente antes de tornar-se governador. Temos que reconhecer que se tratava de um grande tribuno, mas eram só palavras. Nada de positivo. Também havia uns malucos que pregavam a reforma agrária e a justiça social sem definir o que era a justiça social. Falavam por falar. Essas idéias atraíam o povo humilde e menos culto e ajudavam a vencer as eleições. Mas chamar isso de política é até piada.

O desenvolvimento estava estagnado; não havia política.

Quem leu a teoria política de Rui Barbosa em que ele conceitua política como a arte de gerir – hoje, um pouco discutida se Arte ou Ciência – não pode admitir que o que se fazia naquela época fosse política.

Clima de insatisfação contra o Governo deposto

Era total. A maior demonstração disso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Posição da Igreja em relação ao Governo Goulart

Comparo a Igreja ao Exército. Da mesma forma que encontrávamos, no Exército, elementos comunistas, como Jefferson Cardim de Alencar Osório e Carlos Lamarca, dentre outros, a Igreja também os possuía, naquela época. Helder Câmara e Evaristo Arns são alguns exemplos. De qualquer forma, eram a minoria. Eu vou citar somente um caso para que se possa ter uma idéia da percentagem. No dia da Revolução, na Escola de Comando e Estado-Maior, houve uma reunião dos instrutores. O Coronel Ênio Gouvêa dos Santos, mais tarde General, era o mais antigo e a presidiu. Nessa ocasião, decidiu-se que deveríamos tomar parte na Revolução, criando estados-maiores ou fornecendo elementos nossos para os estados-maiores das grandes unidades. Terminada a reunião, um elemento se levantou e perguntou:

– E para nós do "país verde", qual é a missão?

Em outras palavras, no conjunto de quase cem instrutores, existia um equivalente, em termos gerais, a 1%, que não era nem comunista nem legalista; ele era contra tudo. "País verde" significava país neutro, nos exercícios da Escola.

As "Ligas Camponesas", o "grupo dos onze" e outros movimentos semelhantes

Antes da Revolução, estive no Nordeste, em uma viagem de instrução com a Escola de Comando e Estado-Maior. Assim, observei que, na região, a influência das Ligas Camponesas era muito grande. Viam-se pixações e havia uma certa hostilidade em relação ao Exército, pois podíamos estar contrariando os princípios deles. Sem contar que eram homens armados de garrucha.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de hoje, lembra os daquela época, sendo que o MST, já unido ao Movimento dos Sem Teto, é um movimento social muito grande. Perigosíssimo para o Governo e mesmo para a Nação. Porque nós não vemos nenhum movimento contrário. Nem no campo político.

Pelo contrário, há praticamente um favorecimento, na medida em que se decide tapar os olhos. No entanto, quando a casa do Presidente da República foi atingida, houve um movimento de força para opor-se à ação deles.

A guerrilha na Colômbia também era incipiente.

Na América Latina, diria, pois existiam na Colômbia, no Equador, no Peru e no Chile esses movimentos de fundo comunista. Esta é a verdade. No momento em que eles tomavam o Poder, eles ostentavam sua ideologia.

Meio militar: cisão nos quadros das Forças Armadas. Ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária

Vou contar o que se passou comigo durante o Governo de Lott. Assim, posso garantir a veracidade do fato. Em 1955, morava no Leblon. Uma vez, saindo da praia, com a minha mulher e meus filhos, vi um carro estacionar e, logo atrás, um outro parar. Um homem saltou de um dos carros e foi para o outro. Identifiquei-o como sendo o General Adhemar de Queiroz. Disse à minha mulher que levasse os nossos filhos, pois permaneceria ali vendo o que ia acontecer. Quando cheguei à casa, depois de ele ter ido embora, telefonei para "um ligação" meu e disse:

– Vi um absurdo agora.

E contei sobre dois chefes militares, opostos ao Governo, reunidos na praia, sem nenhuma reserva. Ao final, fiz um oferecimento:

– Ofereço, a vocês, três apartamentos. Um é o meu, que darei um jeito de esvaziar; colocarei a minha família para fora nos dias de reunião. O segundo é do meu irmão que está de "castigo", em Ladário, MT, e o outro, dos meus pais, que, com freqüência, vão a Petrópolis, onde possuem um sítio.

Foi dado até um código a esse edifício: "Jacarepaguá". As reuniões eram combinadas, dizendo-se o seguinte: "Haverá reunião às 3h, em Jacarepaguá." Todos entendiam. E, quando entravam no edifício, (eu) dizia qual era o apartamento que deveriam ocupar. Dessas reuniões, participavam General Adhemar de Queiroz, General Muricy, na época tenente-coronel, o muito saudoso Ivano Gomes, revolucionário de primeira ordem, Coronel Boiteaux, de Infantaria, Coronel Luís Mendes, de Infantaria, e outros que, naturalmente, apareciam por lá, mas não eram efetivos nas reuniões. O movimento que havia no meio militar, na prática, ocorria fora dos quartéis, através dessas reuniões.

Nessa época, deu-se uma passagem interessante. Servia na Escola de Instrução Especializada (EsIE), em Realengo, e recebi a missão de bloquear a saída do 3º BCC. Planejei tudo. Analisei o que era possível realizar. Vi, por exemplo, que o batalhão só tinha uma saída e que ficava num terreno baldio, de fácil ocupação. Então,

planejei levar um grupo de homens e, com um tiro de bazuca, neutralizar a saída do primeiro carro, o que impediria a saída dos demais. Quando disse isso, em reunião, perguntaram-me:

– Você vai destruir um carro de combate brasileiro que custou não sei quanto?

– Nós estamos em guerra ou não? – respondi com outra pergunta e continuei:

– Se estamos em guerra, vale tudo. Se não estamos, estou perdendo o meu tempo aqui. Vou, sim, destruir. Vou treinar os meus homens para dar vários tiros de "bazuca".

Esse era o espírito existente na ocasião. Queria-se uma modificação, mas não havia uma engrenagem, nem um ambiente nacional propício, como aconteceu em 1964, quando a Nação inteira pediu a revolução. Tenho até hoje jornais da época da Revolução em que vemos a Marcha da Família, as palavras de políticos, a maioria de nosso lado, já no dia 31 de março.

Acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução

O nosso companheiro Maia Pedrosa, em seu livro *A Grande Barreira,* enumera uma série de causas imediatas. Prefiro resumir a dois acontecimentos: o comício do dia 13 de março de 1964 e a revolta dos marinheiros.

O General Walters, no livro que já citei, fala sobre a legalidade de Castello Branco. Indiscutivelmente, Castello nunca foi um revolucionário. Ele era um legalista por excelência. Cabe aqui recordar que, no dia 25 de março de 1964, quando começou o motim dos marinheiros, Castello Branco já estava convencido de que devia tornar-se um revolucionário.

Lembro-me de que o meu irmão pediu-me que o levasse à casa de Castello Branco, em Ipanema, se não me falha a memória, na Rua Redentor, e eu o fiz. Lá chegando, apresentei meu irmão, que falou: "General, queremos ver a sua liderança. A Marinha, respondo por ela, pois os almirantes não mandam mais, ficará totalmente do seu lado. Assuma a revolução."

Talvez esse momento tenha sido a gota d'água que fez quebrar a legalidade. Considero Castello Branco um monumental estadista. Esse homem deu ao Brasil três coisas que bastariam para caracterizar um governo: o fundo de garantia, a queda da inflação e, principalmente, um decreto que considero um primor: o Decreto-lei 200. No dia em que o Brasil cumpri-lo à risca, seremos uma grande nação. Posso falar sobre esse Decreto-lei porque, sendo assistente do General Muricy, fui designado para participar de uma comissão de representantes do Exército que trabalhou, juntamente com a equipe da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela redação do mesmo. Nos reunimos na AMAN para debatermos como deveria ser implantado, dentro

do Exército. Tirando a minha pessoa, a fina flor da intelectualidade do Exército estava ali representada: Cerqueira Lima, Confúcio Pamplona, Amerino Raposo, enfim, figuras de proa. Recebi o programa do seminário e vi que haveria reuniões diárias de 8h às 12h, de 14h às 18h e de 20h às 24h. Quando li "Primeiro dia: Estratégia do Decreto-Lei 200", pensei: "Meu Deus, para que debater tanto tempo sobre estratégia, se esse é um assunto de meia hora?" Surpreendentemente, à meia-noite do primeiro dia em que debatemos a estratégia, a turma pediu para prorrogar o tempo. Foi aí que começamos a compreender a maravilha que era o Decreto-Lei 200. Ninguém queria ausentar-se para dormir, mas sim prosseguir a reunião.

O Decreto-lei 200, a contenção inflacionária e a criação do FGTS, para não citar inúmeros outros feitos, permitem-me dizer que o Governo de Castello Branco foi o melhor que tivemos no Brasil até o dia de hoje.

Forças Singulares: Intérpretes da vontade nacional

Sem dúvida alguma, as Forças Armadas, em particular o Exército, assumiram essa postura. É bom lembrar a Marcha da Família. O povo clamava pela Revolução.

Os adversários disseram que foi um movimento reacionário.

Isso é brincadeira.

Revolução de cunho comunista, comandada por Goulart, para a mudança da ordem institucional

Dizer que o movimento comunista, sem dúvida em progressão, era comandado é forçar demais. Com certeza, não! João Goulart não comandava nada. Acho que nem os empregados do Palácio ele comandava. Era manipulado por Darci Ribeiro, por Leonel Brizola, por Waldir Pires, enfim, por aquela turminha que o cercava e que o dominava completamente. Ele fazia tudo que eles indicavam.

Na verdade, era um títere a serviço daquele golpe de esquerda que se avizinhava.

Não sei se devemos dizer "revolução" ou "golpe de mão".

Mas com a idéia de transformar o Brasil em um país comunista.

Penso que "revolução" não é o termo certo. De acordo com o *Dicionário Larousse,* uma revolução é uma "mudança profunda ou completa de uma estrutura política, econômica e social." Eles visavam a fazer essa mudança? De jeito algum. Não tinham nem condições nem capacidade.

Seria um satélite da Rússia ou da China, não é isso?

Quando me encontrava na Escola de Comando e Estado-Maior, na fase pós-revolucionária, começamos a agir em vários setores. Tive a sorte de flagrar um comunista

chamado Marco Jacobovist que dava ordens por telefone para diferentes elementos, instalados no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Localizado o "aparelho", mandávamos uma turma lá, mas o apartamento foi encontrado vazio, só com o telefone. Pensava: tenho que pegar esse camarada, acredito que Deus ajuda quem trabalha e atrapalha o vagabundo. Por isso, pedia a Deus que me ajudasse, se estivesse fazendo uma guerra justa, e Ele me auxiliou. Num dos telefonemas, o sujeito disse o seguinte:

– É a última vez que eu falo com vocês – e desligou.

Isso foi gravado pelo nosso pessoal. Logo imaginei que ele estivesse para fugir, mas não sabíamos o seu nome, porque, para cada lugar, era usado um codinome diferente. Então, comecei a acionar a Aeronáutica. Precisava saber os horários dos vôos. Não sei explicar o porquê, mas achei que iria para o Uruguai. Dito e feito. Um Coronado da Varig havia sido fretado para uma viagem particular para o Uruguai. Acionei a FAB e pedi que mandassem uma patrulha e prendessem quem estivesse no avião. Um tenente da FAB chegou lá e encontrou o sujeito, acompanhado de um advogado, já embarcando. O advogado abriu a pasta e mostrou o *habeas corpus*. O tenente me telefonou perguntando o que fazer. Respondi:

– Rasgue o *habeas corpus* e traga o advogado também para o quartel.

Pegaram os dois. Então, é revolução ou não é? Pois bem, descobrimos que ele morava em Ipanema e, se não me engano, quem chefiou a busca no apartamento foi o Attila Viana, de Cavalaria, depois General. Atuou muito bem; trouxe do apartamento, sem exagero, um pacote de depósitos bancários referentes a remessas de dólares do estrangeiro para o Brasil, em nome dele. O dinheiro vinha da Bulgária, Iugoslávia, Checoslováquia, ou seja, de países da Cortina de Ferro, para fomentar a revolução no Brasil. O volume de dinheiro era impressionante; eram depósitos de 60 mil, 80 mil dólares.

Participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento

Penso ser interessante relatar um fato cômico. Chefiei uma turma que foi para Alexandre Mackenzie, sede da então, Cia Telefônica Brasileira (CTB), a fim de fazer escuta telefônica. Quando percebia que a conversa se resumia a notícias de família, deixava passar. Mas quando se tratava de assuntos mais importantes, mandava gravar. Se visse, mais tarde, que não interessavam, apagava a gravação. Certa vez, um cidadão pediu uma ligação para Auro de Moura Andrade que havia sido cogitado para ser o Primeiro-Ministro. Na ocasião, discutia-se a adoção do parlamentarismo. Então, essa pessoa disse:

– Auro, é o fulano que está falando. Você sabe, quando a minha esposa sonha, os sonhos dela sempre se realizam e ela sonhou, esta noite, com você no cargo de Primeiro-Ministro do Governo e eu, o seu Chefe de Gabinete.

Imagine um governo que age com base num sonho.

Quanto à minha participação, naquela época, era instrutor de Geografia e Blindados na Escola de Comando e Estado-Maior, o que significava um trabalho intenso. Quase não dispunha de tempo. Mas quando a situação começou a agravar-se, participei de uma reunião na casa do General Figueiredo, naquela época Tenente-Coronel, Chefe da Seção de Cultura Geral da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e meu chefe direto. Participaram da reunião Alzir Benjamin Chaloub, Mário Andreazza, Figueiredo e eu.

Em que dia ocorreu essa reunião?

Não me recordo. Deve ter ocorrido uma ou duas semanas antes de 31 de março. Bem, nessa reunião, ficou decidido que eu ficaria encarregado da Artilharia de Costa. Procurei os comandantes e cheguei à conclusão de que havia um deles posicionado do "lado de lá". Tratava-se de Cândido Manoel Ribeiro, Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), a Unidade que representava maior perigo para nós, pela capacidade de deslocamento. Cândido era comunista mesmo. Mas conversei com os comandantes de Bateria e todos me prometeram que, caso fosse dada a ordem de deslocamento para as suas Subunidades, não cumpririam.

Cândido Manoel Ribeiro, apesar de Comandante do 8º GACosM, não tinha curso de Estado-Maior. Era do esquema do Goulart e do Assis Brasil.

Pelo Governo de Goulart, se não me engano, passaram sete ministros da Guerra diferentes. Dentre eles, Jair Dantas Ribeiro, Ladário, Kruel ... Só esse fato já mostra a incapacidade do governante.

Servi como Assistente-Secretário do General Lyra Tavares, de saudosa memória, e testemunhei o que representava a movimentação de um oficial-general. Participava das reuniões, calado, mas observava muitas coisas.

Após a Revolução, pertenci aos Gabinetes dos Ministros Adhemar de Queiroz e Arthur da Costa e Silva. Mas em 1965, servia na Escola de Comando e Estado-Maior. Certa feita, encontrava-me em sala, trabalhando, quando o Comandante, General João Bina Machado, me chamou e apresentou-me ao General Moreira Paz, Comandante da 11ª Região Militar, em Brasília. O meu Comandante disse:

– O General está procurando oficiais para o seu Estado-Maior, em Brasília. Como você está com tempo findo na Escola, lembrei-me de você. Qual a sua idéia?

– Será um grande prazer. Estou no Rio há nove anos e devo afastar-me. Sinto-me feliz em servir com o General, prontamente respondi.

Dias depois desse convite, recebi um telegrama, com a seguinte mensagem: “Foste honrado com a nomeação para Oficial do meu Gabinete.” Estava assinado “Arthur da Costa e Silva”. Na mesma hora, vesti o meu uniforme e fui ao Ministério agradecer a nomeação e, ao mesmo tempo, dizer que eu não poderia atendê-lo, porque estava para sair do Rio. Eu imaginava o Gabinete no Rio. Mas ele argumentou assim:

– Qual foi a cigana que o enganou dizendo que você ia para o Gabinete no Rio? Você vai para o Gabinete em Brasília.

Nesse momento, tiraram-me a escada. Não havia mais nada a dizer, a não ser que me sentia honrado com a escolha. Segui, então, para Brasília. Quando cheguei lá, quem chefiava o Gabinete era o General Jayme Portella, na época coronel, um revolucionário de primeiríssima, um conspirador. Eu era o quarto oficial, em antigüidade, naquele Gabinete. No meu primeiro dia, orientou-me:

– Você vai pelo corredor, passa pela sala dos elevadores e, quando vir a primeira porta à direita, entre e assuma a Divisão.

– Mas Coronel... – foi a minha reação.

Entretanto, ele foi positivo:

– Não tem “mas” ... É para lá e é agora.

Assim, fui assumir a Divisão. Entrei na sala, sentei-me e, quando apareceu uma senhora, perguntando se desejava alguma coisa, disse-lhe:

– Desejo. Sou o novo chefe desta Divisão e desejo saber de que Divisão se trata e quem serve comigo.

Naquele momento, fiquei sabendo que chefiava a 1ª Divisão e que havia seis seções subordinadas. A 1ª Divisão era a única que ficava em Brasília; as demais estavam no Rio. Imediatamente, pensei:

– Houve um gato. Raciocinei da seguinte forma, se havia oficiais mais antigos do que eu, já que era o quarto em antigüidade, como eu poderia ocupar uma função de coronel *full*? Imaginando ter havido um engano, voltei ao Coronel Portella e expus o meu ponto de vista. Ele disse:

– Gabinete é diferente. Você, um tenente-coronel; vai, sim, chefiar uma seção de coronel, na qual há oficiais mais antigos, porque queremos assim.

Voltei para a minha sala, pedi àquela senhora que reunisse os oficiais ali. Quando chegou o Coronel Caraciolo Azevedo de Oliveira, que era meu subordinado, porém mais antigo do que eu, tomei a posição de sentido e pedi permissão a ele para iniciar a reunião. Ele ficou encabulado. Então, disse-lhe:

– Coronel, esse será o meu tratamento, sempre. Embora seja seu chefe e tenha curso do Estado-Maior e o senhor não, a hierarquia será respeitada aqui dentro.

Mesmo assim, sentia que causava ciúmes. E tive que esforçar-me muito. Até então, Instrutor de Geografia da Escola de Comando e Estado-Maior, caí numa Divisão em que teria que lidar com a Lei de Movimentação, a Lei de Promoções, a Lei do Estatuto dos Militares, enfim, assuntos com os quais não tinha contato algum. Por isso, passei 15 dias hospedado no Hotel Nacional sem ir lá, só estudando essas leis. Depois de passar tantos dias trancado, procurei o Coronel Portella e disse a ele que eu queria buscar a minha família, para morar em Brasília. Ele respondeu:

– Está bem. Você vai na sexta-feira e volta no domingo.

Aquela foi uma resposta típica do Coronel Portella.

Despachava na casa dele. A 1ª Divisão tinha 80% dos documentos que chegavam ao Gabinete. Os 20% restantes eram divididos por outras divisões. Cheguei lá, um dia, já no final do expediente, e pedi que ele lesse um determinado caso. Eu acrescentei:

– General, eu puniria, com 15 dias de prisão, esse oficial. Cometeu uma irregularidade muito grave, pois utilizou pessoal e viaturas da sua Unidade, em seu sítio particular.

– Ele merece uma prisão, mas não precisa ser de 15 dias; pode ser de seis. O importante é a prisão; seja de um ou 20 dias. Em seguida, colocou o processo em cima da minha mesa e reclamou:

– Você criou o maior problema para mim. Você sabe que esse camarada é meu primo e que a mãe dele já está telefonando para mim?

Evidentemente, sugeri que ele alterasse aquele parecer. No entanto, ele disse:

– Não modifico!

Agradeci-lhe e peguei a pasta. Mostra que ali não havia nepotismo; havia justiça.

Tempos depois, estava despachando com o Coronel Calderari, que era o então Chefe do Gabinete (o General Portella já havia saído), quando me relatou que o General Costa e Silva estava completando dois anos como ministro e que, por aquela razão, haviam preparado uma solenidade muito íntima no salão de honra do Gabinete. Ele me pediu, por isso, que redigisse o discurso de saudação. Quando acabamos de despachar, ele falou:

– Bom, retornaremos às 2h da tarde. Vou descansar após o almoço.

Peguei a minha papelada, deixei-a lá no cantinho e fui para a Subsistência. Lá, almocei e pedi lápis e papel. Modéstia à parte, tinha bastante facilidade para escrever. Fiz longos discursos, ao longo da minha vida, para os outros lerem. Só que, naquele discurso, tive a infelicidade de botar, no último parágrafo, o seguinte: "Neste momento, levantamos o pensamento ao Todo-Poderoso, pedindo que conceda

à Vossa Excelência um cargo para gáudio de 130 milhões de brasileiros." Eu lançava, naquele momento, a candidatura de Costa e Silva à Presidência da República.

Tudo havia sido feito às pressas naquele dia. Depois de redigir o discurso, voltei para despacho com o Ministro, até às 17h30min. Saímos correndo, porque a reunião era às 18h. Eu havia pedido à secretária do Gabinete que datilografasse o escrito. Quando o peguei de volta, percebi que faltavam umas palavras. Isto porque minha letra é horrível. Então, preenchi as lacunas, à mão, e dei o discurso para o Coronel Calderari que o leu de ponta a ponta. Diante dele, estavam microfones de todas as estações de rádio. No dia seguinte, uma manchete do *Correio Brasiliense*, um jornal do Distrito Federal, anunciava: "Lançada a candidatura de Costa e Silva à Presidência da República." Por sinal, a imprensa e os políticos exploraram o ocorrido barbaramente. Afinal, o discurso havia sido feito pelo Chefe do Gabinete. Fui apenas um "escrevinhador"; nem escritor fui, nem poderia apresentar-me como o autor de tais palavras. De qualquer forma, é preciso dizer que desconhecia o acordo que havia entre Costa e Silva e Castello Branco, pelo qual a questão da candidatura ficaria em aberto para posteriormente ser discutida. Pois bem, lancei Costa e Silva, involuntariamente.

Do meu feliz convívio com Adhemar de Queiroz, lembro-me de que o seu mandato foi do tipo "tampão". Quando Costa e Silva, já candidato à Presidência, saiu em viagem, Adhemar de Queiroz assumiu e permaneceu no Ministério até que Costa e Silva fosse empossado Presidente da República.

Atitude do Congresso Nacional após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964

Em 1966, fui nomeado representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Nacional de Trânsito. Lá chegando, perguntei ao companheiro a quem ia suceder, Mário Silva O'Reilly, um grande amigo, qual era a situação. Ele me explicou que existiam dois Códigos: um aprovado pela Câmara e outro, pelo Senado. Cabia dar andamento. Não poderia introduzir palavras que não estivessem nesses Códigos.

Aprofundei-me no assunto. Estudei bastante. Fiz reunião com os conselheiros e redigimos um Código que satisfazia essa condição e que nos parecia ser o melhor. Não podíamos introduzir outras idéias a não ser aquelas que já estavam lá. Numa manhã, fui ao Palácio do Planalto e solicitei uma audiência ao General Geisel. Fui atendido, e disse o seguinte:

– Sou representante do Estado-Maior do Exército e estou de pés e mãos atados. Se não me apoiarem, não vou fazer nada.

– Qual é o apoio que você quer?

– É muito simples. Que o senhor telefone para o Deputado Raimundo Padilha e peça-lhe para apoiar-me – respondi com muita sinceridade.

O General Geisel, então, telefonou para ele na minha presença e, depois, falou:

– Ele está lhe esperando, agora.

Fui ao encontro do deputado, que era o Líder do Governo ou Presidente da Câmara, não me lembro bem. Mas, antes, tive que ir à casa colocar um traje civil, porque havia uma determinação para ninguém entrar fardado no Congresso. Pouco tempo depois, estava lá. Expus a situação ao deputado e pedi seu apoio. Ele respondeu:

– Está bem. Vamos te dar esse apoio. Tenho que reunir uma comissão mista, com deputados e senadores, e nessa reunião serão debatidos os dois casos.

– Deputado, quero um pouco mais. Primeiro, que a reunião seja feita ainda hoje. Poderíamos marcar às 5h da tarde, se o senhor me der a relação dos senadores e deputados que compõem a comissão. E, segundo, que a reunião não seja no Congresso. Sei que isso é forçar demais, mas o senhor tem o forte argumento de que é preciso fazer consulta a certos documentos que estão no Ministério da Justiça, realmente a sede do Conselho. E estarei lá.

Ele concordou imediatamente.

A minha conversa com o Deputado ocorreu de manhã e, às 5h da tarde, entraram os senadores e deputados na sala de reunião do Ministério da Justiça. Presidiu essa comissão o Senador Queiroz, dono do *Jornal do Comércio* do Recife. A título de ilustração, ele tinha uma rádio cujo locutor sempre dizia "Rádio Jornal do Comércio falando para Recife, para Pernambuco, para o Brasil e para o mundo", mas ela não era ouvida nem em Olinda. Então, ele, já velhinho, disse:

– Estamos aqui reunidos e está presente, também, o Coronel Mário Dias, representante do Conselho Nacional de Trânsito, que vai nos assessorar. Está aberta a sessão.

Eu, em traje civil, levantei-me e disse:

– Com licença, o senhor permite que fale?

– Pois não.

– O senhor sabe quantos homens da FEB morreram na Segunda Guerra? Foram 454. O senhor sabe quantos morreram em desastre de trânsito no Brasil, no ano passado? Não sabe. Foram 26 mil, quase o efetivo da Força Expedicionária, e não me consta que exista um monumento para esses milhares de mortos em desastres de trânsito, como o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra. E o senhor sabe por que essas pessoas morreram?

Naquele momento, comecei a alterar a voz, a ficar mais agressivo. Mas continuei:

– Porque não trabalhamos. Temos, aqui no Brasil, em vigor, um código de 1943, quando as multas eram avaliadas em mil réis – a moeda da época era o cruzeiro. Senhor Presidente, proponho que se tranque aquela porta e que ela só seja aberta depois de totalmente terminado o Código.

– Submeto à apreciação do plenário – foi a sua resposta.

Mais do que depressa, todos disseram: "Aprovado." Levantei-me, tranquei a porta e, assim, começamos às 5h da tarde. Às 21h, um deputado disse:

– Senhor presidente, nós podíamos fazer uma interrupção, um jantar...

– Presidente, não há necessidade disso. Com licença – interrompi o deputado.

Abri a porta e mandei que os garçons entrassem com os sanduíches e refrigerantes. Estava tudo orquestrado. Fartamo-nos à vontade. Também estava com fome. Quando acabaram, determinei: "Garçons, fechem a porta." E prosseguimos. No entanto, à 1h da madrugada, vi que era momento de assumir aquela situação. Tinham discutido somente até o Artigo 2º e eram 267 artigos, se não me falha a memória. Daquele momento em diante, passei a comandar, e disse:

– Meus senhores, vamos fazer o negócio mais rápido para a gente poder acabar mais cedo. Artigo 3º, sou pela seguinte redação.

Então, lia aquela redação já aprovada no Conselho. E continuava:

– Artigo 4º, parágrafo 1º: cancelado.

Enfim, às 5h da manhã, comuniquei:

– Meus senhores, vou agora para o Ministério da Guerra. O nosso parecer será datilografado e, às 4h da tarde, dar-se-á a sessão do Congresso Nacional em que será lido este relatório. Espero que seja aprovado. Deus há de nos favorecer.

Devo dizer que a redação do relatório ficou mais ou menos assim: "A comissão resolve acatar, do Código aprovado pela Câmara dos Deputados, o Artigo 1º, o parágrafo 2º do Artigo 2º, o Artigo 3º etc. Do projeto aprovado pelo Senado, o artigo tal" e assim por diante. Era realmente algo difícil de ser entendido porque aquilo era junção dos dois Códigos. No final, colhi as assinaturas dos deputados e senadores e entreguei o documento a Raimundo Padilha. O mesmo foi lido no plenário pelo relator, a quem dei a seguinte orientação:

– Estarei na torrinha, lá em cima. Se fizer tal gesto, significará que o voto foi favorável, e este outro gesto, que foi contra.

– Foi lido dessa maneira: "Resolvo aprovar: artigo tal", sem mencionar do que tratava o artigo. Também não houve distribuição de uma mensagem para ser acompanhada pelos deputados e senadores. Mas estou contando esse fato para mostrar como eram o Senado e a Câmara: subservientes. Não houve nenhum tipo

de reação, algo como "Onde é que nós estamos? Reunião no Ministério da Justiça? Por quê? Reunião tem que ser no Congresso." Mas nada disso foi levantado.

Os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução

Se os deputados e senadores se omitiram, quanto mais os "famosos" líderes sindicais, da UNE e outros.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Comecemos pelos militares: Arthur da Costa e Silva, Jayme Portella, Muricy e o nosso Castello Branco. Citei o nome dele por último porque foi o último a tornar-se revolucionário. Antes, a legalidade fazia-o relutar, questão de foro íntimo, impedia-o de agir.

O senhor diria algo sobre o nosso Marechal Odylio Denys?

Odylio Denys participou, sem dúvida, mas não foi um líder da Revolução. Ele, assim como o Mourão Filho e o Guedes, tornou-se líder do movimento armado, o que é diferente.

Dos civis, citaria Carlos Lacerda. Mas que, movido pela ambição, depois, tornou-se um líder discutível, polêmico. Podemos citar Bilac Pinto. Pedro Aleixo também foi um líder, mas, posteriormente, por ter sido boicotado, diante da possibilidade de ser presidente da República, passou para o lado oposto.

"Esquema militar" do Governo Federal

Foi rápido e incruento o desmoronar do chamado "esquema militar". E explica-se muito simplesmente. Como aconteceu com o 8º GACosM, só o comandante era comunista. O restante não era.

Também foi um grande erro do Jango nomear, se não me engano, sete ministros da Guerra em dois anos e meio de Governo. Isso não é possível. Ninguém monta um esquema desses.

"Chefia e liderança"

Esse aspecto deve ser apreciado quanto à atuação dos oficiais das Forças Singulares, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, muito próximas do derramamento de sangue. Persiste, para alguns poucos,

a dúvida se o Médici acertou ao empregar os cadetes. É lógico que sim. O cadete é um soldado superaperfeiçoado; por sinal, muito mais do que o soldado comum de tropa. É o único que conhece muito mais armas e tem idealismo.

E não houve defecções. Se houvesse a possibilidade de defecção, ele poderia ainda pensar em usar ou não. Mas, como estava, era para empregar mesmo.

A ligação de um general para a sua esposa, depois do 31 de março, foi gravada. Ela perguntava:

– Você está bem?

– Não. Estou péssimo. Errei no momento da decisão.

Isso porque ele era do lado de lá e, quando sentiu que o lado de cá era mais forte e mais poderoso, poderia ter mudado logo, mas não o fez, como o Kruel, que mudou. Se não me engano, foi o Ladário. Não quero cometer uma injustiça, mas tal atitude era própria do Ladário.

Robustecimento da união e da coesão

Sem dúvida alguma, ocorreu o fortalecimento da união e da coesão das Forças Singulares, após o 31 de Março de 1964.

A ideologia do Movimento de 31 de Março de 1964

Era uma só ideologia: a de um Brasil melhor. Todos desejávamos que o Brasil fosse respeitado.

Vou contar uma passagem da minha vida. Em 1968, não me recordo bem o ano, estava no Comando do 8º. Fazia seis anos que não gozava férias e me sentia cansado. Portanto, pedi férias ao Comandante da Artilharia de Costa. Havia lido um prospecto do Clube Militar, oferecendo viagens à Europa. O General disse: "Mário, vá aproveitar." Então, após cruzar a fronteira da França com a Alemanha, já no Estado alemão, tive a satisfação, como brasileiro, de entrar numa casa de câmbio e ler: "Moedas: Brasil, Cruzeiro." Fazia parte dessa excursão um argentino que se indignou: "Por que não 'Argentina, peso'?" Infelizmente, não tinha um cruzeirinho sequer no bolso para trocar. Isso quer dizer que o Brasil, naquela época, era muito respeitado. Éramos a oitava potência econômica do mundo. Porém, nunca mais voltamos a essa posição, nem mesmo com esses economistas que temos por aí.

Diariamente, eles são citados pela mídia, inclusive pelas suas constantes andanças pelos Estados Unidos, normalmente em busca de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O apoio da mídia

Nos dias da Revolução, e assim considero o período de 31 de março a 5 de abril, ela apoiou. Depois, não.

Com exceção das Organizações Globo que apoiaram até o final de 1984, ou seja, durante vinte anos, mudando, depois, inexplicavelmente. Elas gostam de estar junto do Poder, mais do que qualquer outra organização.

É preciso apreciar um pouco da História. A formação do jornalista brasileiro era feita na Escola de Filosofia que funcionava na Casa de França, em um edifício quase em frente à Academia Brasileira de Letras. Na época, a Faculdade de Filosofia era dominada por comunistas e eles lançavam a semente na cabeça daqueles estudantes. Para eles, as idéias marxistas eram a salvação do Brasil. Conseqüentemente, nós encontrávamos, na mídia brasileira, a predominância de comunistas.

E quem não era comunista tinha uma postura antimilitar.

O que relatei ocorria na década de 1940. No entanto, é preciso notar que um aluno da década de 1940 poderia ser professor na década de 1950. Se ele já viesse impregnado de idéias comunistas, seria fácil influenciar seus alunos, formando-se uma cadeia. Ainda hoje, nos cursos de Jornalismo, encontram-se, provavelmente, grandes pensadores comunistas.

Denominação do Movimento de 31 de Março de 1964 – Revolução?

Coerente com o conceito que comentei há pouco, não há dúvida de que houve uma revolução.

Governos da Revolução – militares?

Prefiro dizer que eram governos chefiados por militares. Mas não eram governos militares, sem dúvida. Os militares, na verdade, ocuparam vários cargos de importância. Tivemos alguns ministros e presidentes de fundações, por exemplo, que eram militares. Mas por que aconteceu isso? Porque no relacionamento do militar com o civil nem sempre existe profundidade; ou ele é superficial ou, então, é o resultado de leituras de jornais e revistas.

Quando aconteceu a Revolução, que todos queriam, encontrava-me na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Fui sondado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi criado naquela época, mas respondi:

– Nunca tive e não aceito cargo civil algum. Só terei no dia que passar à reserva.

E assim foi.

Revolução: benefícios ou prejuízos para o País?

Três exemplos justificam a Revolução: o fundo de garantia, o Decreto-lei 200 e a redução da inflação.

Erros

Ocorreram erros. Reconheço. Não vamos negar que houve tortura. Isso porque alguns companheiros não leram *Dos delitos e das penas,* escrito no século XVIII por Cesare Beccaria, no qual se mostra como a tortura é insignificante e injusta. Não havia necessidade disso.

Mas não era institucionalizada.

Não foi institucionalizada, mas foi praticada, porque assim permitia a índole das pessoas que a cometiam. Eu entendo a tortura, apenas em alguns casos. Vou citar um acontecimento. O meu quartel dava segurança para todos os generais da área. Só aos capitães dava-se esse serviço. Para compensar, os capitães tinham o direito de fazer as refeições em casa. Certa vez, um capitão, de serviço foi atacado por três terroristas que atiraram nele. Por sorte, a bala atingiu de raspão a sua cabeça. Fui avisado e, imediatamente, corri para o Miguel Couto. Consegui uma equipe de neurologistas para operá-lo, mas eles passaram a noite procurando fragmentos de ossos localizados no cérebro. Reconheço que esse companheiro, com quem não tive mais contato, foi uma vítima daqueles terroristas cretinos. Ele perdeu certos reflexos. Tanto é que sofreu dois desastres de trânsito estúpidos. Em um deles, o caminhão que estava na sua frente estancou e ele entrou no caminhão por não ter tido o reflexo de usar o freio. Estou contando esse caso, para dizer que, naquele momento, senti ódio. Se um daqueles camaradas aparecesse na minha frente, não sei o que faria, mesmo sendo totalmente contra a tortura. A prova disso são as cartas escritas por prisioneiros meus, no 8º GACosM, reconhecendo que eu era um indivíduo que mantinha a dignidade humana.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. No entanto, o Prof. João Manoel, da UNICAMP, um grande nome da economia, disse que a década de 1970 foi o período de maior importância da nossa história, em termos econômicos. Ele também destacou a própria década de 1960

Como já me referi, devido à influência da Escola de Filosofia, a mídia ficou muito impregnada de esquerdismo.

Além disso, há o "revanchismo".

Há o maldito "revanchismo". Não entendem o espírito de pacificação e a magnanimidade do Duque de Caxias. Em suas campanhas, Caxias não tinha a intenção de dominar os adversários porque eram todos brasileiros como ele.

Ele fazia daquele inimigo um amigo. Procurava integrá-los ao nosso Exército. Assim aconteceu nos Farrapos, na Revolta do Rio de Janeiro etc.

Esse é o espírito do brasileiro. Está escrito na nossa bandeira "Ordem e Progresso". Nós amamos a ordem e não queremos baderna. Não queremos o Movimento dos Sem Terra, nem dos Sem Teto. Aceitamos as carências como verdadeiras e vamos procurar solucionar os problemas que existam, o que é diferente, mas não à força e sob pressões indevidas e fora da lei. Só se age à força na desordem.

A "batalha da comunicação social"

O Marechal Castello Branco, por exemplo, não gostava da comunicação social como instrumento a serviço do Movimento de 1964 e ainda proibia que se fizessem manifestações favoráveis à Revolução. Procurava fazer as coisas bem-feitas, mas não as divulgava. Detestava o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do tempo de Getúlio Vargas, que, na verdade, era uma repetição da propaganda praticada na Alemanha nazista por Goebbels. Pessoalmente, acho que o Governo, seja ele qual for, principalmente o democrata, mesmo porque eu só admito esse tipo de governo, tem que mostrar o que faz.

Vou ilustrar este ponto de vista com um fato ocorrido. Quando comandava o 8º GACosM, certo dia, fui convidado pelo Rotary Clube a participar de uma reunião na qual iram fazer uma homenagem ao Dia do Soldado. Achei que a história vivida por um capitão do meu quartel poderia ser explorada nessa ocasião. A esse oficial, ainda tenente, foi dito o seguinte: "Estão precisando de voluntários para Manaus. Você é voluntário?" Ele aceitou. Lá, recebeu a missão de montar um pelotão de fronteira em um lugar onde não havia nada. Pois bem, aquilo representou uma epopéia, à qual resolvi dar outra tonalidade. As fotografias, que o capitão possuía, levei a um especialista para que as transformasse em *slides*. Preparei um visual muito bom. No dia da reunião do Rotary, quando me deram a palavra, falei:

– No lugar de palavras, vou apresentar aos senhores o Capitão Acyr de Oliveira que vai mostrar o trabalho que realizou.

Ele contou a história das peripécias que viveu, exibiu fotografia cheia de sanguessugas e todos ficaram bastante impressionados. Um professor, orador do Rotary, agradeceu e chamou-o de "Bandeirante do século XX". Concordei e acrescentei:

– Existem inúmeros bandeirantes dentro do nosso Exército. A nossa fronteira não é guarnecida ombro a ombro, mas de pelotões em pelotões e essas frações são formadas, criadas dessa forma. Disse isso porque, no final da apresentação, o capitão havia apresentado um *slide* em que aparecia um posto médico, um armazém de subsistência e alojamentos. Tudo aquilo havia sido construído sob sua liderança. Esse homem fez tudo isso em um lugar que não oferecia condições para tal. Eis a beleza deste feito.

Guerrilha e terrorismo – o AI-5

A propósito do AI-5, guardo o Ofício nº 01/68, do General Lyra Tavares, Ministro do Exército, de 5 de setembro, em que ele pede ao Presidente da República providências sobre os discursos que o Sr. Márcio Moreira Alves estava fazendo no Congresso contra os militares, um todo de sandices, que acabou redundando naquele ato institucional. Por acaso, há uma fotografia, não sei se da *Manchete* ou do *Cruzeiro*, em que apareço com o General Lyra Tavares e o Coronel Massa, de Engenharia, subchefe do Gabinete Militar. Nas minhas mãos, trazia o AI-5 para ser lido pelo locutor Alberto Cury, dirigido à toda a Nação brasileira.

Especificamente quanto ao terrorismo, é oportuno lembrar um princípio de Newton: "a toda ação corresponde uma reação igual e de sentido contrário." Não justifico, mas explico a existência do terrorismo. Entendo que é um ato covarde, como aquele que foi praticado no aeroporto do Recife, em que um companheiro nosso perdeu a mão e um almirante morreu. E havia muitos civis inocentes no local. No entanto, até hoje não foram indenizados, enquanto que Zuzu Angel tem até um túnel com o nome dela.

Foi vista, de longe e à noite, por um camarada cujos olhos eram superiores às lentes de um binóculo. Um fenômeno ... Uma visão sobrenatural, digna dos deuses... Esse sujeito deve ter sido muito homenageado pelas esquerdas em razão desse "olhar de águia"...

Lá do último andar de um prédio. Viu, à noite, que o carro dela foi "fechado". O acidente pode ter sido ocasionado por má condução do veículo, em virtude do excesso de consumo de álcool em alguma comemoração.

Órgãos de Informações e de Operações – SNI e DOI

Só o maluco do Collor dispensa um Serviço Nacional de Informações. Nenhum chefe, civil ou militar, decide sem informações. Não se pode decidir sem estar bem

informado. O SNI poderia ser modificado? Talvez. Discute-se se houve um certo desvirtuamento dele. Penso que não houve, mas a questão é polêmica.

Apoio externo e objetivos da "luta armada"

A "luta armada" recebia recursos em dinheiro e instrução específica. Muitos comunistas brasileiros foram a Cuba, a fim de serem instruídos sobre guerrilha, planejamento e execução de atos de terrorismo. Eram formados em Havana. Portanto, o apoio seguia duas vertentes: treinamento e apoio em dinheiro, com a participação de países satélites da União Soviética. Não sei se vinham diretamente da União Soviética, mas, de qualquer forma, eram vultosas as quantias. Aliás, há vários trabalhos publicados que revelam esses valores.

O objetivo deles era a tomada do Poder.

Na verdade, não sabiam o que eram objetivos táticos nem estratégicos. Eram trabalhados pelas lideranças. Não possuíam estrutura, nem capacidade, para o que se propunham.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Sem dúvida alguma, a verdadeira ditadura foi a de Vargas. O Congresso permaneceu fechado. Na Revolução, tínhamos o Congresso aberto, capaz de cumprir suas atribuições.

Não houve interferência na Justiça.

Nada foi feito nesse sentido. Então, que ditadura foi essa?

Permanência da Revolução nos governos do País

O Presidente Castello Branco, sabiamente, fixou a data do término do seu Governo: 15 de março de 1966. Como era legalista, tinha pavor que se pensasse em ditadura e, por isso, marcou o término do processo Revolucionário. Se tivesse ambições políticas e, evidentemente, se não houvesse ocorrido aquele fatídico desastre de aviação, continuaria a merecer o apoio das Forças Armadas.

Castello Branco restabeleceu o princípio da autoridade que, aliás, hoje não existe, como não existia antes de 31 de março de 1964.

Forças Armadas: vantagens auferidas

Uma afirmação desse teor serve como piada. Contarei uma história da época em que era Assistente-Secretário do General Lyra. Era seu propósito criar um campo

de instrução em Formosa e, assim, levar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o Grupamento de Unidades-Escola para lá. Desejava passar à História como o construtor de Formosa. O Assistente-Secretário é também o ombro da autoridade; um dia, quando vínhamos de Brasília para o Rio de Janeiro, ele me confessou:

– Sabe, hoje sou um homem derrotado.

– Por quê? – perguntei.

– Não consegui um centavo sequer do Presidente da República para construir Formosa.

O pedido de recursos não serviria para beneficiar os militares, mas para construir um campo de treinamento profissional. No entanto, o Presidente deu-lhe a seguinte resposta:

– Muito me admiro, Lyra, que você, meu colega de turma, venha trazer um pedido de dinheiro, sabendo que não tenho verba.

Portanto, dizer que os militares se beneficiaram é uma piada; é desconhecer a verdade.

A "abertura": influência da conjuntura internacional

Sem falar sobre a "abertura" em si, posso adiantar que considero o Governo Geisel como um período de muitos erros e poucos acertos. Primeiramente, quando ainda era presidente da Petrobras, numa reunião do Ministério, foi discutido o problema de uma possível crise do petróleo em 1972, e o Presidente Médici perguntou-lhe se a Petrobras tinha condições de dar ao Brasil autonomia em petróleo. Ele respondeu: "Perfeitamente." Entretanto, sabia que isso não era possível. Como se não bastasse, levou seis meses para fazer o edital de contrato de risco e ainda entregou para licitação áreas em que não havia nem água, quanto mais petróleo. A Petrobras sabia disso. Foi um grande erro dele.

Outro grande erro foi o acordo nuclear. Não tínhamos condições, como não tivemos até hoje, de construir oito usinas. Foi o "Sonho de uma noite de verão". Tudo em decorrência da vaidade de um homem. Conheci os quatro Geisel. Poucos sabem que existia um coronel chamado Henrique Geisel, que era o mais velho deles e que foi meu comandante, em São Leopoldo. Conheci também Orlando Geisel e Bernardo Geisel. Esse último foi diretor de uma mina de carvão, no Rio Grande do Sul. Por isso, afirmo que a vaidade era a característica principal dos Geisel.

Melhor governo revolucionário, em termos de desenvolvimento econômico, de progresso

Sem dúvida alguma, o de Castello Branco. Em seguida, colocaria o de Costa e Silva que, apesar dos pesares, teve um período tranqüilo. Diziam que era pouco inteligente, mas, pelo contrário, era muito vivo e sabia onde tinha o nariz. O Governo Médici também foi bom. Nessa época, houve tortura e ninguém vai negar isso, mas resultou de uma guerra de momento, contra a escalada das guerrilhas urbana e rural.

O radicalismo ideológico dos tempos da bipolaridade. A queda do Muro de Berlim e a situação do comunismo

Situação do comunismo? Gosto de viajar e conheço quase todos os continentes, com exceção da Oceania. Se Deus me der saúde, ainda vou à Austrália e à Nova Zelândia. Conheço a África, o Oriente, a Europa quase inteira e a América nem se fala. Quando visitei a China, pensei assim: "Deviam mandar os comunistas brasileiros para a China para saberem o que é comunismo." Tenho uma fotografia que foi tirada sobre a Muralha da China e nela aparecem dois oficiais, calçando "sandálias franciscanas", conversando. Na ocasião, pedi a minha mulher que ficasse perto deles, mas, na verdade, focalizei os dois.

Em que época foi isso?

Na década de 1980. A China tem grandes construções, mas os edifícios, todos os de seis andares, não possuem elevador. Para o pobre coitado que esteja com 76 anos, como eu, e tenha que enfrentar os seis andares, sem elevador, isso é uma forma de morticínio, lento, mas provocado. Quem, em visita à China, estiver hospedado num hotel americano, não terá problemas. Mas os hotéis chineses são péssimos: roupa de cama cerzida, sabão com um cheiro horrível etc. Assim ninguém consegue viver. Só fiquei num hotel chinês; no restante do período, hospedei-me em hotéis americanos. Imagine um país que não tem gelo. E não pára por aí. A nossa guia era chinesa e falava fluentemente o espanhol, sem sotaque. Ela tinha uma formação fabulosa. Perguntei a ela:

– A senhora conhece a Espanha?

– Nunca saí da China, respondeu-me.

Também nos contou que morava em um apartamento de $40m^2$. Aí falei:

– Minha senhora, é uma área um pouco maior do que a minha piscina!

Ela e o marido, um engenheiro, estavam juntando dinheiro para comprar a primeira geladeira. Na minha casa, tenho três. Lá, não há sistema de crediário. Tudo é à vista naquele país em que há duas moedas: o yuan do povo, que não vale nada, e o yuan do turista, que é vinculado ao dólar. Um outro fato me ocorreu

agora. A minha mulher viajou num avião chinês em que o cinto de segurança não fechava. Chamei a comissária para falar sobre aquele absurdo, mas não teve jeito. Se tivesse havido um problema maior no vôo, minha mulher teria morrido.

Mas o comunismo ainda existe ou morreu?

Embora esteja relatando fatos passados na década de 1980, acredito que o comunismo não tenha morrido, porque a miséria continua. Através das notícias de Cuba, por exemplo, sabemos que o ganho popular é de um dólar, por dia. Isso é um salário de fome.

Imagem do Exército Brasileiro

Os resultados favoráveis das pesquisas de opinião atestam confiabilidade. O povo está descrente de várias instituições, por exemplo, do Congresso, do Executivo, do Judiciário e até da própria Igreja. Mas ainda confia nas Forças Armadas, apesar de a mídia tentar denegrir, de certa forma, os militares do Exército e das demais Forças Singulares. Mas elas continuam de pé e o povo continua a acreditar nelas, como sempre acreditou. Haja vista que, volta e meia, as pessoas apresentam a intervenção do Exército como solução para a violência. Só que o Exército possui outra missão constitucional e, portanto, é treinado para cumpri-las. Em uma viagem com a Escola de Estado-Maior, estive em Foz do Iguaçu e encontrei com o Curvo (Coronel Ademar Marques Curvo), de Infantaria, Comandante do Batalhão de Foz de Iguaçu. Ele me mostrou uma porção de caminhões apreendidos e comentou:

– Estamos, agora, numa campanha violenta para coibir o contrabando de café.

– Curvo, não entra nessa! O Exército foi feito para outras coisas. Isso é função de polícia – alertei-o.

Dois ou três meses depois, o ordenança dele entrou no Gabinete e matou-o.

Mensagem final

Primeiramente, foi um movimento que nasceu tendo que dar certo. Era impossível que o Brasil continuasse com aquele regime de João Goulart. A Revolução tinha que acontecer.

Ela foi benéfica ao País? Respondo, recordando que, em 1963/64, para conseguir uma ligação telefônica do Rio para Petrópolis, esperava-se de uma hora e meia a duas horas. Hoje, há a discagem direta. Isso nasceu na Revolução. Por sinal, acabou de falecer o Galvão, o primeiro Presidente da Embratel, o homem

que construiu essa empresa e que era um general do Exército. O apelido dele era "Santo Antônio" porque se parecia muito com o santo.

A via Dutra só tinha uma pista. Cansei de fazer a viagem entre Rio e São Paulo, em situação extremamente precária. A partir de 1964, mudou essa situação terrível, com a duplicação da rodovia.

Desconhecer a obra revolucionária é repudiar a verdade. Penso que a Revolução decorreu de um grande gesto das Forças Armadas. O primeiro presidente desse período, Castello Branco, soube transformar um simples movimento revolucionário em uma verdadeira Revolução sem que houvesse derramamento de sangue.

Coronel José Tancredo Ramos Jubé

- Natural da Cidade de Goiás, GO.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Na Segunda Guerra Mundial, integrou o III Grupo de Obuses da FEB, na função de Auxiliar do Comandante da Linha de Fogo.
- Serviu na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (1961); no Gabinete do Ministro Costa e Silva (abril de 1964 a 1967); e no Gabinete Militar da Presidência, período Costa e Silva (1967/1969). Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Campanha, Fortaleza (1972/1975).
- No exterior: Adjunto do Adido Militar (Washington, DC); Assessor da Junta Interamericana de Defesa e da Comissão Militar Mista Brasil-EUA (1969/1972).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra. Na vida civil, formou-se em Direito e Administração de Empresas;
- Na eclosão da Revolução de 1964, era Major, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ainda, em 1964, foi Oficial do Gabinete do Ministro do Exército (General Costa e Silva), onde exerceu as funções de Relações Públicas, Assessor Parlamentar e Oficial de Ligação junto ao Congresso Nacional.

Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2000.

A Revolução de 31 de Março de 1964 representou um marco na História do Brasil. Mudou o nosso País, a ponto de podermos falar em Brasil, antes e depois de 1964, máxime no que tange ao planejamento de governo, ao desenvolvimento econômico e à inserção internacional do Brasil.

Participação pessoal na Revolução: nos pródromos, na eclosão e no seu desenvolvimento.

Nos pródromos da Revolução, era instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Vivia-se, lá, um ambiente de insatisfação contra o Governo João Goulart. Nas reuniões, discutíamos o destino do nosso País, diante da situação de verdadeiro descalabro que mal suportávamos.

De formação cristã e democrática, não nos conformávamos com aquela procela em que o País se debatia... E começamos, efetivamente, a conspirar. Lembro-me, até com certa saudade, quando os então Majores Fernando Guimarães de Cerqueira Lima e o Marinho – cujo nome completo, agora, infelizmente, não me recordo – foram à minha casa e me convidaram para participar da atuação revolucionária. Aceitei, incontinenti.

O grupo de oficiais da ECEME, que passei a integrar, era coordenado pelo General Ulhôa Cintra – não ouço mais o seu nome – enteado, se não me engano, do Marechal Dutra. O General achava que haveria um encontro entre o I e o II Exércitos, no vale do Paraíba, e planejávamos a respeito. Interessante, o fato aconteceu, felizmente, sem o uso da força.

Por causa disso, fui incumbido de ir a Volta Redonda, para avaliar a situação do Batalhão cuja parada era naquela cidade; tive a sorte de encontrar um colega da época de Escola Militar: o Major Autran, irmão do Paulo Autran, esse grande ator do teatro nacional. Relatou-me a situação do material e do efetivo, e pude notar que a Unidade se inclinava para uma posição contrária ao Governo João Goulart.

Eclodida a Revolução, na noite do dia 31 de março, o então instrutor de História Militar, Coronel João Baptista Figueiredo, chamou-me e perguntou se me encontrava em condições de ocupar a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Prontifiquei-me a cumprir essa missão. Reuni um grupo de oficiais-alunos da ECEME e, em duas Kombis, dirigimo-nos para a Secretaria.

Conhecia o local, onde já servira anteriormente; lá chegando, cerquei a área. O prédio situava-se na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana. O andar térreo, era ocupado, naquela ocasião, pela Casa da Borracha.

Montado o dispositivo, todos armados, bati na porta. Um rapaz abriu-a, sem o menor cuidado. Apontei-lhe a pistola. Tratava-se de um sargento, meu conhecido, do 8º GACosM (8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado). Disse-lhe:

– Olha, Sargento Roberto – se não me engano esse era o nome – vocês estão cercados. Quem está aí?

– Eu e um cabo da Marinha; não existe mais ninguém. Todos foram embora.

Fiz um sinal, com a mão, para agrupar o pessoal. Entramos no interior do edifício e ocupamos a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Houve gente que, na pressa para abandonar o local, deixara até o paletó no encosto da cadeira. Tomamos algumas providências adicionais e passamos a noite ali.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, apareceu o Coronel Jayme Portella de Mello, nomeado Chefe da Secretaria-Geral. Transmiti-lhe o cargo com tudo normalizado.

Após pouco tempo na Secretaria-Geral, fui nomeado para o Escalão Avançado (Esc Av) do Gabinete do Ministro, em Brasília. Lá, encontramos um excelente oficial de Infantaria, Adhemar Americano do Brasil, que servia no Gabinete do Governo anterior, mas seguiu conosco, porque sabíamos que era favorável à Revolução. Foi uma "mão na roda" encontrá-lo, pois nos ajudou bastante.

Da minha participação na Revolução, ressalto como mais importante o comando da ocupação da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Raízes do Movimento de 1964

Com relação a isso, devo fazer, antes, uma ligeira digressão.

Há uma diferença entre raízes e causas, e faço essa diferença no sentido etimológico. Se consultarmos o Larrousse (*Enciclopédia Delta-Larrousse*) ou se formos ao Aurélio (*Dicionário da Língua Portuguesa,* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira) – o tão consultado Aurélio, em todo o lugar – verificaremos que causa é algo que provoca uma resposta, incontinenti. Quanto à raiz, é a origem, o começo. Então, chego à seguinte conclusão: a raiz é um fator mais antigo, que alimenta a futura resposta. Já a causa é algo incontinenti: chegou, pede logo a resposta.

Dentro desse aspecto, raciocino da seguinte maneira: quais foram as causas da Revolução de 1964? O mau Governo do Presidente João Goulart; o comunismo apoderando-se de todas as funções básicas do Brasil; a indisciplina nas Forças Armadas e a inflação que crescia.

E onde estão as raízes da Revolução?

As raízes, no meu entender – muita gente discorda disso –, estão no ciclo revolucionário dos anos de 1920, porque despertou a idéia, o modo de atuar. Vejamos o seguinte: quais os objetivos dos líderes que conspiraram, montaram e executaram a Revolução de 1964? Combater o comunismo, a administração danosa do Governo e a corrupção. Nos anos de 1920, quais eram os objetivos? Atacar as oligarquias, melhorar as condições da cidadania e combater, também, a corrupção.

Nos anos de 1920 – Revolução de 1922, Revolução de 1924 – não se falava em atacar o comunismo, porque o mesmo ainda não estava forte no Brasil. O Partido Comunista Brasileiro, recém-fundado no início de 1922, não tinha força alguma.

Já em 1930, foi fator de preocupação. No preparo da Revolução, Siqueira Campos e João Alberto Lins de Barros, os dois de Artilharia, foram a Buenos Aires, onde se encontrava Luís Carlos Prestes e o convidaram para chefe da mesma.

Nessa ocasião, Prestes respondeu:

– Regresso com vocês, para a Revolução, desde que a mesma seja para fazer o Brasil comunista.

Concluíram que Prestes já havia aderido às idéias comunistas; abandonaram o propósito inicial e só trouxeram o dinheiro para fomentar a Revolução de 1930. E houve até aquele acidente: quando voltavam, o avião caiu no rio da Prata, na altura de Montevidéu. Siqueira Campos, que era um atleta, morreu de angina, durante o nado, procurando a praia; João Alberto, franzino e que nunca se dedicara ao esporte, salvou-se, nadando até a terra.

Se em 1922 e 1924 não se pensava em combater o comunismo, o mesmo não se pode dizer de 1930, na medida que anularam a possibilidade da chefia da revolução ser empolgada pelo líder que elegeram, mas que se declarara comunista.

Resumindo, para mim, as raízes estão nos movimentos dos anos de 1920; as causas, nos anos de 1962, 1963 e 1964.

A influência da guerra fria no Movimento de 1964

Guerra Fria é a paz armada. A guerra é contida pelo potencial militar dos dois oponentes. Mas por que teria influído em nosso Movimento?

Lembro-me do ano de 1957, quando participei de uma manobra com a Escola de Estado-Maior, em Mato Grosso. Os russos haviam lançado o *Sputnik* e, em seguida (1961), Gagarin (Yuri Gagarin), tornou-se o primeiro homem a viajar fora da atmosfera da Terra.

Aquilo entusiasmou o mundo comunista. Provocou uma motivação incrível e os “vermelhos” imaginaram ter superado os Estados Unidos. Com o assassinato

do Presidente Kennedy, ficaram ainda mais eufóricos, quase exaltados. Com isso, puseram as "manguinhas" de fora, se revelaram.

No meu ponto de vista, então, a guerra fria, para nós aqui no Brasil, serviu para mostrar quem eram os inimigos da democracia, porque, naquele estágio, quando parecia que a Rússia superara seus concorrentes, também, no desenvolvimento da tecnologia nuclear, a excitação fez com que aparecessem e, na Revolução de 1964, foi mais fácil combatê-los.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março

No Congresso Nacional, como hoje, existiam vários partidos, partidos demais e, como sempre, as agremiações giravam em torno de homens e não de idéias, o que, para mim, é um defeito, um pecado mortal da nossa política. Entretanto, muitos apontavam os erros do Governo. Recordo-me de alguns nomes notáveis, como Bilac Pinto, que, por intermédio de belíssimos discursos, mostrava que o País caminhava para a guerra revolucionária, objetivo claro da esquerda.

Lembro-me, também, do Padre José Godinho, Deputado por São Paulo, orador de grande cultura humanística que, decididamente, alertava sobre a situação deletéria que estávamos vivendo. O Deputado João Calmon, do Espírito Santo, foi outro corajoso combatente no campo político, que procurava alertar o Congresso.

Havia, no País, sob todos os aspectos, um ambiente amplamente desagradável.

Os operários, dominados pelos sindicatos sob direção comunista, eram insuflados a fazerem baderna e a adotarem posições de contestação e rebeldia.

O empresariado rural – sou de Goiás, conheço bem a problemática dessa área ligada ao campo, em meu Estado – vivia época de incertezas muito grandes, com a desapropriação de terras ao longo das rodovias, ferrovias, lagoas e rios. Criou-se um clima de ameaças, de expropriações, gerando instabilidade, pois ninguém tinha garantia da posse de suas terras.

Ninguém tinha sossego. Por inspiração da esquerda comunista, o Governo João Goulart, incentivava as desapropriações às margens das rodovias.

Isso inquietava, também, os industriais com fábricas nessas áreas, de grande importância para facilitar o escoamento de seus produtos e, naquela ocasião, ameaçadas de desapropriação. O empresariado industrial vivia em desassossego, porque os impostos aumentavam, a obtenção de crédito era um problema e as greves, ilegais e constantes.

O povo estava infeliz, o que explica as reações crescentes e as famosas passeatas da Família com Deus pela Liberdade, que contavam , especialmente com as senhoras da CAMDE (Campanha da Mulher Democrática).

Clima de insatisfação contra o Governo Goulart

Havia, realmente, um clima de insatisfação. Lembro-me que, certa vez, Brizola foi a Belo Horizonte participar de um Congresso, se não me engano um Congresso Internacional do Operário Sul-Americano, algo parecido, com a presença de delegações de vários países. Um grupo decidido entrou no local e expulsou-o de lá, terminando com a reunião. De outra feita, o Brizola foi a Formosa, em Goiás, querendo, também, provocar agitação, mas o povo da localidade o repudiou.

Mas não se tratava só do Brizola. Ocorreram outras manifestações de desagrado do povo, em face do rumo que o País tomava. A CAMDE, organizando aquelas passeatas que reuniam multidões, demonstrava o grau de insatisfação reinante.

Persistiam as condições revolucionárias. Aliás, o General Castello Branco, em determinada oportunidade, disse que uma revolução é legítima, em virtude das causas que a originam.

A Igreja e o Governo Goulart

Vou citar apenas as autoridades maiores da Igreja.

No Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal na ocasião, tinha um programa de rádio chamado *A Voz do Pastor,* onde chamava a atenção dos ouvintes sobre os fatos que estavam acontecendo. Dizia que o povo estava sendo conduzido para uma realidade diferente e alertava para os perigos do comunismo.

No Rio Grande do Sul, Dom Vicente Scherer, o célebre Arcebispo de Porto Alegre, mostrava que a situação era catastrófica para o País.

Na Câmara dos Deputados, as vozes do Padre Godinho, já citado, e do Monsenhor Arruda Câmara juntavam-se ao coro daqueles que alertavam sobre o perigo dos rumos seguidos pelo governo.

As "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"

Havia um programa na Rádio Mayrink Veiga denominado *Repórter Petrobrás*. O nome era para opor-se ao *Repórter Esso,* da Rádio Globo. O *Repórter Petrobrás* era um programa rigidamente controlado pelo Governo e o Brizola participava às sextas-feiras. Em certo momento, disse o seguinte:

– Minhas entidades nacionalistas estão caminhando muito bem, quando chegarem ao efetivo de 300 mil, o que está perto de acontecer, então, irei atuar.

Significava que pretendia desencadear uma revolução. Depois, soubemos que havia, de fato, essa idéia por parte de elementos do governo Goulart. Trezentos

mil ultrapassavam o efetivo das Forças Armadas, naquela época. Mas o Brizola, bem sabemos, sempre foi um fanfarrão.

Quanto às "Ligas Camponesas", criadas por Francisco Julião, vou relatar uma experiência pessoal que tem ligação com as mesmas.

Em 1962, recebi uma missão para ir ao meio-norte de Goiás e produzir um relatório sobre a chamada "República de Trombas". Havia um elemento complicador, pois a mesma não admitia gente estranha em seu território.

Estimava-se serem dez mil habitantes a população de toda a área, em sua maioria posseiros, com maior incidência de baianos e cearenses. De um modo geral, os que demandavam aquela "República" tinham sempre um passado a esconder, inclusive condenados pela Justiça. O ânimo de todos era a defesa intransigente de suas "posses". Com a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, passando próxima ao território da "República", as terras foram valorizadas e novos proprietários, com documentos legais ou forjados, surgiram na região, atritando com os posseiros.

O líder local era o José Porfírio de Souza, homem "chucro", mas com sensibilidade e carismático. Começou a montar uma cidade com aquela gente que precisava de terra, traçando os limites da área, ou da "República", como eles mesmos diziam. Sei que um limite era o rio Tocantins, outro a serra Dourada, mais a oeste a Rodovia Belém-Brasília.

Como disse antes, não se entrava com facilidade na área. Quando recebi a missão, me disseram:

– Você vai à Cidade de Porangatu, procura o cartório, e deve encontrar um cavalheiro chamado Amorim, que vai orientá-lo como entrar em Trombas.

– Por que me escolheram? – perguntei.

– Porque você é goiano, logo conhece aquilo lá mais do que qualquer um aqui, do Estado-Maior.

Quando cheguei, o Amorim já me esperava, olhou para mim e disse:

– O senhor, com essa cara de "gringo", não vai conseguir entrar. Vai ter dificuldade.

Acompanhavam-me dois sargentos, sendo que um deles era "filho" de Trombas. Tínhamos saído com uma espécie de "Abre-te Sésamo", que era o pagamento do imposto rural devido por esse sargento, lá em Trombas, que de fato era uma cidadezinha. Seria a minha segurança.

Mas o Senhor Amorim ficou preocupado comigo. No dia seguinte, à hora do almoço, chegou acompanhado de uma senhora que me perguntou:

– O senhor é que vai para Trombas?

– Eu tenho que ir lá – respondi.

– Se o senhor vai para lá – interveio o Amorim – esta senhora é a sogra do José Porfírio; o senhor poderia levá-la para mim?

Foi a nossa sorte. Embarcamos na caminhonete e saímos. Na entrada da área, paramos diante de uma porteira, fechadíssima e com sentinelas. Ela disse:

– Fulano, sou eu, pode abrir que eu estou indo para a minha casa.

Abriram a porteira e entrei em Trombas.

Lá, pude verificar que era uma sociedade organizada no molde socialista. A produção era entregue à Associação de Lavradores que se encarregava de vendê-la em Anápolis e Goiânia.

A distribuição de terras, convém frisar, obedecia a alguns fatores. O candidato recebia a quantidade de lotes dependendo da idade, número de braços, para o trato da terra – filhos e dependentes –, disposição física e, principalmente, tratar ele mesmo da gleba e ser um "associado".

O José Porfírio de Souza era pessoa muito ligada ao Deputado Estadual de Pernambuco Francisco Julião, a quem considerava ídolo e orientador. Não conversamos pessoalmente, apenas trocamos um rápido cumprimento, quando estive em sua casa. Pediu desculpas, porque ia viajar e sumiu, deixando um "lugar-tenente" que me passou algumas informações sobre a organização e a produção da Associação.

Notei que os homens portavam armas, de tipos bem variados. Havia desde as rudimentares de caça, do tipo "espingarda de papo-amarelo", até boas carabinas. Organizações do Terreno (OT) eram encontradas nas proximidades do povoado. A Associação possuía planos para a sua defesa; cada "grupo", conforme a hipótese, sabia o que fazer.

Quanto à assistência médica, no caso de serem insuficientes os recursos locais, os doentes eram levados para Goiânia, onde três médicos, previamente contratados pela Associação, os atendiam, entre os quais se incluía um notório comunista.

Os políticos de âmbito estadual e mesmo federal cortejavam José Porfírio, porque era voto certo. O Vice-Governador já tinha estabelecido contato com ele.

Ao entardecer, me despedi, o sargento deu o dinheiro do imposto e regressamos a Goiânia. Não queria dormir em Trombas ou Formoso, porque tinha receio de que, à noite, pudessem fazer qualquer "trapaça" conosco.

Então, a "Liga Camponesa" não estava mais só no Nordeste, mas procurando atuar no Norte goiano e com probabilidade de expandir-se para Mato Grosso e outros lugares.

O cenário militar; tentativas de dividir as Forças Armadas

Os comunistas são terríveis; utilizavam uma técnica, trazida do exterior, que ensinava como deveriam infiltrar-se nas organizações. Para mim, dividiram as Forças Armadas. Isso me faz lembrar 1893 (Revolta da Armada), em que o Exército andou meio brigado com a Marinha, apesar de alguns marinheiros, hoje, afirmarem que a Marinha não foi contra o Exército, foi contra o Governo Floriano.

Assim, explorando essa técnica, os comunistas começaram a arquitetar problemas no meio militar. Criaram o MMC, que me disseram significar Movimento Militar Comunista, não sei se é verdade, com o objetivo de aliciar pessoas (a sigla, na verdade, significava Movimento Militar Constitucionalista) e, também, promoveram e incentivaram a indisciplina que floresceu nas Forças Armadas.

Incitavam oficiais e sargentos, uns contra o outros.

Inclusive, o sargento poderia fazer uma reclamação direta ao Ministro, passando "por cima" da cadeia hierárquica. Isso criou um mal-estar muito grande. Procuraram dividir as Forças Armadas e quase conseguiram.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade: movimento reacionário?

Acho graça nessa qualificação. Na minha opinião, era um movimento forte, unido pelo pensamento cristão e uma resposta digna contra o Governo de tendências agnósticas. Revelou a coragem da mulher brasileira; mostrou que o povo não estava amorfo, que tinha condições de reagir, como de fato o fez.

Quando falo na Revolução, me lembro daquela imensa quantidade de senhoras rezando, com o terço na mão, porque, na verdade, do jeito que estava, tinham que apelar para Deus mesmo, pois não havia Governo. E, graças a Ele, a solução surgiu com a Revolução de 1964, respondendo ao apelo aflito da sociedade brasileira.

Forças Armadas: intérpretes da vontade nacional

Mais do que intérpretes, as Forças Singulares foram as executoras da vontade popular, ao abraçarem a causa, fazendo-a seguir adiante.

Revolução de cunho comunista

Havia, havia sim uma revolução comunista sendo preparada. Aliás, muitos comunistas notórios já o admitiram.

O Congresso Nacional e a eclosão do Movimento

O Congresso agiu com equilíbrio e serenidade. Nos primeiros momentos do Movimento revolucionário, muitos parlamentares comunistas fugiram para as suas bases, como costumam dizer. Mas não houve surpresa no Legislativo, porque os deputados que citei, enquanto combatiam o Movimento revolucionário de esquerda em andamento, esclareciam seus colegas que poderia surgir uma outra onda, contrária.

Convém ressaltar a atuação do Presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, que ajudou muito a Revolução. Ele considerou vago o cargo de Presidente da República, diante do sumiço do Senhor João Goulart e, obedecendo à ordem sucessória, deu posse ao Deputado Mazzilli (Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados). João Goulart, naquela hora, ainda poderia estar no Brasil, talvez no Rio Grande do Sul, pensando em fugir para o Uruguai.

Por isso, entendo que o Congresso ajudou a Revolução, com esses atos e, mais tarde, por ter declarado o *impeachment* do Senhor João Goulart, quando ficou conhecida sua fuga para o Uruguai. O Congresso agiu bem, até porque seria uma das instituições mais prejudicadas com o advento do regime comunista em nosso País.

Os diversos segmentos e entidades esquerdistas

Tentaram greves, fizeram algumas ameaças que não foram bem-sucedidas, em face, sobretudo, da fuga das lideranças comunistas, o que concorreu, também, para o sucesso da Revolução em 48 horas.

Lideranças civis e militares

Considero, entre os militares, o então General Costa e Silva, que adotou a idéia de acabar com a anarquia no Brasil, desde as suas primeiras manifestações, embora muita gente ignore esse fato. O livro do General Jayme Portella aborda, com muita propriedade, este aspecto. O Presidente Castello Branco foi outro grande líder da Revolução; também pensava da mesma forma, antes da eclosão do Movimento, embora nunca tenha sido conspirador; não podemos esquecer o General Olympio Mourão Filho, pois deu a partida ao Movimento, junto com o General Carlos Luís Guedes.

Também, devemos lembrar o General Amaury Kruel que, entre a amizade com o João Goulart e a verdade da Revolução, ficou com essa última posição.

Releva citar, ainda, o General Muricy, que veio à frente das tropas de Minas rumo ao Rio de Janeiro.

E o Marechal Denys...

Certamente é mister incluí–lo na lista dos militares. Vinha atuando com bastante antecipação. Tinha sido Ministro da Guerra e identificava bem as raízes da Revolução. Indo para Juiz de Fora, atuou decisivamente para a vitória do Movimento revolucionário.

Por outro lado, destaco alguns líderes civis notáveis: Magalhães Pinto que deu a partida, ajustado com os Generais Mourão e Guedes. Não podemos omitir os nomes de Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e daqueles deputados a que já me referi.

Por fim, não podemos esquecer que a Revolução foi tramada pela oficialidade mais jovem. Vários tenentes-coronéis, majores, capitães e até tenentes andaram fazendo o proselitismo para a eclosão da Revolução. Não podem ser esquecidos; raramente se fala neles, mas também, merecem citação.

A Revolução: movimento exclusivamente brasileiro

Não houve qualquer ação externa, nem mesmo americana. O Embaixador. Lincoln Gordon manteve o seu governo informado de tudo acerca da Revolução, como era de sua obrigação, mas, ao eclodir o Movimento, foi tão surpreendido como o foram os comunistas.

Vou recordar um fato interessante, ocorrido pouco depois de consolidada a Revolução. O Embaixador Lincoln Gordon pediu, através do General Vernon Walters, adido militar, que era coronel à época, muito amigo de todos nós – tinha sido oficial de ligação da FEB com o V Exército americano, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial – uma audiência com o Ministro Costa e Silva, que era o Comandante Supremo da Revolução. Marcada a data, o Embaixador, que falava português, chegou e disse o seguinte:

– Vim aqui pedir para os senhores assegurarem a liberdade de imprensa e os direitos humanos, e saber o motivo da invasão da Associated Press.

– Olha, Embaixador – falou o Ministro Costa e Silva, surpreso, olhando para ele – pensei que o senhor não tivesse dúvidas sobre isso. Claro que vamos cumprir a lei. Quanto à Associated Press, não é uma empresa do governo americano, nem ligada à sua embaixada. É uma empresa particular.

E prosseguiu:

– Pensei que o senhor viesse aqui cumprimentar-nos pelo êxito da Revolução, que evitou a comunização do Brasil, o que acarretaria real prejuízo para os Estados Unidos.

Essa foi a resposta do General Costa e Silva. O Sr. Lincoln Gordon ficou meio "sem graça" e saiu.

Além disso, convenhamos, o General Mourão surpreendeu a todo mundo, inclusive o próprio General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, que só soube do movimento de Minas Gerais depois que ele já estava na rua, que dirá o Sr. Lincoln Gordon.

Mas, ele (o Embaixador Lincoln Gordon) gosta do Brasil. Há pouco tempo concedeu uma entrevista, muito boa, publicada, se não me falha a memória, no *O Globo*, na qual declara que, lamentavelmente, o Brasil perdeu uma década – e essa década perdida foi a de 1980.

Levantou quatro questões que devemos considerar, na atual conjuntura: primeira, manter a estabilidade da moeda – ninguém discorda disso; segunda, manter a liberdade de expressão, quer dizer, não permitir atitude autoritária – também concordo com ele; terceira, fazer as reformas, principalmente as política, tributária ou fiscal; e quarta, a do Judiciário – o Judiciário precisa de uma reforma, urgente.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo

Desmoronou porque não existia. Toda a tropa estava favorável à Revolução. A quantidade de gente insatisfeita com o Governo, no meio da tropa, era bem maior do que a que acompanhava o sistema. Aquilo era um blefe, e como tal desmoronou, semelhante a um castelo de cartas de baralho.

Chefia e liderança na iminência do combate

Penso ser o ponto alto da Revolução. Os comandantes das tropas que tomaram parte no Movimento armado, bem como seus comandados, deslocaram-se preparados para combater, mas sabiam que, do outro lado, havia elementos favoráveis à Revolução. Assim, em vez de atirar, buscaram conferenciar, conversar, e tudo terminou em paz.

Em Resende, aconteceu um caso interessante: a tropa do I Exército, que partiu do Rio de Janeiro, deparou-se com uma posição defensiva guarnecida por cadetes da Academia Militar, e não tomou a iniciativa de atuar militarmente. A que veio de São Paulo chegou, quando o General Kruel lia a sua proclamação. Houve demonstração de presença de espírito e acentuada liderança.

O General Médici, Comandante da AMAN, intermediou com bastante habilidade, a conversa, ocorrida na AMAN, entre o General Kruel, Comandante do

II Exército, e o General Âncora, Comandante do I Exército. Foi uma demonstração de equilíbrio admirável... O General Âncora percebeu que não havia mais clima para a manutenção de qualquer altercação.

Os cadetes da AMAN na Revolução

Sou sincero; fui instrutor da Academia durante quatro anos, gosto demais da AMAN; os meus dois filhos nasceram lá. Empregar cadetes, havendo possibilidade de combate, é coisa muito delicada. Pelo que sei, o General Médici foi informado pelo General Kruel de que ele aderira ao Movimento revolucionário. A pendência estava na posição da Vila Militar no Rio de Janeiro. Acredito que a decisão do General Médici buscou evitar um confronto entre os I e II Exércitos, o que ele teve a felicidade de conseguir. A providência divina guardou a nossa Academia e o seu Comandante, porque nas duas vezes anteriores, em que empregaram cadetes em operações, durante movimentos revolucionários, houve razões de arrependimento.

Uma, foi a campanha da vacinação, um fracasso, e a Escola Militar voltou, para ser vacinada. A segunda vez foi na Revolução de 1922, quando a Escola Militar rebelada, comandada pelo então Diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo, Coronel João Maria Xavier de Brito, deslocou-se para enfrentar as tropas da Vila Militar. A Engenharia, sob o Comando do Juarez Távora; a Artilharia, que só levou uma Bateria de Canhões Comandada por Stênio Caio de Albuquerque Lima. Nos primeiros tiroteios, morreu um cadete. O Coronel Xavier de Brito, verificando a grande superioridade dos efetivos em pessoal e material das tropas da Vila Militar, e que seria insensato e desumano prosseguir, pois toda a Escola Militar poderia ser dizimada, decidiu recuar.

Por ser a garantia da continuidade do Exército e o elemento fiador do nosso futuro, acho que a Academia Militar deve, em princípio, ser poupada. Mas, no caso em questão, tudo indica que houve um entendimento prévio entre os Generais Kruel e Médici.

Na Escola de Estado-Maior, no dia da Revolução, tive uma outra missão que me esqueci de abordar: ordenaram-me que fizesse contato com o assistente do General Kruel, Comandante do II Exército. Como os telefones da Escola não paravam, fiz a ligação de minha casa. Ele falou::

– Não, o General Kruel já aderiu à Revolução e vai lançar, dentro de poucos minutos, um manifesto.

Assim, creio que o General Médici soube do manifesto, ficou tranqüilo e pôde agir daquela maneira.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 31 de março

A Marinha e a Aeronáutica enfrentavam problemas de indisciplina muito acentuados. Na Aeronáutica, aliás, todos os comandos eram exercidos por oficiais ligados ao Governo Goulart, sendo que os outros – os "contras" – ocupavam cargos burocráticos. Das três Forças, o Exército foi o que demonstrou, sem dúvida, mais disciplina, naquela ocasião.

Na Marinha, a indisciplina chegou a tal ponto que o Ministro, quando viu os marinheiros reunidos num sindicato (rebelião dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos), e, ao ter mandado os fuzileiros navais para prendê-los, constatou a adesão dos mesmos à revolta, perdeu as condições de atuar e solicitou auxílio ao Exército. Acionado o Batalhão de Guardas, a Unidade cercou o sindicato e efetuou as prisões necessárias.

Houve protestos, diziam que era um absurdo empregar o Exército contra a Marinha. Para acalmar, João Goulart afirmou:

– Não, vocês não vão ser prisioneiros do Exército, mas hóspedes e acabou mandando liberar os rebelados, o que levou o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, a solicitar exoneração do cargo.

Aproveitando o episódio, o Presidente nomeou, para a pasta da Marinha, um novo Ministro que demonstrou ser muito "vermelho", chamado Paulo Mário.

O fato é que, com essa situação de indisciplina de um lado e do outro, todos cerraram em torno do Exército, originando a união e coesão desejadas, resultado feliz que até hoje perdura.

Um Movimento sem ideologia

A base era a democracia cristã, fortaleza inexpugnável e força maior contra o ateísmo comunista, que é temporário. Haja vista ser a única ideologia que começou e acabou no mesmo século, como disse o Papa João Paulo II.

Como já lembramos, as raízes da Revolução estão nos idos dos anos de 1920, em que se lutava pela democracia e não se estava preocupado com o comunismo, porque o mesmo, ainda, não existia no País, em termos de valor.

A mídia e o apoio ao Movimento

Por incrível que pareça, apoiou, e não foi pouco. Lembro-me das manchetes do *Correio da Manhã*: "Basta! e Fora!" Do *Jornal do Brasil:* "Renuncia, João Goulart!"

Todos os jornais de peso apoiaram, com manchetes bem "chamativas" e entusiásticas. As estações de rádio transmitiram tudo; a TV Rio filmou a tomada do Quartel-General da Artilharia de Costa pelo General Montagna e alguns oficiais-alunos da ECEME. A veiculação dessas notícias favoráveis à Revolução é um sinal claro de que a mídia nos apoiou, naquela ocasião, sendo que a Rede Globo apoiou antes, na eclosão do Movimento e durante todo o período revolucionário. Com a saída da Revolução do Poder, a partir de 1985, ela mudou, inexplicavelmente, de posição. Interessante!

Revolução ou golpe

Isto está claro na doutrina do Direito. Ainda ontem, tive uma discussão doutrinária com uma funcionária da "Defesa Nacional", aqui no pátio (do Palácio Duque de Caxias). Ela chamou de "golpe" e eu retruquei.

– O senhor não acha!?

– Não, não é golpe – e expliquei. Dá-se o nome de golpe a toda ação política, cujo objetivo é destruir o que está estabelecido e vem de cima para baixo.

Por exemplo: a criação do Estado Novo foi um golpe perpetrado por Getúlio, pois o povo não participou. Cito um outro caso: quando Napoleão se coroou imperador da França, foi um golpe, porque o povo não pediu que ele se tornasse imperador.

Revolução dá-se de baixo para cima, com a participação da maioria do povo que decide apear do Poder as autoridades constituídas. Assim, foi a Revolução Francesa, onde o povo terminou com a monarquia, e a própria Revolução Bolchevista russa, que expulsou do Poder a família imperial.

A nossa Revolução foi o povo que a quis, como nós já comentamos aqui. Agora, a mídia, esquerdista, querendo menosprezar o Movimento, chama-o de golpe. Mas eu não aceito esse epíteto.

Benefícios ou prejuízos, ou uns e outros

A Revolução não mudou o sistema político brasileiro. Manteve o funcionamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados, das Câmaras de Vereadores e dos governos estaduais. Logo, politicamente, no momento da eclosão, absorveu todo o sistema.

Economicamente, sabemos que a dupla famosa – Bulhões e Roberto Campos – resolveu o problema da moeda, o financeiro. Surgiram, então, muitas novidades: a bolsa de valores mudou, implantaram-se extensas malhas viárias e sobrevieram

muitos outros benefícios que mudaram a imagem do Brasil, mas que os revanchistas, através de um cerrado "patrulhamento", impedem a sua divulgação.

Mas houve erros?

O erro é passível, todo ser humano erra. Entendo que o grande erro da Revolução, se é que podemos falar nesses termos, foi ter perdurado muito. Deveria ter realizado as mesmas medidas políticas em prazo mais curto.

O interessante é que todos os presidentes pensaram nisso. O Presidente Castello, por exemplo, não queria admitir a ampliação do seu mandato por mais um ano, embora, depois, tivesse que aquiescer, por tratar-se de uma decisão do Congresso Nacional. O Presidente Costa e Silva, que foi obrigado a fazer o AI-5, morreu com uma Constituição nova, na mão, a fim de normalizar, mais rapidamente, a vida do País.

O General Geisel já subiu ao Poder pensando em uma "abertura". Planejou e tomou a decisão, na hora que julgou adequada, de encerrar a vigência do AI-5. De fato, no dia que achou oportuno – posto que não marcara data – baixou um ato extinguindo o AI-5. Mas, não concedeu a anistia, deixou-a para o seu sucessor. O AI-5 se autolimitava, porque estabelecia que o Presidente, quando julgasse oportuno, poderia suspender a sua execução.

Portanto, o erro foi ter demorado, embora concorde com a opinião dos que pensam não ter sido a demora provocada pelo simples desejo de querer permanecer. Por outro lado, a "luta armada" contra o sistema forçou a permanência do *status quo* revolucionário.

Alguns apontam como outro erro da Revolução o fato de não ter aparecido nenhum líder civil. Citam, apenas, o Petrônio Portela que morreu em plena atividade política, e outro – é até gozado – o Jarbas Passarinho, cuja origem é militar, mas que foi, realmente, um grande líder, bastante atuante.

Exército – a recompensa do sacrifício

É verdade que os resultados obtidos pela Revolução têm sido enaltecidos em centros de saber destacados, como a Escola Superior de Guerra, sem que recebam a devida divulgação. Tenho a impressão que alguns companheiros vêm ressuscitando a velha idéia do "grande mudo", enquanto setores de esquerda da mídia não descansam. Ocultam tudo que possua mérito e só mostram os erros, à maioria das vezes insignificantes, se comparados com os aspectos positivos, em meio a tantas realizações magníficas que são escamoteadas.

Realizações bem-sucedidas

No campo do desenvolvimento econômico e financeiro, já citei a estabilidade da moeda e o crescimento da malha rodoviária. No campo social, a Revolução enfrentou a questão dos excedentes, na área da Educação. Lembro-me, uma vez, ter lido a manchete de um jornal: "O Brasil acabou, hoje, com os excedentes." Era um problema, nos concursos para Medicina, Direito e outras carreiras, ser aprovado e não estar relacionado nas vagas destinadas à matrícula.

Voltada, ainda, para o social, a Revolução enfrentou o problema da aguda falta de moradia, sobretudo para as classes menos favorecidas, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e as cooperativas habitacionais, sistema que funcionou com inegável êxito.

Outro passo muito grande foi dado no campo da pesquisa, bastante incrementada com a Revolução. Orgulho de nosso País, a EMBRAER, foi criada no Governo Costa e Silva. É importante ressaltar, particularmente para os mais jovens, que essa empresa vitoriosa é um produto da Revolução.

Poderíamos citar inúmeros e extraordinários avanços provindos da Revolução de 1964. A própria Caixa Econômica Federal deixou de ser um antro de "politicagem", que atendia determinadas autoridades e "afilhados políticos", e pôde criar uma política com "P" maiúsculo, em benefício da população.

A "batalha da comunicação social": perdida ou desprezada

Não sei se perdemos, pois ainda está em tempo de salvar tudo, mas há um certo arrefecimento. Nós não somos muito ligados ao público externo, existe aquele ranço, aquela insegurança, nada se pode mostrar.

Um pequeno exemplo, vivido por mim, serve para ilustrar o que acabo de afirmar. Fui à AMAN, acompanhado de meus dois filhos, nascidos lá, e quis mostrar-lhes a casa em que moramos. Disseram-me:

– Ah! O senhor não pode entrar por aqui, tem que ser por lá.

Acabei desistindo. Há um canhão alemão, no Parque de Artilharia, troféu de guerra, trazido pela FEB, que eu e o Tenente Vieira Ferreira pusemos sobre uma base. Calculei o embasamento e o Vieira ficou com a missão de arranjar um guindaste e colocar o canhão sobre seu pedestal; pois não consegui mostrar o canhão para os meus filhos, porque era proibido entrar nos Parques.

Quando estava servindo nos Estados Unidos, fui várias vezes a West Point (Academia Militar dos Estados Unidos) e visitei tudo que quis, sem qualquer restrição.

Possuímos esse complexo de "grande mudo", de viver para dentro. Não pode, é preciso expandir, mostrar o que somos. Li uma frase do Chacrinha no *New York Times:*

– Quem não se comunica, se trumbica.

O próprio Castello Branco era avesso à propaganda. Dizia que não queria um DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, no Governo Vargas).

Nos dias de hoje, não pode ser assim. Você faz e tem que mostrar o que fez.

Getúlio Vargas está presente, até hoje, com o nome posto em várias ruas, avenidas e fundações, porque, realmente, o DIP funcionou.

O DIP funcionou; acompanhamos a minisérie da TV Globo, *Aquarela do Brasil;* no final de cada capítulo, aparecem trechos de um jornal cinematográfico do DIP, que assistíamos nas salas de projeção, quando éramos estudantes. Nele, só se fala no Chefe da Nação, no Getúlio.

Guerrilha e terrorismo

Minha impressão é que os comunistas, com a derrota, perderam espaço e partiram para o terrorismo, conforme preconiza a guerra revolucionária. Houve a resposta, o revide bem-sucedido por parte da Nação agredida.

Canais para a manifestação da oposição e luta armada

Muito se fala que, durante o processo revolucionário, em face do cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística, houve prejuízo para a divulgação do pensamento e idéias, em diversos setores da sociedade. Entretanto, qualquer revolução, quando ocorre, cerceia a liberdade. Houve, de fato, censura relativa na imprensa e no teatro, porque ambos são os meios de comunicação mais diretos ao povo. Mesmo na imprensa, os livros circularam a vontade. Na Grécia Antiga, sem imprensa, era o teatro que levava as idéias ao povo.

No Teatro, a censura foi branda – eu sou testemunha disso. Vi muita ofensa direta à Revolução e às Forças Armadas.

A censura era necessária naquele momento, não se podia fugir disso. Quanto às artes plásticas, não houve cerceamento. O Oscar Niemayer continuou fazendo suas obras, à vontade. Quanto à "luta armada", trata-se de ação isolada, apoiada de fora.

Inclusive, havia o MDB, partido de oposição, para manifestarem as suas idéias.

Nem todos os canais de comunicação foram cortados. Agora, esse fato não justifica a "luta armada". A mesma decorreu das concepções marxistas-leninistas próprias da guerra revolucionária, visando a combater os governos pós-1964. Os

adeptos da "luta armada" não queriam diálogo nenhum. Os que falam ao contrário são os perdedores ou os atuais aproveitadores que pensam em ficar bem com aqueles que, agora, estão no Poder. Há gente que parecia ser nossa e que, hoje, faz este papel dúbio.

Apoio externo à "luta armada"

O exemplo clássico de que recebiam apoio externo são os recursos recebidos, de Cuba, pelo Senhor Leonel Brizola. Inclusive, por não ter prestado contas do mesmo – as ações que seriam financiadas, jamais ocorreram – ficou considerado como *el ratón*, conforme comentários da época.

A orientação comunista, no Brasil, provinha de Moscou, da China e da Albânia. Portanto, havia uma orientação externa.

O AI-5: necessidade ou excesso

Foi necessário, não havia outra alternativa. O General Geisel declarou, no seu depoimento no Projeto *A Memória Militar sobre 1964,* da Fundação Getúlio Vargas, que o Costa e Silva só tinha duas opções: decretava o AI-5 ou renunciava. E ele não era de renunciar.

Se não decretasse o AI-5, a Revolução acabaria. Graças à função que eu exercia, possuo um papel, com as anotações de próprio punho do Presidente da República, citando as funções e a votação, durante a reunião do Conselho de Segurança que aprovou o Ato Institucional*. Todos os componentes votaram a favor, exceto o Dr. Pedro Aleixo (Vice-Presidente da República), que optou pelo estado de sítio, dada a sua formação, mais jurídica do que revolucionária.

Melhor do que nós, os ministros tinham conhecimento da situação e decidiram, por ampla maioria, aprovar o AI-5, em face da sua necessidade.

SNI e DOI

Ninguém, vamos dizer assim, consegue administrar, eficazmente, sem dispor de informações. Como diretor de empresas, qualquer relatório ou ação que se faça, depende de informações. Imagine a administração pública, em âmbito federal. O Serviço Nacional de Informações era necessário.

---

* A reprodução desse documento está no final da entrevista do Coronel José Tancredo Ramos Jubé.

Quanto aos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), sirvo-me de um exemplo, acontecido comigo, para ilustrar minha opinião. Encontrava-me no Ceará e fui encarregado de um Inquérito Policial Militar, com a finalidade de averiguar se havia crime contra a segurança nacional em um fato ocorrido naquele Estado.

Recebi a papelada, comecei a estudar e confirmei que segurança nacional é problema da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. Tanto que, ao externar essa opinião, o General Comandante da Região – Oscar Jansen Barroso – concordou.

Mas, como a Polícia Federal estava recém-formada – foi criada, àquela época pelo Presidente Castello Branco – ainda sem os recursos suficientes para operar eficazmente, foi necessário aproveitar os DOI, organizações operacionais, apêndices dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), utilizando as estruturas dos Comandos de Área.

Naquela época, alguém tinha que executar a operação, porque o inimigo estava atuando.

O inimigo não parava de atuar, a Polícia Federal ainda não estava adestrada e nem tinha recursos, logo a solução foi o emprego das Forças Armadas.

Tinha que ser. Penso que foi uma solução para atender às exigências do momento.

Sim, naquela ocasião, foram necessários, mas se acontecesse hoje, com a Polícia Federal, dotada de todos os recursos, não teriam sido criados.

O panorama político e o Congresso

O Congresso sempre fez o que o Governo pediu, embora houvesse exceções. O AI-2, por exemplo, foi editado porque o Senador Daniel Krieger informou ao Presidente Castello Branco que o Congresso não iria aprovar certas reformas, como desejado e eram necessárias.

Além disso, houve a insatisfação, no meio militar, com o resultado das eleições para Governador nos Estados da Guanabara e Minas Gerais. Para esses Estados foram eleitos, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro. O pessoal não aceitava, mormente porque, em um inquérito feito pelo então Coronel Ferdinando de Carvalho, o Negrão de Lima andou implicado.

Para acalmar a reação militar e permitir a posse desses dois Governadores, segundo a vontade popular, a Revolução decretou o AI-2. Conheço, porque estava em Brasília e vi quando foi assinado o AI-2. Foi um constrangimento muito grande para o Presidente Castello Branco. Como, aliás, foi para o Presidente Costa e Silva, ao assinar o AI-5. Ambos sofreram muito com isso.

O Presidente Costa e Silva estava governando o País com uma Constituição aprovada pelo Congresso, no Governo Castello. Pela mesma, não iria conseguir sanar o "caso Moreira Alves", porque o Congresso, dessa vez, também, negou apoio.

Embora, hoje, muita gente ache que o Deputado Márcio Moreira Alves só falara bobagens naquela oportunidade, a conotação dada ao discurso foi outra.

Essas foram as duas vezes em que o Congresso negou apoio à Revolução.

"Ditadura militar" – "anos de chumbo"

Setores da mídia, dominados pela esquerda, quanto mais puderem comentar, pejorativamente, um movimento contra o comunismo, certamente o farão.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Creio que as Forças Singulares não auferiram qualquer tipo de benefício, foram até prejudicadas. Se houve alguma vantagem, que me lembre, e tive que pensar muito para descobrir, foi a criação do Fundo do Exército, um sonho antigo, equiparando-se, nesse aspecto, à Marinha que já possuía o seu.

A EMBRAER foi um ganho para o Brasil e não só para a Aeronáutica. Suas aeronaves competem com renomadas empresas, no mundo inteiro, em um setor industrial categorizado.

Vinte anos de Revolução

Minha avaliação só pode ser positiva. Este País passou a ser respeitado no exterior. De 1969 a 1972, morei nos Estados Unidos e freqüentava, por força de minhas atribuições, desde as mais simples organizações até a Casa Branca, onde estive umas três ou quatro vezes. Essa experiência permitiu-me aquilatar o prestígio internacional do Brasil, adquirido no período da Revolução.

Lembro-me bem, quando houve uma reunião do BID e o Ministro Delfim Neto, representante do Brasil naquele conclave, chegou a Nova York e seu avião não pôde decolar para Washington, em virtude de forte nevasca que interditou o aeroporto La Guardia.

Esse fato motivou o adiamento da abertura da reunião, até a chegada do Ministro Delfim, o que aconteceu uma ou duas horas depois, mais ou menos. Isto é prestígio que a Revolução deu ao Brasil. Antes, não existíamos lá fora.

A conjuntura internacional e a abertura política

O que interessa aqui é a pressão dos Estados Unidos, a maior potência do mundo. Acho que o governo americano fez muito pouca, praticamente nenhuma, pressão sobre o Brasil, para que se fizesse qualquer tipo de "abertura" política.

Já me referi à visita do Embaixador Lincoln Gordon ao Presidente Costa e Silva.

No Governo do General Geisel, visitou-nos o Presidente Carter que enviou a mulher na frente. Rosalyn Carter trouxe um questionário, no qual perguntava tudo, mas sob o enfoque dos direitos humanos. O Presidente Carter era um homem voltado para os direitos humanos. Mesmo assim, insisto em que não houve pressão para que o Governo fizesse a abertura política. Foi uma decisão própria do Presidente Geisel.

Lembro que foi o Presidente Geisel que denunciou o Acordo Brasil-Estados Unidos, voltado para o setor de material bélico, o que fê-lo quando lhe aprouve, despreocupado com as conseqüências de sua decisão, naquela época, soberana realmente.

A imagem da Revolução

O General Figueiredo fez um Governo que reputo difícil. Enfrentou alguns problemas perturbadores. O segundo choque do petróleo (1979), que ocorreu no início do seu mandato, abalou o mundo e, por conseqüência, teria que abalar o Brasil, também. A inflação estava voltando e precisou ser combatida. A própria saúde do Presidente foi fragilizada com os problemas no coração. Sou um enfartado e sei que um problema de coração transmite desagradável sensação de receio e provoca uma certa perda: – "Será que ainda tenho condições de fazer isso?"

Aconteceu o problema do Riocentro, bastante explorado pela mídia. Também, Figueiredo rompeu com o Vice-Presidente da República; perdia a tranqüilidade nas ausências do País, quando precisava transmitir o cargo. O General Geisel até entendia que ele deveria ter renunciado, quando voltou de seu tratamento de saúde. Então, essas coisas prejudicaram o Governo dele. Se desgastaram a Revolução, não afirmo, mas o Governo dele, com certeza.

A Lei da Anistia e o "revanchismo"

O "revanchismo" é fruto da permanente insistência do comunismo em conduzir o processo da guerra revolucionária e, também, um pouco, da ampla abrangência da Lei da Anistia. Note-se que, hoje, os homens que combatiam a

Revolução são recompensados, como Lamarca, do qual esqueceram ser um desertor, ladrão e assassino.

O Ministro da Justiça, Gregori, estimula esse "revanchismo". E ele é até incoerente, porque, na ocasião da beatificação de Frei Galvão, que poderá tornar-se o primeiro santo brasileiro nato da Igreja católica, representou nosso País junto ao Vaticano. Ora, ele não é católico, não é cristão; é agnóstico. Deveria ter dito: "Presidente, eu não confio nem acredito nisso. O senhor mande outro."

Uma vez, comentando isso, disseram-me: "A mulher dele possui parentesco com Frei Galvão."

Nesse caso, ele que providenciasse a viagem dela.

O que não pode é um homem que não acredita em religião, é esquerdista, representar o Brasil católico. Que fosse acompanhando a esposa, e o Brasil mandasse um outro, pelo menos católico, para a cerimônia de beatificação pelo Papa.

Isso até pode ser uma artimanha da esquerda para desgastar ou desmoralizar o setor da Igreja que não reza pela cartilha deles.

A queda do Muro de Berlim – término do comunismo, da bipolaridade e do radicalismo ideológico

A explicação que encontro para a bipolaridade prende-se a três aspectos: primeiro, a busca pela hegemonia mundial; tanto um lado quanto o outro queriam dominar o mundo; segundo, é a propriedade privada, algo que existe desde os tempos do Egito antigo, onde eram disputadas as terras, às margens do rio Nilo, para o plantio, sempre que as águas do rio desciam e voltavam ao nível normal. A propriedade privada está no nosso cerne, mas a filosofia marxista, expressa em várias obras, principalmente no *O Capital* e no *Manifesto Comunista,* são contrários a mesma. A Rússia, em 1917, quando adotou o comunismo, desapropriou tudo, passando o Estado a ser o único patrão. Só o Estado poderia ser proprietário.

O terceiro aspecto que, no meu entender, concorreu para a bipolaridade, além da hegemonia pretendida e da propriedade privada, foi o sentimento religioso cristão do lado ocidental, contra o ateísmo predominante no lado oriental.

No entanto, mesmo com a queda do Muro de Berlim e a desmoralização, o comunismo não acabou. Ainda, existe; está latente, mas sem a força que possuía.

No Brasil, por sorte nossa, fragmentou-se e está enfraquecido: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) transformou-se em Partido Popular Socialista (PPS), mas antes, surgiu o tal do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Lutam, no

momento, para conscientizar os jovens, através de organizações como a União da Juventude Comunista e União da Juventude Socialista, porque os jovens desconhecem o que o comunismo fez no mundo. Assim, o comunismo ainda não acabou no Brasil.

A revista *Época,* de 24 de julho de 2000, publicou uma reportagem muito boa sobre a situação do movimento comunista, no Brasil, intitulada *Os Sobreviventes*. A matéria trata de "quem são e o que pensam os brasileiros que remam contra a maré mundial e continuam, 11 anos depois da queda do Muro de Berlim, fiéis à utopia comunista". Entre os nomes citados está o de Salomão Malina, integrante da FEB, que conheci na Itália.

Credibilidade do Exército

Algo excelente, que nos chega sem compromisso, espontaneamente, do sentimento popular. Apesar da mídia. Precisamos explorar essa situação e, para tal, é impositivo desenvolver nosso sistema de relações públicas.

Quando fui Comandante do 10º GO (10º Grupo de Obuses), atual 10º GAC (10º Grupo de Artilharia de Campanha), em Fortaleza, recebi, em minha Unidade, um tenente veterinário. Quase não havia aplicação para os seus conhecimentos. Pensei, li a fé de ofício do oficial e verifiquei que se tratava de um esportista, com destacado poder de comunicação. Nenhum de meus subordinados possuía o curso de Educação Física. Então, decidi designá-lo oficial de treinamento físico, o que ele aceitou com a maior boa vontade; mas, na parte da tarde, seria Relações Públicas. Orientei-o para não permanecer somente no quartel, sair e difundir o trabalho da Unidade.

O resultado foi que a rádio falava do GO, a imprensa sempre publicava algo do GO. Chegou a um ponto que o General Jansen Barroso me disse:

– Pelos jornais, Tancredo, acho que a única Unidade que existe aqui é o seu GO.

O fato era que a Unidade tinha um oficial de Relações Públicas atuante.

Este exemplo serve para ilustrar aquilo que quero enfatizar: não podemos ter burocratas nessa função. O homem de Relações Públicas deve ser criativo, aquele indivíduo de ponta, que vai levar as notícias.

A elevada credibilidade que o Exército brasileiro desfruta junto à opinião pública nacional é verdadeira e justa e não se pode deixar de lado.

Apesar de sofrermos pesadas investidas através do "revanchismo", nossa credibilidade supera a da Igreja. No entanto, estão manobrando para não publicar os resultados. Há um movimento no sentido de pesquisar apenas "instituições do

campo social", como a nossa é do campo militar, não seríamos incluídos. Veja que existe uma ação para impedir o nosso crédito, até nisso.

Agem de forma permanente, constante, latente mesmo, mas é da técnica.

Passados 37 anos servindo ao Exército, acredito não existir organização tão democrática quanto a nossa. Quando estava na FEB – era 2º Tenente – fui ao Quartel-General da Artilharia Divisionária (QG/AD) e, lá chegando, encontrei, como calculador da Central de Tiro da AD, Oswaldo Gudole Aranha, filho de Oswaldo Aranha, que era o nosso Chanceler. O Exército trata a todos com igualdade: o pobre tem a mesma condição do rico.

Outro exemplo me ocorre agora. Em 1941, não sei se por demagogia, um filho do Getúlio – Getulinho – sentou praça no Forte de Copacabana, como soldado raso. Não levou vantagem alguma ou recebeu qualquer deferência especial. Dormia no mesmo alojamento das demais praças. Mostra o ambiente democrático nas Forças Armadas. Depois, coitado, logo que saiu do Exército, sofreu um acidente e morreu.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Desejo que este Projeto realce a mudança extraordinária que ocorreu no Brasil. De um País desconhecido, tornou-se a oitava potência econômica do mundo.

A Revolução de 1930 foi, também, vitoriosa, mas suas conquistas foram limitadas, a ponto de provocar uma reação paulista – a Revolução Constitucionalista. Na verdade, o que ela fez, foi abrir caminho para a ditadura, de 15 anos, do Senhor Getúlio Vargas.

Já, em 1964, o Brasil transformou-se verdadeiramente apresentando uma mudança admirável, para gáudio de todos que participaram da Revolução e que muito se orgulham de tê-la feito.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1 - Vice-presidente — Estado de Sítio —

2 - Ministro da Marinha — Representação do ato praticado pelo Dep. M. M. Alves — Sim

3 - Ministro do Exército — Sim

4 - Min. Rel. Ext. — Sim

5. Min. Fazenda — Sim.

6. — Min. Transportes — Sim

7. — Min. Agricultura — Sim

8. — Min. Trabalho — ~~Sim~~ Sim

9. — Min. Saúde — Sim

10 — Min. Aeronáutica = Sim

11 — Min. Educ. e Cultura — Sim c/ modificações

12 — Min. Minas e Energia = Sim.

13 — Min. Interior — Sim —

14 — Min. Planejamento — Sim

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

15. - Min. - Comunicações - Sim
16 - Chefe S.N.I. - sim
17 - Chefe E.M.F.A. - Sim
18 - Chefe E.M. Armada - Sim
19 - " " E.M. Exército - Sim
20 - " - Chefe E.M. Aeronáutica - Sim -
21 - Min. Justiça - sim
22 - Chefe Gab. Civil - Sim
23 - Chef Gab. Militar - Sim

Tenente-Coronel Moacir Véras

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Último posto na carreira: Tenente-Coronel.
- Na Segunda Guerra Mundial, integrou, no posto de 2º Tenente, a Força Expedicionária Brasileira, exercendo a função de Oficial de Manutenção e Auxiliar de Linha de Fogo da 2ª Bateria do III Grupo de Obuses 105mm, hoje 20º GAC – Grupo Bandeirante.
- Foi oficial de Estado-Maior da 6ª Região Militar, em Salvador, e da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.
- Na Reserva, foi Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Gama Filho e, posteriormente, Vice-Reitor da mesma Universidade.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 13 de setembro de 2000.

Participação pessoal nos pródromos, na eclosão e no desenvolvimento da Revolução

Em 1955, servia no 10º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (10º GACav), em Campo Grande-MS, na época ainda Estado do Mato Grosso, quando fui abordado por um major da 4ª Divisão de Cavalaria, a fim de assinar um documento a favor da posse do Presidente Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Recusei-me e disse ao major que um militar não deveria participar de abaixo-assinado; militar que não estivesse satisfeito com alguma coisa, deveria, isto sim, "pegar em armas" para defender as suas convicções.

Logo depois, em novembro daquele mesmo ano, houve aqueles problemas com o General Lott, Ministro da Guerra. Estava à disposição do Estado-Maior do Exército, porque me inscrevera no concurso para a Escola de Estado-Maior. Mas, naquela ocasião, todas as situações especiais foram canceladas e tive que voltar à minha função de Fiscal Administrativo, no Grupo. A nossa missão foi ocupar as barrancas do Rio Paraná, para fazer face a um movimento que, de São Paulo, chegasse a Mato Grosso.

Embarquei e, no caminho, disse a meu Comandante:

– Coronel, quando chegarmos às barrancas do Paraná, vou procurar saber o que o outro lado pensa; não vou chegar lá atirando!

Isso me valeu a transferência para a 16ª Circunscrição de Recrutamento (16ª CR), em Florianópolis, em janeiro de 1956, nas condições de ter que viajar por terra, não podendo fazê-lo de avião. Na época, o período de trânsito, para o militar se apresentar pronto para o serviço, era de dez dias.

O Comandante da DC, de olho em mim, naturalmente desde a minha declaração sobre o abaixo-assinado, foi a pessoa que intercedeu para minha transferência.

Na ocasião, chegara para comandar a CR de Campo Grande o então Coronel Syzeno, mais tarde promovido a General e, depois, Ministro do Superior Tribunal Militar. Fui recebê-lo na estação ferroviária, providenciei a hospedagem e outros apoios. A minha mulher, grávida, estava no Rio e o Coronel Syzeno me disse o seguinte:

– Garoto, vai para o Rio, encontre lá a sua mulher e não tem nada de ir por terra; você já está na má conduta, então enfrente logo o problema.

Foi o que fiz. Chegando ao Rio de Janeiro, segui para o Estado-Maior do Exército, onde encontrei um ex-instrutor, Milton Pedro de Carvalho, que informou sobre minha aprovação no concurso para Escola de Estado-Maior. Perguntei como deveria proceder e ele orientou-me para que voltasse à CR.

Realmente, fui para lá e, inclusive, levei minha mulher, grávida de sete meses. Chegando ao destino, encontrei o Coronel de Artilharia chefe da CR que, ao receber-me, perguntou:

– O que veio fazer aqui? Não tenho lugar para você.

Expliquei-lhe que, em virtude do mal-entendido de Mato Grosso, acabara sendo transferido para lá. O Coronel esclareceu que era o responsável pelo estado de sítio em Santa Catarina; que recebia muitas cartas e me consultou se poderia ajudá-lo a respondê-las. Respondi afirmativamente, o que me levou à função de Secretário do Chefe da CR, tomando conhecimento de todas aquelas denúncias e respondendo às cartas.

O Coronel Syzeno já me tinha dito que, ao chegar a Florianópolis, procurasse o Almirante Bozísio, Comandante do Distrito Naval. Assim fiz e ele achou ótima minha função, pois permitiria mantê-lo informado das questões relativas ao estado de sítio. Passei a agir como um oficial de ligação com o Distrito Naval.

Mais tarde, concluído o curso da Escola de Estado-Maior, fui estagiar na 6ª Região Militar, em Salvador, apresentando-me no início de 1959. Um belo dia, o Coronel Fortunato convidou o Frota, eu e o Bona, da minha turma, para uma reunião em um hotel na Cidade de Salvador. Chegando ao local, fomos apresentados a um Coronel de Infantaria e ao Coronel Burnier, da Aeronáutica. Convidaram-me para uma revolução e explicaram como iria ocorrer, inclusive forneceram o código existente para seu desencadeamento, a ser publicado no *Diário de Notícias*.

Terminada a reunião, comentamos entre nós o que fora dito e chegamos à conclusão de que aquela revolução jamais poderia chegar a bom termo. Tudo era muito primário. O código também foi por nós questionado. Então, nos desinteressamos completamente e nada mais soubemos sobre aquelas idéias.

Mais adiante, ainda na 6ª Região Militar, houve o problema de Aragarças. O Fortunato havia enviado uma correspondência para o Burnier, que fora apreendida no Aeroporto do Rio de Janeiro, quando este oficial vinha de Assunção, no Paraguai. Na carta, o Fortunato dizia que o Véras, o Bona e o Frota haviam desertado. Assim, entrei no episódio de Aragarças e acabei tendo que responder àquele IPM. Quando inquirido pelo general encarregado do mesmo, a que eu atribuía a inclusão do meu nome naquele episódio, respondi que, pelas minhas atitudes anteriores, tivessem admitido que me pusera de acordo com a rebelião. Mas isso terminou aí e continuei na 6ª RM.

No início de 1963, vim para a 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, e fiquei na Seção do Serviço Militar. Em 28 de fevereiro de 1964, passei a responder pela 2ª

Seção do Estado-Maior da Região. O Comandante era o General Ladário que não aceitava as posições sobre a situação do Brasil e do Governo, defendidas pelo Chefe da 2ª Seção da época, o Coronel Gondim.

No dia 30 de março, assumi, efetivamente, a 2ª Seção da 1ª RM.

A nossa atuação, durante o desencadeamento da Revolução, foi justamente no campo logístico, buscando negar apoio àquelas Unidades que julgávamos estarem contra a Revolução. Então, não lhes fornecíamos combustível e outros suprimentos.

Quem era o Comandante da Região nesse momento?

Não era mais o General Ladário. Ele já havia assumido o Comando do III Exército, no Sul. À frente da 1ª RM estava o General-de-Divisão Estevão Taurino de Rezende Netto, que fizera o Inquérito de Aragarças. A saída do General Ladário nos permitiu cortar o suprimento das Unidades em que não confiávamos.

Havia o 8º GMAC, lá do Leblon – atual 8º GACosM – cujo Comandante se posicionara contra a Revolução.

Havia em Niterói, o Rio Branco e o Imbuí, e algumas Unidades da Vila Militar que partiram contra São Paulo. Mas esse pessoal caiu com o início da Revolução. O comandante do GEsA, por exemplo, perdeu, em plena Rio – São Paulo, duas Baterias de Tiro, que passaram para o campo revolucionário.

E o Grupo 155, também, ficou leal ao Governo Goulart, o que redundou na substituição do Freixinho, seu comandante.

Quem comandava o GesA, à época, era o Coronel Aldo Pereira. Foi esse que justamente ficou na rodovia Presidente Dutra, quando as duas Baterias que estavam com o seu Grupo conseguiram bandear-se para o lado da Revolução, com o General Médici, e foram recebidas, triunfalmente, na Academia Militar, representando a primeira parcela da coluna de tropas do I Exército, favoráveis à Revolução. Não passaram as três baterias, porque uma já estava em posição, por ter sido a primeira a chegar, controlada, de perto, pelo Comandante do Grupo.

E a sua participação pessoal?

Citaria o contato com o Coronel Syzeno Sarmento, no mês de março de 1964, antes da eclosão da Revolução, quando comentamos aquela manifestação dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos. Trocamos algumas idéias sobre a ação desenvolvida pelos nossos adversários, no sentido de ferir a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, estando à frente desse movimento o próprio Governo, o que nos preocupava.

Na 1ª Região Militar, cortamos, como disse, o suprimento, principalmente o de Classe III – combustível – para as Unidades que se posicionaram contra a Revolução.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

Entendo que tudo isso foi a resultante de crises políticas mal resolvidas. Na verdade, o Exército, ou melhor, as Forças Armadas sempre foram utilizadas pelos políticos para resolverem determinadas situações. Quando não eram mais necessárias, devolviam o Poder a eles e a coisa, praticamente, continuava do mesmo jeito.

Então, creio que a idéia da Revolução foi passar tudo isso a limpo. Penso na Revolução como um movimento para democratizar realmente o Brasil. Deveria dar solução a uma série de problemas, até então não resolvidos, para depois, passar o Poder aos civis que continuariam a governar. Esse era o entendimento.

A guerra fria e a Revolução de 31 de Março

A guerra fria teve influência por duas razões: a primeira foi a exacerbação do movimento comunista, pois a Rússia se sentiu em condições de difundir e, mesmo, impor as suas idéias, pois também fora vitoriosa na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, os americanos estavam preocupados com a situação do Brasil, o maior país da América do Sul, ao sul dos Estados Unidos e já havia o problema de Cuba. Um país das dimensões do Brasil, comunizado, representaria uma ameaça muito grande para eles.

Isto posto, entende-se que, no bojo da guerra fria, os dois lados influíram na eclosão do Movimento. No meu entender, a grande dívida que o Brasil tem com a Revolução de 31 de Março é a seguinte: a Revolução impôs uma grande derrota ao comunismo internacional, evitando que o Brasil se transformasse em um satélite da União Soviética, miserável e sem liberdade como todos os outros.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

Era deplorável: misto de corrupção, inflação, greves, desabastecimento, uma baderna completa. O *Correio da Manhã*, no editorial do dia da Revolução, 31 de março, definiu bem aquela situação, ao dizer: “O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!” Além disso, na primeira página publicou uma manchete, em letras garrafais: BASTA!

Exato, o Correio da Manhã *foi contundente, como toda a grande Imprensa, em nosso País.*

Desaprovação ao Governo João Goulart

Desaprovação, sem dúvida alguma! Em nome das reformas de base, o que se pretendia, na verdade, era comunizar o País. Aquele comício da Central do Brasil e a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil foram a gota d'água, tornando a insatisfação insuportável! Os meus conhecidos civis viviam me cobrando:

– Mas vem cá, vocês das Forças Armadas aceitam isso? Não fazem nada? Deixam tudo acontecer, assim desse jeito?

Então, havia uma clara insatisfação do povo.

A Igreja e o Governo Goulart

O problema da Igreja era um pouco parecido com o do Exército, porque tanto a Igreja quanto o Exército são duas instituições que prezam muito a disciplina, a ordem e a hierarquia. O programa do Partido Comunista previa ações de infiltração no Exército e na Igreja também, a partir de 1961. A Teologia da Libertação nada mais é do que a comunização da Igreja.

Na fase inicial, quando se deram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, na qual as mulheres de Minas e São Paulo caminhavam de terço na mão, a Igreja apoiou. No desenrolar do ciclo revolucionário, uma parte da Igreja resolveu tomar partido e mudou de lado, surgindo a "igreja progressista", e os esplendidamente intitulados por Nelson Rodrigues "padres de passeata" etc.

Uma parte significativa, que se intitulou "igreja progressista", tomou partido, embora muitos outros católicos de peso tenham se mantido fiéis ao seu passado, como o próprio Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Ele se manteve contra a comunização do País e sempre assim se posicionou, como Dom Vicente Scherer, lá no Rio Grande do Sul, em atitude bem clara e definida.

Agora mesmo, com relação a esse plebiscito que a CNBB resolveu fazer, o nosso arcebispo, aqui no Rio de Janeiro, não concordou. Foi contra, decididamente, por entender que dívida externa, dívida interna não são problemas da Igreja. Isso, ainda, é conseqüência desse movimento, da "igreja progressista" que, hoje, na virada do milênio, apóia, abertamente, o Movimento dos Sem Terra em suas invasões, inclusive em fazendas produtivas, o que é um absurdo.

"Ligas Camponesas" e "grupo dos onze"

As "Ligas Camponesas", hoje, se chamam MST. O que não foi possível fazer naquela época está sendo feito agora.

Aproveitando a falta de autoridade.

Exatamente, pela omissão da autoridade responsável. No momento, quantas repartições públicas estão ocupadas? Parece que são dez. Como é que pode! É o descrédito da autoridade! Já o "grupo dos onze" é coisa do Leonel Brizola; recebeu dinheiro do Fidel Castro e não prestou contas. Até hoje o Fidel cobra. O "grupo dos onze", realmente, fez muito pouco. No meu entender, a idéia do Brizola era fazê-los funcionar mais dentro dos quartéis, com os sargentos. Em 1961, quando o Jânio Quadros renunciou, encontrava-me em Salvador, Bahia, e fui escrivão de uma sindicância sobre o Coronel Kardec Leme. Ele servia na 6ª RM e tentou sublevar os sargentos do QG da Região, em agosto de 1961. O General João de Almeida Freitas, que era o Comandante, prendeu-o, e determinou sua remoção, para Recife.

Cisão nas Forças Armadas

Tenho a impressão de que as preocupações foram maiores na Marinha. Talvez por causa do regime "embarcado", no qual o Comandante, autoridade máxima, no exercício de suas funções, fica bastante isolado. Ocorreram problemas com marinheiros, fuzileiros navais, além da figura exótica do Aragão, o "almirante do povo"...

Bem me lembro da imagem do "Almirante do Povo" em uma passeata, carregado pelos marinheiros e fuzileiros navais. Um vexame total!

Na Marinha, recordamos tudo isso. No Exército, havia uma insatisfação entre os sargentos. Também foram motivados à sublevação, à insubordinação, mas não chegou a ser uma coisa flagrante.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: um Movimento Reacionário?

Entendo que isso seja coisa de vencido, de perdedor. O vencido sempre procura minimizar os méritos do vencedor.

O perdedor está com a palavra, nos dias de hoje. Por isso cria essa imagem, completamente deturpada.

Essa expressão "anos de chumbo" é, por exemplo, invenção dos derrotados. Naquela época, só estavam inseguros terroristas e guerrilheiros! Hoje, entretanto, ninguém tem a menor segurança. Não há segurança nas ruas, nas estradas. Está aí a Rio-Petrópolis com assaltos seguidos, não temos sossego dentro dos ônibus, em nossa casas, em lugar algum.

Na Grajaú-Jacarepaguá, não podemos passar. Na Linha Vermelha, também.

Então, não sei. Falam tanto nos "anos de chumbo". E hoje, vivemos anos de quê? Uma penumbra, uma Idade Média. Vivemos em total insegurança.

Mudança de ordem institucional: a Revolução Comunista em andamento

Certamente os comunistas pretendiam subverter a ordem. O Presidente Goulart era muito fraco, de maneira que não conduzia nada, era conduzido. Mas não há dúvida de que havia um grupo interessado em modificar o regime em que vivíamos; um grupo que queria comunizar o Brasil com o apoio do Governo e aproveitando sua tibieza.

O Congresso Nacional e a eclosão da Revolução de 31 de Março

Considero que os políticos não têm inimigos, como eles próprios assim se definem. São uma massa que toma a forma do vaso que a contém. Estão com quem está no Poder, de maneira que se conformam com o que acontece, ou seja, vivem se acomodando e esquecendo o que aconteceu, se não lhes serviu. O inimigo de ontem é o amigo de hoje; o amigo de ontem é o inimigo de hoje. Enfim, eles se acomodaram.

Sindicatos, organizações, agremiações comunistas, como a UNE e o CGT, após a Revolução

Houve um período de calmaria. Depois, aos poucos, foram se insurgindo, se reunindo. Primeiro, dispersaram e, mais tarde, reagruparam-se. No meu entender, acho que a Revolução durou mais do que deveria. Sempre ouvi falar sobre Revolução, durante todo o tempo em que estive na ativa, que, sinteticamente era arrumar e entregar ao Poder civil. Mas os problemas que aconteceram, como o seqüestro de embaixadores, atentados, bombas em quartéis etc, foram adiando o retorno e tais fatos acabaram determinando sua duração, prorrogando demais o período revolucionário.

Os principais líderes civis e militares da revolução

Como líder da Revolução, cito o Marechal Castello Branco. Foi o chefe, e a sua morte prematura deixou a Revolução órfã. Até me arrisco a dizer que andou trocando de mãos. Depois, com o General Geisel, voltou ao objetivo primordial, quando teve início a abertura, o que já deveria ter acontecido antes.

A época seria 1973, quando Médici, praticamente, venceu a luta contra as guerrilhas.

Talvez nessa ocasião não pudesse, pois a abertura precisava ser gradual; não deveria ser precipitada, em face da eventualidade de uma retomada das guerrilhas

urbana e rural. Sucederia o pior. Penso que aconteceu o que tinha que acontecer, eis que a luta armada e os fatos que dela advieram determinaram que a Revolução acabasse se alongando.

A Revolução – Movimento exclusivamente brasileiro

Reitero que o governo dos Estados Unidos temia que o Brasil se tornasse comunista. Não recebi nenhuma informação de que os americanos tivessem atuado, direta ou indiretamente, mas acredito que o receio de que o Brasil se perdesse em direção à esquerda, pudesse levá-los a desenvolver algum tipo de ação em benefício da Revolução. Penso, no entanto, que isso não aconteceu, porque o sucesso da Revolução foi impressionante.

No mínimo, eram simpáticos à Revolução. Hoje, o nosso Movimento democrático já não lhes interessa, porque acabou a bipolaridade. Então, a ordem é massacrar a Revolução de que tanto eles se beneficiaram.

Hoje, só existem Partidos Comunistas em Cuba, na China, Coréia do Norte, no Brasil e em alguns outros de expressão menor. De peso, acredito que em nenhum lugar mais, nem na Rússia.

Desmoronamento do "esquema militar" do Governo João Goulart

Só poderiam estar iludidos, mal-informados, acreditando-se donos da situação; tão poderosos que, na hora em que dessem o grito, todo o mundo iria aceitar, sem dizer nada. Mas se enganaram!...

É possível que apenas guardassem as imagens do que acontecia nas metrópoles, crédulos no comportamento de determinados graduados sob sua influência, sem levar em conta que, de um modo geral, o interior do Brasil estava alheio àquela onda de comunização e subversão ocorrida no Rio e em Brasília.

As "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" não progrediram. Tiveram pouca influência. Então, todo aquele esquema inicial não prosperou, ao contrário, ruiu. Além disso, também, a nossa ação foi muito rápida.

E o que é importante, sem derramamento de sangue!

O Brasil estava na seguinte situação: um escalão avançado em Brasília e um escalão recuado no Rio de Janeiro. A Revolução veio diretamente sobre o Rio de Janeiro. Fechou o Rio, Brasília caiu.

Entendo que a ação rápida da tropa de Minas, que marchou em direção ao Rio de Janeiro; a da tropa de São Paulo, após a decisão do General Kruel, e o po-

sicionamento da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – que, dentro de suas tradições, desde 1922, sempre se pronunciou – isolaram, completamente, o Rio de Janeiro e, então, Brasília caiu.

Objetivo estratégico

Embora houvesse um escalão avançado, o próprio Jânio Quadros, quando renunciou, segundo dizem, se sentia muito isolado lá em Brasília. Pressentiu que, de Brasília, não governava coisa alguma. Brasília era completamente isolada. Quem levou o Governo para Brasília foi Castello Branco. Assim, em 1964, o principal objetivo estratégico, ainda, era a Cidade do Rio de Janeiro.

Fortalecimento da união e da coesão nas Forças Armadas

Sim! sem dúvida, isso ocorreu. Até porque as Forças Singulares livraram-se dos elementos comunistas e dissociadores, como o próprio Lamarca e outros, geradores da desunião.

Um Movimento sem ideologia

A ideologia se traduzia em transformar o País numa verdadeira democracia, porque não o era, realmente, no tempo de João Goulart, e não sei se hoje ainda o é. Uma pena, pois o Brasil tem tudo para tornar-se uma grande Nação democrática.

A mídia e o apoio ao Movimento

A mídia se comporta, mais ou menos, como os políticos. O apoio se volta para quem está no Poder, pois é beneficiada, recebe, como troca, as concessões e *benesses* desse mesmo Poder.

Também, a mídia, em 1964, estava verificando que o rompimento total com o que sobrava de autoridade, no País, estava próximo. O senhor mesmo citou o Correio da Manhã.

Revolução ou golpe

Acredito no termo Revolução, porque se trata de um Movimento que vem de baixo para cima, e o Exército e as Forças Armadas, como um todo, foram levados, impulsionados, obrigados, pelo povo, a desencadeá-lo.

Os nossos amigos, os cidadãos brasileiros, pediam que se fizesse algo. E o algo aconteceu pela mão dos que usavam farda, por meio de todos que usavam farda.

Exatamente. Eles me questionavam permanentemente.

Isso aconteceu com todos os militares. Duvido que algum militar tenha deixado de receber esse apelo da população, em busca de uma providência salvadora, porque, realmente, o desgoverno era total.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

O Congresso não foi fechado. Continuou funcionando. Os presidentes foram substituídos periodicamente e eram eleitos através da Câmara e do Senado. Nunca houve um ditador como Pinochet, no Chile, que ficou lá o tempo todo. A maioria dos ministros era civil, logo tivemos governos cujos presidentes eram militares.

É só conferir na votação do AI-5. A expressiva maioria que votou a favor do AI-5 era civil, não é isso? Outro aspecto: o Judiciário não foi tocado; foi mantido integralmente.

O Legislativo foi expurgado, mas continuou funcionando. Houve a imposição do bipartidarismo, como tinha que ser. Recentemente, tivemos quatorze candidatos a Prefeito do Rio de Janeiro. Quatorze candidatos não é possível!

Benefícios ou prejuízos, ou, uns e outros

Caso não tivessem ocorrido as duas crises do petróleo, o Brasil de hoje seria outra coisa. Aquelas duas crises influíram bastante, porque o Brasil ia muito bem, quando houve a primeira crise, no início do Governo Geisel. Assim mesmo, sabe-se que as décadas de 1960 e 1970 foram muito boas para a economia brasileira, principalmente a segunda, a melhor década de toda a vida econômica do País. Nela, o Brasil cresceu mais de 10% ao ano, o que é fantástico. Nas telecomunicações, o País era uma ilha. Dificilmente, se conseguia comunicação nem entre Rio-São Paulo; você tinha que dar o número e ficar esperando, e nem sempre obtinha êxito. Solicitava a ligação de manhã para falar à tarde. Houve um progresso fabuloso nas telecomunicações. Nos transportes e no setor energético, também houve um crescimento muito grande.

Lembro-me de que falar de Itu para São Paulo era um problema tremendo.

Era um drama! Não se conseguia, a linha estava sempre interrompida. A Revolução acabou com isso.

A indústria naval foi outro setor que progrediu a largos passos; se não me engano, chegamos a ser o terceiro do mundo na produção de navios.

Erros cometidos

Um erro que se cometeu foi a tortura, penso. É o que exploram, hoje. Não sei se seria possível evitar, especialmente no calor do combate.

A tortura jamais foi institucional. Quem praticou, usou a sua própria e espontânea vontade, porque, pelo que se sabe, não houve a menor participação dos chefes.

Realmente, não houve, mas cometeram esses erros.

Foram excessos na repressão ao movimento armado do inimigo, uma resposta à sua ação. O inimigo também fez uso da tortura, especialmente nas ações de seqüestro e terrorismo em geral.

E o que é pior: executaram esses tipos de tortura contra inocentes. Civis, empresários, embaixadores e suas famílias foram submetidos à pior das torturas, aquela que é realizada de forma indireta. Fracos e acovardados diante da repressão, agrediram os inocentes. Ninguém utilizou de forma tão brutal o dito: "Os fins justificam os meios." Nós respondemos à ação do inimigo. Eles começaram, deram a partida: seqüestros, assaltos a bancos, bombas em jornais, em quartéis, guerrilha rural, guerrilha urbana.

Devo acrescentar, também, que grande parte da tortura foi cometida pela Polícia. Vou dar um exemplo: em 1947, quando cheguei ao Grupo Bandeirante, fui logo encarregado de um inquérito policial-militar. Tratava-se de um roubo de binóculos e o provável ladrão já tinha dado baixa, retornara ao mundo civil. Por isso, tivemos que pedir auxílio à Polícia. Naquela época, já conhecia o procedimento policial. O cidadão, ex-soldado, apanhou e pronto confessou que era o ladrão, o que, realmente, era. Entretanto, quando, ainda, se encontrava no quartel, embora suspeito, alertei que não iam bater nele. Esta é a nossa verdadeira formação, somos preparados para guerra, onde não se admite tortura. Certamente, a tortura, uma deformação, foi feita e induzida, principalmente, por alguns elementos policiais, habituados que estavam a tais procedimentos, no quotidiano.

Acertos da Revolução, sucessos econômicos e "revanchismo"

Praticam o "revanchismo" toda vez que omitem os atos positivos realizados pela Revolução, mesmo que reconhecidos pelas mais destacadas personalidades do campo econômico, isto só para citar uma área da ação governamental. O silêncio sobre a década de 1970 ou, pior do que isso, apenas referirem-se à ela como anos de chumbo e sangue, em virtude do combate ao terrorismo e à guerrilha, tudo não passa de puro revanchismo.

É a desgastada posição do vencido que pretende ocultar as virtudes do vencedor. Em 1964, a inflação, que era galopante, acabou e a economia se equilibrou. Não fossem as crises do petróleo, o Brasil teria crescido mais ainda do muito que cresceu. Naquela época, o País importava quase dois terços do petróleo que consumia; durante a Revolução, mudou-se essa escrita, com aumento significativo de sua produção. Chegamos a crescer, anualmente, a mais de 10%, mas a mídia e os que, hoje, detêm o Poder, omitem o fato para as atuais gerações, essa verdade inquestionável.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada?

A mídia, de ordinário, fica de acordo com quem está no Poder, com quem a sustenta com patrocínio, propaganda e, ainda, lhe concede vultosos empréstimos em bancos públicos, quase que a fundo perdido. Os vencidos assumiram, estão no Poder. Basta olhar em torno, ver ministros, toda essa gente que participava da agitação na década de 1960, olha o Serra...

Até porque fizemos a mais ampla, geral e irrestrita anistia que já se viu.

Só para um lado: o lado deles, porque, deles para nós, não houve. Volta e meia você toma conhecimento de alguém dizendo ter sido torturado. Há médicos, até hoje, que estão sendo cassados pelos órgãos de classe, porque assinaram atestado de óbito; ate psicólogo já foi cassado...

Então, a anistia foi para um dos lados só?!

O Adido Militar no Uruguai, o Coronel Ustra, foi denunciado, sem nenhuma prova, por uma artista, Beth Mendes que integrava uma organização subversiva, com o codinome de Rosa, e cortaram a carreira dele. A palavra dela valeu como uma sentença. Inacreditável que tais fatos estejam acontecendo.

Lá em Londres, foi o Coronel Avólio, Adido Militar, que voltou da missão com a carreira encerrada. Depois, foi o General Fayad, médico brilhante, sob todos os aspectos, que sofreu uma verdadeira perseguição, mesmo com a justiça tendo se definido claramente a seu favor. Mesmo no posto de general, sofreu permanente retaliação dos revanchistas de plantão.

A bomba do Riocentro é a toda hora lembrada, mas sobre a de Recife, ninguém fala. A anistia foi só para um lado.

Guerrilha & terrorismo

Tudo isso veio de fora; inspiração estrangeira. Fidel Castro e o primeiro nome que me ocorre, porque os cursos de treinamento, em grande parte, foram

feitos em Cuba, outros realizados na Europa. Isso tudo mostra que eles partiram para a Luta Armada, preparados convenientemente e apoiados. Tivemos que nos defender.

Canais para a manifestação da oposição & Luta Armada

Houve censura. Se ocorreu um movimento revolucionário armado é porque o *status* anterior não era bom, nem mesmo aceitável. A Revolução estabelece e impõe um novo Poder e ela mesmo se legaliza. Quem está contra terá que ser cerceado.

Aliás isso pode ser constatado em todos os movimentos de origem comunista. Mas havia o MDB, partido, claramente de oposição, por intermédio do qual era possível expor as idéias contrárias, como fez o Ulisses Guimarães.

Foi até candidato a presidente.

Havia outros canais, existiam jornais, por exemplo, que estavam mais abertos à oposição do que à situação.

Não se poderia admitir que o lado contrário tivesse acesso a todos os meios de comunicação, a fim de fazer propaganda contra um Poder que fora instalado de forma revolucionária.

Mas, isso aconteceu, principalmente com relação a livros publicados que faziam a divulgação e a apologia do Movimento Comunista Internacional.

O AI-5: necessidade ou excesso

O Congresso jamais concordaria em dar licença para processar o deputado por suas manifestações políticas e anti-revolucionárias, ainda mais porque, durante muito tempo, negara esse tipo de permissão, mesmo, em face de ilícitos capitulados no Código Penal.

A Revolução talvez ficasse desmoralizada, porque houve o pronunciamento...

Tinha que ser tomada uma atitude.

A respeito da necessidade ou não do AI-5, sabemos que Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, era favorável ao estado de sítio, no entanto, todos os outros ministros queriam o AI-5

Não é conveniente julgar os acontecimentos muito tempo depois de ocorridos. Na ocasião, houve circunstâncias, informações que conduziram àquela decisão. É a mesma coisa que você dizer: “Ah, se eu soubesse não teria escolhido tal profissão!” Mas na hora em que você escolheu essa profissão, ela era interessante,

então você escolheu certo. Agora, querer julgar uma atitude que se tomou há mais de trinta anos, no meu entender, torna-se difícil.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Que eu saiba, as Forças Armadas não tiraram vantagens da Revolução. Talvez até o contrário.

Havia um dito da época do Governo Geisel – máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança. Por isso, poucos recursos eram destinados às Forças Armadas. Foi um período muito difícil. Lembro-me, na televisão, do "vinte maior que quarenta" do Camargo, porta-voz do Governo Geisel, em 1977 ou 1978, para dar um aumento irrisório aos militares.

A primeira atitude do Castello Branco foi acabar com as promoções ao posto de general, no ato de passagem para a reserva, dos coronéis. General, só se fosse promovido na ativa. Acabou com o general de pijama.

O Exército amargou um período de dificuldades, que só melhorou quando entrou o Sarney.

Tudo a título de dar o exemplo. Aliás, o melhor Ministro do Exército que já tivemos foi o Calógeras, que era um civil.

Razões do desengajamento

A abertura política tinha que ser feita. No meu entender, deveria ter sido antes. Circunstâncias diversas e já comentadas acarretaram o alongamento. Não era o pensamento do Marechal Castello Branco, que desejava cumprir somente o restante do mandato do João Goulart. Ele resistiu muito, neste sentido.

O desgaste da imagem da Revolução

Havia a necessidade da abertura, vieram o término do AI-5, a anistia, e começaram a chegar os anistiados. Tudo isso concorreu para o desgaste, além da crise do petróleo e da própria doença do Figueiredo.

Exército Brasileiro – A recompensa do sacrifício

Eu acredito que, no conceito do mundo civil, o Exército continua confiável, como sempre foi. Por este motivo, as pesquisas de opinião são favoráveis.

Talvez, por isso, não estejam divulgando tanto essas pesquisas, pois nós estamos acima até da Igreja, apesar do "revanchismo", apesar da mídia.

Penso que a atitude que o Exército tomou, de calar-se, foi melhor do que manter uma discussão do tipo "eu fiz, eu aconteci e tal". Deixou o mundo civil julgar e eu acho que o povo está julgando certo, pois o Exército continua confiável.

Mensagem final

Lamento que o Brasil não tenha aproveitado mais a oportunidade criada com a Revolução. Poderíamos, hoje, estar em muito melhores condições de desenvolvimento e de credibilidade, se tivéssemos aceitado as teses da Revolução, que visavam criar condições para fazer do Brasil uma grande Nação, uma verdadeira democracia, sem corrupção, com inflação aceitável para um País em desenvolvimento. Acho uma pena que o Brasil não tivesse aproveitado a oportunidade. Eu não me arrependo de ter participado do Movimento. Se pudesse faria tudo novamente, sem dúvida alguma.